

MÁRCIO MOREIRA ALVES

TORTURAS
e
TORTURADOS

Rio de Janeiro

1996

Prefácio
de
ALCEU AMOROSO LIMA

Prefácio

Será o século XX um desmentido formal do século XVIII? Será que uma filosofia das trevas é o que vai ficar do nosso século para o futuro como a chamada “Filosofia das Luzes” é o que nos ficou do século XVIII? Será que Hobbes tinha razão contra Rousseau e Schopenhauer contra ambos, já que tanto a sociedade como a própria natureza humana pertencem visceralmente à ordem do mal e do sofrimento e da negação? Será que Sartre está certo ao afirmar que a vida, evidentemente, não vale a pena ser vivida? Será que teremos, inclusive, de reformar o nosso juízo sobre a bondade temperamental do homem brasileiro?

Ao terminamos a leitura de um livro trágico e sombrio como este todas essas interrogações nos assaltam. E como sou naturalmente pela resposta negativa a todas elas, preciso fazer um grande esforço sobre mim mesmo para não concordar com qualquer delas.

Se os fatos narrados neste libelo exprimem a verdade, como tudo faz crer, o que vêm comprovar mais uma vez não é qualquer daquelas interrogações mas a condenação da Violência. Não a condenação da Vida, mas da vida violentamente vivida. É a condenação do primarismo, não a condenação da inteligência. É a condenação das guerras e das revoluções como método de evolução social. É a demonstração da terrível capacidade de deflagração da crueldade, que existe no fundo de nossa natureza decaída. É a prova de que o amor tem de ser uma vitória contínua sobre o ódio e que nada existe de definitivo, nem de absoluto, tanto no homem como na sociedade.

A vida não é triste nem alegre. A vida é trágica. E a grande experiência que este século nos trouxe foi a terrível tenuidade que separa o humano do desumano. Basta uma palavra, um grito, uma imprudência, para desencadear, na alma humana, vulcões insuspeitados de maldade. Basta um minuto de alucinação para destruir todo um passado de santidade. O velho romance chileno de Eduardo Barrios, “El Hermano Azno”, de há quarenta anos passados, girava em torno deste tema. Mas hoje não são os romances que se ocupam com o tema trágico da fragilidade das barreiras que nos separam dos monstros, ou de nossa própria monstruosidade latente — é a própria realidade, a realidade vivida no cotidiano. O cotidiano outrora medíocre. Ou que assim nos parecia. Hoje o próprio cotidiano é trágico. O resultado mais patente das revoluções e das eras revolucionárias é comprovar a dramaticidade latente do cotidiano. Não há mais dias indiferentes. Não há mais homens terra a terra. Não há mais previsões possíveis, futuros assegurados, felicidade perfeita. Tudo passa a pertencer ao domínio ao abismo. Essa a terrível lição que o século XX nos ensinou. Quando começamos a vislumbrar uma tênue luz de luar no fundo do corredor negro da mina, como Ciaula no conto de Pirandello, de repente tudo volta à escuridão. Os pessimistas rejubilam. Os otimistas impenitentes, como eu, fecham os olhos e se colocam, como Antero de Quental, “nas mãos de Deus, na sua mão

direita”, ouvindo ainda o eco dos primários balbuciando: “ouviram bem? Na sua mão direita...”

São tempos estes em que passamos realmente a viver o Cristianismo em toda a sua densidade. Pois não se trata, afinal, nem de pessimismo nem de otimismo, que são posições puramente humanas e até individuais. Trata-se de Esperança ou Desespero. E os tempos são de esperar contra a esperança, que é o único meio de vencer a tentação do desespero, do único pecado irremissível, aquele que condenou Judas por duvidar da Misericórdia Divina.

Pois Deus é Amor e o Cristo é o Perdão. E, portanto, o que estamos vivendo neste século, e em nossa terra que ingenuamente podíamos julgar privilegiada (que ilusão!) é realmente uma volta ao paganismo. E por isso mesmo uma tremenda atualização do verdadeiro sentido do Cristianismo, isto é, de uma vida vivida em profundidade, não em superfície, em face das grandes opções entre o bem e o mal, e não nas águas turvas ou intermediárias, da indiferença ou da impostura. O que vemos, neste livro de implacável observação de fatos e dramas, é a vida moderna, moderníssima, em sua fria disponibilidade. Não se trata de idéias, de abstrações, de entes de razão. Nem de meras palavras, nem mesmo de posições políticas contraditórias. Trata-se de fatos e de pessoas, retratadas por um observador e não por uma vítima e, portanto, com todas as veras da objetividade. Não de um observador distante e indiferente. De um simples registrador de episódios e dados, à feição de um computador. Trata-se de um investigador humano e não de um cérebro eletrônico. Toma posição. Interpreta. Chega a conclusões próprias. Divulga todas as peças de um inquérito. Não esconde nada. Não palpita. Conclui racionalmente de observações pessoais ou de depoimentos fidedignos. Mas deixa ao leitor, por isto mesmo, toda a liberdade de interpretar e de concluir para si mesmo. Objetividade não quer dizer indiferença. A indiferença, ao contrário, pode significar preconceito. Não julgar é prejudicar. E Márcio Moreira Alves, a grande revelação jornalística dos acontecimentos

político-sociais de 1964, em nosso meio, não prejudica nem condena as pessoas. Termina quase implicitamente, por uma única conclusão: a condenação da Violência e do Arbitrio.

Este livro, este inquérito, esta reportagem, como queiram chamá-la, não é um libelo contra pessoas ou contra regimes ou contra acontecimentos históricos, é um libelo contra a inumanidade. É a demonstração de que a brutalidade é negativa e contraproducente. É a confirmação da sentença clássica dos Salmos: “o abismo chama o abismo”, já violência só gera a violência. É por natureza, mais pernicioso do que a infecundidade, pois só pode gerar monstros.

Foi essa, há dois mil anos, a lição do Cristo. Mas pouco aprendemos nestes dois milênios. E ainda hoje vivemos a contar as entrelinhas que separa a Paz do pacifismo, a Autoridade do autoritarismo, a Força da violência, a Liberdade do libertismo, a Fé do fanatismo e a justificar, por meio de malabarismos dialéticos, as guerras, as revoluções, as torturas, as maldades, as imposturas, em nome da Ordem, da Lei, da Tradição e da Legítima Defesa. Passamos então a justificar os meios pelos fins, em nome daquele supra-sumo de imoralismo político e moral do famoso: “fariam o mesmo conosco...”

Foi assim que o terrorismo, voltou à ordem do dia e se converteu num processo normal, embora ainda inconfessado nas democracias, de “progresso” social. Foi no século passado que o fenômeno deu entrada na História contemporânea, com este nome. Pois, de fato, sempre existiu, com outros nomes. O terrorismo, como os amores contra a natureza, é um ódio que não ousa dizer o nome. Surgiu como um recurso do anarquismo contra a ordem social vigente. Era um processo de violência individualista para transmutar instituições estabelecidas, feudais ou burguesas. Karl Marx, institucionalizando o socialismo, transformou o processo da violência de individual em social, e de arbitrário em necessário. E justificou-o, afinal, em nome da inevitabilidade da luta de classes. Daí uma das radicais divergências entre comunismo e anarquismo.

Depois do advento do fascismo, o socialismo integral das direitas, o terrorismo passou a ser utilizado como uma arma política normal, já que o realismo político passou a fazer do Direito um fruto da Força e não mais da Força um instrumento do Direito, como ensina a natureza das coisas. Com o hitlerismo, passou o terrorismo a ser a base mais forte do Estado. E com a ameaça do imperialismo totalitário, tanto esquerdista como direitista, passou a ter livre trânsito nas democracias, em nome do realismo político, embora inconfessadamente, como uma arma de repressão e de prevenção oculta. Daí, por exemplo, a organização do famoso Exército Secreto, na França, no qual os métodos terroristas passaram a constituir o grande recurso “revolucionário” dos reacionários... Pois, juntamente com essa institucionalização, confessada ou inconfessada, do terrorismo e da tortura, como processo normal de evolução política, passou a palavra Revolução por uma... revolução semântica. Depois da Revolução Francesa a palavra passou a significar todo movimento de mudar, pela violência, a ordem social vigente, burguesa ou feudal. Foi o seu sentido no século XIX e no início do século XX. A expressão “contra-revolução” significava a reação contra o movimento socialista ou proletário, que se concretizou principalmente depois de 1848, quando Louis Dimier, logo depois da guerra de 1914/18, publicou seu livro famoso “Les Maitres de la Contre-Révolution”, consubstanciando o reacionarismo maurrasiano e mostrando suas raízes em grandes autores do século XIX, de Augusto Comte a Renan e Sainte-Beuve, a palavra contra-revolução representava a reação da Direita contra a Esquerda.

Hoje, o nome é empregado às avessas, particularmente entre nós: representa todo movimento de esquerda contra as Direitas, já que as direitas chamaram a si o termo Revolução.

Coisa parecida se passou com o terrorismo, embora no plano do inconfessado. De accidental e individual, como arma de anarquismo, no século XIX, passou a normal e ins-

titucional, no século XX, logo que o “universo concentracionário”, de que falou David Rousset, passou a caracterizar um estado de espírito dominante em nosso século de guerras e revoluções, isto é de violência institucionalizada.

Este terrível documentário corajosa e penosamente levantado por Márcio Moreira Alves, no meio dos maiores riscos e das maiores dificuldades de documentação, não é, portanto, apenas um documento que interesse à nossa própria História. Interessa à história do mundo moderno e se inscreve nos anais de uma época.

Independentemente de seu valor histórico — tanto nacional como internacional, dentro da precariedade do seu levantamento, sempre sujeito a desmentidos (pois ninguém, salvo excessões raríssimas, confessa as torturas que sofreu) — o livro é um documento humano terrível. Há páginas que se lêem transidos de horror, quando se pensa que não se trata de fatos distantes (como a morte do chinês, de Diderot e Eça de Queiroz, em “O Mandarim”) mas de seres vivos, humanos, muitos dos quais continuam a sofrer ainda as conseqüências do “universo kafkiano” dos processos intermináveis. Pois um abismo separa, por exemplo, a expressão “mão de obra” do termo “operário”, ou a “pobreza” do “pobre”, a “fome” do “faminto”, o “crime” do “criminoso”. Lidar com abstrações é fácil. Lidar com seres individuais, conscientes, vivos, especialmente os seres humanos, é que é o drama. E nesta obra o que vive é a pessoa humana, é cada homem, cada mulher, em particular, com seu drama individual. Daí a dramaticidade destes relatos. E até mesmo o seu alto valor literário, no mais puro sentido da expressão, quando literatura e vida se confundem. A mais impressionante destas páginas é a narrativa dos seis meses de prisão e perseguição sofridos pela jovem militante de Ação Católica — Isa Guerra, que conheci de relance, no Palácio São Joaquim, antes de abril de 1964, preparando, se não me engano, uma bolsa de estudos na Europa, junto com seu noivo, Cosme Alves. Na sua patética sobriedade, não há mais tremendo libelo contra o que representa o regime

inquisitorial que as revoluções sempre desencadeiam, seja qual for sua ideologia, mormente agora, quando revolução e contra-revolução passaram a ser palavras reversíveis e equivalentes...

Depois de mais de um ano de regime punitivo, o povo brasileiro em sua esmagadora maioria só anseia pela volta ao funcionamento normal das instituições democráticas autênticas. Anistia ampla e eleições livres são condições preliminares para esta reintegração. Anistia não significa equiparação de inocentes e culpados, e sim substituição de justiça de exceção por justiça regular. Como eleições livres, e sem “cartas marcadas” não representam apenas a volta de um grupo, de um partido, de uma classe, de um setor do povo brasileiro, mas da maioria esmagadora da nossa gente. É isto que está de acordo com a nossa tradição histórica, com o nosso temperamento real e com o desejo, patente ou latente, da maioria do povo brasileiro. Como a condenação dos processos inumanos e violentos de impor um regime político e de corrigir os erros do passado é o que está no âmago de nossa História e de nossa Consciência.

Se este libelo corajoso e franco, que tantos sofrimentos reflete e tanto sacrifício custou, conseguir apressar a reintegração do Brasil na plenitude das instituições políticas livres e incutir cada vez mais horror à violência em nossos processos políticos, poderá o seu jovem autor ter consciência de que cumpriu o seu dever e indicou o rumo certo, pelo menos às novas gerações, às quais legamos uma herança tão pesada.

ALCEU AMOROSO LIMA

Introdução

A tortura é sempre incrível. Violenta de tal forma a consciência e imaginação dos homens e mulheres aprisionados no todo dia pacato de um mundo de máquinas e rotina do século XX que todos têm a tendência de afastá-la como uma possibilidade somente realizável em outros países, por outras gentes, no Vietnã ou na Argélia. No fundo, esta incredulidade é construída menos sobre o horror que as torturas despertam que sobre nossa necessidade de fuga da realidade.

No Brasil como no mundo, há anos — poderia dizer que desde sempre — todo cidadão primariamente informado sabe que a polícia usa métodos violentos para intimidar ou interrogar ladrões e assassinos. Mas, por comodismo e pelo individualismo desumanizador característico de nossa época, esses métodos jamais foram combatidos eficientemente. São considerados parte de nossa vida social, uma parte excusa é verdade, mas irremovível, como a pederastia ou a prostituição. A insensibilidade que criamos passou a

considerar a brutalidade policial como uma parte suja, mas indispensável, do sistema de garantias coletivas. Só quando ultrapassa certos limites da racionalidade é que algumas vezes se levantam para condená-la. É o caso, por exemplo, das periódicas campanhas de metralhamento de assassinos nas favelas cariocas que, com igual periodicidade, provocam artigos de protesto na imprensa até que, fuzilados os bandidos mais notórios, tanto o tiroteio como o protesto adormecem.

O emprego de torturas, minuciosamente executadas no Brasil após o golpe militar de 1.º de abril de 1964, parece ter causado incredulidade em quase todo mundo e surpresa entre os bem pensantes. Por que esta surpresa? A violência acaso não existia antes, tolerada e protegida? Creio que a única explicação válida é que o traumatismo que as torturas de abril causaram na sociedade brasileira não foi moral, pois suas raízes estão no instinto de auto-defesa dos surpreendidos. Do momento em que as torturas passaram a ser usadas em larga escala contra presos políticos, portanto para reprimir crimes de opinião, todos se sentiram ameaçados. Agora, são os comunistas e esquerdistas as vítimas. Amanhã, poderão ser os fascistas e direitistas. O método deixou de ser de defesa coletiva para transformar-se em ameaça generalizada. Daí ter sido condenado até por alguns dos responsáveis por sua disseminação, membros do governo Castelo Branco.

Os brasileiros aprenderam a considerar a polícia, encarregada da defesa da sociedade, quase que em pé de igualdade com os criminosos que persegue. Esta distorção do prestígio policial não poderia deixar de ter conseqüências sobre a organização dos serviços de segurança, e de fazer com que fossem recrutados para a polícia indivíduos que dos bandidos diferem apenas por estarem, acidentalmente, ao lado do poder de repressão do Estado. Daí ser bem brasileira a frase de um jovem nordestino: “polícia, não quero nem a meu favor!”

A entranhada associação de idéias entre brutalidade e polícia foi quebrada pelas torturas de abril, quando descobrimos que nem só a polícia torturava. A revelação de que

o Exército Nacional, que se gabava de ser “o povo fardado” e a Marinha de Guerra, com sua tradição aristocrática, estavam torturando e promovendo a tortura de prisioneiros quebrou um preconceito, matou uma ilusão profundamente brasileira e acendeu a indignação. Uma barreira foi destruída pela realidade bruta dentro de uma sociedade organizada sobre ilusões e preconceitos que, quando desfeitos, como agora, colocam em dúvida as próprias estruturas sociais.

A moderação com que as Forças Armadas atuaram na vida nacional até 1964 serviu para envolvê-las em uma auréola de prestígio popular. No Brasil, o militar não era olhado como o prepotente, o tirano em potencial da maioria dos países latino-americanos. Era antes visto como um cidadão respeitável, presumivelmente íntegro, saído da pequena classe média, que se dedicava a afazeres mais ou menos úteis, mas sempre norteados por idéias gerais de patriotismo e honestidade. Ao descobrir que alguns destes cidadãos exemplares, vizinhos tranqüilos se entregavam ao flagelamento de presos políticos e tinham sua abjeção acobertada e fortalecida por seus chefes e, conseqüentemente, por seus companheiros de profissão, a consciência brasileira levou uma bofetada.

O mal que as torturas causaram à futura convivência de brasileiros armados e desarmados é grande e sua extensão só o futuro e a afirmação ou não do militarismo político poderá determinar. As medidas políticas tomadas pelo governo Castelo Branco para assegurar sua única base — a militar — não são de molde a contribuir para uma futura irmandade civil-militar. Pelo contrário, aumentando os salários militares em proporção maior que os dos civis, colocando um sem número de oficiais em postos chaves da administração civil, fazendo eleger o ministro da Guerra presidente da República, entregando aos comandantes de guarnição e a chefes de IPMs o arbítrio sobre vastas áreas territoriais e sobre a liberdade de todos, o governo Castelo Branco instaurou um processo trujilista de separação da casta militar do resto do País. Enfrentamos hoje o perigo de criar-se um

grupo militar privilegiado que mantenha o regime de força, em aliança com os privilegiados civis, portanto direitistas, com a finalidade única de conservar os privilégios que lhes foram dados e recebendo, todos, apoio norte-americano pois continuariam a reprimir indefinidamente as esquerdas.

A pergunta que normalmente se faz quando surgem revelações de torturas, pergunta que Jean Paul Sartre repete no prefácio que escreveu para o depoimento de Henri Alleg “La Question”, é — como é possível que isto ocorra entre nós? A resposta é simples: é possível acontecendo, como sempre aconteceu. Se a polícia rotineiramente tortura criminosos comuns, por que não torturaria os presos políticos? Se os militares, pela primeira vez colocando em prática o que leram dos métodos dos “Green Berets” norte-americanos ou dos “parás” francêss, não foram punidos por seus superiores, porque não prosseguiriam no emprego destes métodos? Tudo é singular, tudo é mecânico, até mesmo o esquecimento em que as denúncias caem após nosso primeiro e ineficiente impulso de indignação.

É preciso, para que purifiquemos a mancha que a tortura joga sobre todos os brasileiros, não apenas que se punam os oficiais e policiais responsáveis pelo seviciamento de homens e mulheres entregues à sua guarda, como que se acabe de vez com o sistema de brutalidade montado nas prisões brasileiras e, sobretudo, que se guarde a lembrança dos crimes cometidos para que sua repetição amanhã se torne impossível.

A exposição da onda de crimes oficiais que varreu o Brasil nos primeiros meses do golpe militar de 1964 e que em muitos pontos — no Rio, em Pernambuco principalmente — continua viva, embora menos intensa, foi feita com objetividade e com o propósito de deixar estes crimes documentados para o julgamento do futuro. Publicando-a quando as garantias individuais ainda estão abolidas no Brasil, quando ninguém sabe quem será a vítima do amanhã, corro um risco consciente para oferecer um testemunho que julgo indispensável seja conhecido do maior número de pessoas possível.

1

A Mecânica da Dor

O emprego generalizado de torturas contra presos políticos provou, mais uma vez, que a flagelação de prisioneiros é método pouco eficiente de obter segredos e informações. Entre as dezenas de torturados com quem me entrevistei ou cujos relatos obtive, poucos foram os que contaram alguma coisa de útil. Alguns calaram-se porque dentro de si encontraram fortaleza para cuspir seu silêncio na cara dos torturadores. Outros, porque nada sabiam, nada tinham a contar enquanto muitos nada disseram ou porque não lhes foi dado tempo e descanso para falar ou, em inúmeros casos, não lhes foram sequer feitas perguntas objetivas e concretas. As engrenagens da dor chegaram a um tal grau de automatismo que os carcereiros colocavam os inquiridos automaticamente na máquina de destruição e quando lhes ofereciam vagar para responder às perguntas seu estado era tão débil que nada podiam dizer.

Apesar disto, alguns dos objetivos dos torturadores

foram alcançados como, por exemplo, a deposição do governador Mauro Borges, de Goiás, urdida com base em confissões extorquidas de seus auxiliares e dos tormentos infligidos a um louco, Pavel Gutko. Por outro lado, é possível que certos prisioneiros torturados tenham dado informações que posteriormente negaram, ao se verem livres, enquanto que alguns nem mesmo sabem o que disseram, pois foram submetidos a processos de narcoanálise, tendo suas resistências conscientes eliminadas por injeções. Este aviltamento médico da vontade dos prisioneiros foi, ao que pude apurar, mais generalizado no Rio de Janeiro que no resto do País.

O que fica evidente, no entanto, é que muito pouco foi apurado de concreto, talvez porque nada houvesse mesmo a apurar-se, a não ser os discursos e ameaças de líderes de esquerda que achavam que a revolução se faz em palanque. A falta de provas, a ausência de fatos e dados positivos nos processos militares gerados pelos IPMs, são uma constante nacional. Dois anos de sofrimento, de policialismo, de espionagem e gastos gigantescos com polícias secretas e serviços de informações pouco produziram.

Os que falaram não podem ser condenados. A resolução ao silêncio só é tomada no momento da crise definitiva. Da véspera, raciocinando por hipótese, ninguém pode afirmar se resistirá ou não a torturas. Só na frente do torturador — e antes que o sofrimento arrebente o livre arbítrio e a faculdade de expressão — é que o homem decide se vai ou não ceder ante a violência e a dor.

A míngua de resultados concretos, do ponto de vista dos torturadores, é a conclusão, digamos, policial, do processo das torturas de abril. A falta de eficácia observada no Brasil não difere da de outras experiências internacionais de mecanização da dor. Também os nazistas pouco conseguiram dos membros da resistência européia, como limitados foram os resultados arrancados pelos “parás” franceses aos combatentes do Front Nacional de Libertação da Argélia. Não creio que os norte-americanos estejam obtendo resulta-

dos melhores com os métodos que empregam — e fotografam na hora — contra os guerreiros do Vietnã.

A improdutividade prática dos crimes em massa cometidos contra os presos políticos no Brasil deixa, a quem comulsa o dossiê das atrocidades, em estado de alucinação. Persegue-nos uma pergunta elementar: se a tortura era tão evidentemente inútil, então por que a aplicaram e aplicam? Será que os oficiais do Exército e da Marinha, os delegados e autoridades civis que as ordenaram ou exerceram, para não falar dos bandidos que muitas vezes empreitaram, são todos monstros, bestas sedentas de dor, que infligiram por puro prazer sádico? E, caso assim seja, que espécie de civilização é a nossa, que espécie de Forças Armadas temos, que produzem e prestigiam, durante longos anos, tantos e tantos criminosos?

O processo das torturas é também o processo da sociedade brasileira. Quando mais intensas eram as notícias dos maus tratos infligidos aos que superpovoavam nossas prisões, uma senhora católica, possuidora do que se convenção chamar de “boa educação” e, pessoalmente, bastante generosa, disse-me: “está na hora de taparmos os ouvidos, calarmos a boca e fecharmos os olhos e deixarmos que eles acabem com os comunistas”. Não percebia ela a indignidade de suas palavras, Mas, em uma frase, sintetizou o pensamento das classes dominantes, prontas a compactuar com atrocidades a fim de preservar a aparente paz em que vive e, sobretudo, os imensos privilégios e poder de que dispõe.

Não creio que uma sociedade que traga em seu cerne a desumanidade tenha condições de sobreviver. Sua única possibilidade de regeneração — e esta possibilidade existe e nos dá esperanças no Brasil — é negativa: o isolamento completo face a sua própria juventude. A nova geração das elites brasileiras — elites culturais, embora também econômicas em virtude do sistema educacional antidemocrático que temos — deu e continua a dar reiteradas demonstrações de oposição à velha classe atualmente no poder. Será

na medida em que o divórcio entre o governo autocrático e a juventude se consolidar que conseguiremos sobreviver e evoluir como nação estruturada e independente.

Após o golpe militar, fulminante e incruento, o País estava, como está, em perfeita calma. As torturas não buscavam informações urgentes, não eram exercidas contra inimigos em pé de guerra. Nenhum atentado colocou em perigo as vidas dos vitoriosos ou a segurança dos cidadãos. Não existia a mais remota possibilidade de reação organizada contra o governo constituído. A debacle das forças que apoiavam os Srs. João Goulart, Leonel Brizola, Miguel Arraes e outros, fora completa. O Exército empolgara o poder com mão firmíssima. A recomposição das forças de esquerda até hoje é politicamente problemática. Militarmente era impossível. Conseqüentemente, as torturas revestem-se de um sadismo absolutamente gratuito. Foram feitas, em certos casos, para apurar as denúncias de armas que estariam sendo entregues a sindicatos, proferidas pelo deputado Billac Pinto e outros como preparação psicológica do golpe e que alguns militares acreditavam verdadeiras. Em outros, simplesmente para aterrorizar e espezinhar os vencidos. Buscavam informações secundárias, procuravam envolver inimigos políticos que os torturadores ou seus grupos não conseguiam incriminar de outra forma. Por vezes não tinham objetivo algum ou visavam, simplesmente, a que o torturado confessasse suas ligações com o partido comunista. Frequentemente, adquiriram um aspecto de vingança pessoal, ou de desrecale das frustrações dos carcereiros, impossibilitados de tocarem nos inimigos mais odiados. Creio ser esta última a razão do brutal encarniçamento contra Valdir Ximenes de Farias, homem de convicções moderadas, antigo secretário executivo da reacionaríssima Cooperativa dos Plantadores de Cana e Usineiros de Pernambuco, mas que teve a pouca sorte de ser cunhado do governador Miguel Arraes. Contra Arraes os torturadores nada ousavam fazer, pois desencadeariam um tremendo escândalo nacional e internacional caso o torturassem. Contra Ximenes, colaborador obscuro, acreditavam tudo ser permitido. Estropiaram o homem para o resto da

vida. Ximenes pagou por si e pelo cunhado — teve duas vértebras fraturadas, os rins deslocados e os nervos da mão atingidos pelo excesso de choques elétricos que recebeu. O inquérito que sobre seu caso foi aberto, em virtude de uma representação do coronel médico Oldano Pontual, que recusava a responsabilidade de recebê-lo no Hospital do Exército sem que se soubesse como ficara no estado lastimável em que se encontrava, nada apurou. Não chega a ser surpresa.

As torturas praticadas pelos franceses durante a Guerra da Argélia afrontaram a consciência do mundo. Não compreendíamos como um povo altamente civilizado embora formado em uma tradição de radicalismo e violência, pudesse usar, em plena segunda metade do século XX, os mesmos processos que contra ele foram empregados pelas tropas hitleristas de ocupação. Os torturadores colonialistas argumentavam dizendo que, muitas vezes, tinham de usar das torturas para obter rapidamente informações que iriam salvar a vida de soldados franceses ou de civis inocentes. A reação da inteligência francesa e do sentimento popular contra este gênero de tese foi um episódio de esperança para o mundo todo, pois não havia consciência que deixasse de repelir, enojada, esta argumentação. Os fins não justificam os meios e não existe meio mais abjeto para alcançar-se um fim que submeter a torturas um ser humano.

Mas no Brasil não há nem houve justificativa alguma para as torturas, nem as abjetas. Era a tortura pela tortura. E persistentemente negada. O general Ernesto Geisel, chefe da Casa Militar da Presidência da República, que recebeu do presidente Castelo Branco a incumbência de inspecionar as prisões do Nordeste, aparentemente para dar a cobertura do poder federal aos torturadores do IV Exército, teve em mãos as fichas médicas do Sr. Valdir Ximenes, conversou com diversos torturados e declarou à imprensa, que nada constatara, que tudo estava normal, no melhor dos mundos possíveis, talvez porque o golpe de estado preservara a civilização ocidental e cristã derrotando a corrupção e a subversão que ameaçavam o Brasil.

Levantamos, no *Correio da Manhã*, uma massa de informações esmagadora. Chegamos a publicar a planta das instalações secretas de torturas do Centro de Informações da Marinha, CENIMAR, localizadas no quinto andar do Ministério da Marinha, em pleno centro do Rio de Janeiro. A princípio, segundo fomos informados, pensaram em processar o jornal por revelar segredos militares. Mas, melhor aconselhados, verificaram que o processo seria a confissão pública das torturas. Quedaram-se em um silêncio de pedra. Neste silêncio, quebrado somente pelos desmentidos de rotina, prestados quase a contragosto e sem objetivar o convencimento de ninguém, estão até hoje as autoridades.

Este livro está longe de ser um documentário completo das torturas ocorridas no Brasil após 1.º de abril de 1964. Nele existem imperfeições, muitas lacunas e sérias omissões. Apesar disto acredito ser necessária a sua publicação para instruir o julgamento que o futuro pronunciará sobre os que hoje comandam nossa grande Nação e abusam de seus cidadãos. Os crimes praticados em nome da Democracia, de Deus e da Família não podem ser acobertados. O silêncio é a cumplicidade, à qual me recuso. No Brasil, os homens de bem não são cúmplices das atrocidades cometidas por uma minoria totalitária, que não recua ante as maiores degradações para consolidar seu poder de domínio. Os crimes praticados em nome da Democracia, de Deus e da Família não podem ser calados e sua revelação servirá para instruir o julgamento que o futuro pronunciará sobre os que hoje comandam a nossa grande Nação e abusam de seus cidadãos.

Muitos casos que apresentamos não puderam ser medicamente comprovados. As vítimas ou saíram das prisões quando os sinais de torturas já haviam desaparecido, ou não tiveram coragem ou conhecimento legal para se apresentarem a exames de corpo de delito. Os maus tratos que sofreram, mesmo quando não conseguiram arrancar confissões ou informações, quase sempre implantaram o medo na alma das vítimas. Por outro lado, não têm elas motivo algum para acreditar no funcionamento normal da Justiça, que seria provocado por um exame de corpo de delito.

Muitos casos são testemunhados por farrapos humanos, pessoas que, em virtude das torturas, aumentaram a população dos hospícios brasileiros. Mas, apesar das dificuldades de comprovação, alguns torturados conseguiram documentar definitivamente o tratamento a que foram submetidos. Estas provas corroboraram os demais casos, onde só a palavra da vítima acusa os carrascos. Há ainda um caso de confissão, acredito que único, por parte de um dos maiores responsáveis pelas torturas de Pernambuco, o coronel Hélio Ibiapina. Em um encontro dos bispos da província eclesiástica de Pernambuco ao qual compareceu como visita, em meados de junho de 1964, o coronel Ibiapina disse a Dom Helder Câmara, na presença de seus companheiros de episcopado:

— Muitas vezes o senhor tem vindo ao IV Exército reclamar de torturas contra presos políticos. Traz os nomes e as torturas a que estes homens foram submetidos e não sei como consegue estas informações. Invoco o seu testemunho para dizer que nunca neguei que as torturas existissem. Elas existem e são o preço que nós, os velhos do Exército, pagamos aos jovens. Caso tivessem os oficiais jovens empolgado o poder os senhores estariam hoje reclamando não de torturas mas de fuzilamentos. Nós torturamos para não fuzilar.

Como se vê, é uma desculpa pelo menos original...

O relato das torturas é monótono. A imaginação dos carrascos brasileiros não inovou os exemplos da História contemporânea. As práticas seguidas no Rio de Janeiro ou no Recife foram repetidas por toda parte, a não ser onde circunstâncias ocasionais incentivaram a mente dos torturadores, como no caso da tortura por intoxicação de gases, praticada no abrigo de um motor diesel no quartel de Goiânia.

As formas de torturas, além do espancamento indiscriminado e primário, são as seguintes:

Processo *Corcovado*, tomou seu nome porque praticado pela polícia carioca no alto do Corcovado, consiste em colocar o prisioneiro no topo de um muro alto, de costas para o abismo e de frente para baionetas ou metralhadoras durante horas a fio.

Ginástica, consiste a obrigar o prisioneiro a fazer repetidas flexões de pernas enquanto sustenta, nas mãos estendidas, dois catálogos de telefones. Quando pára de fazer a ginástica o prisioneiro apanha.

Algemas, é o algemamento do preso a uma mesa ou cadeira por muitas horas, às vezes por dias inteiros.

Pau de arara, método que em França chamava-se *passer à la broche*, no qual o preso tem os pulsos e os tornozelos amarrados em posição semelhante a de um remador inclinado para a frente e é suspenso no ar por um pau que, passado sob as articulações de seus joelhos, é apoiado a duas cadeiras ou duas mesas.

Banho chinês, onde a cabeça da vítima é enfiada em um balde de água suja ou em um tonel de óleo até quase o limite do afogamento.

Telefone, consiste em aplicar-se um golpe sobre os ouvidos da vítima com ambas as mãos em posição côncava. Foi por este processo que o pernambucano Gildo Rios teve os tímpanos furados.

Choques elétricos, são comumente aplicados quando o prisioneiro se acha pendurado no pau de arara. Passa-se uma ponta de fio pelo dedo polegar, outra pelo dedo grande do pé e liga-se este fio à corrente elétrica. Há ainda um sistema de eletrodos, que podem ser aplicados a qualquer parte do corpo. Tal como seus precursores nazistas, os torturadores brasileiros geralmente aplicam choques às partes genitais das vítimas, procurando não apenas uma parte do corpo de grande sensibilidade como tentando desmoralizar a vítima através de um atentado à sua virilidade. O estudante Lincoln Roque, da Faculdade Nacional de Filosofia, foi torturado, em maio de 1966, com um fio de luz comum cujas pontas tinham sido desencapadas. O fato ocorreu nas dependências da Chefatura de Polícia do Estado da Guanabara, que haviam sido “emprestadas” a agentes do Departamento Federal de Segurança Pública. Denunciado pelo jornalista

Hermano Alves, nenhuma providência acarretou por parte do governo Negrão de Lima.

Tenazes e outros instrumentos cortantes ou de maceração parece não ter sido muito difundido, pois só na Bahia e em Pernambuco tive notícia de flagelações deste tipo, com um caso em cada lugar. O arrancamento de unhas ou o esmigalhamento de partes do corpo deixam marcas duradouras, o que não era da conveniência de torturadores semiclandestinos, sempre prontos a negar suas práticas.

Churrasquinho, é uma variante do pau de arara. Consiste em acender um pouco de álcool por baixo do torturado ou em inserir-lhe no ânus um papel retorcido, que depois é aceso. O professor Assis Lemos, da Paraíba, foi uma das vítimas deste processo e sua tortura, realizada à beira da estrada entre Recife e João Pessoa, foi assistida pelo coronel Ibiapina.

Sabão em pó, jogado nos olhos da vítima e seguido da projeção de um forte feixe de luz na cara da vítima. Foi muito empregado no CENIMAR, no Rio de Janeiro.

Geladeira, tortura usada no quartel de subsistência do Exército em Cabanga, Recife, consistia em meter a vítima, vestida apenas de cuecas, dentro do frigorífico de carnes, onde a temperatura era de 20 a 30 graus abaixo de zero, conservando-o trancado por dois ou três minutos.

Todas estas formas de torturas aparecerão no decorrer dos depoimentos, artigos e reportagens que compõe este livro.

2

A Campanha de Imprensa

No dia 3 de abril de 1964 o *Correio da Manhã* publicou, na primeira página, um editorial intitulado *Terrorismo Não!* Era o primeiro grito de alerta contra o clima que se instaurava no Brasil e que viria a ser, nos meses seguintes, vivido por todo o povo brasileiro. Depois de historiar sua posição anti-Jango e seu papel no apoio à derrubada do presidente, dizia o jornal que “agora o Sr. Carlos Lacerda age por meio da polícia política, prendendo e espancando, como se estivéssemos em plena ditadura. Liberdade pela metade já não é liberdade. Já é uma forma de negá-la e destruí-la. E isto não podemos aceitar” .

No mesmo dia eram noticiadas prisões em massa no Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. Com o resto do País as comunicações estavam praticamente interrompidas. Todos os detetives demitidos da polícia da Guanabara por haverem espancado Clodomir de Moraes e sua companheira Célia Lima, pre-

sos na famosa Invernada de Olaria alguns meses antes, já se apresentavam para trabalhar, e eram contratados sob a alegação de falta de gente, sendo utilizados em inúmeras missões. Poucos dias mais tarde o governador Carlos Lacerda readmitia-os nos quadros da polícia. Justificou-se dizendo que os serviços que haviam prestado à Democracia por ocasião do cerco do Palácio Guanabara demonstrara que eram homens recuperados para o serviço público. Muitos presos sentiram na carne que espécie de serviço público os adeptos do governador estavam dispostos a prestar a bem da Democracia.

No dia seguinte, o quadro começava a ter nitidez ainda maior. Frei Martinho Burnier protestava veementemente contra a invasão do convento dos Dominicanos de Belo Horizonte por parte de uma malta de rapazes armados, chefiados pelo general José Lopes Bragança, de reserva que se intitulava *Patrulha de Voluntários*. Por toda parte surgiam grupos deste gênero, precursores dos terroristas da LIDER (Liga Democrática Radical), organização fascista paramilitar. No Rio de Janeiro eles invadiram e queimaram parte das instalações do jornal *Última Hora* e depredaram o prédio da União Nacional dos Estudantes. Lá encontraram um monte de perigoso “material subversivo” — cartazes e flâmulas de diversos países comunistas e o que chamaram depósito de armas, ou seja, algumas carabinas de madeira. O DOPS, por seu lado, andava em atividade febril e invadia o Hospital dos Bancários, metralhadoras na mão, à cata de seu diretor, Dr. Meirelles Vieira.

A primeira referência a torturas apareceu nos jornais de 7 de abril. O então correspondente do *Correio da Manhã* em Recife, Fernando Luís Cascudo, dizia, em um telegrama, que “as autoridades do IV Exército convidaram jornalistas e fotógrafos para uma visita, esta semana, aos quartéis onde se encontram os elementos subversivos detidos após a vitória do movimento revolucionário. Esta atitude pretende por fim à onda de boatos que circula em Recife, segundo a qual diversos agitadores teriam sido mortos e outros torturados pelo Exército”.

É desnecessário dizer que a visita jamais foi feita. A primeira vez que jornalistas puseram os pés nos quartéis de Pernambuco para este fim foi em setembro, quando acompanharam a comissão civil de investigações criada em virtude das denúncias que fizéramos. A esta altura a maioria dos presos políticos havia sido transferida para as prisões civis e as torturas, por parte de militares, haviam cessado há dois meses.

Foi a 18 de abril que surgiu a primeira notícia concreta. Algumas linhas, perdidas no fundo das sessões de polícia dos jornais, diziam: “o operário José de Souza, membro do Sindicato dos Ferroviários, que se encontrava preso para averiguações no DOPS, atirou-se do terceiro andar do prédio da Polícia Central, vindo a falecer”. Preferira morrer a continuar sofrendo os interrogatórios. Posteriormente, soube de outro suicídio semelhante, que não veio a público, o de Astrogildo Pascal Viana, do sindicato dos portuários de Manaus, dirigente comunista.

A polícia do Sr. Carlos Lacerda, famosa por haver assassinado impunemente dezenas de mendigos, tratou de silenciar sobre mais este crime. A 19 de abril comentei o fato em um artigo intitulado *Excessos da Inquisição* e, na confusão do momento político, o caso foi esquecido.

A idéia de que torturas estivessem sendo empregadas em larga escala contra os presos políticos era de tal forma infame, agredia tão brutalmente a formação moral dos brasileiros que, embora a considerássemos possível, não a examinamos, à época, com a atenção necessária. O suicida foi enterrado sem que se tentasse fazer um exame mais detalhado de seu corpo à procura de vestígios de brutalidade. Aliás, é pouco provável que, nas condições de desenfreada violência então reinantes, tivéssemos conseguido submeter o cadáver a um exame completo por parte de uma junta médica imparcial, mesmo que a idéia nos houvesse ocorrido.

Passaram-se algumas semanas antes que começássemos a receber outras notícias de violências contra presos políticos. Os que entravam nos cárceres não conseguiam romper o bloqueio da incomunicabilidade. Eram fechados

em túmulos de silêncio. As testemunhas de seus gritos de dor, que varavam as noites dos presídios, ainda não tinham vencido a barreira do medo e do desespero para prestarem seus depoimentos sigilosos aos jornais.

Algumas notícias iam sendo publicadas, sem destaque maior. Continuávamos antolhados pelo nojo de encararmos a possibilidade de torturas sistemáticas. A 5 de maio, Belo Horizonte, mandava um telegrama para a página policial: “ao tentarem prendê-lo sob acusação de “esquerdista” o comerciante Carlos Schirner, residente em Divinópolis, resistiu à ordem de prisão das autoridades, o que originou um tiroteio, ao fim do qual o comerciante foi encontrado morto. Segundo as autoridades, Carlos Schirner suicidou-se após ferir dois policiais, falecendo nesta capital, para onde fora transportado a fim de ser operado”.

Quatro dias mais tarde, era da Bahia que viriam notícias: “o funcionário da Diretoria dos Correios da Bahia, Pedro Domiense, chamado à VI Região Militar para prestar depoimentos, suicidou-se ingerindo tóxico”.

No dia 9 de maio o DOPS da Guanabara arrancou de um cinema o antigo deputado do partido comunista, Carlos Marighela. Como resistisse à prisão, levou um tiro no abdômen. Mesmo depois de ferido, ainda foi esbofeteado e recebeu cuteladas, sendo obrigado a dar “vivas ao comunismo”. Dois dias mais tarde era transferido do Hospital Souza Aguiar para a enfermaria da Penitenciária Lemos de Brito.

O dia 14 de maio marca a publicação das primeiras notícias dos maltratos infligidos ao padre Francisco Lage, quando de sua remoção, preso, de Brasília para Belo Horizonte. Noticiou-se ainda que o 2.º sargento Bernardino Saraiva, ao receber ordem de prisão no 19º Regimento de Infantaria de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, reagiu a tiros, ferindo quatro militares e silenciando-se em seguida com uma bala no crânio.

Como vinheta de humor negro, deve-se assinalar a entrevista concedida pelo ministro do Planejamento, Roberto Campos a um programa de televisão norte americana, chamado *At Issue*. Admitiu ele que “alguns excessos foram

cometidos durante a fase inicial do movimento que depôs o Sr. João Goulart, mas que houve menos violência e efusão de sangue no Brasil do que na luta pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos”.

As primeiras notícias concretas de Pernambuco foram publicadas a 15 de maio e versavam sobre os espancamentos de que foi vítima o ex-delegado Gildo Hios, àquela altura internado já há três semanas no Hospital do Exército de Recife com os tímpanos rompidos por golpes de *telefone*. Dois dias mais tarde, o enviado especial do *Correio da Manhã* a Salvador denunciava que o ex-deputado estadual Mário Lima, eleito pelos sindicatos da Petrobrás, estava sendo submetido a surras diárias na prisão da Polícia Militar. Acrescentava que os presos do Exército estariam sendo bem tratados, o que, como veremos adiante, não era verdade.

O marechal Estevão Taurino de Resende, encarregado da Comissão Geral de Investigações e que posteriormente seria uma das vítimas do aparelho triturador montado pelos radicais das Forças Armadas, baixou, a 18 de maio, instruções iníquas. Sem atentar para o Código de Processo Penal ou, sequer, para o que a respeito estipula a legislação penal militar, permitiu aos encarregados dos Inquéritos Policiais Militares que retivessem presos por tempo indeterminado as pessoas cujos depoimentos pudessem ser úteis às investigações em curso. Esta instrução foi posteriormente anulada por uma interpretação da lei militar que permite a detenção de suspeitos por 50 dias, e que foi aplicada no próprio filho do marechal Taurino de Resende, o economista Sérgio de Resende, preso sob acusação de subversão, pelos inquisidores de Pernambuco.

A Sra. Adelina Fernandes de Oliveira, que passara um mês presa pela Polícia do Estado do Rio, foi solta a 20 de maio e declarou haver sido espancada ao protestar contra a ilegalidade de sua prisão. Mostrou aos repórteres sua mão inchada. No dia seguinte era preso pelo DOPS da Guanabara, trabalhando em ação comum com o CENIMAR, o filho do almirante Cândido de Aragão, o chamado *Almirante Ver-*

melho, dos Fuzileiros. Dilson Aragão foi um dos espancados pelos agentes Sérgio Alex Toledo, Solimar e Boneschi. Seu depoimento constará do capítulo que examinará as torturas na Marinha.

Na noite de 26 de maio estava eu na redação do *Correio da Manhã*, quando apareceram alguns alunos da Universidade Rural, que fica no quilômetro 47 da antiga estrada Rio-São Paulo, portanto, bastante afastada da vida da cidade. Contaram-me o terror que lá imperava, com o recinto da Universidade ocupado por tropas do Exército, a vida estudantil submetida a policiamento armado e um coronel ditando normas aos professores. Muitos estudantes haviam sido presos e levados para os quartéis da vizinhança que, para azar deles, são muitos. Os já então rotineiros IPMs usavam e abusavam da liberdade de todos. Alunos haviam sido expulsos por delitos de opinião, ora acusados de comunistas, ora simplesmente de *esquerdizantes*, termo vago que, no Brasil de hoje, se aplica a um crime não classificado nos códigos, mas que nem por isto deixa de ser rigorosamente punido. *Esquerdizante*, na terminologia bronca dos encarregados de Inquéritos Policiais Militares abrange desde os que são simplesmente nacionalistas e favoráveis às reformas de estrutura necessárias à modernização do País, até os que têm uma militância partidária definida, quer, na área ideológica do Partido Trabalhista, quer no Partido Socialista, Comunista, Comunista do Brasil (linha chinesa) ou na pequena facção trotskista.

Estas notícias de perseguições e intolerâncias, embora revoltantes, eram extremamente comuns e convergiam de todos os pontos do Brasil. De norte a sul, de leste a oeste, as botas haviam invadido as salas de aulas. Perto de uma centena de professores universitários estavam no cárcere, acusados de pregarem “idéias subversivas”. Os protestos internacionais contra a repressão começavam a chegar, sempre que as vítimas haviam conseguido projetar seu trabalho além de nossas fronteiras. Faculdades foram fechadas. Alguns de nossos mais notáveis técnicos e cientistas principiavam a partir para as universidades do Chile, dos Estados Unidos e da Europa, preferindo trabalhar no exílio a enfrentarem a

prisão política. Instalara-se o terrorismo cultural e provocava-se a exportação de cérebros, que tanto tem depauperado as escassas reservas intelectuais do Brasil.

Mas os alunos da Universidade Rural, vinham com uma denúncia nova. Dois de seus colegas, José Valentim Lorenzetti, ex-presidente do Diretório Acadêmico e Dorremi de Oliveira, haviam sido seqüestrados por homens armados de metralhadoras, que invadiram a Universidade durante a noite e tinham listas de estudantes suspeitos, semelhantes às que se encontravam em poder do Exército. Diziam-se agentes da Divisão de Ordem Política e Social da Polícia da Guanabara e levaram os rapazes para um casa à beira da estrada.

Foram encontrados, cerca de meio dia do dia seguinte, pelo secretário da Universidade. Haviam sido submetidos durante várias horas, a torturas com choques elétricos e a espancamentos, sendo que Lorenzetti foi o que mais sofreu. Recolhidos à enfermaria da Universidade, foram posteriormente transferidos para instalações militares em Paracambi e mantidos em regime de incomunicabilidade, como se fossem eles os criminosos.

Em abril de 1965 estive com Dorremi de Oliveira, por ocasião de uma conferência que fiz na Universidade Rural. É um rapaz de vinte anos, mulato, filho de família pobre. Contou-me os detalhes de seu seqüestro. Estava, cerca de meia-noite, em seu quarto, tomando um copo de leite em companhia de um colega. Acabara de assistir a um filme sobre as guerras dos Estados Unidos com o México e conversavam sobre o assunto. De repente, o guarda do alojamento apareceu em companhia de um rapaz alto e louro, que portava uma metralhadora. Logo em seguida, dois outros homens armados surgiram e, dando voz de prisão a Dorremi, explicaram que iam levá-lo a Paracambi para prestar depoimento perante um coronel, que já havia interrogado dezoito outros alunos da Universidade. Apesar do inusitado da hora, Dorremi não estranhou a prisão e pediu apenas licença para vestir uma calça, pois estava de calção. O louro tranqüilizou-o:

— Pode vestir à vontade, garotão. E não tenha medo, que não vamos te fazer nada.

No pátio da Universidade encontrou-se com Lorenzetti, militante da Juventude Universitária Católica, que também fora detido. Embarcaram em uma camioneta e, mal saídos dos terrenos da Universidade, tiveram os olhos vedados e foram obrigados a se deitarem sobre os joelhos dos carcereiros, que lhes encostaram revólveres às têmporas.

A viagem durou alguns minutos. Dorremi desconfia que foi levado para a casa do diretor do Horto Florestal. Sempre vendados, começaram a sofrer o espancamento preliminar. Os carcereiros queriam saber onde estavam os planos da revolução que haviam recebido de Moscou e onde haviam escondido as metralhadoras. Lorenzetti foi levado para outra sala e Dorremi lembra-se apenas de seus gritos lancinantes. Presume que era dor dos choques elétricos que dava voz ao torturado. Com ele, limitaram-se a fazer roleta russa e a esmurrarem seu estômago.

Cerca de oito ou nove horas da manhã seguinte, depois de um melancólico episódio de masturbação vivido com um dos carcereiros que era pederasta, Dorremi teve de assinar um papel em branco, onde seria escrita sua “confissão”. Relutou por duas vezes em fazê-lo mas foi rapidamente convencido por murros e golpes de *telefone*. Em seguida, foram os dois abandonados na estrada.

Publiquei sobre o assunto um artigo no dia 28 de maio. Denunciei as torturas e chamei os intelectuais brasileiros à luta contra o aviltamento da condição humana, que era impunemente praticado pelos policiais do movimento de 1.º de abril. Este artigo fez com que, dali por diante, em minhas mãos se concentrasse uma verdadeira torrente de informações, mais ou menos detalhadas, sobre os maus tratos a presos políticos.

* * *

Um quadro geral das torturas, praticadas em larga escala por quase todo o Brasil, se foi formando pouco a pouco. Íamos publicando notícias, mas nenhuma providência era

tomada. A imprensa governista — todos os jornais do Brasil exceto o *Correio da Manhã*, a *Última Hora* e, de quando em vez, o *Jornal do Brasil* e a *Folha de São Paulo* — faziam ouvidos de mercador à evidência que se acumulava. Quando tratava do assunto era para negar a evidência e acusar-nos de cumplicidade com manobras comunistas, destinadas a desmoralizar o governo do “austero e inatacável” marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

O *Correio da Manhã* tornou-se, nos meses que se seguiram ao movimento de 1º de abril, a trincheira gloriosa das liberdades individuais e políticas dos brasileiros. Fora violentamente contrário ao Sr. João Goulart, mas assim que foi publicado o Ato Institucional, seqüência jurídica do movimento que derrubara o Presidente da República, percebeu que o arbítrio e a prepotência eram por ele legitimados. A consciência legalista do velho órgão liberal reafirmou-se. O tom dos editoriais passou da aprovação à crítica e, logo em seguida, à oposição firme. A liberdade poderia ser violentada no Brasil. Mas não o seria com a cobertura de seu silêncio.

Considero um verdadeiro milagre a posição assumida e muito tempo mantida, pela proprietária do *Correio da Manhã*, Niomar Moniz Sodré Bittencourt. Tinha ela diversos amigos entre os ministros escolhidos pelo marechal Castelo Branco. Seria lógico que a influência deles se fizesse sentir sobre o pensamento do jornal, de tradições conservadoras, que se deparava com um governo caracteristicamente conservador. O fato de, tomada a primeira decisão de se opor ao clima de progressiva opressão política, não ter havido desvios ou contemplações de ordem pessoal em sua linha de ataque é, realmente, um fenômeno único nas tradições personalísticas da imprensa brasileira. Os serviços que a luta de peito aberto sustentada pelo *Correio da Manhã* prestaram ao que restava de instituições democráticas e de garantias constitucionais no Brasil, só poderão ser avaliados corretamente quando os arquivos dos governantes atuais forem estudados pelos pesquisadores do turvo momento histórico que vivemos.

O governo do Marechal Castelo Branco fez, muito cedo, uma opção básica. Resolveu conservar um simulacro de democracia de preferência a enfrentar as dificuldades internacionais que lhe causaria a declaração de uma ditadura aberta. Seguindo esta linha de pensamento para uso no exterior, optou pela preservação da liberdade de imprensa, que é a mais evidente em uma democracia. Os jornais de oposição passaram a servir-lhe de álibi internacional e de atestado de bom comportamento democrático perante o mundo. Este atestado era comprado na bacia das almas. Em um País de mais de quarenta milhões de analfabetos, onde o rádio e a televisão são censurados severamente, a oposição de dois jornais que, juntos, têm uma tiragem de menos de trezentos e cinqüenta mil exemplares, não representava perigo maior.

Tínhamos, durante os meses em que clamávamos no deserto, nitida consciência de que nossa luta servia de escudo internacional ao regime Castelo Branco. Mas era também entranhada a certeza de que das denúncias que fazíamos, do combate que diariamente travávamos, dependia não apenas a reconquista das instituições jurídicas e constitucionais como — o que nos pesava no sono com pungência ainda maior — as vidas de multidões de presos políticos, lançados sem defesa e, frequentemente, sem que de seu paradeiro ninguém soubesse, nos cárceres do governo.

A defesa dos direitos inalienáveis do homem é um ideal pelo qual qualquer sacrificio deve ser feito. Mas a capacidade humana de abstração é limitada. Liberdade e Direito não têm a cara arrebetada pelos cassetetes da polícia. Não têm nome, mulher, filhos e endereço. Púnhamos o zêlo na defesa de nossos ideais abstratos expondo casos concretos, de gente com ficha e lugar de nascimento. E carregávamos para casa, para os exaustos fins de noite que se sucediam ao trabalho da redação, o peso daquelas vidas que, sem que as conhecêssemos, de nós em parte dependiam.

O horror desgasta a imaginação. Existe um ponto de saturação além do qual qualquer pessoa, em uma reação de autodefesa, recusa-se a aceitar a convivência diária com a

bestialidade de seu semelhante. O crime individualizado choca e revolta. O crime coletivo, praticado repetida e interminavelmente, em uma cadeia contínua de carnes rasgadas e de dor, acaba por vencer esta revolta e trazer um entorpecimento à consciência dos que o conhecem. Imaginamos o assassinato. Não conseguimos imaginar o genocídio. Em agosto de 1964 estávamos alcançando este terrível ponto de insensibilidade. Tratávamos as denúncias de torturas com um certo automatismo de rotina. Eram tantas as descrições, tão pavorosos os sofrimentos que arrolavam, que não nos conseguiam mais indignar.

A reação contra esta anestesia pelo horrível veio ao fim do mês, em uma noite de trabalho normal. Estávamos à volta da mesa de reuniões dos editorialistas, decidindo sobre que assuntos opinaríamos no dia seguinte, quando um servente trouxe carta de um estudante angolano, encarcerado no Presídio Naval da Ilha das Cobras pelo crime de, amparado pelo chão livre do Brasil, procurar lutar pela independência de sua terra. Contava José Lima de Azevedo o que sofrera nas mãos dos inquisidores do CENIMAR e dos investigadores da PIDE, polícia política de Salazar, a quem as autoridades brasileiras haviam “gentilmente” permitido que o interrogassem. Sua prisão era ilegal e Lima Azevedo estava sofrendo da vista em virtude do sabão em pó que lhe atiraram nos olhos. O assunto foi molemente proposto como tema do editorial principal. Alguém observou que os leitores já estavam cansados de relatos de torturas, talvez fosse melhor outro assunto.

Pesou sobre nós um silêncio denso. Percebemos que a colocação em palavras diretas do que todos inconscientemente sentiam nos salvara da insensibilidade. Cansar-nos era o que de melhor os torturadores poderiam desejar. Jogavam, precisamente, uma cartada dupla — a dificuldade que sempre existe em provar o flagelamento de presos políticos e a quase impossibilidade de homens normais, entregues a seus afazeres de rotina, acreditarem por muito tempo que outros homens incluam, em sua também rotineira vida diária, a tortura de seus indefesos prisioneiros.

A partir daquele instante a grande campanha contra as torturas estava consolidada. Todos os recursos foram concentrados na obtenção de informações, em sua triagem e confirmação e na exposição dramática do imenso painel de bestialidade que cobria o Brasil inteiro.

O esforço de informação que desenvolvemos em setembro e outubro de 1964 conseguiu, provisoriamente, paralisar o emprego de torturas nos interrogatórios políticos. Em Recife os presos foram transferidos para prisões civis. Embora esta transferência os tenha privado das condições de encarceramento mais higiênicas que em geral prevalecem nos quartéis, livrou-os das garras dos torturadores mais fanáticos, como o tenente coronel Darcy Villocq Viana e os especialistas em eletrochoques a mando dos coronéis Hélio Ibiapina e Antônio Bandeira. O mais violento torturador civil de Pernambuco, o delegado auxiliar Álvaro Costa Lima, não mais ousou tocar nos presos, pois o escândalo nacional levantado em torno de suas atividades envergonhou até o mais empedernido revolucionário de abril.

No Rio de Janeiro, entretanto o sucesso foi menor. Conseguimos despertar a opinião pública para os atentados cometidos pela polícia do Sr. Carlos Lacerda. Apontamos ao nojo de seus semelhantes os chefes, SS Gustavo Borges e Cecil Borer e alguns de seus instrumentos, como Sérgio Alex Toledo, Solimar, Boneschi, e o tenente da Marinha Darci Benedito. Mas as torturas não cessaram. Ainda hoje são empregadas pelo DOPS, apesar de empossado um governador que em campanha prometeu acabar com as torturas.

3

Nas Prisões do Recife

— “Se eles vencessem seria muito pior!”

É êste o argumento básico dos bem pensantes, quando forçados a admitir que as mais atrozes violências têm sido praticadas contra presos políticos pelos que juram haver “salvo a Democracia Ocidental e o Cristianismo” no Brasil. Não se contentam em enunciar esta barbaridade com ar de quem descobriu a pólvora. Propalam ainda, aos quatro ventos, as fantásticas versões de morticínios e torturas que a imaginação da polícia política assegura haver encontrado nos arquivos dos adeptos do governo deposto. Presos a um férreo espartilho mental, estes golpistas parecem esquecer que nem todos os brasileiros são imbecis. Que nem todos esqueceram exemplos contemporâneos de campanhas semelhantes de difamação sistemática, promovidas pelos modelos ideológicos dos radicais brasileiros. Os judeus foram, há trinta e poucos anos, acusados das mais soezes práticas

e dos crimes mais vis. Como agora, não se apresentaram provas das acusações que, em si, já serviam de condenação. Cinco milhões e setecentas mil pessoas foram trucidadas em nome destes crimes sem culpados. No prefácio que escreveu ao livro *La Question*, no qual Henri Alleg descreve as torturas que sofreu em Argel, Sartre tem uma frase profética “Hitler foi apenas um precursor”. Provamos, no Brasil, a amarga verdade desta profecia.

Uma das mais sinistramente ridículas “revelações” produzidas pela polícia política do Sr. Carlos Lacerda depois do 1.º de abril foi a do plano chinês para a eliminação do Chefe Supremo da Guanabara. Os nove perigosos amarelos que a “Revolução” trancafiou por um ano, apesar de aqui terem vindo em missão oficial, pretenderiam cometer um assassinato poético — colocariam bombas em papagaios de papel que, com o auxílio da suave brisa carioca, içariam sobre o palácio do governador. Quando os engenhos estivessem na desejada posição, algum dispositivo secreto seria desmontado, as bombas cairiam sobre o palácio e o Brasil perderia o grande defensor de sua democracia... Em matéria de humor negro, creio ser esta história merecedora de antologias.

— “Se eles vencessem seria muito pior!” Este “eles” refere-se aos comunistas e, sobretudo, aos brizolistas. Quanto aos primeiros, constituiriam-se, ao fim do governo Goulart, no grupo moderador da febre de bravatas e provocações insensatas que atacara as esquerdas brasileiras. Apesar de divididos, desorganizados e pouco numerosos, procuravam impor alguma seriedade e juízo ao processo que, realisticamente, viam caminhar para a destruição. E três dias antes do golpe, deram a seus seguidores a ordem de pulverização e de debandada. Com isto, conseguiram salvar bom número de seus líderes, apesar do chefe do partido, Luiz Carlos Prestes, ter deixado em mãos da polícia uma série de cadernos com minuciosas anotações sobre a intimidade da vida partidária. Pois nem com esta preciosa ajuda, a repressão atingiu fundamentalmente os quadros do PC. Foram presos relativamente poucos comunistas, enquanto as cadeias se enchiam de um

exército de católicos, de brizolistas, janguistas, socialistas, camponeses da linha Julião, trotskistas e o mais.

Pessoalmente, considero inviável no Brasil a tomada do poder por parte dos comunistas. Formam eles uma minoria das forças políticas brasileiras. No Rio de Janeiro, a mais politizada cidade do País e, possivelmente a que é mais propensa às radicalizações revolucionárias, quer de esquerda, quer de direita, mal conseguiram eleger um deputado federal. Mas, mesmo que obtivessem alguns pontos de apoio, conquistassem pedaços de território sobre o qual estabelecessem seu domínio e dos quais tentariam submeter o resto, mesmo se predominassem sobre a imensa maioria democrática da população, teriam de enfrentar, imediatamente, a intervenção norte-americana. E não contariam com ajuda alguma dos países comunistas. Os Estados Unidos aprenderam a lição militar de Cuba, embora não tenham aprendido sua lição política. Qualquer ameaça séria de uma conquista de poder no Brasil por parte dos comunistas provocaria uma reação militar que, em termos de engajamento, talvez ainda fosse maior que a da Guerra da Coreia. No Brasil, como, acredito, em qualquer lugar da América Latina, um regime comunista não sobreviveria uma semana. A experiência cubana não se repetirá em futuro previsível.

Já a tomada do poder por parte de forças nacionalistas, de tendências socialistas e neutralistas é bastante mais provável e aliás, constitui o problema maior da diplomacia dos Estados Unidos no Continente. Mas, ainda que conseguisse chegar ao comando, um governo constituído em bases neutralistas e socializantes teria de agir com extremo cuidado para sobreviver. As resistências que encontraria, interna e externamente, por parte dos interesses econômicos colonizadores e seus aliados brasileiros, civis e militares, seriam de tal monta que qualquer pretexto serviria para uma tentativa de deposição, tal como ocorrera ao fim do segundo governo Vargas e no governo Jânio Quadros.

Os revolucionários vocais do tempo do governo Goulart revelaram completo despreparo ideológico e uma ter-

rível falta de organização para chegarem a seus propósitos de poder. Acreditaram que o poder, que lhes caíra nas mãos por acidente, delas não mais escaparia. Subestimaram os adversários. Não souberam analisar as lições de um passado recente nem formular suas reivindicações em termos concretos, programáticos e segundo uma ordem de prioridade que seria obedecida evolucionisticamente. O sr. Leonel Brizola e seu grupo de mandabrasas partiram para o suicídio coletivo. E ainda se espantaram quando, da noite para o dia, se viram alijados do governo, presos e exilados.

O brizolismo atrasou a evolução política do Brasil em pelo menos trinta anos — fortaleceu o golpe da direita e fez com que voltássemos ao bê-a-bá da democracia e do nacionalismo. Todas as conquistas de liberdades individuais, políticas e trabalhistas, que pareciam já fazer parte de nossa estrutura social, foram novamente postas em dúvida, precisam novamente serem reconquistadas. Todas as posições de defesa da riqueza nacional, os controles das decisões sobre a vida dos brasileiros por parte de brasileiros foram destruídas. Chegamos ao ponto em que dois industriais, Joaquim da Silveira e Fernando Gasparian, trocam o seguinte diálogo:

— No tempo de Jango a cada vez que eu entrava em minha fábrica tinha medo de encontrar um comunista sentado em minha mesa.

— Pois é. Mas agora, a cada vez que entro na minha tenho medo de encontrar um americano sentado na minha mesa.

Mas estas considerações sobre o passado pouco têm a ver com o assunto deste livro. Basta que fiquem resumidas — o golpe de 1.º de abril de 1964 foi grandemente facilitado pela leviandade das esquerdas brasileiras, sua falta de organização e seriedade, a precariedade ideológica de seus líderes e sua impaciente revolta contra a ordem legal e a normalidade jurídica, exatamente os fatores que mais os protegiam. Em um país onde as Forças Armadas são permanentemente doutrinadas por uma potência estrangeira e filiada a uma concepção de bipolarização do mundo na qual a liderança do país

doutrinador nem sequer é discutida, a única possibilidade de adotar-se uma política contrária aos interesses econômicos desta potência, ou a seus interesses políticos imediatistas (a longo prazo acredito que os Estados Unidos só teriam a beneficiar-se com um governo nacionalista e progressista no Brasil, da mesma forma como atualmente se beneficiam na experiência democrata-cristã de Eduardo Frei no Chile) é dentro da lei. Na marra, a coisa não vai não. Na lei é possível que também não vá muito longe, mas ainda há esperança.

Voltando ao argumento dos hipócritas: “se *eles* ganhassem seria muito pior”. Pior como? É verdade que não tivemos uma guerra civil, que ninguém foi fuzilado publicamente. Mas o que existirá de pior que a tortura, a morte disfarçada pela fome, a “desordem estabelecida” de uma sociedade feudal e injusta garantida pelas armas? No 1.º de abril as mortes foram sorrateiras. Um ou outro popular tiroteado na Cinelândia, no Rio de Janeiro, dois estudantes massacrados nas ruas de Recife, alguns camponeses *suicidados* pelo Nordeste, uns poucos *desaparecidos* dos xadrezes policiais. Nada de público, nada de acintoso. Oficialmente, o golpe de estado foi incruento. Mas terá sido “melhor”?

O caso que provocou a grande reação da opinião pública e política contra a institucionalização das torturas nas prisões brasileiras surgiu no domingo, 13 de setembro de 1964 — a revelação da morte do sargento Manuel Alves de Oliveira, ocorrida a 8 de maio de 1964, no Hospital do Exército de Triagem, no Estado do Rio, presumivelmente em consequência de violências de que fora vítima quando preso em sua unidade.

Ao longo das semanas anteriores, o *Correio da Manhã* e a *Última Hora* vinham publicando informações cada vez mais detalhadas sobre os métodos de inquisição usados pelos revolucionários. As denúncias surgiam por escrito, dando os nomes, os locais, as formas de tortura. O próprio *Jornal do Brasil*, então uma fortaleza governista, começava a contribuir com informações próprias. Em Recife um de seus repórteres, José Carlos Rocha, fora preso e espan-

cado. A Câmara dos Deputados e até o sonolento Senado, geralmente apáticos ante o noticiário diário começavam a inquietar-se. Os representantes do governo eram constantemente interpelados. Havíamos já ultrapassado a vigência do primeiro Ato Institucional, a ditadura ainda não fora revigorada pelo segundo, os parlamentares criavam mais ânimo e ameaçavam a constituição de uma comissão de inquérito.

Em sucessivos artigos procurava cumprir a minha parte, em uma tentativa de sensibilizar a opinião pública e os militares. Apresentava casos concretos, como o de Milton de Carvalho e Silva, que saíra da prisão, na Bahia, pesando 43 quilos e era imediatamente internado em um hospital, ou o dos prisioneiros, seqüestrados a 28 de agosto do 19º Batalhão de Caçadores de Salvador, a fim de evitar-se o cumprimento de uma ordem de *habeas corpus*. Procura mostrar como o Exército estava sendo desmoralizado por um punhado de monstros, cuja impunidade aviltava a todos os brasileiros, e pedia a criação de uma comissão de investigações isenta. Os títulos dos artigos que então publiquei sugerem o tom da campanha: *Os Torturadores*, *Os Cúmplices*, *Os Desonrados*.

A denúncia da morte do sargento Manuel eu a dirigi ao ministro da Guerra, general Costa e Silva, porque já perdera as esperanças de conseguir resultados apelando para o marechal Castelo Branco e seus ministros civis. O efeito foi imediato. Na mesma noite, o presidente da República resolveu tomar medidas acauteladoras. Sua vaidade gigantesca fora espicaçada pela denúncia a um seu inferior hierárquico e, finalmente, ele resolveu mostrar algum zelo pela defesa dos direitos humanos de seus prisioneiros. Mandou que se abrisse uma investigação e despachou para o Nordeste seu chefe da Casa Militar, general Ernesto Geisel. Com isto, procurou esvaziar o movimento de opinião pública que já se formava. A viagem de inspeção, que não resultou na punição de nenhum dos torturadores, teve ao menos o mérito de paralisar as torturas, que em Recife só se repetiram quase um ano mais tarde.

O caso do sargento Manuel, estopim do processo, é

apresentado documentadamente ao fim deste livro, no Apêndice. Apesar de minuciosamente estudado, foi impossível comprovar-se ter ele morrido em conseqüências de torturas. Não deixa de ser uma ironia haver tantos casos de torturas descobertos em virtude da morte de um homem que não podemos provar tenha sido vitimado da mesma forma.

A segunda conseqüência imediata da denúncia da morte do sargento foi a abertura das prisões de Recife a uma inspeção por parte de uma comissão civil, composta pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Aduino Maia, do vice-presidente da Assembléia Legislativa, deputado Felipe Coelho, do presidente da Associação Pernambucana de Imprensa, Reinaldo Câmara, do presidente da seção pernambucana da Ordem dos Advogados, Carlos Moreira, do procurador-geral do Estado, João Guerra Barreto e do representante da Arquidiocese de Olanda e Recife, monsenhor Osvaldo Gomes Machado.

Não deixa de ser de certa forma curiosa a preocupação do marechal Castelo Branco com uma obediência ocasional à legalidade e à letra da lei. Acredito ser ele uma das personalidades políticas mais imprevisíveis e confusas que já passaram pela chefia da Nação. Ditador, faz esforços por demonstrar apreço por fórmulas democráticas. Militar, procura o poder civil e as formas civis de ascensão social como, por exemplo, a Academia de Letras. No caso das torturas de Pernambuco, apareceu como um temporário Dr. Jekyll, desejoso de restabelecer a segurança dos presos políticos, embora nada fizesse para apurar as responsabilidades dos que os haviam torturado.

No caso da deposição do governador de Goiás, que examinaremos posteriormente, surgiu como um Mr. Hyde, sequioso de violência e argumentando, para justificá-la, com um depoimento arrancado, também por meio de torturas, a um louco furioso.

Logo que soube da projetada viagem do general Geisel a Pernambuco, percebi que se oferecia uma possibilidade talvez única de apurar a veracidade das muitas denúncias

que de Recife recebíamos. Considerava-me de certa forma responsável perante aqueles presos que a mim dirigiam a maior parte de suas sofridas narrativas. Tinha ainda responsabilidade perante a opinião pública, emocionada pelos artigos que publicávamos e até face ao próprio governo que conseguíamos demover da indiferença.

Resolvi seguir também. A decisão não foi fácil. As descrições que recebíamos do clima de terror que reinava em Recife não eram de molde a incentivar o turismo bisbilhoiteiro. Teria de andar por toda a parte, a todas as horas do dia e da noite. Seria facilímo para os torturadores encenarem um incidente de rua e me espancarem. Mais fácil ainda era prenderem-me para uma ligeira sessão de interrogatório, semelhante à que, dias antes, fora submetido o repórter José Carlos Rocha.

A perspectiva de tortura, ou de simples espancamento não anima ninguém. Conversei com Rocha, que gozava suas férias merecidas na praia de morenas de Copacabana e fiquei menos animado ainda. Mas que diabo, alguém tinha que ir e, se alguém fosse, teria de ser eu.

Embarquei no aeroporto Santos Dumont com aquele característico buraco que o medo cava no estômago da gente. Antes, tomara a precaução de anunciar a viagem na primeira página do *Correio da Manhã* e de comunicá-la ao chefe da Casa Civil, ministro Vianna Filho. Achei que a notoriedade da missão acabaria por proteger-me. O Luís Vianna ficou meio espantado com meu telefonema. Disse que eu vivia viajando para baixo e para cima, nunca lhe tinha comunicado o destino de minhas andanças não via porque contrair o hábito agora. Respondi que o seguro morreu de velho e tratei de pegar o meu Electra com uma certa sensação de boi indo para o matadouro.

O medo antes de chegar o perigo é, acredito, bastante comum. Para mim, é um velho conhecido, que comparece aos episódios importantes de minha vida com pontualidade. Também comum e igualmente pontual é o desaparecimento do medo quando a hora de crise aparece finalmente.

Desembarquei em Recife já na maior despreocupação, cheio de pressa em tomar providências, dar telefonemas, marcar encontros, procurar cada uma das muitas pessoas cujos nomes levava no bolso. Mas à medida que os encontros se sucediam naquela primeira tarde de trabalho, a ligeireza de espírito ia sendo substituída por uma frustração imensa.

Os jornalistas de Recife garantiam que não conseguiria entrar nas prisões e que os torturados que já haviam sido libertados recusavam-se a falar. Esta última informação foi confirmada pelo encontro que tive com um jornalista, meu velho conhecido e antigo correspondente dos jornais do Rio e de São Paulo. Era ele uma das vítimas do coronel Darcy Villocq Viana. Contou-me o que sofrera na cadeia, os espancamentos, as queimaduras de cigarros, o fuzilamento simulado. Sua barriga ainda estava marcada. A todo instante ele interrompia a narrativa e dizia: “foi duro. Foi muito duro. Você não pode imaginar como foi duro”. Depois passou a contar as humilhações a que fora submetido depois de solto. O coronel Villocq obrigava-o a ler os jornais do Rio e a recortar o que achasse importante.

Os recortes tinham de ser entregues no quartel de Casa Forte todos os dias antes das oito horas da manhã. A frequência com que ia ao quartel já fazia com que seus amigos, conhecidos e companheiros de sofrimento passassem a considerá-lo informante do carcereiro. Depois de contar tudo isto, o rapaz avisou:

— Se você publicar meu nome, desminto tudo. Você passa uns dias aqui, levanta as histórias todas e vai embora para o Rio. Eu fico. Nasci na Estrada da Casa Forte, moro aqui, tenho mulher e tenho filhos que só posso criar em Recife. Você vai embora e eles me pegam de novo. Fica avisado. Se publicar, digo que é tudo mentira.

Receei neste momento que a viagem seria inútil que a última palavra seria mesmo a que, naquela noite, o general Geisel proferira com a mais completa desfaçatez: não havia torturas, não tinha havido torturas, estava tudo na mais perfeita ordem...

Creio que o telegrama que passei naquele dia, 17 de setembro, retrata bem meu estado de espírito. Tratei de fazê-lo um tanto candente, na esperança de incentivar os cautelosos a contarem suas vicissitudes:

“Recife não é sequer a Veneza Americana repudiada por Manuel Bandeira. É uma cidade envôlta numa mortalha de silêncio e suspeitas. Sobre cada esquina, cada beco ou canto de rua paira a onipresente sombra do IV Exército. Os jornais seguem política de autocensura, a mais vergonhosa porque já injustificada pelos fatos. Não existem censores nas redações, mas o povo tem de ler as novas recifenses na imprensa carioca e paulista. Os amigos receiam confiar ao telefone a marcação de seus encontros, já que a Segunda Seção do coronel Bandeira pode estar à escuta. O próprio Bandeira faz praça desta espionagem e gaba-se de ter informantes às miríades por toda parte.

“Já tive em minhas andanças a experiência de algumas ditaduras. O ambiente recifense não chega a ser o terror completo de Berlim Oriental à época em que se erguia o muro e as multidões de refugiados conseguiam esgueirar-se pela Porta de Brandeburgo. Mas é a morte menos espetacular da liberdade, quando o medo corrói a dignidade de homens que se trancam na indiferença, tal como vi em Madri, Lisboa ou na Havana que conheci em 1960, quando a oposição a Fidel existia, mas sussurrada pelos corredores dos hotéis e no pátio da Universidade.

“Criou-se hoje a Comissão de Investigações que examinará torturas de presos. Seu trabalho será árduo, pois terá de chocar-se contra a muralha de terror dos que passaram por processos de crueldade como dificilmente a imaginação de uma pessoa normal poderia visualizar. Mas tenho fé em que poderá chegar a resultados, positivos. Estive, esta manhã, com o general Murici e dele obtive a segurança de que a Comissão terá as mais amplas garantias para entrar em todas as cadeias, averiguar todas as denúncias. Obtive, ainda, consentimento para acompanhar os trabalhos e passarei aos membros escolhidos a substancial massa de denúncias de

que já disponho. Temos, portanto, pela frente, um levantamento a ser feito com minúcia, diferente da vistoria sumária procedida pelo general Ernesto Geisel que, nas poucas horas aqui passadas, não se dignou sequer mandar um representante visitar o HGE, onde se encontra Valdir Ximenes, com três vértebras fraturadas por pancadas; o jornalista Milton Coelho da Graça, com menos dois dentes; e o ex-prefeito de Natal, Djalma Maranhão, 25 quilos mais magro. Também não visitou o asilo de loucos da Tamarineira, onde me informaram estar o camponês José Antônio Lopes Albuquerque, de Vitória de Santo Antão, e o funcionário da Secretaria de Segurança Pública, Edval Freitas, ambos enlouquecidos após alguns dias de prisão. Esqueceu-se ainda de entrevistar-se com Gildo Rios, de quem ouvi o coronel Bandeira dizer ter passado 26 dias no HGE em virtude de haver tido os tímpanos furados por golpes de *telefone*.

“Acredito que o problema maior que a Comissão de Investigações terá de enfrentar é o pavor dos que já foram soltos, cujo depoimento procurará obter. Estive hoje com um desses homens, que passou pelo Quartel de Casa Forte, comandado pelo tenente-coronel Darcy Villocq Viana, famoso por haver dado uma demonstração pública de seus métodos ao passear pela cidade o comunista Gregório Bezerra com uma corda no pescoço e cabeça partida por coronhadas. Este torturado só tem uma preocupação: a de que o deixem em paz. Conta o que sofreu, surras e fuzilamento simulado, mas adverte que negará tudo se fôr preciso. Diz, como muitos outros com quem conversei, que a gente do Sul não pode julgar os de Pernambuco. Nós gozamos ainda de liberdade e relativas garantias. Diz que jornalista como eu, que chega do Rio, tem sua integridade física assegurada até pelos extremados, pois que qualquer violência que sofresse seria um escândalo de tal magnitude que escaparia ao controle do grupo mais arbitrário da oficialidade. Mas eles não. Têm de ficar aqui, continuar vivendo, procurando reconstruir seus meios de sobrevivência, completamente à mercê dos que comandam as celas surdas e os *paus-de-arara*.

“Espero estejam certos quanto à minha segurança pes-

soal, mas não posso deixar de ficar revoltado com o processo de decomposição moral que sofreram. É compreensivo o medo. Não se pode obrigar ninguém a ter mais coragem do que a dada por Deus. Os sofrimentos liquidaram com a resistência que tiveram. Mas com a vontade que o governo alega ter de apurar as denúncias e com o aparato publicitário que lhe colocamos à disposição, não só através do *Correio da Manhã* como, acredito, da maioria dos Jornais do Rio e de São Paulo que, embora apóiem o governo, abominam a nojeira das torturas, eles só têm de apertar o botão: os torturadores que desonraram suas fardas serão banidos de suas corporações pela opinião cristã desta terra, desencadeada pelas próprias vítimas. Coragem não é ausência de medo, que todos somos humanos. Coragem é, exatamente, vencer o medo quando imprescindível.”

Já na mesma noite em que escrevi este artigo os segredos do sofrimento dos pernambucanos começaram a se abrirem para mim. A porta de meu quarto de hotel bateu um rapaz, universitário de uns vinte e dois anos de idade, cujo pai estava preso. Era o enviado de um grupo de perseguidos que comigo desejavam contato. Seguimos pela noite recifense, que conhecera em ocasiões mais alegres, quando o maracatu, o frevo e a maizena do entrudo faziam o cortejo do mais espontâneo carnaval do Brasil. A sombra do coronel Bandeira barrava todas as esquinas. Demos voltas e mais voltas, até que meu guia tivesse mesmo certeza de não estarmos sendo seguidos. Paramos, finalmente, em uma área de bairro, ironicamente próxima de um quartel. Nos fundos da casa, homens de cara tensa me esperavam à volta de garrafas de cerveja quentes. Começaram a desfiar suas recordações de cárcere e as informações que sobre casos alheios tinham obtido.

Ao fim de três horas desta conversa macabra, tinha em meu caderno de notas, cerca de quinze nomes, os locais onde estavam presos e as torturas a que haviam sido submetidos. No dia seguinte, fui passando de mão em mão, sendo encaminhado a mais testemunhas, a novos informantes.

Dentro de um jipe, debaixo de um dos aguaceiros típicos do inverno nordestino, conversei com Geraldo Go-

mes, antigo presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura. Fora preso por um grupo de voluntários civis, entre os quais reconheceu alguns filhos de usineiros. Levado para a própria sede do IV Exército foi interrogado durante várias horas e pendurado em um *pau-de-arara*. Quando estava nesta posição, entrou na sala o próprio coronel Bandeira, que se limitou a olhá-lo e ir embora. Fizeram com ele o *churrasquinho* de papel, ateando fogo a uma mecha de jornal, inserida em seu ânus e deixando que a chama chegasse juntinho da carne antes de ser apagada.

No mercado e no comércio ambulante da rua do Rangel procurei sem sucesso um agitador camponês chamado *Índio* ou *Cubano*, cujos testículos, ao que me informavam, haviam sido amassados com tenazes. Esta informação foi posteriormente confirmada pela psiquiatra Rosita Teixeira de Mendonça, que com ele esteve em abril de 1965.

Uma visita ao IV Exército era indispensável. A notoriedade fazia parte de meu esquema de segurança e minha curiosidade de repórter reclamava uma olhada na cara dos oficiais que comandavam os horrores. Tive uma longa e penosa entrevista com o general Antônio Carlos Murici, comandante da 7ª Região Militar, que já havia aberto inquérito para apurar as sevícias sofridas por Valdir Ximenes e pelo funcionário da Secretária Assistente, Manuel Messias da Silva, torturado em Caruaru. Ao fim do quase monólogo imposto pela agitação verbal do general Murici, que me pareceu um homem bem intencionado, confuso, mas ainda cioso do cumprimento de seus deveres para com a preservação da dignidade militar, surgiu o famoso coronel Antônio Bandejas. É um nordestino baixo, gordo, de pequenos olhos ariscos, que contrastava pela economia de palavras com a facúndia de seu superior hierárquico. Mas, apesar de seu laconismo, contribuiu com uma informação, importante por vir de onde veio — Gildo Rios, ex-delegado de polícia, passara vinte e seis dias no hospital do exército por ter tido os tímpanos furados por golpes de *telefone*. O próprio Bandeira encontrara-se com a vítima no hospital e vira o pus saindo de seus ouvidos.

Fui, desta forma, construindo o processo das torturas.

Os nomes se multiplicavam, pouco a pouco. Alguns casos eram impossíveis de serem confirmados. As vítimas tinham saído das prisões e desejavam apenas que as deixassem viver em paz em Recife. Queriam esquecer o que haviam passado e, sobretudo, evitar que os sofrimentos fossem renovados. Outros faziam como o jornalista — contavam as torturas mas pediam que não se mencionasse seus nomes. Entre todos havia um vínculo único — a pouca importância e, freqüentemente, a inutilidade das informações que os algozes procuravam arrancar pelo emprego de métodos brutais. No mais, diferenciavam-se em ideologia, profissão, nível social, participação política no processo anterior, forma de interrogatório, etc. Alguns sofriam um bloqueio mental ao tentarem reconstituir as torturas passadas. Referiam-se a elas vagamente, dizendo: me puseram no *pau-de-arara*, não sei quanto tempo, ou: deram-me um *banho chinês* em um balde de água suja. E não iam além. Outros, lembravam-se de tudo, nos mínimos detalhes. Suas memórias registraram pormenores das salas onde haviam sido seviciados, dos rostos e das vozes dos torturadores. E faziam uma revelação macabra — antes de serem levados ao interrogatório, ficavam desejando que lhes aplicassem tal ou qual tortura. Sabiam que seriam torturados e, de antemão, aceitavam o sofrimento. Mas uns preferiam o choque elétrico e temiam o afogamento, outros detestavam o *pau-de-arara* mas sofriam menos com o *banho chinês*.

No dia 19 de setembro a comissão de investigações civil reuniu-se pela primeira vez. Apresentei uma denúncia formal, arrolando, mais de trinta casos que me haviam sido apontados. Os que ainda estavam presos confirmaram esta denúncia aos investigadores e alguns dos casos mais graves constam do relatório final apresentado pela Comissão ao IV Exército. Os que já estavam em liberdade não foram ouvidos, de vez que os investigadores preferiram limitar o campo de seu trabalho às prisões e quartéis.

O *Correio da Manhã* de domingo, 20 de setembro de 1964, publicou o seguinte telegrama, que enviei de Recife:

“Não tendo podido acompanhar os trabalhos da Co-

missão de Investigadores, aproveitei o sábado, dia de visitas na Detenção de Recife, para avistar-me com boa parte dos presos políticos que, tendo sofrido violências, ainda se encontram detidos. Desde anteontem o Exército vem encaminhando para a polícia a maioria dos presos sob sua guarda. É, portanto, na detenção, que o grosso das informações pode ser obtido, conforme comprovará a Comissão, quando lá estiver.

“Soube pelos presos que o general Geisel esteve com diversos torturados, quando de sua passagem pelo Recife, no quartel da 2ª Companhia de Guardas, deles ouvindo detalhadas denúncias. É o caso, por exemplo de Manoel Messias da Silva, rapaz magro, alourado, que foi preso em Recife e, após rápida entrevista com o coronel Ibiapina, levado para Caruaru, em cuja Secretaria Assistente trabalhava durante o governo Arraes. Segundo me informou, foi espancado pelo coronel Justo Moss e pelo capitão Gondim, de tal forma que teve receber tratamento médico, que lhe foi prestado, pelo Dr. Honório Florença, do SAMDU. Seu caso, ao que constava, teria dado motivo a abertura de inquérito, por ordem do general Murici, mas Messias diz que ainda não foi ouvido.

“O pátio da velha Detenção do Recife, edifício que apresenta precárias condições para assegurar aos internados vida saudável, parece aos sábados, uma feira do interior. Os presos comuns, com os seus macacões azuis e camisetas numeradas, ficam “quentando sol” nas áreas internas e expondo à venda diversos objetos que fabricam com chifres de boi. Os presos políticos que podem receber visitas, ficam em uma área mais afastada, conversando com suas famílias em pequenos grupos.

“A notícia de minha chegada, espalhou-se rápida pelo pátio. Fiquei debaixo de um pequeno tóldo, onde encontrara o ex-vereador Jarbas Holanda, único voto contrário no impedimento de Pelópidas Silveira, prefeito que contara com substancial maioria na Câmara. Logo me tornei o centro de um grupo que se revezava na narração, sóbria e desadjetivada dos tormentos. Como os casos são muitos, e a Comissão de Investigações ainda não passou pela Detenção, farei apenas um resumo dos que me parecem mais significativos.

“O advogado Ubiraci Barbosa é um sujeito entroncado, de cara redonda. Na noite de 30 de maio foi retirado da cela onde se encontrava, no 1.º Grupo de Artilharia de Costa Mecanizada, em Olinda. Teve os olhos vendados com adesivos e foi levado para o local das torturas, que presume ser o Quartel da Subsistência do Exército, pois foi diversas vezes enfiado em uma câmara frigorífica. Diz ter reconhecido a voz do coronel Ibiapina, durante as cinco ou seis horas de interrogatório. Foi posto no *pau-de-arara*, ou seja, pendurado em um pau firmado entre duas mesas, com as mãos amarradas sob os joelhos, em posição semelhante ao movimento dos remadores quando se inclinam para a frente. Sofreu ainda o “tratamento” de choques elétricos e ficou de tal forma combalido que a 1º de junho foi socorrido por dois médicos militares, um capitão e um tenente, cujos nomes não sabe. Passou trinta dias tomando remédios e banhos de luz.

“Ivo Valença é um engenheiro bastante conhecido no Recife. Todos são acordes em reconhecer ter sido ele um dos que mais sofreram. Foi torturado nas noites de 20 para 21 e de 21 para 22 de abril, sobretudo com choques elétricos, pancadas e *pau-de-arara*. Conserva ainda as cicatrizes das cordas do *pau-de-arara* nos tornozelos. Foi atendido por um tenente médico cujo nome completo declarou no minucioso depoimento que prestou em inquérito mandado abrir pelo general Murici. Diz que suas torturas foram presenciadas pelo capitão Bismarck, do Conselho de Sentença da Auditoria Militar. O pastor protestante Dorival Beulke, que assegura não saber o motivo de suas várias prisões, testemunhou, o estado em que Ivo foi devolvido.

“Finalmente, Evaldo Lopes Gonçalves, ex-Presidente da Loteria do Estado, também contou ao general Geisel as torturas que sofreu. Diz que foi interrogado por um capitão da 2ª Companhia de Guardas. Evaldo, também sofreu “tratamento” na geladeira, espancamento e choque elétrico, segundo afirma.

“Caso o Exército deseje apurar a tal responsabilidade dos espancamentos, mesmo quando os presos não sabem os

nomes dos torturadores, basta apurar quais os oficiais de dia nos quartéis, nas datas em que houve tortura, pois das datas todos se lembram. Os oficiais de dia sabem a quem entregaram os presos.”

No *Correio da Manhã*, de terça-feira, 22 de setembro de 1964, publiquei o princípio de meu relatório final do Recife.

“É com grande tristeza que começo este resumo final dos crimes que foram cometidos contra presos em Pernambuco, nos meses de abril, maio e junho. Tristeza não apenas por haver comprovado a que ponto vai a baixeza e a covardia de agentes policiais e de um punhado de oficiais indignos do Exército Brasileiro, como pelas falsas interpretações e confusão que alguns elementos subservientes aos poderosos ou que, desencaminhados em seu raciocínio, procuram criar em torno das investigações sobre torturas.

Após cuidadosas averiguações, após conversar com dezenas de torturados e suas famílias, após ouvir a confirmação dos maus tratos infligidos a um preso, da boca do próprio coronel Antônio Bandeira, chefe da Segunda Seção do IV Exército, tenho firmes elementos de convicção para assegurar — é verdade límpida e indiscutível — que algumas dezenas de presos políticos foram submetidos a torturas nos quartéis e delegacias de Recife, capital de Pernambuco.

Isto pôsto, é necessário esclarecer que o número de oficiais envolvidos nessas práticas abjetas não deve ir a muito mais de dez. Pessoas que estão ou que estiveram presas, afirmam, unanimemente, que a maioria dos oficiais com quem lidaram se sentia envergonhada pela ação de seus companheiros, e alguns chegaram a protestar contra ela. É o caso, por exemplo, do coronel Oldano Pontual, cuja representação deu origem ao inquérito sobre Valdir Ximenes. Não pode, portanto, a oficialidade do IV Exército levar a culpa pelos crimes de uns poucos. Em todo corpo de tropa existem criminosos. Esta, aliás, a razão de uma justiça especial militar, que é velha como os exércitos.

O general Antônio Carlos Murici pareceu-me um homem honesto, deseioso de cumprir seu dever militar de

apurar os crimes de seus subordinados, mas extremamente exarcebado na defesa de seus pontos de vista, que acredita serem a verdade total. Na longa e penosa conversa que tivemos, disse que fora admirador do *Correio da Manhã* quando este jornal tomou sua defesa no rumoroso episódio que teve com o Sr. Leonel Brizola. Hoje, considerava que, nas denúncias que fazemos sobre torturas, estamos procurando vender mais jornais. Perguntei-lhe se mudara ele ou o Natal. Respondeu que mudamos nós. É uma opinião a que tem direito, mas não creio que a exaltação revolucionária de que se acha possuído auxilie muito na apuração dos fatos, a não ser na medida em que for vencida, por sua honorabilidade inata. A exaltação é inimiga do equilíbrio.

A cobertura que um grupo de criminosos está recebendo oficialmente é prejudicial às Forças Armadas e ao Brasil. Os chefes do Exército não devem permitir que um falso espírito de solidariedade corporativa acoberte quem avilta a farda que veste. Devem manifestar solidariedade — isto sim — à esmagadora maioria de seus colegas, a quem repugna a covardia dos torturadores do Recife. Com isto, estarão preservando o prestígio de uma instituição permanente da República e atendendo aos anseios de todos os brasileiros. Não é possível deixar que alguns bandidos, conservados impunes, façam com que o Exército seja encarado como um corpo estranho à Nação e uma malta de torturadores.

O general Ernesto Geisel viu muita coisa em sua rápida passagem por Pernambuco. Ao sair, no entanto, fez uma declaração incompleta. Disse que os presos políticos estavam sendo normalmente tratados, dentro das circunstâncias excepcionais que atravessamos. Acredito que isto seja verdade. Como já escrevi, o único caso de espancamento que conheço posterior a junho, é o do repórter José Carlos Rocha. Mas não é a verdade inteira. O general Geisel não disse que levava na pasta as radiografias e os laudos médicos, inclusive de médicos militares, sobre Valdir Ximenes, nem que tinha ouvido, da boca das vítimas, minuciosas descrições de torturas, com acusações precisas aos torturadores e as

datas em que foram realizadas. Não creio que, sonhando esta parte da verdade, esteja o honrado general Geisel servindo nossa terra da melhor maneira possível. Tampouco o fazem aqueles, que instruem certos — e, felizmente, raros — jornalistas no sentido de acusarem de subversivos os que apontam crimes contra a pessoa humana, crimes que procuram tapar com uma peneira furada.

A viagem de Geisel, no entanto, teve o grande benefício de reforçar a posição do general Murici e dos que com ele desejam apuradas as responsabilidades, mesmo que em inquéritos sigilosos. Os casos de torturas comprovadas com testemunho médico em Pernambuco, são, pelo menos cinco: Valdir Ximenes, já referido; Gildo Rios, que passou 26 dias no Hospital Geral do Exército, com os tímpanos furados e que preferiu sair do Estado a viver sob o medo de ser novamente torturado; José Antônio Lopes Albuquerque, camponês do engenho Galiléia, preso em Vitória de Santo Antão, atualmente internado no Manicômio Judiciário da Tamarineira. Este homem diz apenas seu nome, o da mulher e dos filhos e pergunta por que está ali, já que não é maluco. Recusa-se a responder a qualquer outra pergunta, passando os dias em completa apatia, exceto quando vê alguma farda, quando se põe a tremer e a berrar; Edval Freitas, também internado na Tamarineira, onde deu entrada mediante um documento firmado pelo coronel Hélio Ibiapina e, finalmente, Manuel Messias da Silva, torturado em Caruaru, onde foi atendido pelo médico do SAMDU, Dr. Honório Florença.

Gregório Bezerra foi preso e bem tratado pelo tenente Rêgo Barros, da polícia pernambucana. Quando entregue ao tenente-coronel Darcy Villocq Viana, passou a ser barbaramente espancado a coronhadas, foi amarrado e passeado pelas ruas do Recife. Esta cena foi filmada e apresentada pela televisão. Passou, ao que consta, dois dias sob a guarda deste indivíduo e foi de tal forma torturado (companheiros de prisão arrancavam a pele queimada de seus pés), que o próprio coronel Ibiapina foi retirá-lo do quartel, dizendo que, como ainda não o interrogara, não poderia deixá-lo morrer.

Passou Gregório para o quartel de Cinco Pontas, onde é normalmente tratado.

Amanhã relatarei alguns outros casos comprovados de torturas, talvez já então corroborados pelos depoimentos que a Comissão Civil de Investigações está tomando. Mas desejo oferecer à ponderação das autoridades, desde já, o seguinte: é claro que o presidente Castelo Branco não é diretamente responsável pelas atrocidades cometidas em Pernambuco por um reduzido grupo de oficiais em postos-chaves. Será, no entanto, responsável, se os deixar impunes e, mais que responsável, conivente, se, impunes, permanecerem no Recife, onde aterrorizam a população. Acredito que o presidente da República já tenha um suficiente volume de informações oficiais para saber de quem se trata, quando ouve o nome do coronel Antônio Bandeira, dos tenentes coronéis Villocq e Ibiapina, dos majores Baeri, Amarílio e Hugo Caetano de Almeida, dos capitães Haroldo e Bismarck. Da mesma forma será cúmplice de torturas o governador Paulo Guerra, se conservar na Delegacia Auxiliar de Pernambuco o Sr. Álvaro Costa Lima, antigo torturador do Estado Novo e hoje responsável por sevícias terríveis, infligidas sobretudo aos camponeses e trabalhadores”. *

O trabalho ficou concluído no número do *Correio da Manhã*, quarta-feira, 23 de setembro de 1964:

“Falei ontem nos cinco casos de torturas medicamente comprovados em Pernambuco e no do líder comunista, Gregório Bezerra, que foi arrastado pelas ruas e televisionado. Nesta última reportagem alinho os demais casos que chegaram ao meu conhecimento e que não têm comprovação tão irresponsável. No entanto, sobre eles o número de testemunhas, os depoimentos dos próprios torturados e, por vezes, as cicatrizes que ainda perduram depois de se passarem meses, lhes dão total credibilidade. Algumas das pessoas que arrolo, estão soltas. Uns raros negam-se a confirmar oficialmente o que contam em particular, pois temem represálias. Aliás, o

*O presidente Castelo Branco não providenciou a punição dos torturadores e manteve em Recife os principais responsáveis pelas violências.

clima de temor no Recife. é generalizado. O repórter Gervásio Batista, da revista *Manchete*, conta tomou um táxi e pediu ao chofer que esperasse cinco minutos à porta do QG do IV Exército. Ao sair, não mais encontrou o carro, que passou a procurar pela cidade, a fim de pagar a corrida. Conseguiu encontrá-lo e o chofer explicou que estava cansado de perder dinheiro com passageiros que deixava naquele lugar, mas que preferia não receber o que lhe deviam a ficar onde poderia talvez ser preso. Conto esta história para que possam avaliar o mal que um punhado de oficiais indignos vem causando ao prestígio das Forças Armadas na Capital pernambucana.

Segundo pude apurar, é a seguinte a relação das pessoas que, nos três primeiros meses que se seguiram ao movimento de 1º de abril, sofreram torturas ou espancamentos nos quartéis do Exército ou nas delegacias de polícia:

Enildo Carneiro Pessoa, engenheiro, ex-superintendente da Administração do Porto do Recife. Já está em liberdade e teria recebido o tratamento de choques elétricos por parte dos oficiais do Exército. Não estive com ele mas recolhi seu nome de antigos companheiros de prisão. *

José Leite, comerciante. Levou choques elétricos e foi espancado. Em seu depoimento perante o IPM do coronel Ibiapina disse que o governador Paulo Guerra contribuía com 300 mil cruzeiros mensais para a caixa do Partido Comunista local. Está na Detenção do Recife, para onde foi recentemente removido;

Ivanildo Avelar, ex-delegado de Trânsito do Recife, foi preso no quartel do Batalhão Moto-Mecanizado, comandado pelo coronel Villocq Viana. Quem, durante os primeiros tempos, esteve neste quartel, dificilmente escapou de torturas: Ivanildo não constituiu exceção. Posteriormente foi transferido para o Quartel de Artilharia de Costa, em Olinde, e está hoje na Detenção;

Milton Coelho da Graça, jornalista profissional, também um dos clientes iniciais de Villocq, está no Hospital

*Em dezembro de 1964 estive, na Rio de Janeiro, com Enildo, que negou haver sido torturado. Passou fome, esteve em celas surdas, sofreu condições de encarceramento desumanas mas não foi espancado ou flagelado.

Geral do Exército. onde se trata de uma doença antiga. Foi espancado por duas pessoas à paisana, a caminho do hospital. Perdeu treze quilos na prisão e já era magro;

Luís Serafim, agitador das Ligas Camponesas, foi preso em vitória de Santo Antão, onde entrou na pancada. Está sendo bem tratado no Regimento de Obuses de Olinda e prestou depoimento à Comissão de Investigações. Aliás, outro camponês que depôs no mesmo dia e cujo nome não anotei, contou um episódio curioso — foi preso na Usina Estreliana, onde começou a ser espancado por um major do Exército, cujo nome não sabe. O dono da usina, o famoso José Lopes, responsável pela morte de seis camponeses em um entrevero anterior a abril, vendo a cena, interferiu e impediu que o espancamento prosseguisse.

Todos estes nomes apresentei, em denúncia formal, à Comissão de Investigações, em cujo trabalho deposito confiança. Anotei ainda outras vítimas:

José Campelo Filho, ex-presidente do Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Norte. Foi preso no Recife e enviado a Natal para depor. Lá, foi espancado por Carlos Vera e pelo capitão do Exército Ênio Lacerda. Está atualmente na Detenção de Recife;

Evaldo Lopes Gonçalves, ex-presidente da Loteria de Pernambuco, de cujo caso já tratei em reportagem anterior. Para recordar, é um dos que foram metidos em uma câmara frigorífica. Foi tratado pelo capitão médico Ariré Menezes;

José Amaro da Silva, portuário, morador na rua do Riacho do Pacheco número 12, em Jaboatão, foi espancado na Polícia pelos agentes Lúcio, Jorge e “X-9”.

Ubiraci Barbosa, advogado, a quem também me referi anteriormente. É outro cliente da câmara frigorífica. Foi retirado do Grupo de Artilharia de Costa de Olinda para ser torturado;

Edvaldo Ratz, ex-presidente do Sindicato dos Gráficos de Pernambuco, já está em liberdade e consta ter sido espancado pela polícia. Perdeu todos os dentes da frente;

José Pedro da Cruz, portuário, foi espancado na Secretaria de Segurança, recebendo bolos, sôcos e *telefones* principalmente do escrivão Holanda;

Ercílio Sérgio, ex-funcionário da VASP e do Sindicato dos Aeroviários, já está em liberdade. Teria sido espancado no Exército. Não consegui avistar-me com ele, porque deixou de aparecer em casa com freqüência. É maçom;

Juraci Costa, ex-seminarista, sobrinho do extinto Dom João Batista Pôrto Carreiro da Costa, antigo arcebispo auxiliar de Olinda, sociólogo e professor universitário, teria sido espancado diversas vêzes. Também não estive com ele, não podendo, portanto, garantir a segurança da informação;

Fausto Lima Nogueira, funcionário do IAPI, sofreu tratamentos de choques elétricos;

Jarbas Holanda, advogado e ex-vereador. Está na Detenção de Recife, para onde foi mandado depois que se intensificaram as denúncias sobre torturas. Foi espancado diversas vezes por militares;

Ramiro Justino, funcionário do IAPI, já foi sendo preso debaixo de pancada e apanhou muito mais no xadrez.

Há ainda Josias, camponês, membro do Conselho das Ligas, que recebeu tratamento de choques dado pela briga de *eletricistas* que funcionava na Secretaria de Segurança. Os nomes dos camponeses, aliás, raramente são acompanhados de sobrenomes. Mesmo no sofrimento brutal, conservaram o anonimato de suas vidas: Osias, preso no quartel de Polícia do Derbi; Mariano, ex-presidente das Ligas em Aliança, também preso no Derbi; *Índio* ou *Cubano*, que esteve preso na Segunda Companhia de Guardas, sob as ordens do coronel Ibiapina. Há ainda outros só conhecidos pelos prenomes: Luís, ex-presidente do Sindicato dos Feirantes; Potiguara, funcionário do IAPI e da Secretaria Assistente. Qualquer inquérito que procure averiguar rigorosamente a verdade poderá localizá-los.

O professor Assis Lemos era presidente das Ligas Camponesas da Paraíba e foi trazido para Recife. Parece que foi

bàrbaramente espancado e fez seu estágio no *pau-de-arara*. Geraldo Gomes, estudante de Arquitetura e ex-presidente do Diretório Acadêmico, também passou algumas horas pendurado em um *pau-de-arara* dentro do próprio QG do IV Exército, sendo interrogado por dois civis. Desconfia que um de seus inquisidores era filho de usineiro, do bloco de “investigadores voluntários” que foi comissionado pelo coronel Bandeira nos primeiros dias do movimento. Luís Iglésias, que está na detenção, é outro torturado. Sérgio Murilo, ex-deputado estadual, ao que consta, não teve imunidades à pancadaria. Demóstenes Dias da Rocha, funcionário do IAPI, além de apanhar, passou cinco dias sem comer. Pedro Bernardo Sobrinho, comerciante do bairro da Madalena, foi torturado por três investigadores mas só sabe o nome de dois: Aurino e Agilson. O vendedor de livros, Sobreira, foi solto porque seu estado de saúde era dos mais precários. Há, para terminar, Ivanhoé Baracho, funcionário municipal.

Acredito ter feito um levantamento bastante amplo — 39 nomes, com as indicações necessárias à sua localização. Deixei de citar alguns casos comprovados que conheço, porque os torturados, que já estão em liberdade, me preveniram que negariam as torturas caso tivessem de depor oficialmente. Compreendo, embora não aprove, esse receio. Quem passar uns dias em Recife verá ser o medo uma constante na vida da cidade. O meu trabalho está encerrado. Pode ser que contenha algumas imperfeições, certamente conterà omissões. Cabe agora aos governos, da União e do Estado, completar a tarefa. Os torturadores têm de ser punidos. O fato de as torturas haverem cessado, não os isenta de culpa. Elas existiram, sistemáticas e brutais. Volto a insistir que a honra do Exército foi maculada por um grupo de sádicos. Qualquer complacência para com eles seria uma deturpação do espírito de corporação, que deve, realmente, existir nas Forças Armadas. Conservando-os na impunidade, os chefes militares estarão faltando ao seu papel de liderança e afrontando os sentimentos da esmagadora maioria de seus comandados. Punir criminosos não é vergonha, é dever” .

4

Relatório da Comissão Civil

Acompanhei o início dos trabalhos da Comissão de Investigação. Apresentei denúncias pormenorizadas e conversei com seus membros. Apesar da timidez aparente do relatório que apresentaram considero-o extremamente corajoso, dada a posição oficial dos investigadores e o clima de terror que reinava e reina em Recife. É a seguinte a íntegra do documento:

“RELATÓRIO DA COMISSÃO CIVIL DE INVESTIGAÇÕES

entregue ao gal. Lira Tavares a 8 de outubro de 1964

“SENHOR GENERAL”

Temos a honra de apresentar a Vossa Excelência o relatório das atividades da Comissão Civil, constituída por solicitação do Excelentíssimo Senhor General Olímpio Mourão

Filho, então comandante do IV Exército, e do Excelentíssimo Senhor Doutor Paulo Pessoa Guerra, Governador do Estado, a fim de inspecionar as condições em que estavam sendo mantidos os prisioneiros políticos, aqui custodiados pelas autoridades militares e civis, dada a publicidade feita em torno do assunto, por alguns órgãos da imprensa do sul do País.

À iniciativa se associaram o Excelentíssimo Senhor Brigadeiro-Comandante da 2ª Zona Aérea, bem como o Excelentíssimo Senhor Almirante-Comandante do 3º Distrito Naval, os quais franquearam à Comissão inteira liberdade de acesso a todas as dependências das unidades submetidas àqueles altos comandos.

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, igualmente propiciou, através do Dr. João Ignacio Ribeiro Roma, secretário do Interior e Justiça, todas as facilidades necessárias, na órbita da administração civil, ao pleno cumprimento dessa missão.

RELATÓRIO

I — PLANO DE TRABALHO

Às nove horas do dia 19 de setembro último, reuniu-se pela primeira vez, a Comissão, sob a presidência do Desembargador Aduino Maia, no edifício da Assembléia Legislativa do Estado e, de posse das listas de prisioneiros fornecidas pelo IV Exército e pelo Governo do Estado, através do major Gabriel Antônio Duarte Ribeiro e Dr. João Ignacio Ribeiro Roma, respectivamente, bem como de relações entregues por jornalistas do sul do País, deliberou sobre o plano de trabalho, ficando aprovado o seguinte:

- a) ouvir no próprio local da prisão e isoladamente, todos os detidos;
- b) reduzir a termo as declarações de cada um daqueles;

c) não permitir, durante o interrogatório, a presença de qualquer outra pessoa no recinto, além da secretária;

d) observar as condições de higiene, alimentação, tratamento, assistência médico-dentária, acesso de advogado e o regime de visitas;

e) verificar a existência de possíveis vestígios de sevícias, indagando sobre a identidade dos responsáveis;

f) registrar o tempo de permanência dos prisioneiros em cela isolada, conhecida como solitária.

II — VISITAS REALIZADAS

1) II Companhia de Guardas

Aproximadamente às dez horas do mesmo dia, deslocou-se a Comissão para o Quartel da II Companhia de Guardas, que servia de presídio a Francisco Julião, Miguel Arraes de Alencar, Gilberto Azevedo e Severino Cunha Primo.

As condições de higiene e alimentação, assim como o tratamento então dispensado, não ensejaram reclamações.

Miguel Arraes de Alencar queixou-se, apenas, de não lhe ter sido permitido receber mais do que três (3) visitas dos familiares, durante todo o período da prisão na Ilha de Fernando de Noronha. Acrescentou, porém, ter conhecimento de que, enquanto permanecesse no Recife, seria consentida a visita semanal de parentes.

Francisco Julião, conquanto não apresentasse vestígio algum disse que fora agredido por um sargento, ao chegar à II Cia. de Guardas, em 25 de junho findo. Mencionou, ademais, confinamento durante sessenta (60) dias, em cela de espaço exíguo e sem os requisitos de higiene.

Severino Cunha Primo reclamou somente, a proibição de avistar-se com o seu advogado, dizendo-se no mais atendido com urbanidade.

2) Hospital Geral do Recife

A inspeção continuou, no mesmo dia, com a visita ao Hospital Geral do Recife, onde encontrou e ouviu os seguintes presos políticos: Djalma Maranhão, João Virgínio da Silva, Fábio Moreira de Lima e Milton Coelho da Graça, numa só enfermaria, e Pelópidas Silveira e Valdir Ximenes de Farias, alojados em quartos separados.

Achavam-se todos confortavelmente instalados, dispondo de completa assistência médico-dentária, sendo que alguns fizeram questão de consignar o bom tratamento ali dispensado a todos. Disseram receber visitas regulares de parentes e haver permissão para avistar-se com advogado, bem como para receber alimentação especial, vinda de casa.

Valdir Ximenes e Milton Coelho da Graça se queixaram de espancamento: o primeiro ao tempo em que estivera recolhido ao 7º Regimento de Obuses e o segundo quando se achava preso em uma das celas do Hospital. Outrossim, Djalma Maranhão disse que, em Natal, quando de sua prisão, sofreu vexames.

De salientar que Milton Coelho da Graça, afora uma alegada perda de um dente canino, não apresentava vestígios de violências, mas afirmou que fora espancado por agentes civis do Exército, aos quais, posteriormente, o comandante do Hospital, cientificado da ocorrência, proibiu qualquer contato com os prisioneiros.

Valdir Ximenes mostrava-se, iniludivelmente, alquebrado, apontando como seqüela do espancamento, fratura da 2ª vértebra lombar e deslocamento do rim direito. Aludiu a inquérito, mandado instaurar pelo Exmo. Sr. General Comandante da 7ª Região Militar, com o fito de apurar tais fatos. Contudo, furtou-se de indicar o nome de seus algozes.

3) Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado

Depois da visita ao Hospital, a Comissão ouviu Gregório Lourenço Bezerra, no interior do Quartel de Cinco Pontas, o

qual se disse vítima de brutal espancamento e cruéis maltratos, infligidos pelo comandante do Parque de Moto-Mecanização, aos dois dias de abril último, salientando que não fora assassinado graças à interferência do coronel Hélio Ibiapina, o qual reprovou as violências e o transferiu para a unidade onde se achava. Apresentava-se, todavia, com aspecto sadio, alojado em acomodações satisfatórias e, mostrava, à guisa de evidências das sevícias, duas marcas no couro cabeludo, já inteiramente cicatrizadas. Classificou o tratamento recebido no Esq. de Rec. Mec. de “humano e condigno”. Na ocasião, filhas e netas o visitavam.

4) 14º Regimento de Infantaria

Saindo do Esq. Rec. Mec., a Comissão se transportou para o 14º R.I., em, Socorro, local em que se encontravam Hugo Trench e Paulo Figueiredo Cavalcanti.

As acomodações eram realmente adequadas para a prisão especial a que têm direito os dois citados prisioneiros. E recebiam alimentação destinada a oficiais.

Ao serem ouvidos, destacaram o bom tratamento e as atenções dispensadas pelos comandantes (Cel. Rui Vidal, e anteriormente, Cel. Castilho) bem como pela oficialidade.

Paulo Cavalcanti falou em internamento na “solitária”, incomunicabilidade e outros vexames, quando de sua permanência na 2ª Cia. de Guardas, ressaltando, todavia, que não foi espancado. Adiantou que, acidentalmente, sofrera luxação do braço direito, provocada por involuntário arremesso de uma bola de futebol, que o atingiu no pátio do Quartel.

5) 7º Regimento de Obuses — Quartel do 17º R.O. — (Olinda),

No dia 20 de setembro, a Comissão visitou o Quartel do 17º R.O., no município de Olinda, unidade que era sob

o comando do Cel. Ivan Rui de Oliveira Andrade. Parte dos presos políticos estava alojada em xadrez com ótimas instalações, boa aeração, suficiente espaço e adequada iluminação. Outro grupo, composto de pessoas portadoras de título universitário, se encontrava em alojamento de prisão especial, bem instalado e recebendo fidalgo tratamento dos militares. Todos os presos, principalmente estes últimos fizeram questão de acentuar que o Cel. Ivan Rui os atendia com cavalheirismo e espírito de humanidade.

Os do primeiro grupo são os seguintes: João Manoel de Santana, Manoel Félix da Silva, Délio Mendes da Fonseca e Silva Filho, Luiz Serafim dos Santos, Carlos Alves Cardoso, Plínio Monteiro Soares, Mariano Honório da Cunha e Cleto Costa Campelo Neto. Os de nível universitário são: Clóvis Bráulio de Carvalho Filho, engenheiro, Rivadávia Braz de Oliveira, advogado, e Joaquim Ferreira Filho, advogado.

Com referência ao período anterior à custódia naquele quartel, disseram Manoel Félix da Silva, Luiz Serafim dos Santos e Carlos Alves Cardoso que, ao serem presos entre os dias primeiro e cinco de abril, sofreram espancamentos, nos municípios de Palmares, Vitória de Santo Antão e Goiana, respectivamente. Dois, não apresentavam vestígios, mas o primeiro exibiu uma cicatriz circular que disse ter sido resultante de ferimento produzido pela boca de fuzil empunhado por um soldado do contingente que o prendeu. Mariano Honório da Cunha disse que foi maltratado por civis que o prenderam no dia dezanove de abril, mas que teve tratamento correto, desde que entregue à polícia e, posteriormente, ao Exército.

6) Quartel do Grupo de Artilharia de Costa Mecanizado

A Comissão visitou, no mesmo dia, o Quartel do G.A. Cos. M., onde haviam sido recolhidos presos políticos entregues à Polícia Civil quando já constituída a Comissão. Ali inspecionou o xadrez onde estiveram aqueles presos, verificando que eram boas as instalações. Posteriormente, ouvindo

os ditos presos, na Casa de Detenção, foi por todos informada que no referido Quartel tiveram um bom tratamento, alguns até solicitando fosse ressaltado o cavalheirismo de seus oficiais e praças.

7) Casa de Detenção do Recife

Nos dias vinte e dois, vinte e quatro e vinte e seis de setembro, ocupou-se a Comissão em ouvir os recolhidos à Casa de Detenção, em número de quarenta e nove.

Estavam os presos divididos em três grupos:

a) os em prisão especial, em dependências da antiga residência do diretor, todos de nível universitário, que são: Luís Iglésias de Holanda Cavalcanti, Apollon Franzers, Abelardo da Hora, Ubiraci Barbosa, Ivanildo Avelar Leal e Sérgio Murilo Santa Cruz da Silva. Tais instalações são boas e contra elas não houve qualquer reclamação. Todos os presos ali alojados acentuaram o bom tratamento dispensado pelo Diretor, cel. Olinto de Ferraz.

b) as senhoras Graciela de Moura Cavalcanti de Melo, Maria Celeste Vidal Bastos e Naide Regueira Teodósio e as senhoritas Eva Lassi Camargo Martins e Luíza Arcoverde Cavalcanti. Estavam alojadas em pavimento isolado, de regulares acomodações, recebendo tratamento condigno, o que fizeram questão de afirmar, inclusive quanto à assistência médica, dentária, alimentação e visita de familiares.

c) os demais presos alojados em celas do raio sul que, como todas as demais destinadas aos presos comuns são precárias naquele velho presídio. Em relação aos presos visitados, acresce o inconveniente de estarem cerca de dezesseis em celas que não comportariam, ressaltando satisfatoriamente, mais de quatro ou cinco. Da visita, ressaltou a necessidade de reiteração do apelo, já feito em outras ocasiões, através da imprensa, de penalistas e de autoridades, para a rápida solução do problema carcerário no Estado.

Obsoleta, desgastada, suja e insuficiente para atender aos reclamos de espaço, higiene e modernização do sistema penitenciário, a velha Casa de Detenção está a merecer todo o empenho e compreensão do Governo. No momento, sua população carcerária é três vezes maior que sua capacidade normal.

Especificamente no caso dos presos políticos, a direção do estabelecimento vem dando tudo quanto possível para atender bem. Foi unânime o depoimento dos presos a esse respeito.

Para o próprio interesse da administração do presídio, é prejudicial o agrupamento numeroso dos presos políticos em duas celas apenas, deixando-os permanentemente reunidos, o que contraria uma das finalidades da prisão. Por outro lado, não dispõe a Detenção de adequadas instalações que permitam o controle e fiscalização das visitas aos presos. Com sua população normal triplicada e com deficiência de guardas e vigilantes, nenhuma possibilidade há de disciplinar os modos e exigências daqueles contatos com familiares.

Daí as queixas quanto à resolução do número de dias de visitas e fornecimento regular de alimentação trazida dos lares. A concessão deste trânsito de alimento é também consequência da falta de verbas específicas que, segundo esclareceu o Diretor, já estavam em abril deste ano, com um déficit de milhões.

No terceiro grupo foram ouvidos os seguintes: Geraldo Lopes Gonçalves da Silva, Celso Sérgio de Melo, Amaro Rodrigues Costa, Abdias Bastos Lé, Cícero Targino Dantas, Clodomir Santos de Moraes, Joel Sampaio de Arruda Câmara, Cláudio Pereira Tavares, Dorival Rodrigues Beulke, José Jovino da Silva, Jasson da Silveira Barros, Gilvan Cavalcanti Melo, Ivo Valença, Manoel Messias da Silva, Jarbas Holanda Pereira, José Pedro da Cruz, José Leite Filho, Vernier Macedo, Demóstenes Dias da Rocha, Cláudio Negreiros de Araújo, José Guedes Sabino, Paulo Fenelon Barros, Manoel Braz da Silva, Sebastião Gomes Coutinho, José Jordão dos

Anjos, Walfrido Lopes de Sá, Francisco de Assis Filho, José Ernani de Souza Varejão, Moacir Côrtes, Décio Veloso de Oliveira, José Campelo Filho, Epitácio de Paiva Pessoa, Maciel Cristóvão da Silva, Amaro José dos Prazeres, Antônio Alves Cavalcanti, Odom Pôrto Almeida e José Menezes do Rêgo Lima.

A maioria dos presos políticos recolhidos àquele presídio nenhuma denúncia fez de violências sofridas. Alguns porém, relataram maltratos que constam das declarações anexas. Há, entre essas, denúncias de sevícias graves, que a Comissão se permitiu destacar:

UBIRACI BARBOSA

disse ter sido espancado, na noite do dia 1 de maio, em lugar ignorado, depois de retirado, num jipe, do Quartel do 3.º Grupo de Artilharia, às vinte e uma horas. Alegou ainda, que, seguida ao espancamento, foi pôsto numa câmara frigorífica, bem como amarrado em posição denominada *pau-de-arara*. Não exibiu vestígios do alegado espancamento.

IVALDO LOPES GONÇALVES DA SILVA

relatou ter sido espancado em local que julga ser o estabelecimento da Subsistência do Exército e colocado três vezes numa câmara frigorífica no dia 22 de maio. Também não apresentava vestígios.

IVO VALENÇA

declarou que foi preso a dezenove de abril e no dia vinte um à noite, foi levado da Secretaria de Segurança Pública para o quartel do 7º R.O., onde recebeu choques elétricos, pendurado na posição denominada *pau-de-arara* e espancado severamente. Acrescentou que na madrugada do dia seguinte fora, “por um grupo de encapuchados”, novamente espancado, pendurado pelos pés a uma árvore e mergulhado várias vezes

num tonel cheio d'água. Esteve, segundo disse, em cela isolada de espaço exíguo, durante sessenta e sete dias. Não exibiu sinais das violências, nem indicou nomes dos espancadores.

MANOEL MESSIAS DA SILVA

afirmou ter sido espancado duas vezes em Caruaru, entre treze e quinze de maio, por um oficial do Exército e na presença do Comandante da C.R., sediada naquela cidade. Foi atendido depois pelo SAMDU. Não exibiu vestígios das violências denunciadas.

8) Polícia Militar

No dia vinte e seis de setembro, pela manhã, a Comissão visitou o Quartel da Polícia Militar de Pernambuco, no Derby. Nele, estavam recolhidos em prisão especial, recebendo tratamento condigno e sem queixas de qualquer violência, o Bacharel Liberato Xavier da Cunha Filho, à disposição da Justiça da Comarca de Escada, e os seguintes oficiais da Polícia Pernambucana: Romeu Sobreira de Moura e Belarmino de Souza Neto, majores: Francisco Sobreira de Moura Neto, Oscar Porfírio Bezerra, João Clímaco Chaves Feitosa e Francisco Santana Nunes, capitães: Edvaldo R. Cunha Cavalcanti, Agnelo Vieira dos Santos e Declínio de MeIo Moura, tenentes. O tenente João Bezerra de Araújo declarou que estava recebendo na P.M.P., bom tratamento, mas que, anteriormente fora levado ao quartel do 7.º R.O. e mantido, ali, em cela isolada, sofrendo constrangimento. Disse não ter sido espancado, e os civis, Waldomiro Cândido Rodolfo, Aduino Rodrigues da Silva, José Luiz dos Santos e Osias da Costa Ferreira, que contaram ter sido levados à Cidade Universitária, no dia trinta de abril, por elementos da P.M.P. e espancados. Não apresentavam vestígios.

À tarde, foram ouvidos no Quartel do 2.º Batalhão da P. M. P. O tenente João Bezerra da Silva, e os sargentos Antônio Cabral de Araújo e Napoleão José Heitor, que nada reclamaram.

9) Base Aérea do Recife

No mesmo dia a Comissão esteve na Base Aérea do Recife. Ali recebeu, de parte de seu comandante, Coronel Aviador Luciano Rodrigues de Souza, todas as facilidades para entrevistar os presos políticos sob sua custódia. Ouvidos, declararam não ter sido espancados, e que estavam recebendo tratamento decente, alojados satisfatoriamente. São os seguintes os prisioneiros da Aeronáutica: suboficial Felício Coelho de Medeiros, sargento Nehemias de Carvalho Portela, Nilton Melo de Oliveira, Antônio Felipe Santiago, Altair Polares Correia, Lourival Esperidião da Silva, Bento de Aruda Câmara, Nelson Woehlert, Antônio Alves Feitosa e João Oliveira. Naquela ocasião, eram visitados por familiares.

10) Marinha

A Comissão foi informada de que todos os presos políticos sob a guarda da Marinha estavam recolhidos a quartéis e navios, na Guanabara. Assim não foi julgada necessária visita às instalações da Marinha, pela Comissão. O comando do 3º Distrito Naval, porém, colocou-se à disposição para qualquer inspeção.

11) Secretaria de segurança pública

Tendo os presos, em sua maioria, referido sua passagem pela Secretaria de Segurança Pública, a comissão visitou os locais onde eles estiveram, inclusive o denominado *buque*. É demasiadamente conhecida da opinião pública e das autoridades a precariedade daquele depósito de presos, o que torna desnecessário maior consideração neste relatório.

12) Manicômio Judiciário

Das relações de presos políticos, fornecidas à Comissão, constavam os nomes de Edval Freitas da Silva e Antônio Lopes de Albuquerque recolhidos, como doentes men-

tais, ao Manicômio Judiciário do Estado. Ali compareceu a Comissão, verificando as respectivas fichas individuais. Transportou-se em seguida às celas onde eles se encontravam e visitou outras instalações do manicômio. Edval Freitas estava, no momento, lúcido, havendo assim, necessidade de ser providenciada sua remoção da cela, e Antônio Lopes de Albuquerque ainda alheio à realidade, taciturno e não reagindo às solicitações de informes sobre sua situação.

Das entrevistas mantidas, não pôde a Comissão concluir se houve relação de causa e efeito entre o desequilíbrio mental e possíveis maltratos recebidos durante a prisão.

Quanto às instalações daquele próprio estadual, não pôde a Comissão se esquivar de referir o quanto elas deixam a desejar. A gravidade do problema e o espetáculo dantesco que ali se desenrola, devem preocupar seriamente às autoridades. Aos internados não pode, nas condições em que se encontra o manicômio, ser concedido um regime humano e um tratamento adequado, apesar dos evidentes esforços e comovedora dedicação de seus médicos e funcionários.

III — CONTATOS

Ao concluir seus trabalhos, ressalta a Comissão a inestimável ajuda que lhe foi prestada pelo major Gabriel Antônio Duarte Ribeiro, na qualidade de oficial designado pelo IV Exército para atendê-la. Realizou todos os contatos da mesma com os comandos militares das unidades visitadas, bem como obteve e encaminhou todas as informações pedidas, não participando, no entanto, das entrevistas com os presos. Seu cavalheirismo e sua capacidade de trabalho estão a merecer esta citação, agradecida, no presente relatório.

Do mesmo modo, o Dr. João Ignacio Ribeiro Roma, Secretário do Interior e Justiça, como representante do Governo do Estado, possibilitou à Comissão todas as facilidades, na esfera da administração estadual, para o cumprimento desta missão. Foi solícito em todo o curso dos trabalhos, não participando, porém, das entrevistas com os presos.

Também se deve reconhecimento à Presidência da Assembléia Legislativa, que cedeu dependências para as reuniões da Comissão e designou a eficiente senhorita Socorro Occenstein para secretariar os trabalhos, que se houve com diligência e discrição.

Durante a audiência dos presos, a Comissão permitiu a presença de fotógrafos da imprensa, que realizaram o seu trabalho dentro das normas fixadas.

Aos repórteres pediu a Comissão não realizassem entrevistas com os detidos, no que foi acatada compreensivamente. Aos jornalistas, no entanto, foram fornecidas todas as informações que solicitaram, nos limites que se impõe a própria Comissão. Finalmente, não deve a Comissão encerrar seu relatório sem consignar a ocorrência de compreensiva e cordial recepção de parte dos senhores comandantes das unidades militares visitadas e a colaboração do Diretor da Casa de Detenção e da médica de plantão do Manicômio Judiciário, quando da presença da Comissão naqueles locais.

Com relação às listas fornecidas, algumas pessoas nelas citadas não foram ouvidas porque não mais se encontravam detidas. Também deixou a Comissão de se transportar a Fernando de Noronha, uma vez que os presos a serem ouvidos ali se encontravam no Recife, para depoimento nos inquéritos a que respondem.

IV — Conclusão

A Comissão — cumpre insistir — teve, pelas próprias circunstâncias em que foi organizada, as suas atribuições estritamente limitadas à inspeção das prisões, para o fim específico de constatar a procedência ou improcedência de denúncias veiculadas por órgãos da imprensa do sul do País, concernentes a atuais violações dos direitos que, em respeito à condição de pessoa humana, a lei assegura a todos os presos, especialmente aos detidos por motivo político.

Não pôde, todavia, se esquivar, ante algumas graves queixas de concorrências pretéritas, cuja apuração, embora não lhe incumbisse, se julgou no dever de apontar às autoridades competentes.

Após exaustiva inspeção nos locais de detenção dos presos políticos, quer em unidades das Forças Armadas, quer nas polícias militar e civil do Estado, constatou ser absolutamente normal, atualmente, o tratamento dispensado aos prisioneiros. Há deficiências resultantes de fatores alheios ao ânimo dos responsáveis pela guarda dos mesmos, porque oriundas de instalações precárias, na maioria dos estabelecimentos destinados ao recolhimento carcerário, de insuficiência de meios para fornecimento de melhor alimentação e atendimento a outras necessidades, inclusive quanto à limitação do número de presos em relação ao espaço das celas disponíveis.

Nos fatos alegados pelos presos, quanto às violências sofridas anteriormente, há que considerar, em sua apreciação, que a maioria delas ocorre no dia mesmo, e nos imediatamente subseqüentes à Revolução. É de se observar, então, que os acontecimentos sociais, políticos e militares estiveram sujeitos à própria contingência dos movimentos revolucionários em geral. Sucede em momentos assim, a total e imediata substituição das autoridades, o ciclo de rápida ação militar e a eclosão de toda uma gama de emoções e mesmo, o desencadear de paixões e represálias incoercíveis, quer dos diretamente empenhados nas operações revolucionárias, quer de grupos

sociais e políticos interessados na vitória do movimento. Sem esquecer que os elementos afastados do poder, ou com suas tendências político-sociais. contrariadas, propendem à posição de resistência, que o movimento deflagrado porfia em debelar, para atingir seu objetivo. Nessa conjuntura, parte dos acontecimentos foge ao controle das lideranças, e dos comandos, resultando, por vezes, em atos e fatos discrepantes das linhas e normas desejáveis. A cessação imediata ou retardada desses excessos, após a instauração de uma nova ordem, é que serve para definir os propósitos reais do movimento.

No caso em exame, não se poderia esconder que as violências contra prisioneiros tiveram pronta cessação e não apresentaram, mesmo nos primeiros instantes, caráter de generalidade.

Da verificação das datas indicadas pelos queixosos, ver-se-á, prontamente, que o número de casos decresceu rapidamente logo nos primeiros dias e, praticamente, reduziu-se a quase nenhum, depois de dez de maio, quando, inclusive, eram abertos pelo IV Exército inquéritos para apuração de denúncias dos casos de maior gravidade.

Em seguida, há de se considerar a intensidade e a gravidade dos fatos referidos nos depoimentos dos queixosos. Neste particular — sem apoiar ou justificar qualquer excesso — verifica-se que quatro casos se destacam de modo a merecer especial atenção. Trata-se das reclamações feitas pelos presos políticos Ubiraci Barbosa, Gregório Lourenço Bezerra, Valdir Ximenes de Farias e Ivo Valença, sobre as quais a Comissão foi informada de que já existem, em curso, inquéritos para apurar responsabilidades.

Afora estes fatos, aparecem outras irregularidades, estas facilmente sanáveis, tais como, proibição de acesso de advogados, a alguns prisioneiros, e falta de regime especial de prisão para determinadas pessoas que a ele têm direito, por força da lei.

Com essas considerações, conclui a Comissão o relatório das verificações feitas, testemunhando o humano tratamento ora dispensado a todos os presos políticos na área do Recife e

se permitindo indicar à competência das autoridades aqueles outros fatos pretéritos referidos pelos prisioneiros, cujas declarações, tomadas por termos, vão a este anexadas.

SENHOR GENERAL

Ao apresentarmos o relatório acima, cremos haver nos desincumbido dentro de nossas possibilidades, do encargo com que fomos distinguidos e nos valemos do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os nossos protestos de consideração e aprêço.

Recife, 5 de Outubro de 1964

Desembargador Adauto Maia — Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Deputado Felipe Coelho — Presidente da Assembléia Legislativa; Reinaldo Dornelas Câmara — Presidente da Associação de Imprensa de Pernambuco; João Batista Guerra Barreto — Procurador Geral do Estado; Carlos Martins — Presidente da Ordem dos Advogados; Monsenhor Osvaldo Gomes Machado — Vigário Geral da Arquidiocese de Olinda e Recife.”

Recebi ainda o seguinte documento:

DENÚNCIA COLETIVA A ENVIADA AO RIO PELOS PRESOS DA DETENÇÃO DE RECIFE

Choques elétricos com revólver encostado ao ouvido para arrancar confissões, espancamentos selvagens com fraturas de ossos, costelas e dentes partidos, interrompidos por desmaios e banhos sucessivos, seqüestros e torturas em co-

missariados de bairros, inclusive de uma professora da Faculdade de Medicina, orelhas cortadas e tentativas de emasculação de camponeses, *pau-de-arara* e *telefones* violentíssimos com inutilização permanente do aparelho auditivo e casos concretos de defloramentos de “perigosas agitadoras do campo”, logo em seguida soltas — eis algumas das especialidades que marcaram o cortejo de violências e arbitrariedades praticadas na área do IV Exército, a partir de 1.º de abril. O número das vítimas ascende a milhares, muitas ainda presas, outras, tratando-se em hospitais, algumas recolhidas a hospícios como o Hospital dos Alienados do Recife, praticamente loucas em consequência do proclamado “tratamento humano” dos oficiais da 2ª Secção do IV Exército e da equipe do policial Álvaro Costa Lima, que invadiu a Secretaria de Segurança Pública na manhã de 1ª de abril por ordem dos coronéis Ibiapina e Bandeira.

As primeiras vítimas foram os camponeses (primeiras e maiores) que chegaram do interior — Palmares, Timbaúba, Vitória, Barreiros, etc., atados de cordas e deitados em caminhões, uns sobre os outros, com o corpo esmagado de pancadas, como fardos de carne, e os policiais e capangas dos latifundiários sobre todos.

O buque ou *Brasil Novo*, xadrez da Secretaria de Segurança Pública, os xadrezes dos comissariados ou dos quartéis, para onde eram conduzidos e onde, novamente, eram seviciados, lotaram-se do dia para a noite.

Depois começaram a chegar os da cidade — operários, estudantes, pastores evangélicos, jornalistas, vereadores, gente das associações de bairros, ex-delegado da capital, advogados, bancários, misturados com ladrões e prostitutas e, noite a dentro, ouviam-se gritos lancinantes, provocados pelos cassetetes, pontapés e murros.

Cinco dias privados de qualquer alimento, sólido ou líquido, houve presos que comeram o couro dos sapatos.

Aqui, um camponês se contorcia com os ferimentos produzidos pelo vapor do cano de escape do jipe em que veio conduzido do interior, desde lá, amarrado sobre a boca do cano. Ali, um dirigente sindical vomitava sangue e chorava de ódio. No xadrez, destinado a oito pessoas, já existiam mais de cinqüenta.

EXEMPLOS

(dos que os presos citaram conservo apenas os nomes a que não fiz referência no trabalho anterior)

Sobreira: José Sobreira de França é um velho de mais de sessenta anos, “perigoso” por vender “livros perigosos” de Marx, Lênine, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Howard Fast. Foi torturado até quase à morte, com o corpo transformado numa posta de sangue. Transferido para o Pronto Socorro, por insistência dos companheiros presos, seu estado provocou protestos de médicos, um deles, por isto, detido no dia seguinte. Está tuberculoso, o Sobreira.

Edwaldo Ratis: presidente do Sindicato dos Gráficos, permaneceu vários dias irreconhecível, com todos os dentes superiores partidos, das longas horas de espancamento a que foi submetido, entre o comissariado de Água Fria e o Buque da S. S. P.

José Campelo Filho: do Banco do Brasil, presidente do Sindicato dos Bancários, de Natal, foi cercado por seis policiais e esbordado longamente.

João Virgínio: da Liga de Vitória, espancado barbaramente.

José Guedes de Andrade: ex-delegado do I.A.P.I., não ficou impune do crime de executar o débito superior a um bilhão de cruzeiros das usinas de Pernambuco para com a Autarquia: Alvaro da Costa Lima e o famigerado Chico Pinote

torturaram-no até à loucura. O clamor decorrente determinou sua soltura.

José Joaquim dos Santos: conhecido por *Japão*, perigoso porque inclusive é enfermeiro, após receber várias cargas elétricas, sentiu o cano de um revólver no ouvido: “Ou dá o serviço, ou vai para o outro mundo!”

José Pedro da Cruz: dirigente portuário, ainda hoje tem um ouvido surdo, em face dos *telefones* que lhe aplicaram.

David Capistrano Filho: 16 anos, colocado dez dias numa solitária da Companhia de Guardas.

Miguel Dália: advogado, ex-delegado, espancado várias vezes, 30 dias no sanitário da Moto.

José Reis: gazeteiro, que vendia *Novos Rumos* e *A Liga*, sofreu torturas.

A Dra. Naide Teodósio, professora da Faculdade de Medicina (presos também seu marido, igualmente médico e professor e dois filhos, estudantes de Engenharia), presa desde abril, sofrendo coação de toda ordem na polícia, com sua casa assaltada e roubada, foi, enfim, seqüestrada e conduzida a um comissariado de bairro.

Funcionários do I.A.P.I., posto do Recife, Banco do Brasil, foram igualmente conduzidos a comissariados, onde eram atirados sem roupas e sem alimento, no xadrez molhado e infecto. Espancados, ameaçados de *suicídio* (“ninguém sabe onde você está!”), altas horas da noite eram conduzidos à Escola de Polícia (doada pelo Ponto IV) e interrogados por Chico Pinote. Ou o depoimento seria assinado sem ser lido ou a vítima retornaria ao comissariado.

José Leite Filho, ex-deputado — comunista — teve sua residência e seu escritório assaltados e roubados, enquanto ele era preso e espancado.

O Dr. Luiz Iglesias, médico, presidente da Sociedade Cultural Brasil-URSS, detido desde abril, submetido a seguidos interrogatórios, este mês recebeu licença do cel. Ibiapina

para ir até em casa: sua espôsa enlouquecera e só ele poderia transportá-la para o Hospital de Alienados. As torturas mentais aplicadas por Álvaro Costa Lima na espôsa do médico enfim, produziram os resultados.

Nilton, ex-tesoureiro da Cooperativa dos Ferroviários, submetido a torturas de toda ordem, suicidou-se e a família sepultou-o. Destino, como se vê, melhor do que o de vários camponeses, cujos corpos, devorados pelos urubus, estão sendo encontrados pela estradas da Paraíba.

INTELECTUAIS

Se o IV Exército não cedeu o primeiro lugar a nenhum outro no rigor das macabras torturas aplicadas a milhares de vítimas indefesas, também não o fez no que respeita à atenção dispensada aos intelectuais.

Romancistas, criticos literários, jornalistas, professores de nomeada, pesquisadores, economistas, sacerdotes, arquitetos, médicos, advogados, tiveram suas residências violadas, preciosas obras literárias carregadas e desaparecidas, seus telefones censurados, eles mesmos presos e recolhidos à Detenção ou aos quartéis ou expulsos do País, como os padres Almery, Paulo e Machado. Eis alguns exemplos: Gastão de Holanda, Amaro Quintas, Mauro Almeida, Gláucio Veiga, Anita Paes Barreto, Salomão e Mirian Kelner, Arnaldo Marques, Paulo Cavalcanti, Acácio Gil Bonsoi, Antônio Brotas, Abelardo da Hora, Hilton Rios, Gerson Maciel Neto, Naide e Bianor Teodósio, Eleazar Machado, Antônio Bezerra Baltar, Paulo Freire, ainda preso — Jader de Andrade, Francisco Oliveira, ex-superintendente substituto da SUDENE.

ZONA INDEPENDENTII

A criação da Comissão para apurar violências no IV Exército, dependendo do critério que lhe norteie os trabalhos, talvez consiga reintegrar a área do IV Exército no território sob jurisdição do Governo Federal. Este poderá ser seu maior mérito. Porque, passados mais de cinco meses, a rigor, sobretudo Pernambuco continua um território independente. O desrespeito às decisões judiciais é apenas um modesto aspecto dessa virtual independência. Tudo aqui está afeto aos militares, que nomearam os delegados da capital antes de o vice-governador ocupar o lugar de Miguel Arraes. Outro aspecto é fornecido pela nossa imprensa, que só publica qualquer matéria relativa a presos políticos, com o ostensivo visto de Costa Lima, Ibiapina ou Villocq. Dai, as calúnias mais absurdas e ridículas publicadas sem direito de resposta. Aqui, nenhum sentido teve a decisão da C.G.I. libertando pessoas detidas há mais de cinquenta dias. Aqui só não está ameaçado de prisão, quem já está preso.

APÊLO

Todas estas denúncias foram escritas num dos xadrezes do Recife. Constituem também um apelo a esse bravo jornal, orgulho da Imprensa Brasileira, nesses dias negros que temos vivido, para que continue e intensifique a histórica luta que desenvolve pelo restabelecimento das liberdades no País.

Poderão constituir, ainda, um roteiro para a Comissão criada pelo marechal Castelo Branco, se o seu propósito for, realmente, desarticular o aparelho fascista montado no Nordeste, para vergonha de milhões de nordestinos. Se, ao contrário, tratar-se de uma manobra com o fim de iludir a opinião pública, contribuirá para a definitiva revelação, da verdade.”

Em abril de 1965, a psiquiatra Rosita Teixeira de Mendonça foi a Pernambuco a fim de investigar as reiteradas denúncias sobre internamento irregular de presos, enlouquecidos nas prisões políticas, no Manicômio Judiciário da Tamarineira. Com esta viagem, conseguiu desvendar muitos dos mistérios que cercavam os casos de loucura decorrentes das torturas efetuadas sob a responsabilidade dos coronéis Hélio Ibiapina e Antônio Bandeira. Arriscou-se física e profissionalmente, mas realizou um trabalho de extrema importância, pelo qual todos os brasileiros lhe são gratos. É o seguinte o depoimento da Dra. Rosita Mendonça:

Nos fins do ano passado fui procurada por diversos clientes apresentando distúrbios mentais, que iam de casos leves até os necessitados de internação em hospitais psiquiátricos. Haviam vivido ambientados em seus meios até serem presos e torturados. A história era sempre a mesma, variavam os personagens. Muito se referiram ao emprego de terapêutica psiquiátrica (*preparação psicológica, soro da verdade, hipnotismo*) na obtenção das confissões incriminatórias. Pode-se discutir se as torturas sofridas seriam a causa única da perturbação mental. Mas é indiscutível que foram a causadora da eclosão da doença mental.

Inicialmente julguei tratar-se de fantasia dos pacientes. Porém ao final, rendi-me à realidade. Pessoas diferentes, presas em locais e em épocas diversas, não poderiam apresentar idéias delirantes com o mesmo conteúdo e com os mesmos personagens. Senti-me envolvida emocionalmente e decidi-me a pesquisar o que estava se passando nesta “fabricação

de loucos”. Pesquisa difícil, pois os fatos ocorriam atrás das grades das prisões. No hospitais psiquiátricos do Estado da Guanabara (pertencentes ao Serviço Nacional de Doenças Mentais, órgão federal) não houvera qualquer anormalidade, dadas a lisura e idoneidade profissional do corpo clínico.

Sabendo que graves irregularidades estariam se passando no Manicômio Judiciário da Tamarineira (órgão estadual), em Recife, resolvi verificar *in loco* as ocorrências abastardantes da Psiquiatria Brasileira.

Quando fui ao Recife, movia-me o propósito de averiguar: a) internações ilegais no Manicômio Judiciário da Tamarineira e, se possível, b) o emprego de técnicas psiquiátricas na obtenção de confissões de presos, este último item sabia ser quase impossível comprovar. Que valor tem a palavra de um doente mental, pejorativamente chamado *louco*, diante da palavra do doutor, isto é, do médico que abusou de seus conhecimentos para o enlouquecer? Só tinha comigo, nesse particular, a esperança de que houvesse sido registrado na observação clínica dados laboratoriais ou a inspeção do doente positivando o emprego de drogas; quanto ao hipnotismo, sabia da impossibilidade de provar.

O desrespeito à dignidade humana, por ser de rotina policial, não constituía objeto de meu interesse. Mulheres que são desnudadas e colocadas despidas em celas de marginais já não despertam a indignação e a solidariedade da comunidade, o uso cotidiano embotou a nossa sensibilidade, embora não tenha embotado a dos chamados marginais, que lhes oferecem suas próprias roupas e as tratam como vestais. Nem tampouco o *processo da sede*: comida salgada e proibição de líquidos. Interessavam-me as torturas físicas e os métodos capazes de enlouquecer.

Como psiquiatra do Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM), conhecia as dificuldades e as limitações da tarefa a que me propusera. Pois se o decreto da fundação deste órgão (nº 24.559, de 3 de junho de 1934) dá aos psiquiatras amplos poderes de fiscalização, tendo até sido criada uma

Comissão Inspetora, decretos posteriores procuraram dar ao SNDM uma função meramente normativa. Embora não revogasse a ação controladora, que passou a ser exercida pela Seção de Cooperação. Ainda mais, pertencendo os serviços psiquiátricos às secretarias estaduais de saúde, (exceto no Estado da Guanabara e no Distrito Federal), sem uma fiscalização rotineira do serviço federal, estão sujeitos aos reflexos da politicagem local. Não há uma política nacional de saúde (apesar do Código Nacional de Saúde, *et pour cause*), um planejamento do desenvolvimento e ampliação dos serviços de higiene mental, como houve em passado não muito distante. O funcionamento do Legislativo, neste particular, tem sido acabrunhador. Decretos, leis, modificaram artigos do regulamento básico ou introduziram novos atendendo a interesses personalísticos, deixando em plano secundário as modernas concepções psiquiátricas. Por sua vez, as secretarias estaduais de saúde nomeavam e nomeiam pessoas não habilitadas para os cargos de chefia, que deixou de ser técnica para ser administrativa. Isto, contrariando frontalmente o artigo 5.º do referido decreto, ainda em vigor, que declara que quem deve dirigir os estabelecimentos públicos ou particulares e que define o que é um profissional habilitado a dirigi-los. O Hospital Psiquiátrico da Tamarineira é, atualmente, dirigido por um sanitarista, e o Manicômio Judiciário se ressentido de um psiquiatra à sua frente.

Mas nada foi modificado no que diz respeito às internações e aos manicômios judiciários, talvez por sua estreita ligação com o Código Penal. Assim, continua em pleno vigor o artigo 11, § 3.º, que diz: “A internação no Manicômio Judiciário, far-se-á por ordem de Juiz.” Ora, eu soubera que autoridades outras haviam internado presos políticos no Manicômio Judiciário da Tamarineira; para ser mais precisa, que o coronel Hélio Ibiapina internara vários presos enlouquecidos, por ordem e arbítrio seus. É que, ante a ponderação dos psiquiatras, posteriormente passou-se a internar por ordem do Auditor de Guerra! A internação nos manicômios judiciários é reservada para os doentes mentais criminosos, homicidas,

cuja sentença tenha sido passada em julgado e cuja doença mental tenha sido comprovada por perito psiquiátrico. Em qualquer fase do processo, o juiz pode internar, por prazo indeterminado no próprio pedido de internação, para confirmar ou infirmar um diagnóstico de enfermidade mental.

Diante da desfiguração do órgão federal, o êxito da missão que me impusera dependeria da boa vontade dos psiquiatras do Recife.

Gilberto Freyre descreve Recife como uma cidade mourisca, encapuchada, pois esconde dos viajantes os seus encantos, ao contrário das outras, como o Rio de Janeiro e Salvador, que os exhibe abertamente aos olhos dos visitantes. Senti Recife como uma cidade encapuchada pelo medo. Seus habitantes vivem aterrorizados como se habitassem uma cidade ocupada por tropas invasoras. Julgam-se perseguidos, denunciados, vendo nos demais espíões ou elementos que os podem expor a perigos. Perigos que são comentados aos cochichos. Tornaram-se auto-referentes e de tal maneira a realidade foi distorcida pelo medo, que é difícil, para os que lá aportam, perceber o que é fantasia ou o que é realidade sofrida.

Os restaurantes e bares continuam cheios, porém não há o bulício peculiar aos que vivem sob um céu de liberdade. Há uma atmosfera pesada. Tudo aparentemente funciona dentro da normalidade cotidiana, porém a alegria de viver foi substituída pelo estado de desconfiança, pela necessidade de estar alerta para salvar a pele. Realmente, parodiando Curzio Malaparte, a bandeira de Recife é a pele.

Contam-se casos estarrecedores, a maioria passados com camponeses. Os *suicídios* deles, após temporada regulamentar nas solitárias. Tal como ocorreu a um, conhecido apenas pelo nome de Antônio. Preso sem saber porque, foi jogado em um cubículo com vários outros. Diariamente eram insultados pelo próprio coronel Ibiapina. Antônio foi tomado por uma agitação que incomodava os demais. Falava coisas desconexas, não dormia, não comia, com medo de ser enve-

nenado, e andava incessantemente, passando por cima dos companheiros. Estes reclamaram, pedindo a transferência dele para uma enfermaria. Mandaram-no para a solitária, de onde saiu ao cabo de uns poucos dias para tomar banho. Poucos o viram, mas os que o viram, acharam-no mais delirante. *Suicidou-se* no banheiro.

Seria longo enumerar as histórias, que não são cantadas em desafios nas feiras. Servem como reforço às cautelas que se devem tomar. Caso contrário, pode-se ser enviado para Fernando de Noronha, como teria acontecido a inúmeros camponeses, cujos nomes nem são sabidos. Ou aparecer o corpo decapitado em cidades do estado vizinho, Paraíba, enquanto que a cabeça seria enviada aos familiares. Ou mandados para a Tamarineira.

Tive meu primeiro contato com esse estado de coisas, ao ter de identificar-me e apresentar a passagem aérea, a pretexto de que haviam três clandestinos a bordo do avião. Por extensão, indagaram-me o tempo de permanência e onde iria hospedar-me.

Disseram-me os passageiros habituais que sempre há uma razão para tal procedimento.

Do próprio aeroporto, telefonei para as pessoas que me poderiam auxiliar. Encontrei em suas casas o ambiente de desconfiança que, em breve, se tornaria familiar para mim. Em muitas foi possível vencer a barreira da incompreensão. Em nenhuma encontrei uma cooperação franca, mesmo depois de passar pelos testes que comprovassem a minha neutralidade política. Todas procuraram dissuadir-me da tarefa, vendo perigos para mim e para os que me ajudassem.

Assim travei conhecimento, na própria noite que cheguei, com um psiquiatra que trabalhara no Hospital Psiquiátrico da Tamarineira, sendo assistente da cadeira de Psiquiatria de uma das faculdades médicas locais. Homem de palavra fácil, descreveu-me a situação atual da cidade, e como, a seu ver, teria chegado a essa situação. Não há, no Recife, uma

associação de psiquiatras, seja, para cuidar dos interesses da classe, seja para o debate e aprimoramento dos conhecimentos científicos. Há alguns anos foi criado um Grupo de Estudos Psiquiátricos (GEP) com a finalidade de estudar técnicas modernas de terapêutica. Em breve, o vedetismo do fundador tornou-o um grupo fechado, onde a personalidade deste era reverenciada em grau exagerado. Aliás o general Murici o citou, em discurso, como o único civil que conspirara desde a primeira hora. Cita-se também seu nome, juntamente com o de um dentista da polícia e professor na Faculdade de Odontologia — ambos adeptos do hipnotismo — e de um comissário da polícia, como responsável pelo emprego do *soro da verdade*. Desse grupo e do Conselho Regional de Medicina, segundo meu informante, saíram as denúncias contra médicos e professores.

O Hospital Psiquiátrico e o Manicômio Judiciário padecem de males crônicos: falta pessoal habilitado (alguns psiquiatras têm o curso de especialização do SNDM), medicamentos, leitos, e até comida para os internados. É administrado pela Santa Casa. Os egressos e os familiares dos doentes, que eram arrimo de família, são aproveitados nos serviços auxiliares em troca de casa, comida e pagamento eventual — são conhecidos como *amostra grátis*.

Pôsto a par do que eu desejava pesquisar, relatou-me duas histórias clínicas do seu conhecimento pessoal (um deles, foi examinado por meu informante) e abordou de leve duas outras. E.F. (1) é um caso conhecido na cidade, tendo me sido contado várias vezes por pessoas diferentes em versões diversas — com uma constante: internado por ordem do coronel Ibiapina e libertado por *habeas corpus!* E.F. fugiu quando da abrilada, refugiando-se em uma casa de colônia nas terras do pai, onde não lia jornais nem ouvia rádio. Ao fim de cinco meses, teria sido entregue pelo próprio pai ao prefeito de sua cidade, que o teria entregue pessoalmente à polícia do Recife ou às autoridades militares. Quando o trouxeram para o Manicômio Judiciário, a acadêmica de

serviço se negou a recebê-lo. Apresentava marcas recentes de picadas de injeção. Por intercessão de um coronel médico junto ao meu informante, receioso que o rapaz morresse em consequência de *maus tratos* (sic), foi internado. Nesta versão, E.F. teria dado entrada no hospital em estado confusional agitado, amedrontando-se ante a aplicação de uma injeção tranqüilizante e declarando que, após a aplicação de uma injeção no xadrez, *confessara* coisas ditadas pelo comissário contra si e contra terceiros. Os exames laboratoriais revelaram uma alta percentagem de uréia no sangue (uremia) e autofagia. O diagnóstico, ao ver do meu informante, seria de *Psicose Endotóxica* em consequência das torturas sofridas, inclusive três dias sem comer e recebendo medicação ignorada, pressupostamente tóxica. No entanto, pelo fato de ter vindo da prisão com ordem de internação assinada pelo coronel Ibiapina, o diagnóstico foi modificado pelo então diretor, (atualmente aposentado), para *Estado Vivencial Anormal* (Kurt Schneider) que não consta na classificação oficial e gera muita controvérsia. Perguntando-lhe pelos acontecimentos, disse-me ignorar dados pessoais. Em outra versão, a mãe de E. F. seria portadora de Psicose Maníaco-Depressiva (a única doença mental comprovadamente hereditária), com várias internações. Outra modificação, nesta segunda versão é que E.F. teria sido internado com uremia, porém apresentando um estado depressivo. Mas todos são acordos ao declarar que a eclosão da perturbação mental foi decorrente das torturas e, provavelmente, doses excessivas do *sôro da verdade*.

O segundo caso é o da menor de 21 anos, S. M. (2), conhecida nos meios trotskistas como Tatiana. Internada por ordem do coronel Ibiapina. Também apresentava estado confusional agitado, acusando ter recebido uma injeção que a obrigara a falar. É portadora de uma esquizofrenia, forma hebefrênica, (E. Bleuler, classificação oficial), sendo inimpugnável. Jamais recorrera a psiquiatras anteriormente, embora apresentasse certas bizarrices de conduta. Tal qual E. F., foi libertada (?!) por *habeas corpus*, tendo tido prisão preventiva

decretada no mesmo dia pela mesma autoridade. Foi mantida na *pensão* — pavilhão dos que podem pagar no Hospital Psiquiátrico da Tamarineira. A doença eclodiu em virtude das torturas sofridas.

Do terceiro, R.B. (3), pouco pude apurar, a não ser foi internado pelo coronel Ibiapina e libertado por *habeas corpus*. Estive pessoalmente com ele. Aparentemente recuperado, porém bastante receioso em ser tomado como doente mental. Nota-se que se sente estigmatizado.

O quarto continua internado. Teria perdido a identidade. Seria um camponês. Entrou no Manicômio Judiciário por ordem do coronel Ibiapina e, ao que parece, não tem familiares nem dinheiro para conseguir um *habeas corpus*. Supõe-se que seja de Vitória de Santo Antão, pois teria demonstrado uma contração facial ao ouvir o nome dessa cidade. À entrada, declarou-se coronel ou general, contava façanhas guerreiras; em seguida caiu em um mutismo, no qual continua.

O pessoal que trabalhava no Manicômio Judiciário à época foi mudado: diretor psiquiatras, acadêmicos (conclusão do curso), e os próprios guardas da polícia, que há anos davam guarda no hospital.

Este psiquiatra me forneceu indicações de pessoas da própria Tamarineira, que me poderiam ajudar. Posteriormente verifiquei que, antes de utilizar-me de qualquer informação, necessitava conhecer melhor o ambiente. Pois, nesta oportunidade, haviam sido indicadas pessoas idôneas juntamente com elementos duvidosos e até conhecidos como “dedo duro”.

Na própria noite que cheguei, resolvi visitar a Tamarineira, apesar do avançado da hora. Identifiquei-me na portaria. Um dos encarregados se prontificou a percorrer o hospital comigo. Porém eu só estava interessada em saber como funcionava. Pelo que me explicaram, concluí que a melhor hora seria a da limpeza — depois do lanche.

Na manhã seguinte, um dos funcionários da gerência do

hotel ofereceu-se para guardar meus valores, tendo-me informado que só se responsabilizava pela telefonista da manhã. Ainda mais que o ponto de táxis à porta do hotel era de investigadores da polícia, bem como que a maioria dos choferes pertencia a essa corporação.

Tive um contato mais íntimo com a família da Dra. Naide Theodósio. O marido, Dr. Bianor, contou-me como a doutora sofreu na prisão, onde está recolhida novamente. Dra. Naide sempre se dedicou às pesquisas fisiológicas, estando em gozo de uma bolsa da Fundação Ford. É livre docente na Faculdade de Medicina. No Governo Arraes aceitou a chefia de um departamento, para onde requisitou o marido. O casal foi preso após a abrilada. A casa foi saqueada e interdita. Os filhos ficaram em casa de amigos. Um deles, indo a casa desligar a geladeira, foi preso. Outro foi mandado para a cadeia no meio da noite, depois de ter sido levantada a interdição da casa, deixando a irmã sozinha, menor de dezoito anos, em um casarão do bairro distante.

A Dra. Naide foi submetida a vexames, humilhações, torturas morais. Foi-lhe negada prisão especial, apesar de ter direito, por sua condição de diplomada em universidade, bem como pela de professora em uma faculdade. Levou dias para ser ouvida. Dormia em cima de mesas. Tais e tantos foram os tormentos, que acabou fazendo uma pneumonia, curada espontaneamente. Julgada no final do ano passado, teve sua inocência reconhecida na sentença do juiz, que pulverizou a acusação sustentada pela promotoria. No entanto, esse mesmo juiz decretou sua prisão em fins de março último, baseando-se no mesmo processo! Está recolhida à Casa de Detenção.

A hora aprazada, fui à Tamarineira. Hospital que contraria todas as modernas concepções hospitalares. Só quem trabalha em atividades médicas é que pode valorizar a abnegação dos que fazem psiquiatria nos lazaretos superlotados que temos por esse Brasil afora. Os serviços auxi-

liares são executados por pessoal não habilitado (até os de enfermagem e os de secretaria, sem falar no diretor atual...). Não há medicamentos, roupa de cama, uniformes para os doentes. Toalhas, artigos de *toilette*, objetos de uso pessoal e até remédios são solicitados às famílias. Isto sem falar nos funcionários achacadores que, porque ganham pouco, fazem uma *féria* de trinta mil cruzeiros por dia de visita. Os doentes são amontoados em pavilhões, onde ficam também menores de idade. Os pacientes são selecionados pela inicial dos nomes! Assim, um médico é encarregado de cuidar dos doentes cujos nomes começam por A, outro dos de B a C, etc. Pela manhã há a atividade rotineira, com médicos e enfermeiros. O resto do dia corre por conta do médico residente (recém-formado e aguardando nomeação), por dois acadêmicos de plantão (5º ano) e os *amostra grátis*.

O Manicômio Judiciário fica em uma dependência central da Tamarineira. São celas com portas de aço, tendo apenas um leito. A guarda é da polícia estadual, tendo sido mudada após a abrilada. A sala de consultas do médico, onde também ficam os arquivos e trabalha uma secretária, é compartilhada pelos guardas, que trocam a roupa nela. Dá para um gabinete dentário, aliás, é o único acesso que para ele tem o dentista. Em outras palavras, não há a mais remota possibilidade de uma relação médico-paciente sigilosa. Antes, a porta dessa sala possuía três chaves: uma ficava com o médico, outra com o guarda (!) e a terceira no quadro geral da portaria do Hospital Psiquiátrico. Atualmente, só o guarda a possui!

Acompanhada por um *amostra grátis*, percorri o hospital, entrando então nessa sala, que estava aberta para a limpeza. Como fizera em outros pavilhões, dirigi-me para onde estavam as papeletas clínicas, já que não me fora dado conversar com os prisioneiros. Sabendo que o maior número de internações ocorrerá nos meses de outubro, novembro e dezembro p.p., peguei o livro de documentos anexos (ordens de internamento) referente ao último trimestre. Quando o estava

compulsando, fui intimada por um guarda armado a abandonar o local.

Procurei outros psiquiatras para saber da possibilidade de obter um traslado daquilo que vira — internações assinadas pelo coronel Ibiapina. Todos, sem exceção, mostraram-se amedrontados. Eu voltaria com os documentos para o sul, e eles? Quem os protegeria contra a prepotência? Eram gentis comigo, alguns me levaram até quatro quartos do hotel, pois se me prendessem, os porteiros não os denunciariam. Marcavam encontros em consultórios ou em institutos psiquiátricos.

Para justificar essa atitude, um deles me contou que, meses antes da abrilada, um sargento do Exército se mudou para perto da casa dele. Os familiares do sargento usavam o telefone e a geladeira do doutor, que também ou auxiliava nesta ou naquela enfermidade, com amostras e mesmo com conhecimentos médicos. Os familiares do sargento foram admitidos na intimidade da casa, apesar da diferença social e cultural. Mais tarde, com a denúncia do médico pertencer a uma organização católica, soube-se que o sargento fora designado para fazer um levantamento das atividades do psiquiatra.

Aliás, a esse propósito, há um episódio que ilustra bem o estado de espírito reinante na cidade. Um psiquiatra estava atendendo particularmente um preso político com lesão pulmonar aberta. Surpreendido pelo coronel Ibiapina, foi por este esbofeteado. Quando o coronel se acalmou, explicou ao médico a causa de sua indignação: a mulher ou alguém da família do coronel já fora portadora de tuberculose pulmonar e o coronel considerara criminosa a medicação aplicada pelo doutor. Este se mostrou humilde, justificando-se em seguir o que aprendera na Faculdade de Medicina e preconizado pela Organização Mundial de Saúde: não tivera oportunidade de cursar a Escola Superior de Guerra. Dias após esse incidente, um sargento do Exército se mudou para perto da casa dele. Quando pediu para usar o te-

lefone, o psiquiatra se considerou perdido. Passou a entrar e sair furtivamente de casa. Notou que o sargento o seguia. Um dia o sargento o procurou: soubera do incidente com o coronel Ibiapina e podia falar francamente. O sargento comparecera a uma reunião de classe no Governo anterior, tornando-se um elemento visado. Julgara que o psiquiatra fosse um delator.

Entrei então em contato com os estudantes de medicina. Um único compreendeu o meu propósito. Manifestou, no entanto, um medo: que eu estivesse despertando esperanças infundadas. Não podia acreditar que houvesse um pouco mais de noção de liberdade no Sul. Esse acadêmico procurou os colegas para sondá-los. Todos o procuraram dissuadir, além de recusar qualquer cooperação. A própria acadêmica do Manicômio Judiciário, tão entusiasta no início, cedeu ante as considerações pusilânimes da família. Parecia até que *eu* é que estava tramando um crime contra um ser humano! No entanto, o que eu pedia era livre acesso às papeletas clínicas, documentação dos casos e exame pessoal dos doentes aprisionados. O referido acadêmico propôs, em tentativa desesperada, que eu visitasse oficialmente a Tamarineira em dia de seu plantão.

A esta altura dos acontecimentos, já estava sendo “acompanhada” por um investigador de Polícia. O recurso era procurar um advogado que me pudesse amparar em momento crítico. A recusa foi geral. Podiam proibi-los de entrar no *Forum*, como acontecera com Fulano e Sicrano. Ou então diziam-me ser outra a sua especialidade. Finalmente, um se dispôs a me auxiliar no caso de ser presa. Deu-me algumas instruções. Havia porém uma dificuldade: só tinha telefone no escritório, que estava no nome de outro advogado.

Torna-se necessário explicar porque procurava informações precisas. Sem os nomes ou os números dos prontuários, ou a data da internação, é tarefa bastante demorada obter os ofícios da autoridade que envia o doente mental prisioneiro. Não podia arriscar-me, em uma visita oficial, a pedir toda a

documentação de um caso baseada em uma suspeita, ou informação infundada.

Em busca desses dados, entrevistei egressos, que razoavelmente, se recusaram a dar-me autorização para ver suas observações. Já haviam sofrido em demasia.

Soube de políticos que haviam assistido remoções de presos enlouquecidos para a Tamarineira, quando também estavam presos. Esses políticos negavam tais fatos, procuravam demonstrar que haviam sido bem tratados, bem como os demais. Esforçavam-se tanto na demonstração que caíam em contradições. Quando lhes mostrava isto, exaltavam o martiriológico. A chamada “revolução” se desgastaria, se esvaziaria, na razão direta do aumento de prisões e torturas; e quanto mais inocente fosse a vítima da prepotência, maior o desgaste. Insinuavam a possibilidade de denunciar-me. No final, apelavam para que eu traçasse um *perfil psicológico* da amedrontada cidade de Recife. Onde, no dizer de uma matriarca de fibra, os homens estavam com as calças nas mãos.

Estava dando por encerrada, com fracasso, a minha tentativa de esclarecer os fatos desabonadores, quando soube de um psiquiatra disposto a contar-me o que sabia. Esse rapaz me acenou com a possibilidade de conversar com um dos psiquiatras-chefes da Tamarineira. Fomos incontinente para lá. O psiquiatra-chefe tem curso de especialização oficial, é professor universitário e foi diretor do Manicômio Judiciário durante alguns anos. Estava indignado com as torturas, que julgava ser a única ilegalidade praticada.

Ficou bastante surpreso ao saber que nos manicômios judiciários só podem ser internados doentes mentais criminosos comuns, perigosos à comunidade, com sentença passada em julgado e cuja doença mental tenha sido comprovada por perito forense (psiquiatra). Disse-me, pelo que estava sabendo, que sempre aceitara internações em desacordo com a lei. Chegou a perguntar-me o que se fazia com os demais doen-

tes mentais aprisionados! Causou-lhe também surpresa saber que o juiz, ao pedir uma perícia psiquiátrica, tem de declarar no ofício o prazo, que pode ser prorrogado ou encurtado à critério técnico. Que ante uma irregularidade na internação ou na alta, o psiquiatra deve ponderar as razões porque não pode agir em conformidade com o que o juiz determina. Se este persistir, o psiquiatra tem o dever de recorrer à autoridade superior em defesa do doente mental. Ainda mais, menores de 21 anos não podem ser internados em manicômios judiciários. E que jamais a alta de um hospital — e o manicômio judiciário é um hospital — pode ser concedida por um *habeas corpus*!

Inicialmente o colega procurou justificar-se. Sentia-se censurado moralmente por mim. Procurava mostrar-me as deficiências da rede assistencial aos doentes mentais. É compreensível a atitude dele. Graças a ela, tornou-se compreensível para mim os fatos acontecidos no Manicômio Judiciário da Tamarineira. O estado atual de coisas começou no dia em que o primeiro psiquiatra, em situação juridicamente normal, por ignorância, má-fé ou dolo, aceitou a primeira internação ilegal. Daí em diante era avalanche causada pela bola de neve. Mas isso não lhe podia ser dito. Nem interessava. O que interessava era remediar a situação e se possível, evitar a repetição de erros atentatórios à lei e à dignidade humana.

Prometeu-me apoio. De rotina, todos os internados no Manicômio passam pela seção que dirige. No pedido de exame, vem a identificação do doente (nome, filiação, profissão) e o número da papeleta clínica. O restante me seria fornecido pelo psiquiatra que me levou a ele.

A polícia não mais disfarçava o interesse por mim. Uma viatura policial me seguia para onde eu fosse. Se entrava em um restaurante, os ocupantes da viatura também entravam e sentavam-se bem à minha frente. Como bem pôde constatar um repórter de um matutino carioca que, por vezes, acompanhou-me em minhas andanças. Para mim, era pura “guerra de nervos”, à qual não dava maior importância. Ao que me

disseram, o irmão da tal acadêmica da Tamarineira, advogado que estudou algum tempo nos Estados Unidos, havia me denunciado, pretendendo assim resguardar a irmã.

No dia aprazado, procurei o colega no consultório dele. Mostrou-me apenas dois pedidos de exame, com dados incompletos. Os exames, não poderiam mostrar por escrúpulos de consciência! Estava bem preocupado, descobriria outras irregularidades: os internados no Manicômio Judiciário não haviam seguido a rotina médica (exames laboratoriais, inclusive psicoteste) e, ao que soubera, a vários fora proibida a medicação. Julgou a situação bastante grave; só poderia dar-me acesso aos exames mediante um pedido oficial do SNDM, ou seja, de um inquérito administrativo. Mas isso ele não se atrevia a pedir; eu só poderia pedir com os dados — recaíramos no círculo vicioso. Aconselhou-me a deixar a cidade o mais rápido possível.

Dois outros psiquiatras me deram o mesmo conselho. Em vista da impossibilidade de obter dados concretos, precisos, resolvi embarcar na manhã seguinte e conseguir, aqui, na sede do SNDM, o pedido oficial. Mostraram-me estes colegas que, se abrissem inquérito imparcial eles seriam enquadrados como cúmplices da autoridade coatora; se não fosse imparcial, estariam expostos a perseguições; haviam consultado advogado para o caso deles.

Um deles mostrou-se envergonhado com a defecção do psiquatra-chefe. Haviam-me negado até o nome dos advogados que obtiveram translato das observações clínicas para a concessão dos *habeas corpus*. Comprometeu-se a enviar os documentos que eu desejava, pois conhecia bem um dos advogados que conseguira *habeas corpus*. Ainda bem que não confiei em sua promessa. Mostrou-se admirado da minha calma e esportividade ao me ver derrotada pela coesão do grupo psiquiátrico. Fiz-lhe ver que, se os psiquiatras, qualquer que fosse a motivação, acobertavam a atitude da autoridade que se exorbitara, nada me restava a fazer.

Nessa noite, a acadêmica do Manicômio Judiciário me

telefonou muito angustiada: os psiquiatras me haviam denunciado ao IV Exército, estavam reunidos com o coronel Villocq no Hospital Infantil, deliberando se efetuariam a minha prisão naquela noite ou na manhã seguinte. Pediu-me para sair da cidade na primeira condução.

Fiquei em pânico. Julgava-me o documento comprobatório das torturas. Lembrei-me dos egressos que me haviam contado como ficavam pensando na tortura *predileta* — a menos dolorosa para eles — receosos de receberem a temida. Pessoas que preferiam os choques elétricos, ou afogamentos, ou espancamentos, ou geladeira. Não consegui preferir qualquer delas. Precisava andar para acalmar-me. Resolvi sair para jantar, pois o restaurante do hotel já fechara. Antes de sair telefonei para o colega de escritório do advogado que aceitara me defender, caso fosse. Esse advogado lamentou não poder auxiliar-me. Como anteriormente dissera-me, não era especialidade dele e estava de saída para visitar a mãe doente. Quanto ao colega dele de escritório, não sabia onde morava, devia estar dando aula em uma das Faculdades de Direito. Telefonei para ambas. O telefone não atendia, o que é explicável pelo avançado da hora. Então saí.

Ao voltar, fui abordada por um indivíduo que se identificou como investigador de polícia. Disse-me estar vindo do Hospital Infantil, onde se decidira a minha prisão: se eu sáísse, seria naquela noite. Pretendeu ter sido meu colega de célula comunista em Paranaguá, cidade onde estive, de passagem, em criança. Tratei-o como trataria um doente mental delirante que me abordasse na rua para me contar seu delírio. Deu-me voz de prisão. Desvencilhei-me do braço dele e corri para o hotel. Onde o gerente me informou que a polícia não prendia os hóspedes dos hotéis durante a noite. Até às 8 horas da manhã estaria a salvo se não sáísse à rua. O gerente falava de maneira impessoal, como quem relata as novidades da terra a uma turista; em tese. Porém pediu-me que não sáísse mais, era tarde e podia ocorrer-me algum “acidente”.

Com a cumplicidade do acaso, pude sair do hotel bem cedo e tomar um avião antes das 8 horas da manhã.

Hoje compreendo o que ocorreu com a cidade de Recife, *Leão do Norte*. Pois “a força dos tiranos só reside em nossa falta de vontade de opor-se ao despotismo”. Recife é uma cidade abúlica.

- (1) E. F. são as iniciais de Edval Freitas, cujo nome, por ética profissional, a Dra. Rosita Mendonça deixou de colocar por extenso. Sua ficha de entrada na Tamarineira tem o nº 3.190 e é assinada pelo coronel Hélio Ibiapina.
- (2) S.M. corresponde a Sônia Montarroyos.
- (3) R.B. são as iniciais de Rivadávia Braz, ficha de entrada nº 3.154, igualmente assinada pelo coronel Hélio Ibiapina.

Em novembro de 1965, quando este livro estava já quase pronto, soube que Sônia Montarroyos, a “Tatiana” trotskista que havia sido visitada no Manicômio da Tamarineira pela psiquiatra Rosita Teixeira de Mendonça, estava no Rio de Janeiro. Ao fim de algum tempo e muitas peripécias conseguir entrevistá-la em meu escritório. Quando entrou, tive uma surpresa grande, embora os quase dois anos passados a investigar as contradições e irracionalidades dos que violentam o Brasil me tivessem já vacinado suficientemente contra espantos: Sônia, a agitadora acusada de pôr em perigo as Forças Armadas e a segurança nacional era uma menininha feia, de pouco mais de metro e meio de altura, olhos alternadamente opacos e cintilantes escondidos atrás de lentes grossíssimas, voz miúda. Custei a crer que aquele tóco de gente pudesse ter despertado o medo e o ódio dos militares que a prenderam a ponto de ser submetida a torturas de tal forma intensas que resultaram em seu internamento em um hospício.

Sônia, que freqüentemente se fecha em silêncio e quando fala das coisas presentes o faz por jatos de palavras nem sempre concatenadas, readquire precisão, lucidez

e memória quando se refere à prisão e aos sofrimentos que lhe foram impostos. Aliás, prisão e torturas são seus assuntos preferidos, os que prendem sua atenção e despertam suas palavras.

Sônia foi presa, com um grupo de trotskistas, no dia 1º de novembro de 1964, em Prazeres, município de Jaboatão, perto de Recife. Levada para a Secretaria de Segurança Pública, passou em claro a noite em uma sala do andar superior, ouvindo a toda hora gritos e o zumbido de chicotadas. Pela manhã, saiu da sala e fugiu, calmamente, pela porta da frente, indo abrigar-se em casa de um casal amigo, em um bairro operário. Na terceira noite de ocultamento, foi deixada sozinha, pois o casal resolvera ir ao cinema. As tensões que dentro dela cresciam explodiram com a solidão. Sônia começou a ouvir vozes, a recordar os barulhos da prisão. Saiu para a rua aos gritos, em um acesso histérico. Os vizinhos chamaram a polícia. Sônia voltou a ser presa.

Na Secretaria de Segurança os encarregados do inquérito, delegado Alvaro Costa Lima, capitão Bismark e major Dinalbo, queriam saber detalhes da organização trotskista, quem eram os membros, onde se encontravam, que armas tinham. Com o auxílio de inspetores e detetives começaram a interrogá-la, Sônia só lembra da cara de um dos seus sequestradores — baixo gordo, de bigode, um pouco calvo. Álvaro Costa Lima, conta, queimou-a com pontas de charuto. Em novembro de 65, portanto um ano mais tarde, ainda vi em seus braços as marcas das queimaduras. Trouxeram para a sala de interrogatório seu noivo, um uruguaio chamado Pedro, e na sua presença três homens a violentaram.

Pedro, à vista disto, contou o que sabia, mas sua confissão não resgatou a liberdade da noiva. Sônia esquecera-se deste episódio e dele só voltou a lembrar-se dias antes do encontro comigo.

Da Secretaria de Segurança, depois de um programa de televisão durante o qual cuspiu na cara de Costa Lima, Sônia foi levada para o quartel do 2.º Batalhão de Guardas onde, por ordem do major Dinalbo, teve a cabeça raspada.

Sua peregrinação passou ainda pelas celas da Detenção, do quartel do Derby, do Regimento de Obuses de Olinda, do quartel de Paulista e do de Tijipó, onde diz que mais sofreu e de onde foi levada para o Manicômio da Tamarineira. Em um dos quartéis, acha que no de Olinda, ficou presa em um banheiro sem água. Tentou então enforçar-se com a barra da saia. No quartel de Tijipó foi metida no “Fernandinho”, uma jaula de um metro quadrado, onde só podia ficar sentada com as pernas encolhidas. Todas as paredes desta jaula eram de grades. Estava completamente nua e a jaula em um porão ou subterrâneo escuro. Como alimentação, recebia meio pão e meio copo d’água duas vezes por dia. A cada meia hora acendiam um holofote potente, cuja luz era dirigida contra seus olhos e ela nem mais dormia, esperando a chegada da luz. Por vezes, quando vinham trazer-lhe o pão e a água, puxavam sua cara de encontro às grades. Ao fim de certo tempo, que acredita terem sido quinze dias, foi levada para um mato existente nos fundos do quartel, ainda nua e ainda no “Fernandinho”, onde ficou só, ao sol, à chuva e aos insetos. Conta que até gostava quando aparecia um soldado, tal era sua solidão. Um dos guardas, que lhe deu sua capa de chuva, foi premiado com quatro dias de prisão.

Ao fim de certo tempo deste enjaulamento Sônia começou a ter alucinações — pensava que era sua mãe, pensava que era prostituta e que sua filha tinha morrido. Um dia disseram-lhe que seu irmão havia sido preso e respondeu que não tinha irmão — sua mãe era filha única. Finalmente foi levada, em estado de coma, para a Tamarineira. Levou uma série de choques elétricos e os acadêmicos de Medicina, embora estivessem proibidos de com ela conversar, trataram de seu braço queimado.

No Manicômio Sônia foi colocada em uma cela com oito outras loucas, sendo que uma delas freqüentemente ameaçava estrangulá-la. Pouco depois do Natal foi solta, não sabe porque, e logo no princípio do ano de 1965 teve novamente sua prisão preventiva decretada e voltou à Tamarineira, mas desta vez para a pensão, saindo da indigência,

recebendo tratamento melhor, embora não tivesse, como as outras loucas, direito de assistir a televisão, de ir à missa (estava interessada no passeio, não na missa) ou de sair de seu quarto à tarde. Embora fosse menor de idade o Juiz de Menores não quis, apesar de solicitado pela família, intervir a seu favor. A 2 de abril obteve um *habeas corpus*, que não foi respeitado. Finalmente, em junho, por interferência do padre Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, foi entregue à família. Em agosto a Auditoria de Guerra da 7ª Região Militar decretou novamente sua prisão preventiva, mas Sônia ficou sob a tutela do pai, funcionário da Assembleia Legislativa de Pernambuco. Fugiu para o Rio em outubro e, posteriormente, foi para o Uruguai, onde creio que se encontra atualmente.

Este relato terrível é feito por uma moça de estabilidade mental visivelmente abalada e cujo desequilíbrio, segundo a dra. Rosita, é inimputável. No entanto, as informações que colhemos em Recife, em épocas diferentes, confirmam as torturas que sofreu e pessoalmente examinei as marcas de queimaduras em seus braços, o que me faz acreditar, em consciência, na veracidade de suas informações e, por isto, publicá-las.

Finalmente, quando recolhia dados para um livro sobre as perseguições à ação social cristã no Brasil, entrevistei-me com o estudante Rui Frasão, que me prestou as informações sobre as últimas torturas de que tenho notícia em Recife.

Rui, militante da JUC, aluno da Faculdade de Engenharia, foi preso, juntamente com seu colega Alexandre Magalhães, a 23 de março de 1965, em virtude de um inquérito então em andamento sobre atividades de grupos trotskistas. Levado para a 2ª Companhia de Guardas, foi colocado em uma cela de 2m por 1m durante 15 dias e de lá transferido para o Grupo de Artilharia de Costa Motorizada de Olinda. Em uma quinta-feira avisaram que iriam interrogar Alexandre. Jogaram um cobertor sobre sua cabeça e só o trouxeram de volta no sábado, 56 horas mais tarde. Na terça-feira

seguinte foi a vez de Rui. De olhos vendados foi colocado em um jipe e levado a dar muitas voltas para, mais tarde e tal como seu companheiro, ser trazido de volta ao quartel. Seus interrogantes eram dois, que o espancavam com luvas de box até que, ao recuar, batesse na parede. Queriam que denunciasse Alexandre como comunista. Como a luva não desse resultado, começaram com os choques elétricos no braço, ameaçando aumentar a intensidade da corrente até 380 volts, o que o estudante de Engenharia sabia ser impossível sem provocar-lhe a morte, desfecho que acreditava não interessar a seus carcereiros. A sessão de choques demorou três horas e Rui, que permanecia vendado, reconheceu as vozes dos tenentes Fabiano Sampaio e Edilson. Foi solto a 22 de maio.

Ainda durante esta viagem de pesquisas, realizada em maio de 1966, apurei que em Natal, Rio Grande do Norte, o responsável pelos espancamentos de presos políticos nos primeiros meses do golpe de estado havia sido o capitão Ênio Albuquerque Lacerda. O comandante do Regimento de Infantaria ali sediado, coronel Mendonça Lima, bem como o comandante do 16º BC, major Eider Nogueira Mendes, não permitiram que os presos sob sua responsabilidade fossem maltratados. As principais vítimas das violências do capitão Ênio foram: José Campelo Filho, líder bancário, espancado a cassetete, José Moisés Grilo, carteiro, Valdier Gomes dos Santos, camponês e o protético de nome Washington, também espancados. O irmão do prefeito deposto de Natal, Luís Inácio Maranhão Filho, sofreu o banho chinês, sendo mergulhado em um tonel de óleo. Informaram-me que o então Arcebispo de Natal, Dom Eugênio Sales, interferiu a seu favor, apesar de não ter ele nenhuma ligação com a Igreja.

5

O Estupro de Goiás

O esforço desenvolvido pelo marechal Castelo Branco e seus companheiros a fim de intervir no estado de Goiás e depor o governador eleito, Mauro Borges, é, para o observador político, a mais inexplicável e gratuita das violências praticadas após o 1.º de abril. Mauro Borges é filho do velho cacique estadual, Pedra Ludovico que, há trinta e cinco anos, mantém o domínio administrativo de Goiás, dentro dos clássicos modelos das oligarquias políticas do sertão brasileiro. Esta oligarquia é baseada na clientela pessoal, nos favores a chefetes locais, na divisão do poder público entre os grupos de aliados municipais. É conservadora e ligada aos interesses latifundiários, que predominam numa região esparsamente povoada e que, só recentemente, com a construção de Brasília, começou a desenvolver-se e a entrar lentamente na economia monetária e no mundo moderno. Representa, talvez na forma mais pura que ainda pode ser encontrada no Brasil, o velho sistema patriarcal e feudal dos desbravadores do deserto. Cristalizada no tempo, a ele só

cede em aparências em um ou outro impulso de progresso desencadeada pelos chefes, mais para satisfazerem sua vaidade própria e sua energia acumulada, que para tentar uma reformulação do sistema tradicional de relações sociais. A oligarquia Ludovico, como os poderosos do sertão bahiano do século XVII, os homens da Casa da Torre e da Casa da Ponte, Garcias d'Ávila e Guedes de Brito, desbrava os sertões, alia-se ao progresso, desde que não se coloque em dúvida sua liderança ou não se ameace seu domínio. É dentro deste ambiente, fincado nesta formação, que se tem de analisar a atuação de Mauro Borges à frente do governo estadual. Ambiente e formação, eliminam, de saída, qualquer possibilidade de tentar o jovem cacique uma modificação profunda de estrutura, favorecendo o comunismo.

O comportamento político de Mauro Borges, a partir da renúncia de Jânio Quadros, é perfeitamente lógico. Goiás era dele. Seu povo era gente sua. A administração, uma propriedade, um encargo e uma responsabilidade de sua família. Assim aprendera a vê-la, assim agiu. Embora militar de carreira, seu instinto de senhor de terra lançou-o na campanha da legalidade democrática dentro da qual consolidara seu poder. Apoiou a posse na presidência da República do vice-presidente eleito, João Goulart. Mas não colheu benefícios com sua posição. Um caudilho desconfia de outro e Goulart, embora não hostilizasse abertamente a Borges, negou-lhe o amparo do Governo Federal. Passaram-se os meses. Mauro Borges deixou aberto seu estado e para ele procurou atrair quem quer que lhe pudesse ser útil, oferecendo liberdade, oportunidades e aventura aos que, no cerrado, desejassem procurar uma nova fronteira. Lançou mão dos fundos da Aliança para o Progresso e construiu escolas. Abrigou missões técnicas francesas e procurou demarcar racionalmente zonas virgens de colonização. Procurou auxílio em Israel e iniciou as experiências agrárias dos combinados agro-urbanos, que apontam um caminho eficiente e brasileiro para a modificação da estrutura de propriedade da terra nas zonas semipovoadas do Planalto Central. Fêz ainda tentativas piloto no campo da exploração das jazidas minerais,

de fabricação de remédios populares e de financiamento de estradas pelo esforço conjugado das comunidades. Do ponto de vista material, seu governo foi útil e progressista. A administração, que era sua, ele a desejava próspera e ativa, da mesma forma como o capitão de indústrias procura alargar seu império tanto para satisfazer sua ambição, como para passá-lo grande a seus filhos.

O cerne caudilhista do governo João Goulart começou a alargar-se à medida em que se aproximavam as eleições de 1965. Aliada aos grupos de esquerda que desejavam consolidar-se no poder, a ala janguista, cuja ideologia limitava-se ao gozo do mando, acelerou a tentativa de permanecer no governo. Canhestamente, desorganizada e sem planificação dentro da realidade brasileira, procurou os caminhos do golpe de estado. Os grupos ideológicos cometeram o erro elementar de tentarem impor modificações revolucionárias à estrutura social brasileira seguindo o modelo do tradicional pronunciamento latino-americano, ou seja, usando o Exército como instrumento de predomínio na vida política. O grupo caudilhista cometeu erros crassos: tentou continuar no poder aliado a grupos ideológicos que, por serem violentamente vociferantes, pareciam constituir maioria no governo, e desprezou as maquinações de comprovada eficácia histórica, o jogo de composições com os generais e com as forças econômicas consolidadas. Mauro Borges, percebendo que sua posição ficaria vulnerabilíssima e provavelmente insustentável, caso o golpe de estado janguista tivesse sucesso, voltou-se contra ele. Representava uma força consolidada e não queria arriscá-la, antes, procurou garanti-la. Entrou na conspiração, e, iniciando o movimento, declarou-se contra Goulart. Sua decisão foi lógica e perfeitamente previsível.

A partir da queda de Goulart, começou o processo de irracionalidade na política de Goiás. Os famigerados inquéritos policiais militares invadiram Goiânia, como invadiram todas as demais capitais, fossem ou não governadas por integrantes do movimento de 1.º de abril. Em alguns estados, como Minas e Ceará, por exemplo, os governadores preferiam dobrar a espinha, ceder provisoriamente sua autoridade

aos militares e deixar que a onda de repressões, que tinha prazo fixo no Alto Institucional, passasse. Mas Goiás era o feudo onde Mauro Borges se criara no costume de ter sua palavra obedecida ou, quando contestada, apenas pelo velho senador Pedro Ludovico. A limitação prepotente de sua autoridade era-lhe insuportável. Antes ser deposto de uma vez que permitir que militares, aliados a seus velhos inimigos políticos da oligarquia do Caiado, esfacelassem seu poder.

A resistência de Mauro Borges às imposições dos IPMs foi a princípio bem sucedida. Recusou-se a modificar seu secretariado e obrigou o governo a cassar os direitos políticos daqueles cuja remoção desejava. E manteve seu mandato além do prazo das punições previstas pelo Ato Institucional para os eleitos pelo povo. Ao expirar este prazo, parecia que o problema goiano estava resolvido definitivamente. O governo conservador do marechal Castelo Branco engolira a altivez do chefe oligarca e com ele passaria a viver em paz, tal como estava fazendo com todas as oligarquias e com todos os privilégios estabelecidos em todo o território nacional. Esta convivência faria parte da evolução lógica e da consolidação do movimento de abril. O fato de não se haver estabelecido só é interpretável pela predominância que ocorreu em Goiás dos interesses partidários da UDN sobre a motivação histórica do golpe militar conservador. A velha luta de facções autocráticas reacendeu-se, sendo que o contingente minoritário dos Caiado conseguiu o apoio dos coronéis de Goiânia e, posteriormente, do próprio marechal Castelo Branco, que se diz udenista de formação.

A entrega dos IPMs de Goiás ao coronel Danilo Cunha Melo, udenista e ex-membro do Clube da Lanterna, entidade fechada pela polícia por ser contra as instituições democráticas do País, marca o início do processo de torturas no Estado. Este processo de torturas levou à deposição do Governador Mauro Borges, concretizada em dezembro de 1964. Pode ser acompanhado pelos artigos que no *Correio da Manhã* publiquei em outubro e novembro de 1964.

NOJO

(artigo publicado a 21 de outubro de 1964).

O Superior Tribunal Militar está sendo desmoralizado pelo coronel Danilo Cunha Melo, comandante do 10º B. C. de Goiás, que seqüestrou o advogado João Batista Zacariotti, a quem a mais alta corte de justiça militar do País concedera habeas corpus por decisão unânime de seus ministros. Ontem contei em reportagem a história deste homem, réu do crime de ser oficial de gabinete do governador Mauro Borges, a quem o coronel udeno-pessepista deseja, de qualquer maneira, incriminar. Zacariotti foi preso à 29 de julho, torturado, obrigado a assinar um documento em que se confessava elemento de ligação entre o governador e uma embaixada estrangeira que lhe teria enviado dinheiro e, em seguida, seqüestrado oficialmente, a fim de que a ordem de soltura não fosse obedecida.

Mal secara a tinta do jornal, e vinha de Brasília, a tempo de ser publicada nos vespertinos, a notícia de que a DOPS do Distrito Federal “consequira desbaratar uma rêde de espionagem”. Segundo este mau documento de science fiction, foram empregados na operação de captura dos espões, vinte guapos investigadores, que possivelmente serão condecorados pelo ato de bravura. Muito bem. Temos todos de nos alegrar com a prisão de espões. Mas adivinhem quem era o espião-mor? Precisamente, o Sr. João Batista Zacariotti, preso, repito, desde 29 de julho, no 10º Batalhão de Caçadores de Goiânia! Precisamente o Sr. João Batista Zacariotti, seqüestrado na última quarta-feira, e desde sábado removido pelo DOPS, para local ignorado, segundo informação prestada pelo Exército, ao representante da Ordem dos Advogados do Brasil! O outro espião era o polonês Pawal Gutko, professor de inglês em Goiânia, homem de equilíbrio mental precário, natural de Varsóvia, mas que agora querem fazer nascer na Ucrânia, terra de seu pai.

Francamente, pensava que, mesmo em matéria de palhaçadas macabras, os oficiais irresponsáveis, que procuram enlamear a Justiça Militar e tentam envolver o governador de Goiás em suas manobras primárias, demonstrassem um pouco mais de inteligência. Será que se julgam de tal forma fortes, com suas armas e prepotência, que podem armar uma farsa grosseira e esfregá-la na cara dos homens de bem desta terra?

O caso Zacariotti é apenas mais uma das muitas rupturas que pelo Brasil se produzem na ordem jurídica. Um homem é preso, torturado, seqüestrado e, após ser julgado vítima de uma inominável opressão, por um tribunal superior, é apontado como espião e apresentado novamente preso. Com isto comprova-se mais uma vez — caso novas provas fossem necessárias — a falência do poder central, da autoridade do Presidente da República e da dignidade do Judiciário.

É com grande melancolia que anoto a decomposição das instituições civilizadas de minha terra. É com imensa tristeza que constato a marcha que empreendemos rumo à barbárie, à lei das selvas, ao jugo dos mais fortes. O protesto que lanço não é mais incandescido pela indignação ou sequer movido pela esperança. Faço-o apenas para marcar perante o futuro o nojo que, junto com a maioria dos brasileiros, tenho pelos que, institucionalizaram no Brasil o aviltamento da condição humana. Talvez, quando a História condenar os criminosos hoje impunes, o nosso nojo manifesto sirva para inocentar de culpa as multidões sem voz que também condenam, agora, estes celerados.

O PROCESSO

(artigo publicado a 20 de novembro de 1964).

O deputado-coronel Costa Cavalcanti, que tem a discutível honra de representar na Câmara a “linha dura”, de

preferência ao povo de Pernambuco, distribuiu as acusações oficiosas ao Governador Mauro Borges. Garante que a fantástica enxurrada de fatos desconexos que divulgou, foi tirada do IPM sobre a subversão no Estado de Goiás, inquérito que motivou o assalto ora armado contra a legalidade.

Custa crer que conseqüências tão graves para o Brasil possam ter origem em um documento tão irresponsável. Custa crer que homens que juraram obedecer à lei possam encampar tamanho bestialógico. Mas o mais inacreditável é que os doutos bacharéis da UDN — mesmo na fase de enterro de terceira classe que o partido vem tendo desde que resolveu jogar na vala comum os ideais que no passado dizia defender — considerem seriamente este enredo de folhetim como um documento de valor jurídico e até o defendam. Se, como políticos, essa defesa não os constrange, deveriam ao menos refreá-los os estudos de Direito que fizeram e transmitiram a gerações de estudantes, hoje perplexos com o perjúrio de seus antigos mestres.

O processo contra o governador Mauro Borges revive uma das maiores infâmias da história do Direito — a lei dos suspeitos, sob a qual, durante o terror da revolução, qualquer cidadão francês poderia ser guilhotinado desde que não conseguisse provar sua inocência quando acusado por outro, mesmo que, contra ele, nenhuma prova fosse apresentada. O IPM dirigido por um ex-membro do Clube da Lanterna, coronel Cunha Melo, não apresenta fatos ou documentos para lastrear suas conclusões. Baseia-se quase inteiramente em testemunhos. E, mesmo que depoimentos pessoais e gratuitos pudessem fazer prova, temos as declarações de uma freira, Madre Maria Redentora, assegurando que a confissão de João Batista Zacariotti foi arrancada sob torturas. Este Zacariotti é a testemunha chave do coronel-torturador, juntamente com Pawel Gutko. Gutko, como já publicamos, trabalhou há dois anos em São Paulo, de onde saiu para curar-se da psicose que corroía seu cérebro. Isto está provado por depoimentos espontâneos, feitos em cartório, de seus antigos colegas e das donas do apartamento onde morava.

Entre as provas de subversão arroladas contra Mauro Borges há uma que considero particularmente ridícula — a de que o Instituto de Cultura encenara uma peça teatral de autor marxista. O Presidente Castelo Branco, caso haja freqüentado teatro sério, nos intervalos das comédias chinfrins de importação que aprecia, não poderá deixar de ter visto peças de Bertolt Brecht e Sartre, dois dos maiores teatrólogos do século, que são, com o perdão da palavra, comunistas. Comunistas no duro.

Tenho o hábito de, tendo de adotar publicamente uma opinião, procurar colocar-me na posição de quem a contradita e de tentar raciocinar como um adversário o faria. O pior encargo do jornalista é ter todos os dias de julgar, para milhares de leitores, os homens e seus atos. Pois bem, apesar de minuciosamente cioso desta responsabilidade, não consigo compreender como gente de boa fé possa aceitar as conclusões do IPM de Goiás como válidas. Portanto, sou obrigado a concluir que o marechal Castelo Branco e alguns de seus ministros são cúmplices conscientes de uma engrenagem de calúnias destinada a assassinar o que no Brasil resta de legalidade.

Apontam o caso de Dianópolis como grave. Mauro Borges, mandou sua polícia acabar com as invasões de terras naquele município e prendeu Tarzan de Castro — que fora seu oficial de gabinete e agora é apontado como seu agente. Em uma época em que invasões de terras eram oficialmente toleradas, prender os invasores não me parece demonstração de propósitos subversivos. Acusam ainda colaboradores do governador de comunistas porque foram atingidos pelo Ato Institucional, manobrado pelos grupos militares que hoje acusam Mauro Borges. Onde as provas de sua comunização? Será comunista o padre Rui Rodrigues, protegido e filho espiritual de Dom Alano, bispo de Porto Nacional que, em protesto contra a injustiça perpetrada, devolveu ao Presidente da República a Ordem do Cruzeiro do Sul que ele mesmo recebeu? E as notícias da Agência Tass? Foram divulgadas em Goiás 13 notas que aquela agência distribuiu, contra mais de mil distribuídas pelo Serviço de Informações dos Estados Unidos.

O processo contra Mauro Borges é o processo da calúnia e da mentira. A linha totalitária quer dar o golpe. O espírito legalista das Forças Armadas indica que não teria poder para concretizar este crime, mas, se o tiver, que dê logo o seu golpe, mas que poupe a vergonha e a inteligência do País da palhaçada com que nos afronta hoje.

GOVERNO PAGA VOTOS NA BATALHA DA INTERVENÇÃO

(artigo publicado a 28 de novembro de 1964)

“Antes fechar um Congresso aberto que manter aberto um Congresso fechado” era o lema udenista antes que seus principais líderes vendessem a herança recebida por um prato de lentilhas. Foi com grande melancolia que assisti ontem à morte da UDN, pois que a pluralidade de partidos coesos e ideologicamente diferenciados é essencial ao funcionamento do regime democrático, de vez que sua existência assegura aos eleitores opções válidas para o exercício do poder que “emana do povo” e em seu nome deveria ser exercido. E a morte ontem ocorrida foi mesquinha, rastaquera, sem a menor dose de grandeza ou bravura. Basta dizer que o coveiro escolhido foi o Sr. José Meira, um semianônimo deputado pernambucano, que a liderança pegou a laço para relatar favoravelmente a intervenção na Comissão de Justiça. O Sr. Pedro Aleixo, que conhece bem Direito Constitucional, nem sequer se deu ao trabalho de industriá-lo a fim de que o relatório saísse com algumas tinturas jurídicas. O resultado foi um discurso que, de tão inconseqüente, transformou-se em verdadeiro escárnio para

os que neste País ainda mantêm respeito à Constituição e às leis da República.

Depois do entêro sem acompanhamento da antiga União Democrática, outro espetáculo lastimável foi presenciado pelo Congresso — a pressão infrene, a coação crua e a barganha deslavada por parte do Executivo, que procura assegurar de qualquer maneira a legitimação do estupro de Goiás. O deputado Paulo Sarazate declarava, com peculiar cinismo, que não se interessava por política legal e sim por política estatística — e esta ia muito bem, de vez que crescia na lista que guardava no bôlso o número de deputados comprometidos com o Governo. O líder do PSD, Sr. Martins Rodrigues, desdobrava-se para impedir defecções maiores da posição firme assumida por seu partido. Mas dizia que, em toda sua experiência parlamentar, jamais vira o Executivo intervir, de forma tão violenta no Congresso.

O comprador de votos para o Governo fora na véspera, o ministro Cordeiro de Farias, senhor dos empregos e das verbas da SUDENE, da Comissão do Vale de São Francisco e da SPEVEA. Ontem, foi o próprio presidente Castelo Branco quem se encarregou de mercadejar apoios, chamando mais de 20 deputados ao Palácio do Planalto. Acorreram, entre outros, a honrar o bezerro de ouro, os Srs. Ovídio de Abreu (que passara três meses ganhando em dólares na representação do Brasil junto à ONU) Gayoso e Almendra que, na reunião pessedista fora dos mais vociferantes contra a intervenção, monsenhor Arruda Câmara, Euclides Wilcar (implicado no DNOCS do Ceará), Abraão Saba (da refinaria de Manaus) e Pedro Zimmermann. Os deputados trabalhista eram comboiados pelo senhor Teódulo de Albuquerque, baiano que segue à liderança do Sr. Manuel Novaes (do Vale de São Francisco).

Esse gênero de negociações era, antigamente, condenado com severidade pelos atuais revolucionários e mais especialmente, pelos representantes udenistas. Convenha-

mos que, em um governo que se diz nortear pela moralidade, os métodos empregados para aprovar um projeto imoral não são dos mais recomendáveis. Em todo caso, conforme a experiência destes últimos 8 meses demonstra, entre os pecados que se podem atribuir ao presidente da República, certamente não se encontra o apego exagerado à palavra empenhada ou aos conceitos emitidos.

*O Congresso, desde que a questão goiana eclodiu, tem sido menos uma Casa legislativa que um palco armado para a representação de uma peça. A escolha do texto para a récita de ontem recaiu em *Visita da Velha Senhora*, de Dürermatt. A história da peça é simples, a mulher mais rica do mundo volta ao pequeno vilarejo onde nasceu e de onde foi expulsa grávida, abandonada por seu amante. Quer vingar-se e propõe aos líderes da comunidade riquezas e bem-estar, se eles condenarem à morte o homem que odeia. Note-se que a velha senhora comprara as minas e dominava as atividades econômicas de que a vila dependia. No fim, acaba conquistando seu cadáver.*

No jôgo político brasileiro atual, a velha senhora é o Executivo e exige o corpo do governador Mauro Borges. Para consegui-lo não se preocupa em dourar a pilula com argumentos razoáveis — pelo contrário, a justificativa que juntou à mensagem de intervenção em Goiás é um amontoado de mentiras e sandices, conforme bem demonstrou o relator da Comissão de Justiça — Nelson Carneiro — e usa apenas a sedução bruta do poder e de suas verbas.

A perspectiva de resistência do Congresso à sedução da velha senhora é mínima. No entanto, ainda é tempo dos deputados fazerem seu exame de consciência, pensarem em como explicarão a seus filhos um voto de cumplicidade a um crime e, na hora da contagem, que possivelmente se dará na tarde de hoje, levantarem a voz com independência. Para isto é que foram eleitos e é isto que a Nação deles espera”.

PARABÉNS

(artigo publicado a 1 de dezembro de 1964)

Há dez anos sou testemunha profissional, mais ou menos assídua, dos debates do Congresso. Somente uma vez sentira na garganta um nó de vergonha pelo comportamento adotado por representantes do povo. Era a manhã de 13 de novembro de 1955. Carlos Luz, presidente deposto, resolvera enfrentar as ameaças que recebera e os apelos que lhe fizeram — inclusive a clássica mediação moderadora do cardeal do Rio de Janeiro — e justificar da tribuna os atos de seu curto governo. Um grupo de deputados, liderados pelos Srs. Ari Pitombo e Leonel Brizola procurou cassar-lhe a palavra com vaías e injúrias. Lembro-me que as simpatias do adolescente que eu era então, ficaram com o vencido que procuravam humilhar e com os que, a seu lado, evitaram que um deputado não pudesse exercer o direito de falar da tribuna que lhe confiaram os eleitores de seu Estado. Este grupo de homens que reagiram à intimidação era sobretudo da UDN, mas nele quase todos os partidos estavam representados e o apoio maior que encontrou foi o do velho Flôres da Cunha, que na véspera influíra decisivamente para a deposição de Carlos Luz.

Domingo, tive, pela segunda vez, vergonha pelo comportamento da maioria dos deputados da Câmara de nossa terra. O espetáculo da votação aprovando a intervenção de Goiás foi ainda mais repugnante que o de novembro de 1955, embora menos violento. Talvez sua própria pacatez contribuisse para sua extrema abjeção.

Estão de parabéns os demônios que corvejam a democracia brasileira. Tiveram, domingo, seu naco de carniça.

Estão de parabéns os que procuram desmoralizar o Congresso. Dezenas de parlamentares cederam à coação e às ofertas de verbas e empregos que receberam do Governo. Contribuíram com seu voto para a vitória dos totalitários.

Estão de parabéns os deputados Nordestinos, do Centro e do Sul — e os da minha ancestral terra mineira — que puderam trair os seus partidos, o juramento que fizeram de defender a lei, e conseguiram dormir o sono dos justos, talvez até sonhando com os dólares que em paga receberão para gastar em Nova Iorque como representantes do governo.

Ainda de parabéns estão os que se comprazem com a desonestidade na coisa pública, pois que a viram erigida em princípio para conquistar os votos dos recalcitrantes. Também gozaram os que acreditam na coação de um poder sobre outro, pois que seguiram as investidas feitas pelos generais Cordeiro de Farias, João Costa, Amauri Kruel e pelo coronel Costa Cavalcanti, sobre pessedistas e petebistas intimidáveis.

Os que advogam a predominância de um partido único tiveram domingo o seu dia de glória. Morreu a UDN liberal, desmantelou-se o PSD conservador e feriu-se fundamento o social. Surgiu uma divisão nítida — os adeptos da força bruta prevalecendo contra os defensores da Justiça. Temo que, com o passar do tempo, somente os primeiros sobrevivam.

Finalmente, estão de parabéns o presidente Castelo Branco e a tortuosa “revolução” que lidera. Derrubaram o Sr. João Goulart, cassaram o mandato do senador Juscelino Kubitschek em nome de uma moralidade que apontava, entre os principais crimes dos punidos, a corrupção da vontade do Legislativo. Não passou sequer um ano e já adotam as mesmas técnicas, usando os mesmos recursos, dos mesmos órgãos administrativos — infelizmente aqueles criados para atender às populações das regiões mais subdesenvolvidas do País.

Da batalha travada domingo só saíram derrotados os que sonham para o Brasil um futuro de liberdade e grandeza. Estes saíram tão cabisbaixos e silenciosos que os pêsa-mes que poderiam trocar nasceram mudos de seus lábios. E ficaram afogados na onda geral de parabéns.

Seguida a evolução política da crise de Goiás, vamos às torturas. Tomei conhecimento concreto da instituciona-

lização de torturas pelo coronel Cunha Melo em Brasília, a 19 de outubro, de 1964. Fui procurado por Edith Zacariotti, médica chilena, casada com o ex-oficial de gabinete de Mauro Borges, João Batista Zacariotti, que me contou os padecimentos do marido e os indícios de sevícias que nele vira. Posteriormente soube da história de Pawel Gutko, o louco polonês, cujo testemunho servira de base à maior parte das acusações contra o governador. Estavam ambos, por esta época, recolhidos a Departamento Federal de Segurança Pública e, tendo de viajar, pedi à sucursal do *Correio da Manhã* que reclamasse do general Riograndino Kruel a apresentação à imprensa destas testemunhas chave. É evidente que jamais foram apresentadas. Nossa reclamação encontrou a mesma barreira de silêncio hipócrita que a proposta feita no Senado por Pedro Ludovico — o exame de sanidade mental do preso por parte de uma junta de médicos psiquiatra insuspeitos.

Em outubro, o propósito do governo e de seus comparças da linha dura estava já definido; destituir Mauro Borges de qualquer maneira, sem recuar ante os meios mais torpes para atingir o poder estadual em Goiás. A relutância em apresentar Pawel Gutko de público era compreensível — entrara ele em estado de delírio violento e as autoridades não podiam assegurar seu comportamento normal por um minuto que fosse. Cheguei mesmo a procurá-lo extra-oficialmente, no quartel do Batalhão de Guardas de Brasília, sem ter sucesso. No dia em que fui lá, Gutko tivera um acesso severo e atirara excrementos no oficial de dia.

Para expor o processo de torturas instaurado em Goiás, prefiro usar a documentação publicada por uma fonte insuspeita, a revista *O Cruzeiro*, de 5 de dezembro de 1964, que circulou alguns dias antes. Quem coligiu esta documentação foi o jornalista David Nasser que, como ele mesmo diz, é um velho flibusteiro que acumula todos os pecados do Oriente, mas sempre surge como puro cavaleiro andante nas horas em que a violência policial campeia no Brasil. Acrescento, como introdução, a nota oficial, publicada em Goiás pela Ordem dos Advogados, sobre as torturas de João Batista Zacariotti.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

SEÇÃO DE GOIÁS

NOTA OFICIAL

O CONSELHO SECCIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL — SEÇÃO DE GOIÁS, tomando conhecimento da nota oficial publicada em *Folha de Goiás*, sob a responsabilidade do Ministério da Guerra e referente à prisão do advogado JOÃO BATISTA ZACARIOTTI, julga-se no dever de prestar ao público as seguintes declarações:

1) Que o Bel. João Batista Zacariotti se encontra preso há mais de 70 dias, não sendo isto mentira nem calúnia;

2) que, tanto assim é, que o SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR não teve dúvida em conceder, por unanimidade de votos, ordem de *habeas corpus* requerida por este Conselho, em favor do advogado preso;

3) que, apesar de concedida a ordem, continua detido o referido profissional e esta entidade impedida de entender-se com ele ou mesmo ter acesso ao 10.º BC, onde se acha recolhido;

4) que, quanto às sevícias sofridas pelo advogado João Batista Zacariotti, tem a Ordem em seu poder documento que as denuncia, o que também não é mentira nem calúnia.

5) que, à declaração extorquida a preso sob custódia e incomunicável nenhum valor probante poderá ser atribuído;

6) que, o exame de corpo de delito, a essas alturas, só se prestaria para encampar a violência, já que o decurso do tempo não mais autoriza tal providência;

7) que, a Ordem tem por precípua finalidade a defesa de seus associados;

8) que, jamais se prestaria a servir a interesses subversivos ou corruptos, já que sempre se colocou desassombradamente na defesa das prerrogativas constitucionais.

Goiânia, 14 de outubro de 1964. (a) Rômulo Gonçalves — Presidente — José Roberto da Paixão — J. Lopes Rodrigues — A. Rodrigues Alves — Arione Corrêa de Moraes — Jorge Jungmann — Benedito Barreira de Moraes — José Alves — Mauro Rassi — Gumercindo Inácio Ferreira — Jasy Sócrates — Conselheiros.

REPORTAGEM DE DAVID NASSER EM *O CRUZEIRO*

(5 de dezembro de 1964)

AO PRESIDENTE DE TODOS OS BRASILEIROS

Quatro documentos inéditos sobre o IPM, de Goiás estão nestas páginas, transcritos fielmente. Três são escrituras públicas de declarações prestadas em cartório e um é o original de próprio punho de uma carta ao presidente Castelo Branco. Por serem muito extensos, não foi possível sua publicação integral. Mas os cortes indispensáveis atingiram apenas trechos

cuja omissão não prejudica o exame das afirmações feitas nem altera o seu sentido. *O Cruzeiro* limita-se a publicar os documentos sem acrescentar opiniões ou outras informações. É possível que essas denúncias sejam contestadas e provadas falsas. Exatamente por isso é preciso que cheguem ao conhecimento do Governo, do Congresso, da Justiça e do povo brasileiro.

Ao levar ao conhecimento da Nação os crimes que os documentos anexos, de próprio punho dos torturados ou prestados em cartório, revelam em sua infinita hediondez — é sobretudo ao presidente Castello Branco que objetivamos. Os maus são maus em todas as épocas e nenhuma denúncia os modificaria. Mas o marechal Castello Branco é homem decente e precisa saber que alguns de seus mais próximos colaboradores lhe estão faltando com a verdade, ao negar as torturas, as sevícias, os irreparáveis danos morais e físicos contra a criatura humana, ocorridos, lamentavelmente, após uma revolução que se dizia democrática. Uma revolução que estão manchando, embora muitos deles não a tivessem feito. Labora em êrro o meu distante amigo Assis Chateaubriand quando nos imagina — a ele e a mim — em terrenos opostos, quando, na realidade, defendo a pureza do mandato de Castello Branco, denunciando o barbarismo que uma quadrilha de radicais leva a alguns interrogatórios. Simples jornalista de província guindado a um cenário nacional bem maior que a sua importância, se a liberdade fosse suprimida e o homem fosse aviltado nos seus direitos naturais, eu não saberia trabalhar, viver ou silenciar. E é por isso que, assim como fiz em defesa dos presos comunistas torturados por Filinto Müller, ao denunciar os crimes policiais, dantescos, em *Falta Alguém em Nüremberg*; assim como divulguei, para uma nação estarrecida, os horrores praticados contra os integralistas na *Revolução dos covardes*, assim deixo para a história desta época o depoimento vergonhoso de Goiânia, certo de que, ao lê-lo, o honrado Presidente da República não nomeará uma comissão de envolvidos para julgar a si mesma e proceda como um magistrado,

solicitando à Cruz Vermelha Internacional que lhe desfaça a dúvida que porventura exista em seu honesto, honrado e ingênuo coração.

DAVID NASSER

DOCUMENTO NÚMERO 1

Dois antigos colegas de trabalho de Pavel Gutko, o misterioso polonês a cujas denúncias o Governador Mauro Borges, atribuiu o endurecimento dos IPMs, de Goiás, prestaram declaração, por escritura pública, afirmando que o polonês é um anormal psíquico. A mesma afirmação foi feita, na mesma escritura (livro nº 1.042, fls 98, do 5.º Tabelião, Norberto Acácio França, Praça da Sé, São Paulo), por Philomena Sattani e Irene Lorento Sattani, residentes na rua Cantareira, 568, apartamento 13, São Paulo, das quais Pavel Gutko foi pensionista.

Antônio Triolo, o primeiro declarante, italiano, casado, industrial, residente na rua do Lavradio, 206, São Paulo, afirmou que Pavel Gutko, foi seu colega de trabalho, durante aproximadamente dois anos e meio, na firma Quimbrasil — Química Industrial Brasileira, com escritório na rua São Bento, 308; “que, no último ano de sua permanência na firma, Pavel Gutko, apresentou conduta anormal, tanto no trabalho como no contato com os colegas; que, em vista dessa anormalidade, todos os colegas de serviço julgaram oportuno encaminhar Pavel Gutko, ao médico psiquiatra da Associação Beneficente da firma, Dr. Maurício do Amaral, (clínica na Avenida Francisco Matarazzo, 95), e que o aludido médico

afirmou em várias oportunidades que se tratava de um caso de *uma doença psíquica em estado avançado, que requeira tratamento prolongado*”.

Florisval Pedroso, o segundo declarante, ratificou para o tabelião as declarações de Triolo, “pois também é funcionário da Quimbrasil” e acrescentou que “mantinha com Pavel Gutko, relações de amizade não só na firma como fora dela, e pode declarar que o mesmo freqüentou centros espíritas e que, freqüentemente, repetia uma única frase durante longo tempo e que dizia ter sonhos subrenaturais, onde apareciam fantasmas”.

Philomena e Irene Sattani, declararam que Pavel Gutko, “apesar de ser um indivíduo pacífico, sofria de anormalidade, pois levantava-se muito à noite, dizendo ouvir barulho e ver fantasmas, razão pela qual estava se tratando com médico psiquiatra e, impossibilitado de continuar a trabalhar, foi para Goiânia, onde residem seus pais, para se restabelecer”; que o polonês nunca demonstrou ideal político por qualquer partido, “lembrando, no entanto, as declarantes, que entre as frases desconexas que dizia, referia-se à seguinte: *Vai chegar um dia em que todos comerão as próprias fezes.*”

Preso em Goiânia, Pavel Gutko, teria realmente comido fezes. Isso consta de outro destes documentos: a declaração de Hugo Broockes.

DOCUMENTO NÚMERO 2

Em declaração ao tabelião João Teixeira Álvares Neto, do 1º Ofício da Comarca de Goiânia, Hugo Broockes, ex-assessor de Mauro Borges, afirmou:

“Que, no dia 24 de agosto, foi abruptamente preso em sua residência, na rua 6, nº 42, Goiânia, por um forte contin-

gente do Exército, composto de três sargentos e um soldado, todos armados de metralhadora, invadindo, sem qualquer pedido de autorização, toda a sua residência, vasculhando, de maneira brutal e inconcebível, guarda-roupa, móveis, quintal, etc.; que, em seguida o declarante foi conduzido para o 10.º B.C., ficando totalmente incomunicável; que, à noite, aproximadamente às nove horas, conduziram o declarante a uma casa da vila militar, para depor que, nessa noite, o Tenente Fleury, um coronel do Exército e um que se dizia delegado de Brasília, todos à paisana, bem como um sargento-escrivão fardado, fizeram ao declarante sérias ameaças, no sentido de enviá-lo para a Ilha de Fernando de Noronha, Ilha das Flores e Ilha das Cobras, para que o declarante *contasse a verdade*, isto é, a verdade que eles queriam, que era o seguinte: *queriam que o declarante confirmasse um encontro entre o declarante, o bacharel João Batista Zacariotti e o Sr. Pavel Gutko*, na Avenida Goiás, ocasião em que teria o Sr. Pavel Gutko, passado ao bacharel João Batista Zacariotti, um envelope contendo dinheiro, sem nenhuma outra explicação; que, o declarante negou peremptória e indubitavelmente tal fato, pois, apesar de conhecer isoladamente João Batista Zacariotti e Pavel Gutko, *nunca os vira juntos*, nem ao menos estabelecera em seu cérebro qualquer relação entre ambos”.

“Que, no dia seguinte, 25 de agosto, o Tenente Fleury, passou pela cela e perguntou se o declarante havia se lembrado do *famoso encontro* na Avenida Goiás, ao que o declarante respondeu novamente que não tinha havido tal encontro; que, o Tenente Fleury, lhe adiantou que a única coisa que estava prendendo o declarante no 10º B.C. era esse fato; que, bastava que o declarante se lembrasse dele, para ser solto; que, na madrugada seguinte ou na outra (devia ser umas duas da madrugada) o sargento Thompson foi buscar o declarante, conduzindo-o a um cômodo perto do rancho, onde estavam esperando o Tenente Fleury e Pavel Gutko; que, em seguida, o Tenente Fleury, perguntou a Pavel Gutko, na presença do declarante, se ele havia entregue um envelope, dentro

do jornal *O Estado de São Paulo*, na Avenida Goiás, quase em frente do Hospital Santa Helena; que, Pavel Gutko, afirmou ter entregue o dito envelope ao Sr. João Batista Zaccariotti, na frente do declarante; que, o declarante perguntou a Pavel Gutko, por intermédio do Tenente, se o declarante tinha conhecimento do que se passava e se sabia o que havia dentro do envelope; que, Pavel Gutko, respondeu que o declarante não tinha conhecimento; que, o declarante notou de imediato que Pavel Gutko, estava muito barbudo, extremamente pálido e com o olhar completamente alucinado, inteiramente diferente de sua personalidade normal; *que o declarante, frente à terrível e injusta insinuação, retrucou que tal fato não era verdade*; que, em seguida, voltou para a cela; que, diariamente, passavam pela cela os sargentos Thompson, Guido e Garcia, que o aconselhavam a confirmar o fato e a lembrar-se do *famoso encontro*; que, o declarante sempre respondia perguntando como poderia lembrar-se de uma coisa fictícia, que jamais havia acontecido”.

“Que, por cerca de cinco dias, o declarante foi assediado por tais pessoas; que, o tal delegado de Brasília, sempre tratando o declarante muito amavelmente, como se tivesse por ele grande afeição, chamou-o uma tarde ao gabinete, onde estava apenas o Tenente Fleury, e disse que o declarante estava num “mar tenebroso” e não num “mar sereno”, e que estava nas mãos dele, delegado, pedir sua prisão preventiva” .

“Que, o declarante era vizinho de cela de João Batista Rosa e do pai de Pavel Gutko, Professor Gutko; que, numa tarde, o declarante notou que João Batista da Rosa tentava comunicar-lhe alguma coisa: estava estranhamente abatido e fez sinal para o declarante, suspendendo a calça e mostrando a perna, onde o declarante viu fortes sinais; que, em seguida, João Batista da Rosa, fez sinal com o cigarro, mostrando que se tratava de queimaduras de cigarros acesos; que, nessa tarde, o declarante soube, por gestos rápidos, que João Batista

da Rosa tinha apanhado e levado um saco na cabeça, mostrando também no corpo (braços e tronco) urticárias e calombos, *cochichando-lhe que ele também tinha sido torturado na caixa-d'água*, onde passara umas cinco horas aproximadamente; que, o declarante esclarece que a caixa-d'água é um cubículo onde se encontra um motor diesel, que eleva a água do poço artesiano para a caixa que, dentro desse cubículo fechado, com dois pequenos vitrais, reinam um calor e um barulho insuportáveis, emanando um gás perigoso (carbônico): *nesse cômodo, se fechado herméticamente, qualquer pessoa morreria em poucas horas*".

“Que, certa noite, fecharam a porta, que vinha permanecendo aberta e simplesmente vigiada por um guarda; que, seriam dez horas mais ou menos, quando chegou o sargento Thompson, que o chamou para a vila militar; que, ali chegando, o tal delegado de Brasília disse ao declarante que haviam chegado ao quartel duas pessoas da Aeronáutica, *com carta branca para fazer o que quisessem*, e que ele, delegado, aconselhava que o declarante abrisse o bico (palavras textuais), porque eles eram terríveis (*idem, idem*) e ele nem queria ficar perto porque estimava muito o declarante e *não queria presenciar o que iria acontecer*”.

Que, pegaram o declarante e o levaram para uma privada, dizendo que era para esperar um pouco; que o declarante pode perceber, na mesma casa, os gritos de uma pessoa, juntamente com barulho de pancadas; que, pelo barulho percebeu que a pessoa foi tirada de onde estava e levada para uma sala contígua; que, em seguida, *o sargento Thompson vendou-lhe os olhos, colocando um capuz de plástico por cima, e conduziam o declarante para o quarto de torturas*; que, começaram a fazer perguntas: se o declarante estivera em guerrilhas em Mato Grosso, com Ataulpa Alves e Adauto Coelho, ao que o declarante respondeu que sim (em interrogatório anterior dissera que não); perguntaram quem mais estava lá, respondendo simplesmente que ele, declarante, estava; que, nesse momento, *começaram a espancar o de-*

clarante na barriga, no fígado, nos rins, com verdadeiros murros; que, batiam os dois, dizendo que o declarante devia dizer quais eram as outras pessoas; que, o declarante, quando não agüentava mais, dizia um nome qualquer, para livrar-se da terrível agressão; que, se o declarante gaguejasse, recebia uma verdadeira saraivada de murros e socos; que, numa dessas investidas, um deles disse que tinha 22 anos e teria o momento mais feliz de sua vida se matasse o declarante; o outro disse que se o declarante morresse, isso não teria importância, porque o corpo seria jogado no Ribeirão João Leite; que, deitaram o declarante num sofá ou numa cama, de forma que sua cabeça ficasse pendendo para trás; que, tiravam o capuz, deixando apenas a toalha vendando os olhos, e começaram a despejar água no nariz do declarante, tapando sua boca com a mão”.

“Que, o declarante, não mais suportando, largou o corpo, dizendo que podiam matá-lo, porque não agüentava mais, que, nessa hora, ouviu uma voz que dizia: *Prepare a injeção*; que, parece que foram lá fora consultar alguém e voltaram; que, novamente, colocaram o depoente sentado (e tentaram convencê-lo a falar); que, vendo que não conseguiam nada daquela maneira, resolveram aplicar a injeção; que, *em seguida, o declarante sentiu um cheiro de amoníaco, com rápida aplicação na orelha, seguida de uma atroz dor, insuportável mesmo, provocando convulsões e estertores*; que, em seguida, conduziram o declarante à privada, assentando-o à força no vaso sanitário; que, nesse momento, pôde distinguir a voz, já bastante conhecida do tenente Fleury, dizendo que o governador já estava preso no quartel e que logo em seguida também iria depor.”

“Que, o declarante ouviu então gritos de dor de alguém que passava pela mesma tortura; que, o declarante reconheceu pelos gritos e vozes tratar-se de João Batista Zacariotti; que, pôde notar que os algozes perguntavam sobre o dinheiro e de onde provinha; que, Zacariotti negou e eles mais o agrediram; que, ouviu Zacariotti dizer que acaba-

riam por matá-lo e os outros responderam que jogariam o corpo no ribeirão; que, num certo momento, Zacariotti disse que assinaria qualquer papel colocado em sua frente, porque não suportava mais; que, a tortura de Zacariotti durou muito tempo.”

“Que, numa manhã, o Capitão Aníbal visitou sua cela, dizendo que o declarante seria torturado novamente e que o que ele, declarante, tinha passado, era apenas a linha branda, e que agora, sim, naquela noite, se não resolvesse falar antes, iria conhecer a linha dura (palavras textuais); *que, o declarante então, na mesma cela, teve de inventar qualquer coisa que viesse a implicar o governador.*”

“Que, conduziram o declarante para uma cela, junto com Antônio Pimentel; que, Antônio Pimentel lhe relatou as sevícias por que passou; que, Antônio Pimentel é muito franzino e parece que sofre do coração, motivo porque suas torturas foram mais brandas; que, lhe contou que, na primeira noite, enquanto depunha, um dos agressores, o tal delegado de Brasília, lhe tamponava os ouvidos, batendo fortemente com as duas mãos ao mesmo tempo; que, o delegado perguntava: “Conhece Fulano?” e, se Antônio respondia que não, tomava um forte tapa na cara; aí respondia que sim: “Conheço”. “Sabe que ele é comunista?” Respondia que não e tomava outro tapa; que tais perguntas versavam sobre o Governador Mauro Borges e sobre o Dr. Ari Demóstenes e outros auxiliares do Governador; que, ainda lhe relatou que puseram um saco em sua cabeça e o enforcaram até desmaiar, para fazer as declarações que eles ditavam”.

“Que, Antônio Pimentel ainda lhe relatou que, certo dia, ia passando em frente a uma sala, na mesma casa de torturas, quando pôde ver o Dr. Simão Kossbutski algemado, com as partes inferiores do corpo expostas, as pernas abertas, *e enquanto um dos verdugos comprimia, por pequenas tábuas, os testículos do dito senhor, outro desferia golpes* naquela parte sensível do organismo; que, o Dr. Simão gritava que não queria ficar castrado.”

“Que, decorrido uma semana, foi o declarante deslocado para a guarda (xadrez); que ficou bem próximo ao xadrez dos soldados, onde estava internado Pavel Gutko; que, Pavel Gutko tentou incendiar o colchão onde dormia; que, uma noite, o declarante acordou com grande barulho, sabendo depois que Pavel Gutko havia subido na caixa de descarga da privada, que desprendera, quebrando a pia e o vaso sanitário; que, em virtude disso, tanto os soldados presos como Pavel Gutko passaram a usar o vaso sanitário da cela do declarante; que ficou amigo de vários soldados, que lhe contaram que *uma noite os três sargentos, Thompson, Guido e Garcia, e diversos oficiais* haviam afogado Pavel Gutko num *pequeno lago ou tanque* no quartel; que o declarante ouviu da boca do próprio Pavel Gutko que ele estava escrevendo a lista dos que deviam ser fuzilados por terem afogado, ele, Pavel Gutko, das oito da noite até às quatro da manhã; que, Pavel Gutko proferia nomes a êsmo, entre os quais o do tenente Fleury, capitão Aníbal, capitão Albuquerque e dos três sargentos; que, o declarante ouviu *conversa de soldados, dizendo que as mesmas pessoas haviam feito fuzilamento simulado com Pavel Gutko, para torturá-lo.*” .

“Que, o declarante viu Pavel Gutko beber água no vaso sanitário e passar fezes na cabeça, na privada da cela do declarante; que viu, Pavel Gutko fumar cigarros até queimar os dedos, sempre com aspecto de total perturbação mental. Que, Pavel Gutko dizia não se chamar Pavel Gutko e sim Jean Fouché, espião polonês.”

“Que, os sargentos Thompson, Guido e Garcia foram pessoalmente à casa dos pais do declarante, onde ameaçaram de prisão sua sobrinha, Sandra Broockes Tayes, de 14 anos, e a mãe da menina, Edith Broockes Tayes, em virtude da vaga possibilidade de ter o declarante transmitido a elas, em visita, notícias que saíram publicadas em jornais sobre tortura de presos.”

CARTA DIRIGIDA AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Goiânia, 11 de outubro de 1964

Excelentíssimo Senhor Marechal Humberto Castelo Branco,

Digno Presidente da República dos E. U. do Brasil

Senhor Marechal,

Tem essa por fim expor a V. Exa., agora, a verdade sobre o processo de investigação a que fui submetido no quartel do 10° B.C. e anexa Vila Militar em Goiânia, e peço a V. Exa. que saiba sobre o que aconteceu comigo, a verdade que necessito expor para defender a minha honra, minha dignidade como homem e como médico, que, mais de 25 anos, trabalhou com honra e dignidade no interior de minha pátria, o Brasil.

Fui detido e preso no dia 14 de agosto, acusado de subversivo e corrupto. Dia 18 fui interrogado por um dos membros do IPM e desde logo acusado de subversivo, corrupto, amoral, comunista e de que na minha casa há depósitos de armas, enterradas no quintal. (...)

Dia 18 — a acusação ameaça-me de entrega à Polícia Especial, depois (de transferência) para a Ilha de Fernando de Noronha, para possível enfarte do miocárdio. Continuei chocado e foi mandado à minha casa um destacamento para procurar armas que deveriam estar enterradas no quintal. Foram lá e não encontraram nada.

Dia 23 fui levado a uma casa da Vila Militar; onde começou meu interrogatório, começando às 4 h. da tarde e terminando às 4 h. da madrugada. Dos cinco membros que me perguntaram, três agiram como cavalheiros, mais dois como coatores — moral e fisicamente. Durante este tempo começaram ameaças: prisão de minha senhora, de meu único filho. Este último deveria emagrecer na cela. Ameaças de

deportação à Ilha Fernando de Noronha. Afirmou um coator, torturando-me moralmente, que minha propriedade está perdida, já em dois anos serei um homem arruinado, perguntou até por quanto quero vender já minha propriedade (casa), que meu carro (Volkswagen) será confiscado, que o carro me foi dado pela agência de Goiânia, que sou um amoral, exibindo filmes amorais de relações entre o clero masculino e feminino, que sou contrabandista de areias monásticas, que faço parte de aventureiros e subversivos de Goiás, que me aproveito em explorar os incautos, que recebo numerário para agir subversivamente. (...)

No dia seguinte, de tarde, (dia 24), fui interrogado no mesmo local, já preocupado com, a sorte de minha esposa e filho. Dos cinco que me interrogam, dois foram me torturando moralmente. A mesma coisa: deportação e presidio, esposa presa e filho torturado — para explorar meus sentimentos de pai e esposo. Como tenho filho único — de 19 anos — só estava pensando nele e no bem estar de minha esposa. Disse a um inquisitor (parece que não do Exército) que me torturasse para que pudesse revelar aquilo que não sei e nego, mas que deixasse em paz a minha família.

Depois o negócio acalmou e fui levado a um passeio pelo quintal do quartel, com um oficial que delicadamente me insinuou que, se falasse um fato de que me acusam, o de entregar uma carta a um funcionário do Palácio do Ilustre Governador Tenente-Coronel Mauro Borges, seria solto, que é coisa sem importância, mas eu devo confessar isso. Estava preocupado e atemorizado pela minha, família, esperando que pudessem vir coisas piores, e então foi-me ditado um depoimento (dia 24) que assinei, não tendo facilidade para correção do texto.

Dia 27, indo do quartel à Vila Militar, fui detido diante da caixa d'água do quartel, algemado e em seguida jogado dentro do compartimento da caixa d'água algemado num poste de ferro, junto a um grande motor Diesel. Vi que começava a coação física e as torturas. Iria ficar junto ao

motor dois dias. Pedi socorro, apelei para a dignidade e cavalheirismo de militar de meu algoz. Depois de uma hora dessa tortura o oficial me tirou de perto do motor, que funcionava para me ensurdecer, e fui levado algemado para interrogatório. Aí foi a mesma história, ameaças de torturas, nova acusação de amoral, contrabandista, corrupto, subversivo e comunista. Foi pouco. Disseram que minha senhora e filho estavam presos. Aí foi o cúmulo, pedi, implorei, que não fizessem nada aos meus. Ainda ofenderam o meu nascimento, que como filho de polonês, sou brasileiro por acaso, que meu pai era um criminoso, porcaria, sujo, não valia nada. (...)

Pedi, implorei disse que fazia todo esforço e falava a verdade. Me puseram um saco na cabeça, e depois um dos presentes simulava a introdução de agulhas na carne, dando socos e murros no meu abdômen e costas. Inesperadamente, um deles, para me provocar, disse sigilosamente que é do meu partido e que “vai me ajudar a fugir. Desesperado, neguei, porque vi que era provocação. Depois fui jogado na cama da cela e, mais tarde, voltei para a caixa d’água, junto ao motor que roncava e me aturdia e fiquei algemado com tanta força, que vi (médico que sou) que ia começar o edema.

Depois me tiraram da caixa, fui de novo à casa da tortura na Vila Militar, só que agora a algema era por trás. E fiquei assim até 2 h. da manhã.

Às quatro horas da manhã do dia 28, voltei a uma cela em que só cabia uma cama e aí fiquei, após torturas, até 5 da tarde. Agora, já sabendo que iria sofrer mais, voltei algemado pelas costas. No local do interrogatório, um oficial me esmurrou e bateu por duas vezes.

Às quatro horas da manhã (do dia seguinte), depois de receber murros e agressão, algemado pelas costas e perante seis oficiais e mais sargentos — fui levado à linha de tiro do quartel, longe dos edifícios, e aí três sargentos me disseram que iam me liquidar e que ninguém poderia acusá-los de homicídio porque isso ia ser um “suicídio”. Durante mais de

meia hora sob ameaça de duas parabelluns militares (Colt 45), encostados na minha cabeça e corpo, começou a coação armada. Eu deveria correr e então me matariam. Um outro sargento estava combinado para atestar meu suicídio. Eu, não querendo correr, me agarrava ao sargento que me tentava jogar em fuga, enquanto o outro manjava a arma em minha frente. Por fim foram feitos disparos em minha direção e eu fiquei de joelhos rezando os meus últimos momentos. Vi clarão de fogos de disparos de arma e outro em frente de meu nariz, e disse que me matassem, porque sou homem direito e não tinha nada a confessar daquilo que me acusavam. Chegou um momento que pensava já ser morto, quando, de repente a sargentada parou e me arrastaram ao quartel dizendo que sou apenas um corrupto e, em seguida, já me esperava no quarto de comando do quartel um oficial, ao qual fiz o segundo depoimento. (...)

...Assinei uma declaração dia 17-9-63, feita de próprio punho. Depois me pediram para assinar a mesma declaração em outros termos, feito pelo IPM do 10º B. C. — que não fui coagido no interrogatório. Assinei porque pensei que os meus torturadores estavam até com remorsos de ter torturado um homem de 53 anos, professor de Universidade, com currículo honesto de vida profissional, moral e social.

Nos dias 21 e 22 vieram jornalistas, perguntar se não fui torturado, sempre acompanhados de oficiais da investigação. Naturalmente eu não ia falar, porque quis cooperar com o critério de cavalheirismo militar, e porque já os tinha perdoado, porque talvez tivessem missão a cumprir para separar o joio do trigo. Em seguida afirmei isto ao general Nogueira da Paz, que me visitou na cela na tarde de 2 ou 3 de outubro corrente, mas sempre acompanhado dos que sabiam (que fui coagido) do que se passou na semana 23-29 de agosto na Vila Militar do Quartel do 10º B.C., na calada da noite. Disse ao general Nogueira da Paz que não fui coagido e que me davam comida.

O General Nogueira da Paz, muito distinto, elogiou a colônia polono-brasileira do Paraná (onde nasci e me eduquei), que o meu caso seria logo resolvido e que cooperasse. Agradei ao General Nogueira da Paz e dei parabéns pela atitude do Exército Nacional ao varrer a corrupção e a desordem do País. Fiquei com fé que tudo estava bem e então pensei que seria libertado pelo menos no dia 10 de outubro.

Querido e Exmo. Sr. Presidente e Marechal, tudo que lhe peço, com fé nos passos de V. Exa., é que me ouça por esta carta e que se me faça justiça, ciente do espírito justo e sábio de V. Excia., no qual todos nós, brasileiros e democratas, depositamos os destinos do Brasil. Também quero aqui frisar que o uso desta carta só será feto caso venham os que me coagiram tecerem tal instrumento que me venha a impossibilitar a defesa de minha honra e de minha vida decente e proba, e que tudo nesta carta foi verdade.

Exmo. Sr. Presidente, esperançoso de V. Exa. fazer justiça e aprovar a verdade, venho afirmar a minha admiração e culto pelas páginas que V. Exa. está traçando como Grande Marechal nestas horas da história do Brasil.

Com alta estima e admiração, pedimos justiça.

(a) SIMÃO KOZOBUDZK

Cela do 10.º B.C.

DOCUMENTO NÚMERO 3

Por escritura pública lavrada no Livro nº 234, fls. 70 verso a 73, do 2.º Tabelião Vitalício, Públio de Souza, da comarca de Goiânia, a Dra. Edith Pizarro Zacariotti, chilena, casada, médica, declarou que seu marido, João Batista Zacariotti (oficial-de-gabinete do Governador Mauro Borges), foi

preso e encarcerado no dia 29 de julho, por um contingente do 10º BC, e, mais:

“Que, antes da prisão, tinha ele se apresentado à 7ª CR vinte dias antes, tendo o coronel Avany Arroxelas afirmado que nada existia então contra ele; que durante os dez primeiros dias de sua prisão, ficou ele incomunicável, só (se) permitindo a visita da declarante nos quinze dias seguintes, quando ela o fez regularmente; que, depois deste período, ficou ela impossibilitada de fazê-lo novamente, eis que ficou ele de novo incomunicável, sem que dessem à declarante qualquer informação de por que estava seu marido incomunicável; que, vários dias depois, recebeu a declarante um telefonema do 10º BC — dizendo que podia de novo fazer visita a seu marido, o que fez juntamente com sua sogra.”

“Que, a declarante, nessa oportunidade, verificou, com grande surpresa, que seu esposo *apresentava visíveis equimoses na face direita*, abaixo do olho, na região frontal direita e do lado direito do pescoço, da grossura de um lápis, sendo a do pescoço de uns quinze centímetros aproximadamente, verificando-se perfeitamente seus contornos e *que haviam sido provocadas por objeto de tortura*; que, verificou igualmente que os pulsos guardavam também cicatrizes, em forma de arranhões, como se tivesse sido manietado; que, observou também estar seu marido muito magro e abatido, com perda aproximadamente de oito quilos de peso; que, a declarante insistiu com seu esposo para que explicasse a origem daqueles vestígios, procurando ele mudar de assunto, como se evitasse qualquer explicação”.

“Que, em visitas posteriores, depois de informar a declarante a seu esposo que toda a cidade já tinha conhecimento das torturas, explicou ele minuciosamente as sevícias a que foi covardemente submetido; que, à noite fora ele surpreendido na prisão por pessoas que o amarraram pelas mãos e pés, colocaram-lhe um saco cobrindo o rosto, e o conduziram para fora da cela, em cujo local o espancaram bárbaramente,

ao mesmo tempo que lhe eram ditas as respostas que deveria dar às perguntas do inquérito no dia seguinte.”

“Que, como sofre de úlcera duodenal grave, disse seu esposo que pedira a seus verdugos que não batessem na região do estômago, passando eles, daí por diante, a espancá-lo ainda mais nessa região; que *apanhou; até entrar em inconsciência*; que, pelo menos três noites seguidas padeceu ele essas torturas; que, apesar delas, não tendo declarado o que interessava a seus inquisidores, *foi submetido a choque elétrico no -ventre, na altura da bexiga e atrás*; que suportou tais choques por cerca de uma hora; que, não suportando mais e vendo que seria sacrificado, porque suas forças estavam esgotadas, *resolveu assinar as declarações que seus verdugos lhe apresentaram*; que, tais declarações eram sobre a afirmação de que seu marido recebia um envelope lacrado, todos os meses, da embaixada da Polônia, e que o entregava ao Governador Mauro Borges Teixeira; que, a declaração, entre outros assuntos graves, afirmava que, se a revolução de março não triunfasse, o Governador Mauro Borges teria conduzido o Estado ao comunismo.”

“Que, logo após as torturas, seu marido teve febre de até 42 graus, vomitando e sentido fortes dores na região epigástrica, fato esse que foi constatado por soldados, oficiais e médico do 10º BC; que, após os choques elétricos, sua temperatura baixava até cinco graus; que, seu marido lhe declarou que viu outros presos torturados, inclusive o Sr. Hugo Broockes; que neles viu cicatrizes de torturas na hora de tomar banho; que, os demais presos também o viram torturado” .

“Que, lhe declarou também ter ficado cinquenta dias num pequeno cubículo debaixo de uma escada, sem nenhum contato humano, sem ler nem escrever; que, de início, a declarante levava alimentação a seu marido, em seguida foi proibida disso; que, quando seu marido passara muito mal após as torturas, *chamaram o médico do batalhão, que não o medicou, mas se limitou a lhe fazer censuras de caráter político*; que, tanto o médico como o Coronel Danilo, coman-

dante do 10º BC, sabiam que ele padece de úlcera duodenal gástrica de caráter grave, porque lhe davam alimentação diferente; que, quando a declarante telefonava para o coronel Danilo, dizendo-se preocupada com o estado de saúde do marido, *o coronel respondia que o repouso forçado era bom para ele e que ele estava engordando*”.

“Que, vendo sinais de sevícias em seu marido, é que compreendeu o motivo da inexplicável incomunicabilidade que lhe foi imposta; que, imediatamente comunicou tais fatos à Ordem dos Advogados de Goiás; que, logo em seguida, *teve forte discussão com o coronel Danilo, que com muita rispidez a acusou de estar assoalhando boatos na cidade em torno da tortura de seu marido*”.

Na mesma escritura, a mãe de Zacariotti, Sra. Maria de Freitas Zacariotti, diz que, ao visitar o filho, depois dos quinze dias de incomunicabilidade, encontrou “um homem abatido, contrafeito, magro e assustadiço”, com “cicatrizes na face direita e na frente e também no pescoço, do lado direito”. Ao perguntar se tinha prestado depoimento e quantas vezes, o filho respondeu: “Mamãe, já perdi a noção do tempo. Não sei quantas horas depus nem quantos dias”.

Estas declarações provam, de modo irrespondível, o lençol de torturas que se abatem sobre Goiás com a finalidade de comprometer o governador Mauro Borges e de forjar o processo de seu afastamento do poder. A carta do Dr. Simão Korobudsk ao marechal Castelo Branco é um documento de comovente ingenuidade. O torturado dirige-se ao chefe de seus torturadores em termos de esperança e respeito pela autoridade constituída que comoveriam qualquer pessoal normal. Infelizmente os algozes do Brasil não são normais. Não se deixam comover.

Para completar o quadro segue-se o depoimento prestado ao *Correio da Manhã* pelo sr. Tarzan de Castro.

“Declaro que fui preso a 18 de abril de 1964 pela polícia goiana, numa fazenda no interior de Goiás.

Depois de vários dias de prisão fiquei sabendo que a mesma se deu em vista de um processo onde somos indiciados como participantes de um movimento de guerrilhas, na cidade de Dianópolis.

O referido acontecimento deu-se há mais de dois anos quando, então, foi aberto inquérito competente e os supostos implicados tiveram suas prisões decretadas pelas autoridades judiciárias da comarca de Dianópolis. Posteriormente, nossa prisão fora relaxada por competente *habeas corpus* concedido pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Goiás.

Ficamos, a princípio, recolhidos na Penitenciária Agrícola de Goiás durante mais de quatro meses sendo que, durante este período, passamos cinquenta dias à disposição do DOPS, e o restante das autoridades encarregadas dos IPMs em Goiás. Quando completaram, novamente, outros cinquenta dias, os encarregados dos IPMs avocaram o processo de Dianópolis, exigindo a decretação de outra prisão preventiva sobre os acontecimentos que deram base ao processo anterior; portanto, ficamos com uma dualidade de prisões por um suposto crime. A nossa prisão fora decretada após noventa e cinco dias de detenção. Com a mudança dos encarregados dos IPMs em Goiás, isto é, a troca do coronel Avany Arrouxeles, pelo tenente coronel Danilo de Sá da Cunha Melo, fomos transferidos da Penitenciária para o 10º Batalhão de Caçadores, no dia 3 de setembro. Na mesma noite da transferência os sargentos Thompson e Guido Ferro colocaram-me dentro de dois sacos que me cobriam do abdômem até a cabeça, algemaram-me e, em seguida, transportaram-me para uma área próxima ao quartel para uma sessão de torturas e sevícias.

Chegando ao local pudemos constatar pelas vozes existentes a presença de outras pessoas. Inicialmente colocaram-me descalço para receber choques nas partes mais sensíveis do corpo, seguindo-se métodos variados de torturas, sevícias, pancadas, chutes, fuzilamentos simulados, etc. Esta primeira sessão durou das 21 às 24 horas. Exigiam que relatássemos um plano guerrilheiro com a participação do governador de

Goiás. No dia seguinte repetiu-se a dose, sendo que desta vez apareceu junto o sargento João da Costa Garcia Neto. Logo após fomos ouvidos pelos encarregados dos inquéritos, capitão Aníbal Coutinho e tenentes Marco Antônio Brito Fleury e Silésio Gusmão.

Ficamos estes dias encarcerados dentro de uma latrina infecta, localizada no rancho do quartel; passados alguns dias fomos coagidos a assinar um documento negando os maus tratos recebidos.

Terminada a vigência do Ato Institucional fomos transferidos, juntamente com outros prisioneiros, para Brasília, onde nos achamos no Batalhão de Guardas de Brasília.

Estamos presos há seis meses, sendo que nossa prisão só foi decretada após três meses de detenção e mesmo assim continuamos presos por mais de noventa dias regulares da decretação da prisão preventiva.

Sem mais, atenciosamente

Tarzan de Castro, 21 de outubro de 1964

7

A Polícia da Guanabara

O sistema de torturas montado no Rio de Janeiro foi o mais amplo e sistematizado do Brasil. As violências contra presos políticos ocorreram na Aeronáutica, no quartel da Polícia do Exército, no Centro de Informações da Marinha e, principalmente, na Divisão de Ordem Política e Social do Sr. Carlos Lacerda. Ao contrário de Pernambuco, onde as torturas cessaram por volta de agosto de 1964, no Rio elas continuaram, recrudescendo trágicamente em novembro, quando da descoberta de um fictício complô contra o trem que traria o Sr. Lacerda da Convenção da UDN em São Paulo, e continuam habituais até hoje, embora limitadas ao DOPS. No CENIMAR o grande período de torturas começou a 16 de julho de 1964, quando o comandante Teixeira, chefe do Centro, entrou em férias, sendo substituído pelo comandante Paranhos.

Na Aeronáutica, que guardava seus presos na Base Aérea do Galeão, no Campo dos Afonsos e na Base de Santa

Cruz, o tratamento dispensado aos presos políticos, embora desumano e, por vezes, pontuado por espancamentos, foi, ao que parece, bastante melhor que o dos demais presídios. No entanto, o sargento Jamil José Miguel, preso a 2 de abril juntamente com os sargentos Selva Correa Mendes, Josué Cerejo Gonçalves, Antônio Ferreira Calil, Oswaldo Soares, José da Costa Ferreira Neto, Elcio Tavares, Doacyr Fernandes de Oliveira e outros, assegura ter sido espancado diversas vezes durante os interrogatórios a que foi submetido na Base Aérea dos Afonsos, ficando, em consequência, com uma doença nas articulações. Todos os demais queixam-se dos interrogatórios que duravam dezenas de horas e das condições imundas das prisões. O sargento João Magessi Pereira Neto, preso a 23 de abril na Fábrica do Galeão, diz que foi ameaçado com pistolas que eram encostadas a seu rosto e peito, que lhe negavam água ao mesmo tempo em que despejavam refresco gelado por fora da janela de sua cela, a fim de aguçar sua sede e que a todas as horas davam pancadas fortes nas paredes de madeira de sua cela, impedindo-o de dormir. Foi interrogado diversas vezes, de madrugada, debaixo de refletores com lâmpadas de 500 velas e obrigado a escrever até à exaustão o histórico de sua vida militar. O sargento Artur Loureiro Samuel, preso no mesmo local, queixa-se de idêntico tratamento. Todos eles foram mantidos incomunicáveis durante semanas a fio em celas debaixo de uma caixa d'água, de paredes extremamente úmidas e infiltradas. Por ocasião da visita que suas mulheres fizeram ao brigadeiro Grun Moss, para indagar do destino dos maridos, um oficial, major Almeida, ameaçou-as com uma pistola e declarou que iria ao xadrez do Galeão enfiar uma bala na cara de cada um dos comunistas que lá estavam.

Mas este tratamento é a própria gentileza da corte de Luís XV quando comparado com a atividade dos capangas do Sr. Carlos Lacerda. A eficiência destes monstros foi tamanha que a população dos hospícios cariocas aumentou rapidamente. A Comissão de Auxílio aos Atingidos pelo Ato Institucional, organizada pelo diretório da Guanabara do Partido Socialista Brasileiro encaminhou, para assistência psiquiátrica, mais de cem casos de torturados a médicos do Rio de Janeiro. Eu mesmo tive ocasião de conversar com

um desses farrapos humanos, que se encontrava internado no Instituto de Psiquiatria da Universidade ao Brasil.

Uma manhã de abril de 1965 fui ao Instituto em companhia de um médico que, chocado com o caso de Júlio Lucas Pires, me procurara. Depois de evitarmos as complicações burocráticas da entrada, fomos a um grande pátio onde os doentes tomam sol e descansam. Lucas que, entre os médicos, é conhecido como o *homem das facas*, estava debaixo do caramanchão central, em companhia de um velhinho que se movimentava o tempo todo, soltando longos apitos. Em seu delírio, o velho pensava que sofrera um desastre de trem da Central e que engolira o apito da locomotiva.

O princípio da conversa foi lento. Lucas indagava do médico se eu era “membro do clube”, ou seja, do partido comunista. Depois de receber muitas explicações e de fazer-me algumas perguntas, que tratei de responder da maneira mais vaga, começou a abrir o jogo. Fora preso em Caxias, na sede do Comando Geral dos Trabalhadores, a 1.º de abril, juntamente com alguns companheiros. Já na saída do sindicato, começou a apanhar, pois que a tropa encarregada da operação formara na rua um *corredor polonês*. Foram todos levados para a Invernada de Olaria, onde ficaram em um local que chamaram de Maracanã, por ser muito amplo. Na Invernada, endereço que ficará na história das atrocidades brasileiras tal como a sede da Gestapo em Paris, na *rue Lauriston*, é que começou o longo castigo.

Lucas era atirador de facas em um pequeno circo ambulante. Morava em uma vila de Caxias com a mulher e os filhos. Seu nível de instrução é muito baixo, não chegando talvez ao de segundo ano primário. Em 1962 foi abordado por elementos do PC e convidado a aderir. Daí em diante participou de agitações de rua, de comício e da formação do ramo local do CGT. Fala muito na mulher, na filha, e em um amigo, Jarbas, que com ele foi preso e que diz ter sido o mais torturado de todos. Este homem, pelo que pude apurar no PSB, está internado em um sanatório particular para doentes mentais, completamente transtornado.

Os psiquiatras estudaram com atenção o caso de Lucas

porque seu delírio revelou-se de forma inusitada — ficou com o antebraço e a mão direita completamente paralisados. Os médicos acreditam que esta paralisia tenha sido uma contra-reação a seus instintos agressivos quando submetido a torturas. Como não podia reagir aos torturadores teve um bloqueio mental que impediu os movimentos do principal instrumento de agressão com que poderia contar, o braço e a mão. Transferido para um ambiente amigável como o do hospício, a paralisia começou a regredir e já havia quase desaparecido quando fui visitá-lo.

As notícias de violências no DOPS surgiram quase imediatamente após o 1.º de abril. As prisões eram feitas a êsmo, em massa. As condições de vida na cadeia, já de si precárias, tornavam-se insuportáveis. Nenhum cidadão estava a salvo, nenhuma organização tinha garantias. Até o Clube Positivista foi invadido, a 12 de abril, pela polícia política do Sr. Carlos Lacerda. No Rio de Janeiro, como em todo o Brasil, a Ação Católica, JOC e JEC eram sistematicamente perseguidas, ao ponto de, a 17 de abril, o bispo Dom Cândido Padim, Adjunto da Ação Católica, ter de publicar nos jornais uma defesa do movimento laico, refutando as acusações de *comunista e subversivo*, que contra ele se faziam. Seu sucesso, no entanto, foi muito relativo. A 23 de abril, o DOPS prende Otávio Farias, assistente sindical na Confederação Nacional dos Círculos Operários Católicos. Uma semana mais tarde é feita uma “operação limpeza” na União dos Portuários do Brasil, com a prisão de 125 dos seus associados. Só a 2 de dezembro é que o público volta a ter notícias desses portuários quando o *Correio da Manhã* publicou a denúncia de Eunice Félix Dutra, segundo a qual, seu marido, José Dutra, após vários meses de prisão, enloquecera no DOPS, em virtude do traumatismo causado pelas torturas que vira infligir a seus companheiros. Estava ele internado no Hospital Araújo Lima, em Jacarepaguá.

A 20 de maio é preso pelo DOPS Dilson Aragão, filho do almirante Aragão, ex-comandante dos Fuzileiros Navais e brizolista exaltado. Dilson foi interrogado no dia seguinte e nos subseqüentes, e, um mês mais tarde, a 25 de junho, seu advogado, Wilson Lopes dos Santos, apresenta queixa à

Superintendência da polícia Judiciária, pedindo a abertura de inquérito criminal contra os policiais que o prenderam e espancaram durante os interrogatórios. A queixa de Dilson Aragão foi a primeira reação legal contra os torturadores. Disse ele, em seu depoimento, publicado no *Correio da Manhã*:

“Fui torturado no dia 27 de maio, das 14 às 17 horas, pelos agentes do DOPS, Solimar e Boneschi, e por outro policial de que guardo bem a fisionomia mas cujo nome não sei. Bateram-me dias seguidos e só me deixavam sair quando ficava desacordado. No entanto li, há algum tempo, que onze policiais foram demitidos por terem espancado presos. Será que o foram realmente? Absolutamente, não acredito que esses animais que me agrediram agissem por iniciativa própria, sem autorização, sem ordens superiores, sem costas quentes. Tudo leva a crer que a ordem contra espancamentos, que acredito haver existido, já é coisa do passado na polícia da Guanabara. Afinal de contas, foi feita uma comunicação oficial de meu espancamento, pelo memorando 41, de 28/5 do chamado xadrez especial, assinado por um policial honesto e dirigido ao delegado Denizard que, absolutamente, não tomou conhecimento do fato. Afinal, era o filho do almirante Aragão, valia tudo. Até no meu depoimento foi omitida a clássica pergunta — você tem algo a reclamar contra o tratamento dispensado pela DOPS?”

Os protestos, as denúncias, os apelos, de nada valeram, ainda quando partiam de revolucionários poderosos, como o marechal Taurino de Rezende, que a 22 de junho declarou que “a revolução não pode ser desmoralizada pelas arbitrariedades e violências cometidas em seu nome”. Os torturadores eram prestigiados e, muitas vezes, promovidos. O marechal Taurino, que teve o filho considerado subversivo, não tardou em ser demitido e seu substituto, almirante Paulo Bosísio, teve a consciência menos sensível e o estômago mais resistente.

Escolhi para abrir a série de depoimentos sobre as torturas no Rio de Janeiro o testemunho de Isa Quintãs Guerra. Embora não tivesse sido fisicamente torturada, Isa presenciou um espancamento no CENIMAR e viu como os presos vol-

tavam de sessões inquisitoriais no DOPS, onde esteve presa vários meses. Diplomada pela Escola de Serviço Social da Universidade da Paraíba, dirigente da Juventude Universitária Católica de 1959 a 1963, uma das principais organizadoras do Grupo Nacional de Trabalho de Cultura Popular do Ministério da Educação, com vários cursos de extensão universitária, esta moça magra, de vinte e seis anos de idade, conseguiu assumir uma incontestável liderança entre os presos e conquistou o respeito dos seus carcereiros, que a apelidaram *carne de peçoço*. Deixou no CEMINAR e no DOPS uma legenda de bravura e de resistência lúcida. Agüentou sem fraquejar os terríveis dias de tensão na cadeia e conta que só se permitiu o desabafo do choro incontrolado depois de transferida para a amena prisão de um convento. Pedi-lhe que escrevesse seu testemunho com naturalidade, ao correr das palavras. É ele uma introdução perfeita, ao mesmo tempo que uma visão global, ao processo das torturas no Rio de Janeiro:

Fui detida em São Paulo, no dia 11 de junho de 1964 pelos oficiais Paranhos e Vareza, da Marinha de Guerra, sendo conduzida imediatamente à sede do CENIMAR, no Rio, situado no 5.º andar do Ministério da Marinha. Aí se encontravam detidas diversas pessoas — entre elas: Francisco Whitaker (arquiteto), Roberto Freire (teatrólogo), Pedro Paulo Paiva Chaves, Alexandre Rezende, Boaventura, Marcelo, Francisco Paiva Chaves (estudantes), João de Jesus (poeta do Pará), May Gomes Arruda (educadora), Cosme Alves (meu noivo) — com os quais eu mantinha relações de amizade ou profissional. Tomei logo, conhecimento do tipo de tratamento dado pela Marinha aos presos, ao saber que Cosme fora espancado por um oficial, Darcy, e por Sérgio.

Com a minha prisão estabelecia-se o suposto fio subversivo procurado pelo CENIMAR que libertou os demais prisioneiros, conservando para interrogatório apenas o Cosme e eu. Alojaram-me numa pequena sala de 1.50m por 2.50m, com divisões de tabique e cortina, peça adaptada para vestiário de oficiais, perto da chamada segunda divisão, onde ficava a sala especial, que seria mais tarde utilizada para os “interrogatórios especiais”. O tenente Gama

Lima, que para lá me conduziu, com um sorriso irônico falou que eu “estivesse à vontade nos meus aposentos”.

Os dias iam passando e eu sem ser interrogada oficialmente, havendo porém “simples e cordiais” conversas com os oficiais do CENIMAR que eu então passava a conhecer e identificar; e as visitas imprevistas de Sérgio Alex, que então se fazia passar por tenente fuzileiro, sempre acompanhado de infundáveis retratos de marinheiros a serem identificados, documentos e perguntas as mais ilógicas, feitas de surpresa, quando mal havia acordado com os seus chamados, para que não me fosse possível “criar defesas, podendo falar a verdade”.

Os dias passando; impossível dormir: o barulho do telex na sala ao lado, contínuo, irritante; movimentação permanente dos agentes civis e militares do CENIMAR, chegando, ora com presos, ora com informações, ora me procurando para pequenas perguntas; suas entradas frequentes para utilizarem o vestiário. Depois de oito a dez dias neste ritmo de vida, fui chamada, às 19,30 horas para um interrogatório oficial — feito pelo comandante Teixeira, chefe do CENIMAR, capitão Benedito Darcy, comandante Pardellas (emprestado do 1.º Distrito Naval), Solimar e Sérgio agentes da DOPS, além de um outro oficial não identificado; interrogatório este que se prolongaria por doze horas ininterruptas, sofrendo as mais variadas mudanças de clima, de acordo com o temperamento ou o papel do que tinha a vez de me interrogar.

Às oito horas da manhã, o pesadelo cessou com o toque de clarim anunciando o hasteamento da bandeira no cais. Tive então licença para deitar. Impossível dormir. Começava um novo dia e com ele os ruídos se intensificavam — telex, vozes, ordens — e a chegada do comandante Darcy. “Conhece alguém de Minas. Pois é, a AP de lá foi arrasada, não sobrou ninguém”. Horror, o que significaria arrasada? Logo mais à noite recomençaria o interrogatório e isto durante dias e dias, intercalados pela menção de nomes, fotografias, documentos a serem identificados, “conversas informais”, ida e vinda de presos.

Novos interrogatórios — desta vez no IPM instaurado no 1.º Distrito Naval, seguidos de acareações. Os longos dias, escuros, feios, o isolamento, a falta de contato com qualquer pessoa (ao início dos interrogatórios, impediram que Cosme e eu nos encontrássemos, ficando ele detido em vestiário idêntico, dos subalternos, no outro lado do hall). Até então, embora os interrogatórios fossem extenuantes e as condições de prisão péssimas, tínhamos a garantia de que não haveria tortura.

A situação mudaria com a saída, em licença, do chefe do CENIMAR, a 16 de junho. A direção é assumida pelo comandante Fernando Paranhos. O novo chefe apresenta logo sua “linha de ação”, transferindo o Cosme para o Presídio Naval, na ilha das Cobras, obrigando-me a permanecer no cubículo e proibindo os subalternos de me dirigirem a palavra. Trinta e cinco dias de prisão e a solidão ainda maior — o isolamento total só suportável pela possibilidade de leitura.

Na madrugada do dia 20 para 21 acordei com gritos irritados — “Deixa esses cachorros algemados, que nós agora vamos mostrar o lugar deles”. Reconheci a voz do comandante Darcy, seguida de gritos de Sérgio Alex. Compreendi que novos presos estavam chegando. Acordada, ouvi estarrecida gritos de pavor e dor que partiam da pequena sala do lado. Corri ao hall, deparando com uma cena estarrecedora: um preso completamente ensanguentado, sendo espancado pelos agentes da DOPS: Solimar, Macedo e Sérgio, que gritavam palavrões, sob o olhar espantado de mais quatro presos imobilizados junto da parede, cobertos por metralhadoras. Assistiam ao espetáculo os oficiais Gama Lima, Xavier e Darcy. Gritos para que me retirasse imediatamente. Permaneço no local. O horror geral foi encerrado por ordem do capitão Sílvio que, chegando da 2ª Divisão, proibiu o massacre. Mais tarde vim a saber que o espancado era o marinheiro de 1ª Classe Severino. Seus companheiros: Arnaldo Mourthé (engenheiro), Geraldo do Nascimento (marinheiros), Guido Afonso Duque de Nouniré (bancário), sargento fuzileiro José Medeiros.

Ao amanhecer do dia recebi a visita do tenente Gama

Lima, informando minha transferência, pois constituía eu uma ameaça à segurança do CENIMAR. Logo após, visita de Sérgio Alex, que me ameaça de espancamento, caso relate os fatos que testemunhei. Diante de minha recusa em guardar silêncio, o comandante Crespo, um dos vice-diretores, que pactuava com a “linha dura”, determinou minha transferência imediata para a DOPS, “onde aprenderia o que é um preso político”.

Eu já havia visto demais — das suas brigas, esquemas de funcionamento, divisões de grupos, seus preconceitos de côr e classe, seus métodos de interrogatório. Era um perigo à sua segurança — havia visto o tratamento dado ao chamado grupo angolano: José Maria Nunes, José Lima de Azevedo, José Manuel, reduzidos a estado lastimável após cada vinda do Presídio Naval e cada interrogatório conduzido pelo tenente Petestrello Feijó.

NA DOPS

Frio, escuro, amontoado de presos. Cella pequena, uma só companheira, Orandina, do IPM da Orla Marítima. Encontro novos companheiros, conhecendo aos poucos as suas histórias: o marítimo Pereira Neto, o rosto inchado por ter sido o seu bigode arrancado à força, e o corpo marcado por queimaduras feitas por pontas de cigarros; Carlos Marighela, com um tiro no abdômen; Emilio Demaria Bonfante, que passara 72 horas em pé, algemado, sem comer e dormir. Verificamos depois se esta técnica empregada metódica e sistematicamente, e o próprio Bonfante voltaria a ser submetido a tal tortura dias e dias seguidos. Nicoletti, poeta amazonense que enloquecera; o operário que cortara os pulsos, e muitos outros. O horror dos que chegavam do CENIMAR: Arnaldo Mourthé, com 10 quilos a menos em 8 dias; Guido Affonso, que passara 15 dias algemado, sendo espancado. Capitani, Geraldo, Severino, Walter Hermann, todos marinheiros, lá torturados com pancadas e choques elétricos nos órgãos genitais. O sargento Medeiros com a

visão alterada devido à quantidade de sabão aplicado e às luzes dos refletores.

O horror quando se era chamado a depor; os miseráveis dias dos que iam para as surdas — celas pequenas de 1.80 x 1.20, sem janelas, sem luz, sem ar, trancados dias e dias. O medo generalizado, a comida péssima, nojenta, imunda, o clima de insegurança, o desnoriteio de todos diante da maldade gratuita e injustificada.

Os dias passam e com eles presos que se vão e novos que chegam; aos poucos um grupo vai ficando estável e começa a reagir, estabelecendo uma certa organização no presídio, que nos garante um mínimo de condições humanas. O período de relativa “tranqüilidade” termina, com a substituição do chefe de xadrez, Dr. Orlando, cuja conduta humanitária não agradava aos chefões, pelo detetive Amazonas. Amazonas, famoso por sua crueldade e falta de escrúpulos, logo nos faz sentir quem é — chegando constantemente embriagado, proibindo jornais.

Um dia, tarde da noite, acordo com gritos à porta da minha cela. Olho pela viseira, é o detetive Amazonas, completamente embriagado, que deseja abrir a nossa cela, sendo repellido pelo carcereiro de plantão. Faço queixa à direção da DOPS. Inútil, nenhuma providência é tomada. A partir deste dia entrei para a lista negra de Amazonas, que me faria sentir por mais três meses o peso de seu ódio.

Apesar de tudo, de todos os horrores e das arbitrariedades de Amazonas, a vida é suportável no presídio, afastada a ameaça de tortura, depois de uma campanha da imprensa — iniciada pelo Correio da Manhã, com Hermano Alves, Cony e Márcio, Alceu de Amoroso Lima, Rubem Braga e Mário Martins no Jornal do Brasil. Mas é apenas um estágio, logo a violência retorna com a prisão, em novembro, do grupo envolvido no “atentado ao trem da esperança” — um preso é atirado no xadrez com o corpo todo marcado de equimoses, fraco, sem se agüentar de pé. Encosta-se à porta de minha cela e corro para ampará-lo. Identifica-se como Ozório de Almeida, ferroviário, um dos 23 componentes do grupo citado. Conta que estão sendo interrogados há três

dias sem comer, sem dormir, sendo espancados continuamente. Fala sem cessar, relatando o que sofreu e o que viu.

À noite, ordens de transferência para todos os presos antigos, levados para lugar indeterminado, permanecendo no xadrez apenas eu e minha companheira, Emérita de Andrade, (cujo marido, também preso, foi transferido naquela noite). Trancadas em nossa cela, assistimos à retirada dos companheiros. Em poucos minutos, as celas são esvaziadas de todos os alimentos, móveis, roupas, instalações elétricas. O trabalho é feito pelos novos presos, que mal se sustinham em pé. Estes passaram a viver encarcerados em cubículos que compõem o xadrez especial da DOPS. Incomunicabilidade total. As visitas são suspensas e jornais eliminados, a comida praticamente eliminada (reduzida a uma caneca de café e um pão pela manhã e uma mistura imunda, repugnante, fria, ao meio-dia — impossível comer). Banhos proibidos e horas marcadas para se ir ao sanitário. Às noites recomeça o ritual de interrogatórios e pancadarias. De nossa cela ouvimos os gemidos de dor e de fome.

Uma nova companheira chega, sendo levada imediatamente para a surda. Três dias depois, vem para a nossa companhia, assustada e faminta; identifica-se: Lucinda, funcionária pública. Não temos comida, não podemos dormir. Os gemidos, a fome, os gritos e as ameaças de Amazonas “Não deixem essas vagabundas tomarem banho”; “querem luz, então acordem e tomem luz”; chuta a porta de nossa cela, que é de ferro. Grita para mim: “Eu quebro esta carne de pescoço, agora você vai ver quem eu sou, eu lhe dobro”. Tranca a nossa cela por 14 horas seguidas, impedindo-nos de ir ao sanitário ou receber o boião e o café. Protestamos. Ninguém nos houve. Nossas necessidades fisiológicas são feitas dentro da própria cela. Protestamos. Os gemidos dos companheiros famintos e doentes. Emérita, com uma infecção num dente, ameaçada de tétano. Não nos ouvem. Estamos isolados nas celas. Faço um apelo ao médico, Dr. Murek. Não nos ouve. Protestamos. Faço denúncia por escrito através dos canais competentes. Inútil. Declaramo-nos em greve de fome até que nos ouçam e as torturas cessem. No

quinto dia o comissário Denisard vem nos ver e não pode falar porque a porta está fechada a cadeado e apenas Amazonas sabe o segredo. A porta é forçada. Faço o nosso protesto e ele garante nos transferir, mas nada diz acerca das torturas dos demais presos. Na quinta-feira, dia? de novembro, às 10 da noite, vem ordem de transferência para o distrito do Alto da Boa Vista. Sou levada pelo auxiliar de comissário e um PV, e lá chego a 1 hora da manhã. Entre 11 e 12:30 horas, acompanhada por Amazonas passo por seções da DOPS onde minha bagagem é revistada e alguns policiais tentam me interrogar e soltam piadas. Chegando ao Alto, o chefe do presídio não está e não sou aceita. — volto para a DOPS, chegando às 4 da manhã.

Amazonas volta a xingar e ameaça me bater. Na outra quinta-feira, nova ordem de transferência, desta vez para o presídio feminino em Bangú. Sou levada no carro tintureiro por ordem de Amazonas que vai até em baixo, xingando-me. Lá não sou aceita, por falta de papéis — é uma hora da manhã — volto para o DOPS onde Amazonas diz não me aceitar mais — sou levada ao Félix Pacheco para ser fichada e de lá encaminhada a Bangú, onde permaneço em cela incomunicável no pavilhão de isolamento. De lá, por ato do juiz a quem estou entregue desde o mês de agosto, sou enviada para um convento onde cheguei depois de seis meses de caminhada”.



DOPS e CENIMAR, CENIMAR e DOPS, esta ladainha de siglas traçaram o roteiro das violências. Vez por outra as denúncias que delas recebíamos era interrompidas por uma referência à Polícia do Exército, acusando o capitão Portela de ser ali o carrasco mais feroz.

Datada de 17 de setembro, recebi uma carta contrabandeada do xadrez da polícia política, quase na esquina do prédio do *Correio da Manhã*. Era assinada pelo engenheiro Arnaldo Mourthé, que narrava o seguinte:

“Prezado Senhor”

Tendo acompanhado, da prisão, a luta que você e toda a equipe do Correio da Manhã vem desenvolvendo em defesa da integridade física e moral dos presos políticos, resolvi dirigir-lhe esta carta.

Estou preso há 58 dias, no momento, no xadrez do DOPS. Não sei se foi decretada minha prisão preventiva. Ao preso político não cabe o direito — nessa nossa “república dos IPMs” de saber de coisa alguma a seu respeito. Somos como que propriedade pessoal do encarregado do IPM, do qual estamos à disposição. Aos advogados que nos procuram, dizem que não estamos. O encarregado do inquérito, comandante Branco, da Marinha de Guerra, disse que seria pedida minha prisão preventiva depois de dizer a um amigo que não tinha nada contra mim. Qual a razão? Jurídica, não é, pois não existe. Mas isso não se faz necessário, onde as Auditorias não passam de órgãos executivos da vontade dos encarregados dos IPMs. A razão é simples: Protestei contra as violências e torturas a que fui submetido. Quando preso, fui jogado em cela fria, como animal. Doze detidos para seis m² de chão de cimento e parede de azulejo, no porão do Ministério da Marinha. Permaneci ali por dois dias, quando fui levado com capuz na cabeça a dependências secretas do CENIMAR, para interrogatório. Fui colocado no escuro com um feixe de luz nos olhos, quando fui inquirido. A cada negativa, às perguntas incriminatórias, recebia estrangulamento, socos, tapas e cuteladas. Fui insultado e ameaçado de morte e seqüestro. Chegaram a ameaçar a minha família. Cheguei a perder os sentidos pelas cuteladas e estrangulamento. Não parou aí. Durante 33 dias sofri todo tipo de pressão, torturas físicas e mentais, inclusive no DOPS, onde fiquei 60 (sessenta) horas sem dormir sob interrogatórios e ameaças. Os meus espancadores e torturadores são os agentes do DOPS à disposição do CENIMAR, Sérgio Alex Toledo, Solimar e Boneschi e outros da Marinha, não identificados, por estarem nas sombras do quarto escuro. Estavam presentes no CENIMAR quando fui espancado e torturado os oficiais:

comandante Paranhos, capitão-tenente Perestrello Feijó e tenente Xavier, entre outros não identificados.

Diante de tudo isso, pedi a pessoas de minha família e a amigos que denunciassem esses fatos. Aí estão as razões do pedido de minha prisão preventiva. Não me submeti docilmente aos carrascos do CENIMAR e do DOPS. Não é preciso mais, onde a lei deu lugar à prepotência.

E agora eu pergunto — não por mim, mas por minhas filhas e pelas dezenas de milhares de filhos de presos políticos — onde estão os homens responsáveis pelo destino de nosso povo e pela garantia de cada cidadão? Onde estão as “reservas morais” da Nação, convocados para o Ministério? Onde está o Ministro da Justiça?

Uma coisa devem saber os responsáveis pelo poder e os carrascos de presos indefesos. Não há repressão capaz de deter um povo que luta por sua libertação. A fúria de repressão apenas servirá ao povo, como dado, para escolha de suas formas de luta.

Faça desta denúncia o que bem lhe aprouver em defesa da liberdade e da dignidade do homem.

(a) ARNALDO MÓURTHÉ,
engenheiro civil”

A reação contra as torturas organizava-se dentro dos presídios. O *Jornal do Brasil* de 13 de setembro informava que “quatro marinheiros que se achavam presos no Presídio Naval e fizeram greve de fome contra os maltratos ali sofridos estão agora incomunicáveis no xadrez da rua da Relação. São eles, Avelino Capitane, Severino Vieira de Souza, Raul Alves do Nascimento e Antônio Geraldo Costa. Depois de passarem 40 dias na Ilha das Cobras sofrendo torturas e humilhações praticadas por elementos do CENIMAR, (Centro de Informações da Marinha) e policiais do DOPS, decidiram entrar em greve de fome, que só terminou quando o encarregado do IPM, comandante Branco, prometeu cessar as violências, a incomunicabilidade e permitir visitas. Há

cerca de 15 dias foram transferidos para a Rua da Relação e encerrados em cubículos sem ar e sem luz, por ordem do detetive Alberto Amazonas” .

Outros prisioneiros da Marinha, já transferidos para as celas da polícia política, também prestaram depoimentos. Diziam eles, em documentos obtidos pelo jornalista Edmundo Moniz:

Declaração de

RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO
(MN-La CI — EL) Ex-Diretor da
Associação dos Marinheiros e Fuzileiros
Navais do Brasil.

Fui preso dia 20 de junho de 1964, em dependências do CEMINAR (Centro de Informações da Marinha) no 5.º andar do Ministério da Marinha. Tendo sido espancado, a socos e pontapés, fui colocado em lugares contíguos às salas em que companheiros eram torturados, para ouvir os gritos de dor. Ameaçaram-me de morte por afogamento e de “passeios” na Barra da Tijuca. Fui interrogado várias vezes, sendo uma, sete horas ininterruptas, por dois oficiais. Entre torturas mentais, assinei o depoimento sem possibilidades de examiná-lo devido às alegações do oficial inquisitor, quanto à premência de tempo.

Rio de Janeiro, 3 setembro de 1964

(a) RAUL ALVES DO NASCIMENTO.

Declaração de

AVELINO CAPITANI
Ex-diretor da Associação de marinheiros e fu-
zileiros navais do Brasil.

Fui torturado no dia 22 de julho de 1964, entre duas e quatro horas da manhã, em dependências do CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), no 5.º andar do Ministério da Marinha, estando de serviço o oficial tenente Xavier.

As torturas foram executadas pelo capitão-de-corveta Darcy e os agentes do DOPS, Sérgio Alex Toledo, Boneschi e Solimar.

Constaram estas torturas de espancamentos contínuos em diversas partes do corpo, com mais freqüência no abdômen e na cabeça; aplicação de choques elétricos nos órgãos genitais e demais partes do corpo. Durante estas torturas, estava despido e algemado, tendo sido também, por várias vezes, ameaçado de sumiço.

3 de setembro de 1964

(a) AVELINO CAPITANI.

Declaração de

JOSÉ LIMA DE AZEVEDO

estudante angolano.

Fui torturado no dia 24 de julho de 1964, a partir de 18 horas em dependências do CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), no 5º andar do Ministério da Marinha. As torturas foram determinadas pelo tenente Perestrello Feijó, responsável pelas investigações em torno dos patriotas angolanos no Brasil. O referido oficial declarou-me que seria torturado a menos que prestasse as informações desejadas. Tal fato aconteceu após as primeiras torturas sofridas. Fui desnudado e algemado a uma cadeira pelo agente do DOPS, Solimar, que ameaçou lançar-me na baía. Em seguida o agente Sérgio Alex tentou estrangular-me, aplicando-me, logo após, socos no fígado, estômago e peito. Dois outros agentes encarregaram-se de colocar sabão em — meus olhos, obrigando-me em seguida a olhar de frente uma forte luz. Também sofri a tortura chamada de telefone.

DOPS. Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1964.

(a) JOSÉ LIMA DE AZEVEDO.

Declarações de

ANTÔNIO GERALDO COSTA

Cabo marinho e ex-vice-presidente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil.

Fui torturado nos dias 22 de julho de 1964, entre 1h e 5h da manhã, em dependências do CEMINAR (Centro de Informações da Marinha), no 5.º andar do Ministério da Marinha.

As torturas foram aplicadas pelo capitão de corveta Darcy, pelo alcagüete Sérgio Alex Toledo (escrivão ad hoc do CENIMAR e agente reservado do DOPS) e pelos agentes do DOPS, Solimar e Boneschi.

Constaram estas torturas de espancamentos contínuos em várias partes do corpo e, mais freqüentemente, no abdômen e na cabeça. Estes espancamentos foram entremeados por três sessões de aplicação de choques elétricos no corpo inteiro, em particular nas partes genitais. Durante todas estas torturas fui conservado nu e algemado. Várias ameaças contra minha vida foram feitas pelos torturadores, contando, inclusive, de promessas de afogamento na baía da Guanabara.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1964.

(a) ANTONIO GERALDO COSTA.

Delaração de

GUIDO AFONSO DUQUE DE NORIE

Bancário (Funcionário do Banco do Brasil).
Estudante (Aluno da Faculdade Nacional de Direito).

Fui supliciado durante parte do mês de agosto nas dependências do CENIMAR (Centro de Informações da Marinha) no 5.º andar do Ministério da Marinha, pelos agentes do DOPS e CENIMAR Solimar, Boneschi e Sérgio Alex Toledo.

Permaneci doze dias consecutivos algemado a uma cadeira, sem mudar qualquer peça de roupa, fazer barba, escovar os dentes, etc. Fui submetido a interrogatórios de quatro horas consecutivas, com refletor nos olhos, algemado e em pé. Passei vários períodos de 3 horas sem comer e dormir; por ordem do agente do CENIMAR Sérgio Alex. Nestes períodos permitam-me sentar apenas meia hora em cada duas horas; o resto do tempo permaneci de pé e algemado. Durante todos estes períodos submeteram-me a contínua tortura mental, ameaçando-me outras violências e mesmo morte.

Passei também cinco dias recolhido a uma cela diminuta do corpo da guarda do Ministério da Marinha (dimensões da cela: 2x3) , sem higiene e ventilação, fria e úmida, à qual eram recolhidos também indivíduos alcoolizados e mendigos enfêrmos, com notórios sinais de afecções pulmonares. Nesta cela já se encontrava, há 30 dias, sem roupa para trocar ou qualquer higiene, o marinheiro José Luís Boina, também supliciado pelo CENIMAR. Permaneci incomunicável um total de dezessete dias.

10 de setembro de 1964.

(a) GUIDO AFONSO D. DE NORIE

Declaração de

COSME ALVES FERREIRA NETO
Industrial

Fui supliciado durante a primeira quinzena do mês de junho de 1964, nas dependências do CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), no 5.º andar do Ministério da Marinha.

Permaneci uma semana sem repouso normal permitido, submetido a contínuos interrogatórios durante a noite, interrogatórios estes precedidos de tortura mental, durante a qual era transportado, de venda nos olhos, para os cubículos de tortura situados nas dependências secretas do CENIMAR.

Os interrogatórios e suplícios eram conduzidos pelo capitão Darcy e pelo agente reservado do gabinete do DOPS, Sérgio Alex Toledo lotado no CENIMAR como escrivão ad hoc. Entre insultos e ameaças, o agente Sérgio declarou claramente ter-se reservado o direito de matar a mim e a minha noiva Isa Guerra caso o IPM ao qual estávamos submetidos não “se encarregasse” de nós.

O CENIMAR, apoderando-se das chaves de meu apartamento apreendeu, por considerar subversivo material de meu uso pessoal e profissional, passando a utilizá-lo para fins escusos.

Por ter protestado contra o tratamento, fui encerrado nas celas geladeira do presídio naval, entre as quais a solitária (cela de 1x2m) onde fui colocado ao defender o direito dos presos políticos de assistirem aos ofícios religiosos do domingo.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1964.

(a) COSME ALVES FERREIRA NETO

O cabo Anselmo, que se tornara famoso pela liderança que exerceu na Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais e pela chefia do episódio do Sindicato dos Metalúrgicos, que marcou o início da derrubada do Sr. João Goulart, prestou-me, no xadrez do Alto da Boa Vista, o seguinte depoimento:

Na noite de sábado, 23 de maio de 1964 o apartamento onde me encontrava, após desistir do asilo que fora concedido pela Embaixada do México, foi invadido por agentes do DOPS, com a participação de Oficiais da Marinha na “diligência”. Dentre outros, posso citar: o informante DOPS-CENIMAR, Sérgio Alex Toledo de Castro, o capitão de corveta Paranhos, vice-diretor do Serviço Secreto da Marinha e um tipo que se chama Macedo, do DOPS. Esse último torceu-me violentamente o punho esquerdo, não obstante estivesse cercado de metralhadoras e revólveres. Chamaram a imprensa, comentaram visivelmente excitados a “caça grossa... quem pagaria o uísque comemorativo, etc.”

reviraram todas as dependências do apartamento, comendo os alimentos que encontraram. Bagunçaram tudo.

Na condução estava o ex-marinheiro Edson Neves Quaresma, algemado, preso na manhã daquele dia, sem alimentação havia doze horas.

No DOPS tomaram-me todos os pertences, trancando-me, em seguida, numa solitária, onde mal cabia um imundo colchão. Incomunicável. Ao fim de três dias começaram com os interrogatórios. O colchão foi retirado da cela porque os inquisidores não ficaram satisfeitos com as respostas obtidas.

Os interrogatórios eram iniciados geralmente pela madrugada, entendendo-se, não raramente, até o anoitecer. Variava o tempo de oito a quinze horas, seguidas sem alimentação.

De uma feita, os inquisidores insatisfeitos com as respostas que dei, algemaram-me numa cadeira, com as mãos para trás, avisando que eu poderia gritar à vontade, pois ninguém ouviria. De fato, as paredes eram acústicas. Acenderam fortes lâmpadas cuja luz incidia sobre mim. Queriam que eu negasse o que dissera e fizesse fantásticas declarações. Como permanecesse mudo, a Sr. Boneschi, um dos inquisidores, dirigiu-se-me perguntando: — “Aguenta parada?” — e unindo o gesto à palavra, desferiu sôcos na meu abdômen, praguejando entre os dentes. O calor das luzes fazia-me suar por todas os poros. Não conseguindo as revelações os policiais recuaram dos métodos. Seguiu-se uma calma; uma finura de tratamento, tanta delicadeza...

Para o Centro de Informações da Marinha, onde fui interrogado vezes sem conta, era conduzido algemado e sempre pela madrugada.

O QUE VI:

— O bigode do Sr. Pereira Neto, do IAPM, queimado a pontas de cigarro, aparado a canivete, como nos disse o próprio.

— Manchas roxas no abdômen do Sr. Dilson Aragão,

que nos disse ter levado porradas naquela parte do corpo, fato constatado pelo Encarregado do Xadrez Especial e levado, na época, ao conhecimento do Diretor do DOPS.

— O Inspetor Barbosa aplicar telefone em Wilson França de Assis, rapaz imberbe, desenhista de cartazes propagandísticos, acusada de guerrilheiro e solto gratuitamente, após 53 dias de detenção.

— Equimoses e escoriações em várias partes do corpo do Sr. Mazola, guarda ferroviário no Est. do Rio.

— E ouvi a maioria dos que estavam ali presos, queixando-se das agressões e torturas físicas sofridas durante os interrogatórios. Muitos eram obrigados a ficar de pé mais de doze horas e sem alimentação.

— O motorista de táxi, Epitácio, que em estado de desespero, tentou o suicídio cortando os pulsos com uma lâmina, ao voltar de um interrogatório. Foi posto em liberdade a seguir.

A pior de todas as torturas era o estado de espírito em que deixavam os presos políticos. Se alguém pudesse descrever fielmente o clima daqueles dias, o Inferno de Dante poderia ser considerado um paraíso.”

Os ex-marinheiros Edson Neves Quaresma, Adônias Antunes Vieira e Reynaldo di Benedetti também prestaram seus depoimentos. Eis o de Edson:

Na sábado, 23 de maio de 1964, aproximadamente às 10 horas, fui prêso pelo informante da Polícia Política, Sérgio Alex que, depois de me algemar, passou a espancar-me. Em seguida fui conduzido ao DOPS e dali ainda algemado, levou-me um indivíduo que se identificava Macedo, à Cinelândia. Tirou-me a algema e eu deveria identificar um colega. Na primeira oportunidade, fugi em carreira. Macedo gritava: “Pega o comunista!” e alguns populares se adiantaram ajudando minha prisão. Espancado em via pública, com escoriações sangrentas, fui novamente algemado e trancado no carro fechado, onde me deixaram durante quatro horas aproximadamente. Conduzido ao Ministério da Marinha por ser então marinheiro da ativa, as autoridades do CENIMAR limitaram-se a entregar-me ao DOPS,

alegando que “a operação não estava terminada”. Deixaram-me sem alimentação. Quando começaram os interrogatórios, feitos pelo detetive Solimar, fui espancado: estando algemado, recebi nas costas e no pescoço pancadas de cassete de borracha.

Transferido para o Presídio Naval, depois de 25 dias no DOPS, continuou minha incomunicabilidade, por mais 40 dias. Com vários companheiros, estava submetido à baixa temperatura das celas geladeiras, sem que nos tivessem fornecido abrigo necessário.

Cessando a incomunicabilidade, obrigaram-me a quebrar pedras em companhia dos outros presos políticos. Compeliram-nos a vestir roupa de presidiário. Assim, passei sete meses no Presídio Naval e, por fim, expulso da Marinha, foi transferido para o DOPS. Mais quinze dias em completa incomunicabilidade, numa cela cujo espaço era tomado por dois colchões estendidos lado a lado, sobrando o espaço sob a pia. Dessa vez, cinco ex-marinheiros estavam presos neste espaço, obviamente, sem condições de dormir... ao menos.

Fui preso por estar com o endereço do apartamento onde a polícia encontrou o ex-marinheiro Anselmo, que saiu do asilo no México. E acusado de tentar reorganizar a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros que, àquele tempo, ainda não tinha sido suspensa juridicamente.”

Depoimento de Adônias Antunes Vieira:

Para os fins que bem aprouver a V. Sa., cedo-lhe a narração dos meus dias de cárcere, desde abril de 1964.

No contratorpedeiro Bauru, onde servia, fui preso na madrugada de 2 de abril de 1964, juntamente com 15 outros companheiros e levado sob forte escolta de metralhadoras para o Presídio da Marinha, onde nos jogaram numa cela que mal nos cabia de pé. Ali ficamos entre as frias paredes de pedra, até à tarde do dia seguinte, quando nos ordenaram que passássemos para uma cela maior, onde ficamos em promiscuidade com os presos comuns até o dia 23 do mesmo mês.

Após o depoimento, na Escola de Guerra Naval sobre a Assembléia do Sindicato dos Metalúrgicos, a que comparecêramos, fomos conduzidos para o Quartel dos Marinheiros e liberados. No dia seguinte, eu e o ex-marinheiro Giovanni Verazeno de Souza, fomos surpreendidos com outra prisão, desta vez por ordem do capitão-tenente Oscar Freitas Câmara, Imediato do navio em que servíamos. Jogaram-nos num cubículo daquele quartel, entre maconheiros e débeis mentais. Em junho, dois meses depois da prisão, fui interrogado pelo capitão-tenente Oscar Freitas Câmara que, na ocasião, usou palavras de baixo calão, mantendo-me sob tensão, ameaçando Córte Marcial e fuzilamento, chamando-me de “criminoso”, “monstro”, “mentiroso”, “sem vergonha”, assumindo atitudes e dizendo coisas que me pejo de repetir. Neguei-me a assinar um depoimento pré-fabricado, que o citado capitão me queria impor, e assim fui reconduzido à cadeia.

Dias depois, mandaram-me para o navio Custódio de Mello, que servia de prisão a outros militares. Dois meses depois, nova transferência de cadeia. Dessa vez para o Centro de Armamento da Marinha, em companhia de 50 outros presos políticos, todos militares, que foram aos poucos sendo liberados ou transferidos de prisão. Restamos: eu, o ex-sargento Moacir Omena de Oliveira e o ex-marinheiro Inácio Pereira da Silva, que fomos jogados num cubículo cuja temperatura nos fazia transpirar dia e noite. Aí passamos cerca de um mês, sem nada saber a respeito da situação jurídica. No início do corrente ano, fui transferido para o Presídio da Marinha, onde me colocaram entre os presos comuns, rasparam-me a cabeça e me fizeram vestir uniforme de presidiário. Obrigado a cumprir rotina militar, não obstante já estivesse expulso. Quebrei e carreguei pedra. Por qualquer engano ou ponderação junto ao comandante Eni, diretor daquela prisão, era jogado na oitava prisão, um pequeno compartimento, cavado na rocha, sem iluminação e completamente vedado por uma porta de cimento, forrada de ladrilhos brancos. O sanitário ali existente não tinha descarga. Ali tinha de ficar somente de cuecas e só abriam para entregar uma bandeja com alimento, sem for-

necer talheres. Durante o tempo que passei no Presídio Naval, não me foram permitidas vistas. Por três vezes procurei o capitão-de-corveta Eni, protestando contra o tratamento recebido e, principalmente, contra os trabalhos forçados: quebrar e carregar pedras, varrer o grande pátio central do quartel dos Fuzileiros, etc.; pedi-lhe que ao menos considerasse a minha condição de preso político. O comandante Eni limitou-se a responder que eu não tinha nenhum direito.

Transferido daquele presídio para outro da Polícia da Guanabara, em fevereiro de 1965, não me foi devolvida a quantia de 130.000 cruzeiros, que tomaram “para guardar” à minha chegada.

No CENIMAR fui pressionado por dois oficiais, que desejavam de mim a confissão de pretensas ligações com o almirante Aragão e, desse, com elementos comunistas etc. Disseram que “algumas metralhadoras” ou um passeio me fariam falar. . .” Confundiram-me de tal maneira, que cheguei a perder temporariamente a faculdade de falar.

Fui, por fim, indiciado como um dos cabeças do movimento de rebeldia, a bordo do Contratorpedeiro Bauru, por ocasião dos acontecimentos de março-abril sendo o único preso dos que respondem àquele processo.”

Depoimento do ex-cabo marinheiro Reynaldo di Benedetti:

“Prezado Sr. Márcio,

Para que V. Sa. use como bem lhe prover, envio-lhe o relato de fatos ocorridos durante o período de maio de 1964 a abril de 1965.

Acusado de ter colaborado na saída do ex-marinheiro Anselmo da Embaixada do México fui, preso e recolhido ao Presídio da Marinha, no dia 28 de maio de 1964.

Tive minha casa invadida por agentes do DOPS e CENIMAR, uma noite após Anselmo ter deixado a Embaixada. Não me encontrando em casa, os referidos agentes prenderam

o sargento João Pedro Façanha de Souza, sem que o mesmo tivesse a mínima participação no caso. Levaram, nesta ocasião, um automóvel de minha propriedade e posteriormente fui obrigado pelo alcagüete Sérgio Alex Toledo de Castro, sob ameaça de torturas físicas, a assinar um documento que permitia a esse indivíduo usar o referido automóvel. Assinei, e na primeira oportunidade, denunciei este abuso ao encarregado do IPM, comandante Paulo Bonoso, que não tomou providência alguma. Além de usar o carro, o Sr. Sérgio Alex passou a morar em meu apartamento, sem minha permissão. Este tipo desviou também cerca de sessenta mil cruzeiros que lhe dei para pagar o aluguel do apartamento. Esclareço que nesta época Sérgio Alex era o único meio de que eu dispunha para comunicar-lhe com o mundo exterior.

Durante três meses tentei corrigir tal situação, e isto se deu quando iniciei uma greve de fome. Com a greve, devolveram-me o carro e o Sr. Sérgio Alex deixou o apartamento, sem entretanto devolver-me a quantia que lhe confiara para pagar o apartamento, até a presente data. O carro foi-me devolvido completamente depenado. Até os pneus me foram roubados.

Como represália por ter denunciado tal fato à imprensa, fui obrigado pelo comandante Eni, Diretor do Presídio, a raspar o cabelo como os presos comuns e a vestir roupa de presidiário.

Passei no Presídio da Maninha cerca de sete meses. Os doze primeiros dias, estive trancado em uma caverna de, no máximo, três metros quadrados, completamente escura, sem ventilação e com um vaso sanitário completamente entupido, que tornava o ar irrespirável. Dormia no chão molhado, só de cuecas, e note-se que estávamos em pleno inverno.

Passei, a seguir, dois meses em uma cela um pouco maior, seis metros quadrados, em companhia de mais uns quinze companheiros. Um deles, o estudante angolano José Manoel Gonçalves, saiu dessa cela com lesão pulmonar. Dormíamos em imundas redes e durante o dia as mesmas eram retiradas das celas para que pudéssemos ficar em pé. Pelos mais insignificantes motivos, éramos postos no mes-

mo cubículo em que eu havia passado doze dias. Por ter pedido um banho de sol, foi para lá o líder católico Cosme Alves Ferreira Neto; teve o mesmo destino o ex-marinheiro Walter Hermann Robert Laubert, por ter conversado com um oficial que passava. Era-nos proibida a leitura e o fumo. Quando já não suportávamos, fomos transferidos para uma cela um pouco maior, onde passaríamos o resto do tempo.

Em janeiro do corrente ano fui transferido, com mais quatro companheiros — Edson Neves Quaresma, Angelo Jordão Leal, Tarcísio Alves da Cunha, Antônio Mauro de Melo Farias — para o DOPS e lá tive a infelicidade de conhecer o detetive Amazonas, de quem creio não ser necessário falar. Apesar de já têmos respondido inquérito há cerca de oito meses, e não mais se justificar a incomunicabilidade, fomos metidos em um cubículo em que nem podíamos deitar-nos sem tocar uns nos outros e lá mantidos no mais completo isolamento, durante quinze dias. A alimentação era servida apenas uma vez por dia e mesmo assim, era intragável.

Finalmente, fomos transferidos para o Alto da Boa Vista, onde me encontro até hoje, sem culpa formada.

Para nós é um verdadeiro suplício o dia em que somos obrigados a comparecer à Auditoria da Marinha. Somos transportados em um carro hermeticamente fechado, muitas vezes em companhia de marginais, ocasiões em que nos vimos compelidos a fornecer dinheiro e pertences ou cigarros, para não sermos agredidos. Certa ocasião o carro ficou estacionado durante 45 minutos nas proximidades do galpão, Presídio de São Cristóvão, sob o sol do meio-dia, e só conseguimos respirar encostando o nariz na fresta da porta. Houve necessidade de receber assistência médica, quando abriram a porta para sairmos, no Presídio Fernandes Viana onde ficaram os marginais que conosco viajaram.

Por incrível que pareça, estou preso e respondendo a processo por ter sido acusado de ter colaborado na saída de Anselmo da Embaixada, como se isto viesse a constituir um crime”.

(a) REYNALDO DI BENEDETTI

O deputado Cid Carvalho recebeu de presos políticos as seguintes cartas denunciando torturas:

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1964.

Exmo. Sr. Deputado.

Por meio desta deixo V. Exa. a par de minha situação como preso político à disposição do Centro de Informação da Marinha (CENIMAR). Dia 21 de julho de 1964, eu e vários companheiros fomos presos em Copacabana por agentes do DOPS a serviço do CENIMAR. Fui transportado para aquela repartição às 21 horas do mesmo dia, e lá chegando, fui atirado a um cubículo.

Na noite do dia 22 para 23, fui levado para uma das salas do CENIMAR, para ser interrogado pelo capitão-de-corveta Darcy e os agentes do DOPS. Aquele oficial mandou dar início às torturas, fui algemado com as mãos para trás e nu, fui violentamente espancado pelo capitão-de-corveta Darcy e os agentes do DOPS, Sérgio Alex Toledo, Boneschi e Solimar.

Os espancamentos eram com mais frequência na cabeça e no abdômen, sôcos e pontapés no estômago. Estes espancamentos foram entremeados de três sessões de aplicações de choques elétricos em todo o corpo, em particular nas partes genitais. Várias ameaças foram feitas contra minha vida, pelos torturadores. Já quase desfalecido, fui arrastado para outra sala pelo agente Sérgio Alex Toledo, o mesmo dizendo que havia no cais do Ministério da Marinha uma lancha com uma guarnição de confiança, pois eu seria jogado no meio da baía de Guanabara, pois era alta madrugada e ninguém tomaria conhecimento. E assim, senhor deputado, sob todo este terror, prestei o depoimento que eles queriam.

Certa vez apelei para a honra e a dignidade do capitão-de-corveta Darcy, como oficial de marinha, ele respondeu que esse negócio de honra e dignidade tinha acabado-se, isso era invenção dos comunistas, pois tinha ganho uma revolução democrática e podia dispor de minha vida como quisesse.

Sr. Deputado, V. Exa. como digno representante do povo não deixe que nós sejamos massacrados por esses homens que se dizem representantes da lei. Se somos culpados, que nos levem à Justiça.

Estou preso no DOPS, rua da Relação, à disposição do CENIMAR, outros companheiros já foram transferidos para o Presídio do Alto da Boa Vista, também foram torturados e continuam à disposição do CENIMAR. Vivemos sob constante ameaça de ser dado sumiço.

Aqui termino, certo de que o nosso grito de dor e angústia será ouvido.

Atenciosamente, despeço-me,

(a) ANTÔNIO GERALDO COSTA.

Exmo. Sr. Deputado Cid Carvalho.

Dirijo-me a V. Exa. como um cidadão injustiçado a um combativo defensor das liberdades públicas nesta terra. Sou equatoriano e me encontrava no Brasil como artista-pintor, buscando conhecer este grande País e ampliar assim os horizontes de minhas perspectivas profissionais, Aconteceu que vim a ser preso, juntamente com meu amigo e companheiro de apartamento que conheci quando de minha estada na Bolívia e que era o único meu conhecido no Brasil.

Desejo relatar a V. Exa. todas as violências de que fui vítima, desde que fui preso, em 21 de julho p. p., na esperança de que possa encontrar uma saída no labirinto em que vim a ser; inexplicavelmente, jogado pelas autoridades policiais e militares.

A minha prisão se verificou quando de uma batida policial ao apartamento onde fui jantar, a convite de meu amigo. Fui recebido por agentes que empunhavam pistolas e cujo cartão de apresentação foram violentas socos, bofetões e pontapés, vibrados de surpresa contra mim. Em tal situação, e ignorante do que se passava pensei, no primeiro instante, que se tratava de um assalto de malfeitores. Sem outras explicações, fui conduzido para o Ministério da Ma-

rinha, algemado e sob a mira de metralhadoras, onde fui mantido preso incomunicável 7 dias, numa cela de 2 x 2 m, em meio de 12 de pessoas. Logo na chegada ao Ministério da Marinha, me colocaram de frente a uma parede, enquanto por detrás manejavam armas automáticas, fazendo crer que se iria consumir um fuzilamento.

Depois disso, fui conduzido ao DOPS, onde passei três dias numa cela isolada e sem roupas. Daí fui de novo levado ao Ministério da Marinha, e aí interrogado algemado por mais de seis horas consecutivas, sob o foco de uma luz estonteante, numa sala para onde fui levado de olhos vendados. Durante o interrogatório voltaram a ameaçar-me de fuzilamento. Fui depois deixado algemado numa cadeira por mais de doze horas completando assim a terceira noite consecutiva sem dormir. Nessa noite ouvi nitidamente gritos de outros presos que estavam sendo torturados.

Do Ministério da Marinha, fui trazido ao Presídio Naval e aí passei 8 dias, jogado numa marmorra. Daí fui então mais uma vez levado para o DOPS, onde fui interrogado uma vez mais. Passado um mês no DOPS voltei a ser interrogado no Ministério da Marinha.

Por último, vim a ter conhecimento, através de um vespertino local, que teria sido decretada a minha prisão preventiva pelas autoridades navais, sem que eu saiba até hoje ao menos do que sou acusado.

Assim, preso sem nenhuma razão plausível, violentados meus mais elementares direitos como cidadão e pessoa humana e, agora, já ameaçado até de condenação, resolvi dirigir-me a V. Exa. com o objetivo de tornar pública essa denúncia e da qual fica V. Exa. autorizado a fazer o uso que achar mais conveniente. Apelo, outrossim, para a proteção que a sua autoridade possa proporcionar-me, já que, como estrangeiro que sou, me encontro inteiramente desamparado e sem nenhuma assistência.

Respeitosamente firmo-me,

(a) JAIME ROURA (equatoriano)

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1964.

Digníssimo Deputado,

Tomei a iniciativa de escrever-lhe esta carta porque tenho certeza que Vossa Excelência neste momento tão grave que atravessa a Pátria Brasileira, teria coragem e saberia honrar o mandato que lhe foi confiado, levantando sua voz na Câmara dos Deputados, para defender os direitos do Homem, que neste momento estão sendo desrespeitados, por inteira responsabilidade dos atuais dirigentes desta Nação.

Fui preso no dia 20 de julho, por policiais que invadiram a minha residência de metralhadoras em punho. Ali, muito embora não tivesse oferecido nenhuma resistência, os policiais do DOPS quase me mataram de tanto espancamento. Em seguida, transportaram-me para o 5.º andar do Ministério da Marinha (CENIMAR) e às 24 horas do mesmo dia começaram a torturar-me na presença e com o consentimento dos oficiais de Marinha de nomes: capitão-de-corveta Darcy e os tenentes Gama Lima, Xavier e Vereza.

Os torturadores eram os agentes do DOPS de nomes: Sérgio Alex Toledo, Solimar, Boneschi e Macedo, sendo que este último chegou a provocar ferimentos na minha face, com grande perda de sangue; ameaçaram de me matar na Barra da Tijuca e no centro da Baía de Guanabara, chegando um dos policiais a falar em providenciar uma lancha para concretizar tal idéia. Deram-me vários choques elétricos e em seguida levaram-me, todo ensanguentado, para a frente de um outro preso, de nome Antônio Geraldo Costa, e ameaçaram de fazer o mesmo com ele, caso “não falasse”. Torturaram-me fisicamente, mentalmente e moralmente durante três dias, obrigando-me a declarar cousas que não fiz, não vi e não ouvi. Estes torturadores não ofendem apenas os torturados, mas acima de tudo abatem a dignidade do Brasil diante dos tratados universais de respeito ao homem, ao lar e à família.

Sem mais, encontro-me detido à rua da Relação e comunico a Vossa Excelência que tenho várias testemunhas e provas das torturas que sofri, caso Vossa Excelência queira responsabilizar os torturadores.

Respeitosamente subscrevo-me,

(a) SEVERINO VIEIRA DE SOUZA,
ex-Marinheiro de 1ª cl — sm.

Outro documento cuja publicação julgo de interesse é o depoimento do capitão da Marinha Mercante, Emílio Bonfante Demaria, líder sindical. Sua narrativa viva e, por vezes, violenta, dá bem uma idéia de como eram feitas as prisões nos primeiros dias do movimento e qual o tratamento dispensado aos presos, nos diversos presídios da Guanabara e do Estado do Rio. Finalmente conta como um homem, após resistir meses e meses ao tratamento mais áspero de seus carcereiros, assina uma confissão forjada simplesmente para ganhar um pouco de tranqüilidade.

DEPOIMENTO DE EMÍLIO BONFANTE DEMARIA *capitão de longo curso da Marinha Mercante.*

Deposto o Governo da República, havíamos nos retirado para um pequeno sitio de José Ventura, em Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro.

Cerca de meia-noite de 4 de abril de 1964, a casa foi assaltada por uma tropa que lotava um carro-choque da Polícia Militar; uma camioneta da Polícia de Vigilância e um jipe do DOPS, somando mais de vinte homens armados de bombas, revólveres, metralhadoras, todos comandados por um sargento do Exército, inclusive dois oficiais da PM — o que, positivamente, não era um exemplo de respeito à hierarquia militar e desmentia, desde logo, a principal motivação do assalto ao poder através o golpe militar desfechado. Vociferando palavras de baixo calão e arrombando portas e janelas, acordaram-nos ameaçando de fuzilamento se não evacuássemos a casa dentro de um minuto.

Álvaro Ventura da Costa Filho atrasou-se trocando o seu pijama por outra roupa e por isso foi retirado do quarto a bordoadas e colocado conosco, que já estávamos voltados para a parede externa da casa, com as mãos ao alto, sendo revistados e despojados de dinheiro, documentos de identidade e mais pertences. Nessa ocasião Álvaro foi espancado pela segunda vez, ao tentar explicação para seu atraso!

O caseiro e sua esposa foram retirados de seu quarto de dormir, em trajés menores, e obrigados a sentarem-se no chão do quintal para serem interrogados sob ameaça de fuzilamento. Queriam saber do paradeiro do proprietário, pois conheciam-no como partidário da Reforma Agrária e isso, segundo os policiais, constituía um crime imperdoável, em se tratando de uma traição a classe dos proprietários. Que desventura para Ventura, humilde condutor-motorista da Cia. Comércio e Navegação!

Era a ele que caçavam no momento e, não o encontrando, encontraram-nos, também partidários da Reforma Agrária e das demais reformas de base, embora não soubéssemos a quem estavam prendendo — o que só verificaram sermos qualificados, já no DOPS de Niterói, pela madrugada do dia 5.

Fomos atirados dentro da camioneta, enquanto os vândalos destelhavam a casa, destroçavam os móveis e utensílios, apoderando-se de alguns objetos e, assim, violentando o direito de propriedade que diziam defender. Outras casas da redondeza foram, também, arrombadas à procura de outros marítimos e de armas. Encontraram, numa delas, uma espingarda pica-pau e um punhado de chumbo para a caça aos passarinhos!

Transportados para o DOPS de Niterói, somente aí fomos reconhecidos como líderes sindicais; Emílio Bonfante Demaria, capitão de longo curso; Nelson Pereira Mendonça, 1.º comissário; Benedito Joaquim dos Santos e Álvaro Ventura da Costa Filho, operários navais, todos, porém, Conselheiros da Federação Nacional dos Marítimos, os dois últimos, além disso, respectivamente, Presidente do Sindicato dos Operários Navais do Rio de Janeiro e Delegado do IAPM, naquele Estado. Este último era frequentemente

confundido com o seu homônimo, o antigo líder operário, Alvaro Ventura, estivador de Santa Catarina, ou tido como seu filho — o que lhe atribuía maior importância, pela soma de valores de ambos os dirigentes operários, pagando um pelos supostos crimes dos dois.

Presenciando a chegada de mais presos conduzidos sob espancamentos, inclusive um parente de José Ventura, preso como refém (o que também ocorreu com sua esposa) por não o terem encontrado — o qual, sob tortura, indicara à polícia a casa que supunha desocupada, em que fomos casualmente presos; nesse ambiente de terror, éramos qualificados, sendo aberta a janela da sala daquele sobrado e sugerido-nos verbal e freqüentemente, que nos suicidássemos, atirando-nos por ela a exemplo de outros presos, para minorar os nossos sofrimentos e poupar-lhes o trabalho de fuzilamento.

O sargento acima referido, tomou a gravata preta de Nelson declarando-lhe que usaria no seu funeral.

Não acreditaram, à primeira vista, na declaração de Benedito, de que era o Presidente do Sindicato. Pensavam que o preso estivesse dando cobertura à fuga do Presidente, e por isso, ameaçaram-no mais.

Ao transitarmos pelo corredor, a caminho do xadrez, Nelson foi espancado a cassetete.

Ai existiam, já, quase cem presos num local exíguo. Não havia onde dormir. Os degraus de uma escada de acesso ao sótão eram cedidos pelos demais aos companheiros mais idosos e cansados, para repousarem sentados. Dois desses companheiros, desesperados, atiraram-se dessa escada, tentando o suicídio; um era funcionário do SERVE e, o outro, viajante comercial.

Quando chegamos à porta do xadrez, os demais presos receberam ordens de afastarem-se de nós porque éramos “feras perigosas” e estávamos incomunicáveis. À vista dos demais presos fomos espancados, exceto Nelson, a esta altura reconhecido irmão-maçom do dito sargento.

Depois fomos recolhidos à cela n° 7, de onde eu fui retirado logo a seguir, para ser mais espancado, como de fato o fui, sob a alegação de que diante das minhas responsabilidades, merecia ser mais castigado corporalmente.

Golpes de cassetetes, socos e pontapés atingiram-me por todo o corpo, inclusive o órgão genital.

O professor White, diretor do Colégio dos Sindicatos de Caxias, diante de tamanha brutalidade e impossibilidade de reagir, chorou lágrimas de sangue quando nem isto poderia fazer, porque tinha ambas as pupilas descoladas e acabara de sofrer uma delicada operação com mais de uma dezena de pontos cirúrgicos em ambos os olhos. Mesmo assim, estava preso sem o tratamento que carecia.

Durante todo esse dia não nos forneceram alimentação nem água. A cela era infecta, as fezes transbordavam da bacia pelo chão, onde tínhamos que dormir, se pudéssemos!

Magno, religioso da seita Testemunhas de Jeová, numa estrada, sobraçando uma bôlsa de milho, pedia carona para Niterói. Obteve-a numa viatura da polícia. Ao chegar ao DOPS, foi também metido no xadrez. A noite, provava a sua magnanimidade, burlando a vigilância policial, ao repartir conosco a sua marmita de arroz e farinha, e dando-nos de beber, embora na mesma marmita engordurada, a água retirada da única caixa de descarga de privada, além de um jornal que nos serviu de cama sobre o cimento frio. Essa enorme solidariedade, confortou-nos bastante! Deu-nos ânimo para resistir mais.

Exaustos, passávamos por uma madorna quando cerca de meia-noite fomos acordados com violência para embarcamos num ônibus do SERVE.

Ah! Essas transferências noite alta, ignorando-se para onde, debaixo de provocações e ameaças de fuzilamento, eram de aniquilar os nervos de qualquer um!

O ônibus levou-nos ao Centro do Armamento da Marinha. Éramos 37 escolhidos dentre quase uma centena, parecendo prisioneiros de guerra, a julgar pelo aparato bélico e a maneira com que fomos recebidos; no entanto, éramos advogados, médicos, farmacêuticos, oficiais de Marinha Mercante, funcionários, professores, artistas, comerciantes, industriais, empregados, operários e camponeses.

Descemos em fila indiana, mãos à cabeça, cercados de metralhadoras por todos os lados e fomos estacionar, descalços, de modo a ficarmos nas pontas dos pés, em po-

sição inclinada para a frente, apoiando-nos com as mãos num paredão mais de um metro distante de nossos pés. Nesta posição, muitos aterrorizaram-se ante a perspectiva dos prometidos fuzilamentos e pensaram: “É agora!”

Assim, fomos revistados novamente e arrancados com violência todos os botões de nossas calças, menos da minha que rasgou-se toda mas os meus botões resistiram heroicamente! O fuzileiro pediu-me desculpas, segredando-me em sussurro que o fazia cumprindo ordens, para não ser preso também. Desculpei-o, compreendendo tratar-se, também, de uma vítima inconsciente da prepotência do organismo de Estado, ainda que dele fazendo parte.

Daí, fomos recolhidos a um galpão em construção, sujo, poeirento, vazio, onde passamos toda a noite fazendo uma espécie de ordem unida, sob o comando de um sargento-fuzileiro que nos mandava sentar por quinze minutos, depois, levantar, outra vez sentar e assim, sucessivamente, até que o dia clareou.

A certa altura decidi não mais atender a tais ordens.

Um jornalista de São Paulo, num acesso de bendita loucura, desafiou a guarda, em altos brados, a que nos matassem como homens. “Atirem, covardes! Atirem pela frente! Não se matam homens pelas costas!”

A guarda, perplexa, desmoralizou-se!

Reconhecemos intimamente que o companheiro desabafara-nos. O gesto fora positivo, o rigor abrandara. Tratamos de acalmar o companheiro alucinado.

As necessidades fisiológicas eram satisfeitas em campo aberto, sob a mira de dois fuzis para cada preso. Confesso que, por pudor, as minhas eu não consegui satisfazer! Era o auge do desrespeito à dignidade humana.

Até os animais irracionais se recolhem para satisfazer à tais necessidades.

No presídio, fomos colocados à parte, num canto, Álvaro, Benedito e eu para sermos interrogados naquela noite. Benedito foi o primeiro a ser chamado, queria saber das armas do Sindicato, referidas na denúncia-calúnia do Sr. Bilac Pinto, então presidente da UDN e atual Presidente da Câmara dos Deputados. Como não haviam armas, Be-

nedito passou toda a noite sendo torturado, espancado a coronhadas de revólver, a cassetetes, a socos, submetido a tentativas de afogamento numa pia de lavatório e teve partida a dentadura superior.

Alfredo, um camponês de Cachoeira de Macacu, que já vinha arrebetado da DOPS, foi examinado por um dos presos que era médico de Macaé, o qual solicitou fosse o mesmo enviado à enfermaria para tratamento. Pois bem; levaram-no sim, mas para uma das salas de torturas, que somente cessaram quando um sangue preto espirrou de seus ouvidos. Largaram-no dizendo: “Este está liquidado!” No entanto, Alfredo acha que salvaguardou a vida por ter soltado aquele sangue preto, batido da cabeça! A terapêutica parece ter sido útil!

Enery, operário naval, veio juntar-se a nós, somando 38, já à tarde do dia seguinte, em estado também deplorável, quando embarcávamos numa lancha sem sabermos para onde. Havia chegado preso, sozinho, pouco depois de nós outros e levado diretamente para outra sala de torturas.

A heróica resistência desses três companheiros, fez amanhecer o dia, poupando-me e ao Álvaro, de sermos torturados, mesmo porque, nesta altura, já havia uma ordem para nos transferir outra vez de prisão.

Jogados no porão da lancha, não tínhamos noção de direção e ignorávamos mais uma vez, totalmente, o nosso destino! Isso era terrível e tanto mais, pela presença desconsertante desses três companheiros torturados, cujas faces apresentavam-se deformadas pelos espancamentos os olhos querendo saltar das caras; as roupas rasgadas e ensangüentadas.

O ambiente tornou-se tenso demais! Alguns companheiros tiveram crises nervosas, choraram as lágrimas do heroísmo, arrastaram-se para junto de mim indagando do nosso destino, pois sabiam ser eu um comandante. Com a voz embargada pela emoção, foi com dificuldade que pude garantir-lhes que não estávamos saindo da barra (tacitamente todos estávamos configurando eminência dos célebres afogamentos de presos políticos em alto mar), provavelmente estaríamos navegando para algum ponto da Guanabara

e aí, o pior para nós seria a nossa entrega à mais temível polícia de Carlos Lacerda. Mas, qualquer que fosse o nosso destino, estaríamos escrevendo mais um capítulo da História do Brasil. Era o clássico heroísmo inglório. Outros já haviam passado por isso, agora era a nossa vez. Cumpríamos enfrentar a situação com coragem. Tiradentes havia sido esquartejado, depois tiveram que juntar os pedaços e erigi-los em praça pública, para veneração e respeito do povo.

O tenente-fuzileiro que comandava a tropa e fazia a chamada nominal dos presos acabara de berrar com o mais profundo ódio “Bonfante!!”

Saltamos no cais da Bandeira do Arsenal de Marinha, sujos, barbados, rasgados, calças caindo, mãos à cabeça e fomos metidos num tintureiro que nos aguardava sob aparatosa mobilização bélica. O tintureiro pôs-se em movimento, devidamente escoltado. Era pequeno para comportar os 38 prisioneiros. O calor sufocava-nos alguns companheiros procuravam respirar através dos pequenos orifícios da carrocera.

Charley, farmacêutico, destruía sua carteira de vereador do PTB por Cachoeira do Macacu, mas os pedaços não passavam pelos referidos orifícios. Isto afligia-o mais. Ele tinha muitas ilusões, também era orador religioso

Finalmente, fomos despejados no Presídio da Guanabara, à rua Frei Caneca, sob a administração do Ministério da Justiça, metidos em roupas de presidiário e em prisão celular, incomunicáveis. Era a sexta galeria do terceiro edifício. Ocupávamos 38 das 40 celas. Não havia água corrente, forneciam-nos uma pequena jarra por dia. Eu consegui “lavar-me” em três dias, assim: no primeiro, lavava a cabeça, no segundo, o tronco e os braços e, no terceiro, as pernas e os pés.

Uma semana depois, obtínhamos permissão para fumar. A comida era intragável e servida na própria cela onde defecávamos e cuja descarga só se fazia uma vez por semana, por falta absoluta de meios.

Assim passamos dezoito dias, até que fomos transferidos para Niterói, onde chegamos pela madrugada do dia

23 de abril. O aspecto do ginásio de esportes Caio Martins transformado em presídio era simplesmente horrível. Ai existiam, já, cerca de quatrocentos presos, em completa promiscuidade; todos dormindo no chão sobre esteira. A noite, sentia-se muito frio na cabeça.

A comida, servida pelo Exército, era feijão, farinha e batata doce.

À noite dêsse mesmo dia, transferiram-me outra vez para o DOPS de Niterói, e meteram-me num xadrez da Delegacia de Roubos e Furtos, infestado de baratas, chão molhado pelos detritos do vaso sanitário entupido, sem luz elétrica e muito menos, natural.

Era meu vizinho de xadrez o líder camponês Capacete Verde, que contou-nos horrores praticados pelos senhores de terras, seus capangas e a polícia do Estado do Rio, como, por exemplo: Para forçar uma família de camponeses a abandonar a terra trabalhada com seus próprios braços e regada com o suor de seus rostos, o chefe da família foi amarrado para assistir a prática de atos sexuais forçados de sua esposa e filhas, a primeira por via normal, por não trazer isso maiores conseqüências e as últimas anormalmente para que não corressem o risco da gravidez — conforme os próprios algozes declararam debochadamente.

E viva a marcha com Deus pela família e a liberdade!

O jornal era a cama e os sapatos travesseiros. Depois de cinco dias, transferiram-nos para o Caio Martins, onde ainda reencontrei os meus antigos 37 companheiros de peregrinação.

Ai permaneci até o dia 29 de maio, quando fui transferido novamente para o Centro de Armamento da Marinha porque estando preso há mais de 50 dias, alguns amigos impetraram habeas corpus sem que eu o soubesse, e como não tinha culpa formada, apesar de sub-metido a inquérito pela CGI do Estado do Rio, com essa providência a polícia pôde invalidar a medida, informando ao juiz que eu já não me achava mais preso em suas dependências; não disse, porém, para onde me havia levado. Daí a razão de minha total incomunicabilidade.

de no CAM, em prisão celular, a qual somente foi quebrada 95 dias após, já com prisão preventiva decretada, por determinação do Sr. Juiz Auditor da 1ª Auditoria da Marinha, permitindo-me a visita da família, do advogado e a leitura de livros, revistas e jornais, bem como o direito de barbear-me, de sentar-me em cadeira, de fazer refeições à mesa e com talheres, de ter onde guardar os meus pertences de uso pessoal, de tomar banho de sol, isto apesar do meu duplo direito legal à prisão especial — como comandante de navio e como dirigente sindical, de que não gozei um único instante por razões óbvias, mas de qualquer maneira, do ponto de vista do direito substantivo, foi mais uma arbitrariedade, uma ilegalidade, um desrespeito ao império da lei, em cujo nome também foi dado o golpe militar de assalto ao Poder.

Demitido da Cia. Costeira em 5 de maio, fiz questão de depor no IPM respectivo. Por isso, em 30 de julho fui conduzido ao CENIMAR onde permaneci algemado a uma cadeira durante quatro dias e daí conduzido, ainda algemado, ao DOPS da Guanabara, que me interrogou durante seis horas, recolhendo-me às 23 horas, sem alimentação a uma cela, incomunicável, de onde fui retirado no dia seguinte e submetido a novo interrogatório durante trinta e três horas ininterruptas, de pé, sem alimentação e sem repouso, por policiais que se revejavam continuamente, e que me ameaçavam de agressão física, enquanto me agrediam moralmente a todo instante.

Durante esse interrogatório, fui agredido fisicamente, a socos, pelo policial Milton, ao ser acareado com outro preso, de nome Nery Reis, e na presença daquele.

Cerca de 23 horas, voltei novamente à cela, incomunicável. Era, já, 1.º de agosto.

Somente no dia 3 de agosto minhas declarações foram tomadas por termo pelos encarregados dos IPMs do Sindicato dos Oficiais de Náutica e da Cia. Costeira, sendo tomado um único termo, no qual fiz constar o meu protesto pelo maltrato recebido e pelas arbitrariedades a que estava sendo submetido.

Mais uma vez fui traído pela minha boa fé, e ingenui-

dade. O meu protesto só serviu para intensificar as arbitrariedades policiais de que eu estava sendo vítima!

Como protestara por haver permanecido de pé durante 33 horas consecutivas, obrigaram-me a permanecer sentado durante as quarenta e oito horas seguintes nas quais fui constantemente ameaçado de ser despido de minhas roupas.

Enquanto prosseguia ininterruptamente o interrogatório verbal, policiais batiam com violência nos móveis e numa parede de madeira junto à minha cabeça, aumentavam ao máximo o volume de um rádio, acionavam uma cigarra elétrica e um chocalho de medalhas junto aos meus ouvidos, tornando o ambiente insuportável, desumano e sem o mínimo de garantia quanto a minha integridade física e mental, constantemente ameaçada pelo espírito de vingança pessoal do chefe do setor de atividades antidemocráticas do DOPS e seus auxiliares.

Decorridas essas quarenta e oito horas de torturas, o Inspetor Vasconcelos deu novas ordens para que prosseguissem as violências, físicas, já então com aplicação de golpes na cabeça na altura das orelhas, com ambas as mãos simultaneamente — que chamam telefone.

Segundo me afirmou o Detetive Simas, O DOPS considerava questão moral para si arrancar de mim a confirmação de que eu era “comunista e dado à prática de atos subversivos”, o que ele já havia antecipado por certidão nº 1.842, de 27 de abril à Cia. Costeira e que motivou minha demissão, mesmo sem ser ouvido — vale dizer, sem defesa, apesar de preso desde 4 de abril.

Sentindo-me física e mentalmente esgotado, sem um mínimo de condições para resistir ao prosseguimento de tais violências e indignidades, contra a pessoa humana, resolvi satisfazer-lhes a vontade, declarando-me comunista.

Com isto acharam que o moral da polícia estaria alevantado!

E com isto livreimei-me daquele inferno de torturas morais e físicas.

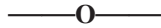
Era dia 5 de agosto e à noite fui reconduzido, pela terceira vez, ao Centro de Armamento da Marinha, em Niterói.

Em 15 de junho havia sido decretada a minha prisão preventiva em processo oriundo de IPM de São Francisco do Sul, Santa Catarina, e em 28 de setembro fui julgado, absolvido e pôsto em liberdade para responder a outros IPMs e outros dois processos: o Sindicato Nacional dos Oficiais de Náutica e o da Cia. Costeira pelos mesmos motivos pretensamente delituosos. Se isso vier a tornar-se norma de Direito, acaba-se de vez com a Liberdade — palavra que, como Democracia, Revolução, Subversão e tantas outras já não têm sentido exato no regime em que vivemos!”

Niterói, 18 de março de 1965.

(a) EMÍLIO BONFANTE DE MARIA.

Capitão de Longo Curso da Marinha Mercante”



A prisão do chamado Grupo do IPM Angolano foi uma vergonha para o Brasil. Esses rapazes haviam procurado asilo político em nossa terra livre e, tal como José Bonifácio de Andrada e Silva fizera na Inglaterra em princípios do século passado, aqui tentavam lutar pela independência de sua pátria. Nada tinham a ver com a política interna brasileira, na qual não se metiam. No entanto, foram caçados e presos pela polícia política. Um deles, José Lima de Azevedo, foi expulso do Brasil e outros procuraram asilo diplomático em embaixadas no Rio de Janeiro. Mandaram-me um relatório esquemático do que com eles acontecera. A narrativa, das torturas sofridas por Lima de Azevedo consta da parte inicial deste capítulo:

OS ANGOLANOS

Após o golpe militar do 1.º de abril de 64, no País, todos os estudantes africanos das colônias portuguesas, aqui residentes, foram presos. A maior parte desses estudantes,

o Ministério das Relações Exteriores havia assegurado permanência no País como bolsistas.

Lima de Azevedo foi preso pela primeira vez, dia, 4 de abril de 64. O Dr. Fidelis Cabral, que viera à América Latina representando o Partido Africano da Independência da Guiné (PAIG) Cristophe Morais, estudante de medicina de Cabo Verde e José Maria Nunes Pereira, estudante brasileiro, casado com a angolana Filomena Ramos da Cruz, foram presos dia 7 de abril de 64.

Em São Paulo, era preso também Fernando Costa Andrade, poeta angolano, estudando arquitetura no Brasil. Solto alguns dias depois, Costa Andrade foi preso, de novo, no de 1º de junho, sendo somente liberado a 15 do mesmo mês, e, obrigado, com sua família, a sair do Brasil.

José Maria Gonçalves, estudante angolano, há três anos exilado no Brasil, Eloy dos Santos, jornalista brasileiro, identificado com a Independência das Colônias Portuguesas, José Maria Nunes Pereira e Antônio Louro que criara no Brasil o Comitê Português Anticolonialista e sofrera em Portugal, duas prisões da PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado), a temível polícia política do ditador Salazar, foram todos presos, dia 21 de junho de 64 pelo DOPS da Guanabara (Polícia Política do Governador Lacerda).

Antônio Louro foi espancado no ato de sua prisão e, posteriormente, durante interrogatório a que foi submetido.

José Lima de Azevedo foi também submetido a várias torturas, desnudado e algemado a uma cadeira, espancado violentamente no fígado, estômago, e nos ouvidos com a tortura conhecida por *telefone*. Após tentativa de estrangulamento, lhe verteram, os policiais, sabão em pó nos olhos, seguida por aplicação de luz fortíssima sobre os órgãos visuais.

A 1.º de agosto de 1964, era preso outro nacionalista angolano, Paulo dos Santos Matoso, que era trazido de São Paulo para depor no Inquérito Policial Militar (IPM do Grupo Angolano), nome atribuído pelos militares ao processo com que pretenderam condenar os patriotas angolanos.

No dia 22 de Junho de 1964 a residência de José Maria Nunes Pereira era invadida por elementos do CENIMAR (Serviço Secreto da Marinha do Brasil) que, acompanhados pelo agente Passos da PIDE, depredaram completamente a residência, sob as vistas de dona Filomena Ramos da Cruz, que se achava grávida de oito meses.

Valiosa biblioteca, quadros, mapas, coleção de revistas e jornais, fotografias, assim, tudo quanto se relacionava com a África, foi apreendido sob supervisão do agente Passos, da PIDE.

Foram apreendidos a Antônio Louro, na ocasião, além de outros valiosos materiais de estudo, os originais de um livro que, sobre o colonialismo português, ele ia publicar no Brasil e em Paris e, também, grande quantidade de obras técnicas e material técnico profissional.

Toda a documentação oficial para a criação, no Brasil, de um núcleo de amigos do Movimento Cultural *Présence Africaine* e materiais para a divulgação do festival de Arte Negra de Dakar, que o poeta Aimé Cesaire havia deixado no País, foram apreendidos nessa surtida policial.

Os interrogatórios a que os africanos detidos eram submetidos, versaram exclusivamente sobre a África e Portugal, acerca de suas atividades no Brasil, e noutros países, a favor dos Movimentos de Libertação das Colônias Portuguesas. Eram supervisionados pessoalmente por agentes da PIDE. Mesmo dona Filomena Ramos da Cruz, apesar da gravidez, sofreu interrogatórios. A ela chegaram mesmo a propor que, em troca de seu marido, denunciasse o paradeiro de José Lima de Azevedo.

Um grosso volume de 400 páginas, a respeito do que a Polícia Política do Governador Lacada e o CENIMAR em colaboração com a PIDE, apuraram sobre o que os angolanos haviam realizado, no Brasil, pela causa da Independência das Colônias Portuguesas da África, foi entregue, então, à Auditoria do Superior Tribunal Militar para julgamento.

Pela leitura desse documento, se chega a perder a noção

de estar no Brasil, pois ele mais parecia típico auto de acusação política elaborado pela Polícia Política em Portugal.

O capitão-de-corbeta Heni Fabiano Soares, encarregado do Inquérito Policial Militar que recebeu oficialmente o nome de IPM do *Grupo Angolano*, expressou objetivamente em suas conclusões o que, por vezes, parece confuso subjetivismo colonialista dos governantes e da diplomacia do Brasil, como se fosse herança, ainda presente, do Brasil-Colônia Portuguesa:

“Examinando atentamente o presente IPM, verifica-se que, elementos portugueses se instalaram no Brasil com a finalidade de intensificar a campanha a favor da independência das Colônias Portuguesas de África contando para isso com a colaboração de brasileiros (fls. 297, 310 a 317).”

Finalmente, houve o caso do jornalista José Fernandes Rêgo que, libertado após 23 dias de prisão no DOPS, foi imediatamente internado no Sanatório de Botafogo. Estava 15 quilos mais magro, com perda de um dente, abúlico, sem forças sequer para comer e falar. Examinado por três médicos escolhidos no Instituto Médico-Legal pelo SS Gustavo Borges, do laudo só consta a perda deste dente. No entanto, os médicos que o atenderam na casa de saúde, prestaram o seguinte depoimento:

“A Diretoria do Sanatório de Botafogo informa, a pedido da Sra. Ida Oisiovici Dias da Silva Rêgo, o estado mental em que seu esposo, Sr. José Fernandes Rêgo, deu entrada nesta casa de saúde, no dia 10 do corrente (abril de 1965) às 21:15 horas. Cópia do exame psíquico feito pelo médico de plantão na ocasião da internação: “paciente com as vestes em desalinho, cabelos e barba crescidos, higiene corporal descuidada, emagrecido (cerca de 14 kg.), face denotando sofrimento, parcialmente orientado no tempo (só sabe o ano), falando em tom de voz baixo e lentamente, mostrando-se bastante desconfiado, olhando a todo instante para os lados e para trás; indaga-nos se também somos da polícia e se vamos prendê-lo novamente. Não deseja falar dos sofrimentos e torturas a ele impostos decorrentes de sua

prisão por motivos políticos. Subitamente chora bastante e começa a balbuciar: “eles vão me matar, vão me matar. . .” “vocês aqui vão me trancar em celas escuras?”

Indagado a respeito do que sentia, falou: “tudo, já que saí de um campo de concentração”.

Hipoamnésia seletiva (não se recorda de determinados fatos e muito dificilmente consegue recordar-se de certas pessoas); instabilidade da atenção; juízo crítico parcialmente prejudicado.

O paciente deu entrada na sala de exames de braços com a esposa, caminhando lentamente, sem mover o braço, cabisbaixo, olhar parado, cumprimentou friamente o entrevistador (como um autômato, estendeu o braço e falou baixo: “boa-noite”), humor deprimido, o rapport de início foi difícil, porém conseguimos conquistar mais tarde, um pouco de confiança do paciente, nexos afetivos conservados.

Hipobúlico, iniciativas elementares (pentear, falar, comer) prejudicadas, nos afirmando não sentir ânimo para nada. Não desejamos continuar o exame por não queremos submetê-lo a um questionário no momento, já que este se apresenta bastante traumatizado com o que passou no cárcere. Devido ao seu estado físico-psíquico, resolvemos enviá-lo ao pavilhão, medicá-lo e terminarmos em outro dia sua observação clínica”.

No dia seguinte à sua internação, José Fernandes Rêgo foi visitado pelo general José Pantaleão Pessoa, que declarou ao jornal *Última Hora* ter notado não só o abatimento, como “a inchação no rosto, sintomas evidentes, notados por todas as pessoas que o visitaram”.

As sevícias sofridas por José Fernandes Rêgo foram denunciadas por sua mulher que, inclusive, providenciou a apresentação de queixa-crime, por intermédio do advogado Odir Araújo, que se dirigiu ao juiz nos seguintes termos:

“Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara Criminal: José Fernandes do Rêgo, brasileiro, casado, médico veterinário (funcionário público), residente na rua das Laranjeiras nº 210, ap. 1202, neste Estado, por seu advogado, nos termos

do art. 5º, inciso II e § 1º, do Código de Processo Penal, vem requerer a V. Exa. sejam tomadas medidas legalmente cabíveis para que se instaure inquérito policial sobre os fatos que se seguem;

O suplicante, no dia 19 de março do corrente foi preso em sua residência e conduzido ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), deste Estado, para averiguações.

Ali foi recolhido em uma cela individual e pequena (1,20 x 1,60) completamente nu, a disposição do Exmo. Sr. coronel Ferdinando de Carvalho, presidente do IPM que apura atividades do Partido Comunista,

Naquela cela — verdadeira jaula — permaneceu despi-do e sem alimentação durante 5 dias e 5 noites, sob a pressão de interrogatórios permanentes, violentos e ultrajantes, sofrendo ainda torturas mental e física por parte dos policiais que atendem pelos nomes de Solimar, Boneschi e Amazonas.

Nessa ocasião teria sido espancado pelos ditos policiais que, peritos em sevícias e cautelosos na arte de torturar, aplicavam golpes que atingiam órgãos internos, mas não deixavam transparecer os vestígios, e mesmo que existissem tais vestígios estes desapareceriam em pouco tempo.

E a prática de socos nos rins, no abdômen, no fígado ou no baço, que é comum nos corredores policiais.

A lei, MM Juiz, banuiu oficialmente os castigos corporais, mas estes perduram, afrontando a todos e são sedições para humilhar ou extorquir confissões e detratar a pessoa humana.

Parece que não adiantou que as Conferências Internacionais do Direito do Homem proclamassem o respeito à pessoa humana e à sua dignidade onde fosse que se encontrasse.

Os castigos corporais existem e, às vezes, essas agressões, se não deixam vestígios como a equimose, o hematoma ou a escoriação, causam dores no organismo do indivíduo, não demonstrando exteriormente o sintoma da lesão, salvo as excessões de traumatismo violento que causem a ruptura de um órgão, onde pode sobrevir uma hemorragia interna,

refletindo sintomas externos denunciadores da lesão (recorde-se o caso de Nestor Moreira, assassinado pelo famoso Coice de Mula).

Das agressões que o suplicante sofreu o que restou anatomicamente foi um hematoma na face esquerda, próximo à região orbitária e a perda de um dente.

O ofendido, ora suplicante, permaneceu preso durante 23 dias e, somente foi solto, por ordem do Egrégio Superior Tribunal Militar; que lhe concedera hábeas corpus, por ser manifestamente arbitrária e ilegal a sua prisão, o que se deu no dia 10 do corrente mês e ano.

Da prisão-jaula — saiu reduzido a um trapo humano: sujo, inchado, seviciado, emagrecido em mais de dez quilos e, além de tudo, perturbado da mente, o que lhe obrigou imediata internação em casa de saúde especializada em doenças nervosas (Sanatório Botafogo, S/A rua Alvaro Ramos, 425), onde até hoje se encontra.

A fotocópia autenticada do parecer do Dr. Alípio de Salles Pessoa Neto, médico do Sanatório, é um atestado eloqüente de que, do ponto de vista psíquico, houve lesão à saúde do suplicante.

Aí está, MM. Dr. Juiz, em tese, por ser da lei, a configuração do crime previsto no artigo 129 do Código Penal, verbis:

“Ofender a integridade corporal ou a saúde de Outrem.”

Lesão corporal compreende toda e qualquer ofensa ocasionada à normalidade funcional do corpo ou do organismo humano, seja do ponto de vista anatômico, seja do ponto de vista fisiológico ou psíquico.

Por outro lado, além disso, ocorreu também a infração prevista no art. 322, do mesmo diploma legal:

“Praticar violência, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la.”

O Exmo. Sr. coronel Ferdinando de Carvalho, presidente do IPM, para averiguações, mandou prender o ofen-

didado em razão de sua função e os policiais referidos também agiram em caráter oficial.

A violência se materializou, em princípio, na prisão arbitrária e ilegal do suplicante, sem obediência do que determina a lei (prisão em flagrante delito, prisão preventiva (por mandado) e prisão administrativa) e depois no seu prolongamento desnecessário e nas torturas praticadas.

A conexão entre esse crime e o do artigo 129, é evidente, prescinde de maiores esclarecimentos.

A questão da agravante prevista no inciso I, do § 1.º, do citado art. 129, parece, prima facie, que tem viabilidade, mas só o exame técnico poderá dar a última palavra, mediante a resposta dos quesitos oficiais em exame de corpo de delito complementar.

Configurados os fatos delituosos, determinados os sujeitos ativos e passivos, e em se tratando de crimes de ação pública, segundo dispõe o inciso II do art. 5º do Código de Processo Penal, o inquérito policial poderá ser instaurado mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.

No caso, como o inquérito não foi instaurado de ofício (por portaria) e tendo em vista o que tem sido declarado pelo Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, o ofendido deixa de requerer àquela autoridade e o faz a V. Exa., que, ouvindo o Ministério Público, poderá entender que com as informações apresentadas possa, de plano, oferecer a denúncia, prescindindo do inquérito policial.

Assim, como o Exmo. Sr. coronel Ferdinando de Carvalho e os policiais Solimar, Boneschi e Amazonas infringiram os arts. 129 e 322, c/c o art. 25, todos do Código Penal, requer a V. Exa. caso não seja instaurada ação imediatamente, a requisição, a quem de direito, da abertura do competente inquérito policial”.

Até o momento em que escrevo, os responsáveis pelos espancamentos estão livres e continuam trabalhando na Polícia Política da Guanabara.

6

Casos Esparsos

O propósito deste livro, repito, não é o de documentar todas as torturas e arbitrariedades a que foram submetidos os presos políticos a partir de 1.º de abril de 1964. Esta documentação só poderá ser recolhida no futuro, quando as barreiras do medo cederem ante a garantia dos direitos individuais restabelecida no Brasil. Possivelmente um levantamento completo não será feito, nunca, ficando anônimas muitas vítimas e muitos algozes. Escolhi, como pontos principais para o exame do processo das torturas o Rio de Janeiro, cidade onde nasci e onde vivo, Pernambuco, onde mais desumanas e generalizadas foram as violências e Goiás, onde elas serviram para a derrubada de um governador eleito pelo povo em eleições livres. Mas, apesar da dificuldade de comunicações e do isolamento que separam as cidades brasileiras, muitos outros casos chegaram ao meu conhecimento. Não me preocupei em detalhá-los mais amíúde neste trabalho porque penso que seu objetivo principal,

provar que o flagelamento de presos políticos, longe de ter sido um acidente abjeto na vida de algumas prisões e quartéis, foi uniformemente seguida pelos responsáveis pelo governo resultante do golpe de 1.º de abril, está suficientemente alcançado. No entanto, não me parece justo passar em silêncio sobre tanta dor e agonia sofridas fora das três regiões que escolhi. Desta forma, apresento os fatos através das palavras dos interessados diretos em sua constatação — as vítimas.

A carta que se segue foi escrita pelo ex-deputado estadual do PTB do Paraná, Walter Pecoits, considerado por seus pares um exemplo de devotamento à coisa pública e de dedicação ao eleitorado da zona pioneira onde viveu e fez carreira política. Foi ele preso em Cascavel após o 1º de abril. O delegado de polícia local, juntamente com dois capangas, espancou-o repetida e severamente. Por fim, Walter Pecoits teve um olho vazado por cano de revólver. No entanto, na carta que me endereçou, fez referência apenas episódica a seu caso pessoal, dando ênfase à luta dos posseiros pela terra que cultivam. É em homenagem a seu desprendimento e a seu amor à gente da terra onde vive que publico este documento que, visto à luz de seus antecedentes de brutalidade, atinge dignidade humana ainda maior:

CARTA DE WALTER PECOITS

Sangrenta e penosa tem sido a colonização do sudoeste e oeste paranaense. Iniciada em princípios da década de 50, pelo fluxo migratório de agricultores do Rio Grande e Santa Catarina que, abandonando suas terras exauridas, foram atraídos pelas exuberantes terras do vale do Iguaçu, ali fizeram suas lavouras, descobrindo, povoando e valorizando ainda mais as terras daquela vasta região.

A cobiça dos gananciosos e inescrupulosos seguiu os passos dos bandeirantes de nosso século e enquanto estes transformavam a mata virgem em promissoras lavouras, aqueles titulavam as terras em seu nome através negócios escusos, feitos no próprio Palácio do Governo e nos cor-

redores das repartições estaduais, interessados, para sua garantia, os poderosos de então nos polpudos lucros que eram previstos.

A confusão foi gerada e o problema social estabelecido, principalmente à margem do rio Iguaçu e, posteriormente, à sua margem direita, ou mais precisamente, nas glebas Missões e Andradas.

Em outubro de 1957, durante o governo Moisés Lupion, houve a explosão prevista dos agricultores contra os falsos titulados, que tentavam pela violência policial expulsá-los de suas legítimas posses, traduzida pela revolta agrária do sudoeste, sendo manchete vergonhosa para o governo paranaense daquele tempo.

Toda a ordeira população agrícola da gleba Missões, representada já por mais de cem mil almas, rebelou-se contra a rapinagem oficial de suas terras; as mãos calejadas de nossos agricultores abandonaram os instrumentos agrícolas e empunharam suas armas de caça e as usaram na defesa de suas propriedades.

O movimento foi vitorioso e os assaltantes da terra foram definitivamente expulsos da gleba Missões.

Derrotados na primeira luta, os profissionais em títulos duvidosos voltaram seus olhos e seu apetite para a gleba Andradas; esta já fora titulada, com seu verdadeiro nome, pelo Governo Federal, através o INIC, registrando-se o título nos competentes cartórios de imóveis. O Departamento de Terras do Estado simplesmente mudou o nome da gleba para Tilburi e com este nome tornou a titulá-la, para o grupo de seus companheiros políticos e seus favorecidos que, por sua vez, passaram os títulos a terceiros e prepostos; causa estranheza que o atual governo se mostre incompetente para a solução do grave problema.

Há assim a repetição melancólica dos mesmos fatos e métodos, que envergonharam e ensanguentaram o Paraná em 1957. Falsos titulares têm a proteção dos órgãos oficiais e usam a polícia para despejar colonos de suas terras. É velha técnica dos titulados a promoção de desordem, com toda sorte de provocações contra os posseiros para que estes reajam e a polícia, já industriada, efetue grande número

de prisões, limpando a terra de seus posseiros e recebendo após o pagamento pelo serviço feito para os titulados.

Durante doze anos residi em Francisco Beltrão no sudoeste paranaense, e lá ainda tenho minha residência; nunca fui indiferente ao drama sofrido pelo nosso agricultor e sempre lutei para que ele tivesse uma vida feliz e condigna, em paga de seu trabalho relevante para a grandeza e prosperidade de nossa Pátria.

Naquele município fui vereador, Prefeito e porque me elegi Deputado Estadual, nas eleições de 1962, sempre pela legenda do PTB. Nunca fiz política em Cascavel e nem sequer conheço a gleba Andradas.

Na Assembléia Legislativa sempre me considerei representante dos agricultores de minha região e nela equacionei os seus problemas.

Sempre combati administrativamente o governo Nei Braga, fixando-me, principalmente, em sua orientação política no pagamento das quotas de retorno do artigo vinte, em sua política educacional arcaica e protecionista, e criticando o DER pelo abandono criminoso da estrada de rodagem do sudoeste, única via de drenagem de toda a produção daquela região, uma das mais ricas de todo o estado paranaense.

Por inúmeras vezes alertei o Estado sobre a grave situação da gleba Andradas, afirmando que seus agricultores estavam sofrendo neste governo, desgraçadamente, o mesmo drama que viveram os agricultores de minha região, em 1957. Requeri a formação de uma CPI, para estudar in loco o que por lá estava acontecendo, para que seus posseiros se sentissem amparados e não apelassem para a violência, em revide à violência policial que contra eles se praticava. Sabia das sevícias e atrocidades que eram cometidas contra os posseiros de Andradas pelo Delegado de Polícia de Cascavel, que satisfazia todos os desejos dos titulados. Especializara-se este Delegado, durante o governo Lupion, a quem serviu fielmente e que por isto fizera carreira “brilhante”, passando em cêrca de dez anos de terceiro sargento a tenente-coronel, pelos “bons” serviços prestados e que agora servia, sendo considerado imprescindível, a um governo que pregava e prega ser o antipoda de seu antecessor.

O homem de confiança de Nei Braga, em Cascavel, já fora processado e julgado por uma de suas inúmeras arbitrariedades e, além da prisão, foi-lhe aplicada uma pena suplementar, sendo-lhe proibido o exercício do cargo de Delegado. Apelou da sentença e lhe foi negado recurso, mas foi nomeado e conservado no cargo pelo Governador, desrespeitando decisão judicial.

Sempre afirmei que a gleba Andradas pertence à União, já por escritura pública, datada de 1958, já por ser Faixa de Fronteira e por decisão do Supremo Tribunal Federal de Justiça, sendo o Estado incompetente para expedir o título de propriedade e sempre afirmei que a solução do problema só poderia ser feita à semelhança do que fizera o governo da União na Gleba Missões, pela medida mais simples e criteriosa de respeito à posse de cada agricultor, medindo-se a sua propriedade e outorgando-lhe a escritura, com pagamento do justo preço pelo seu ocupante.

Nunca esqueceram minhas críticas e agora conseguiram vingar-se de mim. Mutilado, com a perda irremediável da visão de um olho, sou o exemplo de que minhas críticas contra as arbitrariedades cometidas na Delegacia de Polícia de Cascavel, onde o pau-de-arara, o choque elétrico, as agulhas enfiadas embaixo das unhas dos presos, os banhos frios, são fatos comuns e quotidianos, infelizmente, não eram frutos de minha imaginação, mas fatos reais, cometidos por autoridades que envergonham um governo e os foros de nossa civilização.

Urge a solução do problema, antes que outras vidas preciosas sejam sacrificadas e o governo estadual se obrigue a achar outro “bode expiatório” para cegá-lo, na tentativa de cegar a opinião pública, para que não veja a sua incompetência na solução de um problema que não é tão insolúvel, quanto parece aos homens do governo estadual. Basta que Nei Braga cumpra sua promessa de candidato, feita em Francisco Beltrão, em sua campanha de 1960: termine de fato com o jaguncismo no Paraná e deixe de oficializá-lo.

(a) D. WALTER A. PECOITES
9/10/64.

Nos cárceres da Bahia a violência parece ter sido quase tão rotineira quanto nas prisões pernambucanas dos coronéis Hélio Ibiapina, Antonio Bandeira e Darcy Villocq Viana. Infelizmente não pude ir a Salvador recolher material mais farto. Limite-me a publicar uma informação, assinada pelas mulheres de presos políticos, que demonstra o desaproço dos militares baianos pelo cumprimento das ordens do Superior Tribunal Militar. Incluo ainda dois bilhetes dramáticos, rabiscados por prisioneiros pouco antes de serem seqüestrados.

As subassinadas, respectivamente esposas e responsáveis pelo grau mais próximo de parentesco, de CAMILO DE JESUS LIMA, CARLOS CONTREIRAS DE ALMEIDA, FERNANDO ANTONIO GONÇALVES ALCOFORADO, MILTON DA COSTA OLIVEIRA, NUDD DE CASTRO, OTHON FERNANDO JAMBEIRO BARBOZA, RUBENS DIAS NASCIMENTO, SEBASTIÃO DA SILVEIRA CARVALHO e WLADIMIR VENTURA TORRES POMAR, informam ao Bel. JOSÉ BORBA PEREIRA LAPA, advogado dos referidos cidadãos, que apesar de ter sido determinada a soltura dos mesmos, em consequência de decisão do Superior Tribunal Militar, no Habeas corpus nº 27.020, em data de 26 de agosto próximo findo, e expedidos os alvarás de soltura no dia 27 seguinte, do mesmo mês, pelo Exmo. Sr. Auditor da 6ª R. M., não foram as ordens de soltura cumpridas, tendo, ao revés, os aludidos pacientes sido retirados do presídio de Narandiba-Casão (Quartel do 19. B. C.) onde se achavam, encaminhando-se-lhes, posteriormente, para lugar ignorado por todos. A excessão do alvará de soltura de CARLOS AUGUSTO CONTREIRAS DE ALMEIDA, recebido pelo Emo. Sr. Capitão dos Portos, os demais foram recebidos pelo Exmo. Sr. general-comandante da 6ª Região Militar.

Salvador, 29 de agosto de 1964.

(a) Maria José Santos Lima (esposa de Camilo) Edite Silva de Almeida (esposa de Carlos Augusto) Rita Gonçalves

ves Alcoforado (mãe de Fernando) (datilografia) Milton da Costa Oliveira (não veio Alvará)

(a) Eliane Quadros de Castro (esposa de Nudd) Yolanda Jambeiro Gentil (irmã de Othon) Laise Andrade do Nascimento (esposa de Rubem) Dalva Felisberto Carvalho (esposa de Sebastião) Rachel da Rocha Pomar (esposa de Wladimir).

(Datilografia:) Este espaço se destinava à esposa de Milton de Carvalho Silva, o único que foi posto em liberdade, face à gravidade do estado de saúde. Achava-se no Hospital Militar.

Firmas reconhecidas a 31 de agosto de 1964, no cartório do 2º Ofício de Notas, tabelião Diógenes de Sales Conreiras — Salvador, Bahia.

BILHETES DOS PRESOS

A meu país:

Estou sendo levado numa camioneta do Exército.

Não sei para onde vou.

Seu filho,

(a) Fernando

Quartel 10º BC

28 de agosto de 1964, às 17,10 hs.

(a) Fernando Antonio Gonçalves Alcoforado.

OBS. FORAM LEVADOS VIATURAS

EB 2112707 (JEEP) e COPEB 0-16 (PETROBRÁS)

Outro exemplo:

19º B. C. — 28-8-64

Querida

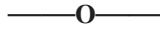
Chegou a ordem para soltar o pessoal. Hoje à noite eles foram levados para lugar ignorado.

*Só não fui porque estou doente.
Amanhã devo ir para o Hospital do Exército. Depois, não sei
para onde vou. Se você não me descobrir, vá embora para o Rio.
Quando a coisa melhorar eu escrevo para você.*

Sem mais, abraços do seu

(a) Tião

(dactil.): Obs.: Tião é o tratamento íntimo do preso SEBASTIÃO DA SILVEIRA CARVALHO e a esposa.



No Estado do Rio acredito terem sido mais raros os casos de espancamentos e torturas de presos políticos. Os que as autoridades consideravam mais importantes ou mais perigosos eram encaminhados para o Rio de Janeiro e entregues às autoridades militares daqui ou à polícia do Sr. Carlos Lacerda. Assim ocorreu, por exemplo, com os presos de Caxias, um dos quais, Júlio Lucas Pires, visitei no hospício do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil, para onde fora recolhido em estado lastimável. No entanto, os presídios fluminenses não ficaram inteiramente inocentes da mancha vil das sevícias de prisioneiros indefesos. Publico a carta que recebi do advogado de um grupo de presos políticos e o relato dos próprios presos.

Rio, 28 de setembro de 1964.

Prezado Senhor:

Advogados que somos de mais de uma centena de modestos operários navais, constantemente participamos, de maneira efetiva, das necessidades econômicas, dos suplícios físicos e violências morais, a que estão submetidos familiares e indiciados.

E V. Sa., mais que outro brasileiro conhece das requin-

tadas crueldades e infâmias dirigidas, fartamente, contra êsses homens!

Justamente por isto tomamos a liberdade de endereçar a V. Sa. a anexa carta, subscritada por operários navais que se encontram ilegalmente detidos, desde 1º de abril, em um escabroso e medieval presidio do Estado do Rio, localizado na antiga estação de Neves. Vale ressaltar, ainda, o fato de estes operários estarem respondendo um único Inquérito Policial Militar perante dois Juízos distintos, posto que o primeiro pedido de prisão preventiva requerido pelo Encarregado do mencionado Inquérito encontra-se na 11ª Vara criminal do Estado da Guanabara, enquanto isto, posteriormente, era endereçado idêntico pedido ao Juiz da 1ª Vara Criminal do Estado do Rio, o qual, de imediato, atendeu. Como vê o ilustre patricio, o que impera é o desejo de prender e torturar, não importando a quem.

Quanto à carta em anexo, faça V. Sa. dela o que melhor lhe aprouver, apesar que gostaríamos de vê-la transcrita ou comentada.

Assim, sem nada mais a acrescentar, despedimo-nos agradecidos, apelando para V. Sa. no sentido da prossecução de sua legítima cruzada contra a prepotência, contra a insensibilidade, contra os sonegadores do Direito.

EDMILSON JORGE DE OLIVEIRA

*advogado inscrição 12.900 da O.A.B.
com escritório à rua Ouvidor, 169,
salas 1010 e 1011, neste Estado.*

CARTA DOS PRESOS NO C. A. M. A SEU ADVOGADO:

Prezado Senhor,

Na qualidade de seus clientes e desejosos de dar-lhe elementos positivos contra as nossas arbitrárias prisões es-

crevemos-lhe, pois estamos impedidos de mantermos contato pessoal com V. Sa. para que fazendo uso desta como melhor aprouver, quer como denúncia à Pátria ou para vosso controle jurídico.

Levamos ao seu conhecimento, com maiores detalhes, as arbitrariedades que vimos sofrendo desde o dia 22 de maio p. p., nos locais de trabalhos nas ilhas do Viana e Mocanguê e na empresa Tecnal, sendo levados ao Centro de Armamento da Marinha (CAM), em Niterói, para sermos ouvidos pelo IPM presidido pelo capitão-de-mar-e-guerra Maurício Dantas Torres e o principal responsável das violências e arbitrariedades contra nós cometidas e que passamos a narrar: No referido Centro sofremos os mais torpes castigos, partindo desde as ofensas morais até os espancamentos. Os nossos depoimentos eram arrancados sob coações com metralhadoras às costas e só serviam as respostas que eles queriam, estávamos proibidos de citarmos a palavra não. Muitos de nós fomos impedidos de ler os seus depoimentos (se é que podemos assim chamá-los) e forçados a assiná-los sob pena de violências físicas. Podemos citar três exemplos: O operário da Companhia de Navegação. Costeira Atila Medeiros Serra foi torturado mentalmente na noite de 22 para 23 de junho perante a Comissão de Inquérito das 22 as 17 horas ininterruptamente. De pé, com as mãos na cabeça e baioneta calada às costas foi duramente seviciado pelos os seus inquisidores no sentido que o mesmo confessasse coisas inverídicas. Outro que também sofreu no CAM foi o operário também da Costeira Jayme Navas da Costa que foi forçado por metralhadoras a transferir as fezes dos outros prisioneiros de um banheiro improvisado para um buraco improvisado pelo mesmo, no sentido de esgotá-lo moralmente a fim que o referido operário viesse confessar aos membros do IPM o que interessava aos mesmos. Mandaram raspar a sua cabeça e logo após, foi levado para depor também de mãos na cabeça e metralhadoras as costas completamente intoxicado pelos gases das fezes e em quase completa inconsciência, apesar de ter-se queixado, de que estava passando mal, aos membros da Comissão que nada fizeram pelo depoente.

O seu depoimento foi uma autêntica farsa, pois a maioria das respostas eram impedidas de serem dadas pelo depoente e sim pelos os seus inquisidores que colocavam no seu depoimento o que entendiam e ainda o obrigaram a assiná-lo sem lê-lo, sob pena de sofrer espancamento.

Das violências sofridas quase cego do olho direito o comandante da Marinha Mercante Emilio Bonfante Demaria que, semanalmente, ia para o DOPS no Rio e lá sofria toda sorte de violências. Isto para só citarmos estes três, pois quase todos nós, sofremos torturas no CAM. Ainda mais, ficamos em prisões improvisadas dormindo no cimento frio, sem nenhum asseio corporal, barbados, cabeludos e sujos, sem termos um contato sequer com as nossas famílias. Isto mais de 70 dias e sem prisão preventiva, sendo que alguns de nós, sem explicação plausível, fomos colocados em separado em úmidas celas, debaixo de escadas que mal davam para ficar de pé, sem água e sanitário. Médicos, nunca conhecemos lá no CAM. No dia 15 de julho dez de nós assinamos uma prisão preventiva em conjunto, decretada pela 1ª Auditoria da Marinha, prisão esta dias mais tarde relaxada pela mesma por incompetência, sendo os mesmos, colocados em liberdade, isto é, todos menos um, o operário Atila Medeiros Serra, que continuou no CAM apodrecendo debaixo da escada, desrespeitando assim o IPM do Centro a ordem determinada pela 1ª Auditoria, sendo mais tarde removido para o campo de concentração de Neves (pois é cercado de arame farpado), o chamado Presídio Político em São Gonçalo, no Estado do Rio, tendo somente permanecido no CAM o Comandante Emilio Bonfante Demaria que se encontra encerrado na famosa cela' da Sala do Estado daquele centro, entregue à toda sorte de torturas. O chefe do IPM não satisfeito com a decisão proferida pela 1ª Auditoria determinou, por ofício, ao juiz da 1ª Vara Criminal de Niterói, Sr. Silvio Araújo, as nossas prisões preventivas, tendo o referido Juiz declarado aos nossos familiares que o procuraram a fim de que esclarecesse os motivos das mesmas, “que fora FORÇADO a assim proceder pelo chefe da comissão de inquérito, o capitão-de-mar-e-guerra Maurício Dantas Torres”.

Pasme, mas é o que o mesmo proferiu e sem estar de posse dos processos. O operário Atila Medeiros Serra ao ser chamado para assinar a Prisão Preventiva declarou ao oficial de justiça que já tinha assinado uma no CAM e não justificava outra prisão preventiva, pois estava respondendo somente a um IPM tendo o mesmo respondido perante testemunhas que “aquela não valeu”. Aqui no Presídio nos é servida uma péssima e intragável alimentação e muitas das vezes deteriorada forçando-nos com isso a sacrificar as nossas famílias pois tem que trazer alimentação para nós e, conseqüentemente, influido na alimentação dos nossos filhos e esposas, pois recebemos os nossos salários reduzidos e outros nada recebem como é o caso dos operários da empresa Tecnal (isto há mais de sete meses). Aqui no Presídio como no CAM, estamos impedidos de mantermos contato com V. Sa., pois existe, ao que sabemos uma ordem de prisão para todo advogado que insistir em ter qualquer encontro conosco.

Como exemplo queremos comunicar-lhe que o seu recado por escrito, dizendo como se encontravam os nossos Habeas corpus, foi interditado e presa a portadora e até o momento desconhecemos o seu paradeiro. Até os bilhetes de nossas casas não nos são entregues, interceptados que são pela chamada Censura do Presídio.

Isto é, em síntese, o que tínhamos no momento a declarar sobre as nossas injustas prisões e o que estamos sofrendo até hoje. Esperamos confiantes que seja feita justiça, punindo os nossos algozes e devolvendo-nos a liberdade a fim de voltarmos ao seio das nossas famílias e as nossas atividades profissionais.

Atenciosamente

São Gonçalo, 16 de setembro de 1964.

N. B. — Autorizamos se achar aconselhável dar conhecimento da mesma à opinião pública, inclusive com os nossos nomes.

(a) OS INJUSTIÇADOS DO PRESIDIO DAS NEVES.



Apresento ainda a carta endereçada pelo preso político Orpheu Santos Salles ao almirante presidente da Comissão Geral de Investigações, Paulo Bosísio, relatando as condições de vida a bordo do navio presidio Raul Soares, ancorado no Porto de Santos;

Ao Ilmo. Sr. Almirante,

Presidente da Comissão Geral de Inquéritos

Rio de Janeiro

Senhor almirante:

Estou preso no Raul Soares, desde 12 de agosto.

Longe de mim o desejo de vir reclamar o mau tratamento que me é dado. Aceito com estoicismo e resignação as agruras que o destino me reservou.

Não compreendo, entretanto, o que vem ocorrendo neste navio, transformado em presidio, razão pela qual me decidi escrever-lhe, atentando mais para a sua condição de oficial superior de nossa Marinha de Guerra, do que, como chefe transitório e responsável principalmente pelos assuntos da Marinha, nesta cidade e neste barco.

Encontrei, aqui no Raul Soares, operários que estão presos desde o dia 1.º de abril. Meia dúzia deles, tinham posição de liderança sindical na baixada santista. Não acredito, porém, que qualquer deles venha a ser condenado, em processos regulares, basta ver as artimanhas que se têm valido, para mantê-los ainda presos. É inacreditável que isto ocorra: esgotado o prazo dos 50 dias, permitidos pelo C.G.I., foi-lhes pedida a prisão preventiva, o que foi negado por duas vezes, em pedidos feitos regularmente, sendo, entretanto, decretadas as suas prisões preventivas, somente após a interferência direta da Capitania dos Portos. Não deixa de causar espanto este acontecimento, principalmente a atitude de subserviência do magistrado, decretando uma medida que sabia de antemão ser injusta e infundada. Entretanto, Sr. Almirante, quando a dignidade e a consciên-

cia deste juiz, decorridos mais de 60 dias, revogou aquelas prisões, deu-se a farsa da continuidade da detenção, agora com a alegação de um novo I.P.M., numa encenação ridícula e absurda.

Creia, Sr. Almirante, que não desejo com esta peroração, arvorar-me em censor dos atos e atitudes dos oficiais marinheiros, mas apenas fundamentar aquilo que julgo ser meu dever de brasileiro, alertar e denunciar, apesar da minha condição de preso.

Não sei se V. Sa., como militar, sabe do sentimento do povo, a respeito das nossas forças armadas. Todos nós, os civis, temos em alta conta, respeitamos e temos orgulho delas, porque independente de serem as mesmas identificadas com o povo, elas foram sempre a vanguardeira e símbolo das garantias dos direitos populares. E nunca vi, uma vez sequer, qualquer pessoa se referir em termos depreciativos por exemplo, ao nosso Exército. E qual a razão disso? É que os chefes militares dessa arma, jamais deixaram ou permitiram, que o Exército se transformasse em milícia e deixasse de ser o defensor, a garantia, para se transformar em algoz ou opressor do povo.

Entretanto, Sr. Almirante, enquanto o Exército promove os seus inquéritos, que não desejamos julgar da sua procedência ou não, tem tido a máxima cautela, nas prisões dos civis envolvidos. Infelizmente, o mesmo não ocorre com a nossa Marinha de Guerra, que se está transformando, juntamente com a Aeronáutica, em milícia policial, autêntica máquina de terror e opressão, perdendo no seio do povo, aquele calor e respeito, que lhe era devotado. E o povo sabe, através da imprensa ainda livre e desassombrada, da qual o Correio da Manhã é o timoneiro, das violências, das ameaças e das arbitrariedades, que a Marinha e a Aeronáutica estão cometendo, em Santos, São Paulo, na Guanabara, Florianópolis e diversas capitais, e o que é mais triste, prendendo, em sua maioria, gente simples, humilde, trabalhadora, que nada fez, a não ser cumprir, e dentro da lei, o sagrado princípio de lutar por melhores condições de vida, para si e sua família.

E isto é tão certo, que aqui no Raul Soares, por exemplo, da centena de prisioneiros, apenas não são operários, sete pessoas, e destas, apenas um é político.

Ora, Sr. Almirante, parece até que a revolução foi feita contra os operários.

Constater, exemplificando melhor, que neste infecto e imundo Raul Soares, que a quase totalidade dos presos estão à disposição da Marinha de Guerra, sendo que temos aqui cerca de 30 portuários; 25 estivadores; cerca de 10 empregados no serviço de transporte municipal; o presidente dos bancários, o secretário dos metalúrgicos; o presidente dos petroquímicos, o presidente dos conferentes, além de outros de profissões várias.

O mais lamentável, entretanto, é que esses operários em sua quase totalidade, são mesmo simples e humildes trabalhadores, sem qualquer vinculação a partidos políticos, ou ideologias que, em suma, não sabem nem o que significam.

É o caso por exemplo, dos arrumadores, que se encontram aqui presos há mais de 70 dias, e especificando mais, os dois que se acham no mesmo grupo, do qual faço parte. Para seu conhecimento e para ilustrar, esclareço que os arrumadores se constituem na categoria mais mal remunerada da baixada santista, não chegando nunca a perceberem o salário mínimo sequer, devido a sua condição de trabalhadores autônomos. Pois estes dois arrumadores, somente nos meses de novembro e dezembro p. passado, e que conseguiram ganhar mais ou menos Cr\$ 50.000. Os dois, têm família da qual são responsáveis e chefes; um tem dois filhos, de três e um anos e sua esposa aguarda o terceiro filho para o mês de outubro sendo que a ela e as crianças têm passado, conforme relato dele, até fome, e foi graças a coleta dos demais presos deste malfadado navio, que ele pode entregar-lhe, no último domingo, durante a visita, algum dinheiro, para que ela comprasse leite em pó e outros alimentos essenciais. Este pobre e humilde trabalhador, infeliz chefe de família, está aqui no Raul Soares desde 30 de junho último porque apenas e unicamente cometeu o crime

definido pelos valorosos oficiais da nossa Marinha, de ter ido ao comício de 13 de março, na Guanabara, tendo sido ainda, durante o seu interrogatório neste barco, ameaçado com arma de fogo, para confessar aquilo que não sabia e que não aconteceu. Este pobre coitado que também sofre do coração já teve ameaça de enfarte e com os bons tratos físicos desta prisão, e ao se aproximar o nascimento do filho, talvez não resista à dor que lhe vai na alma pela desgraça que passa a família desamparada, e possivelmente teremos, graças a esta revolução de 1.º de abril, mas quatro párias jogados às ruas de Santos.

Se isto ocorrer, Sr. Almirante, o que peço a Deus não aconteça, os responsáveis serão esses valorosos oficial da nossa Marinha de Guerra, encarregados dos inquéritos em Santos que, não tendo ou não podendo prender os políticos adversários, e muito menos os corruptos que andam por aí impunemente, prendem desgraçados trabalhadores como este.

O outro arrumador, este preso há mais tempo que aquele, não é menos desgraçado. Tem esposa doente e três filhos, sendo um menino de 15 anos, uma menina de 9 anos, paralítica e uma mocinha de 19 anos que, hoje, com seu salário mínimo, evita que sua família morra de fome.

E assim são todos os casos, Sr. Almirante, com exclusão dos portuários presos, que têm tido a solidariedade de seus colegas que, mensalmente, fazem listas para socorrerem as famílias dos companheiros que estão no Raul Soares.

Entretanto, Sr. Almirante, as violências e arbitrariedades cometidas contra os presos, pelos brilhantes oficiais da nossa Marinha de Guerra, são de sensibilizar uma estátua de pedra. Por exemplo, o caso do Presidente do Sindicato da Administração dos Portuários, ex-pracinha, da FEB, que chegou, aqui no Raul Soares, a ser espancado, e foi agarrado pelo colarinho por um valoroso e bem fardado capitão-de-corveta, quando prestava depoimento, para que confessasse onde se encontravam as armas do sindicato, armas que somente existiram na cabeça de certos imbecis retardados e lunáticas revolucionários e que, por ter respondido ao dito oficial que era de admirar a conduta de um oficial da

Marinha, pois nem os prisioneiros de guerra na Itália tiveram um tratamento igual àquele que lhe era dispensado”, sua resposta lhe valeu ficar durante 14 dias numa cela, no porão do navio, próxima das caldeiras, onde a temperatura constante é acima de 40 graus. E inúmeros foram os presos que tiveram este tratamento, junto às caldeiras, no mais requintado estilo da Gestapo de Hitler; sendo que o último a conhecer este tratamento foi o meu colega, Nelson Gato, por ter se recusado a servir de faxineiro do navio.

Também neste navio, Sr. Almirante, dispensam outro tratamento digno de Himler ou Heinderalch, que é o de se mandar os prisioneiros que não confessam o inconfessável ou não aceitam os depoimentos que não fizeram, para celas que são verdadeiras geladeiras e após alguns dias, transferem-no para a cela próxima das caldeiras, uma alternância de frio e quente, que demonstra bem o requinte do barbarismo em uso no navio por parte de “brilhantes e valorosos” oficiais da nossa Marinha de Guerra.

Não são atitudes como essas, Sr. Almirante, que manterão o conceito da nossa Marinha, aquela que o povo admira, pois essa deixou exemplos, como os de Tamandaré, Barroso, Marcílio Dias, Saldanha da Gama e tantos outros que a nação inteira venera.

E isso é tão verdadeiro, Sr. Almirante, que ainda há pouco, logo após esta revolução de 1.º de abril, quando toda a polícia de Santos, principalmente a do DOPS, se mobilizava e caçava os líderes sindicais como se fossem criminosos da pior espécie, que eles procuraram a Marinha e foram se entregar em custódia ao Capitão dos Portos, pois receavam as barbaridades da Polícia Política. Coitados, como estavam enganados; quando o Capitão dos Portos os encaminhou ao DOPS, esperava-se que fosse haver espancamentos e torturas; no entanto, esses líderes sindicais, que procuraram a custódia da Marinha, que eles acreditavam humana e cristã, ao serem entregues à Polícia Civil, verificaram com surpresa e tristeza, que o tratamento que ali lhes foi dispensado, era muito mais humano que este que hoje se recebe neste navio, inclusive por parte de nossos “valorosos” oficiais.

Outro fato, Sr. Almirante, que marca bem o sentimento de ódio, e a falta de sentimento cristão, é este de impedir que os presos recebam jornais, frutas e alimentos de fora, como se esta atitude fosse ajudar a revolução ou, porventura, se a alimentação neste navio fosse de magnificência salutar.

Saiba, Sr. Almirante, que proibição como esta não existe no Brasil, nem para os criminosos dos crimes mais infamantes.

Há uma coisa, Sr. Almirante, que deve pairar acima das posições e das situações, que são sempre passageiras; não sabemos se no dia de amanhã lamentaremos algum ato ou atitude do passado; mas há algo, que nem eu, nem V. Sa. negará, lamentará ou repudiará: são as nossas tradições e a nossa condição de brasileiro, que deseja o bem da Pátria e a melhoria das condições de nosso povo.

E entre as glórias e tradições que temos que preservar, indiscutivelmente, estão as nossas Forças Armadas o nosso Exército, a Aeronáutica e a nossa Marinha de Guerra, cuja responsabilidade de preservação é muito mais dos militares que dos civis.

Este o sentido desta carta, no fundamental; chamar a atenção para o que está sendo visto mas não percebido ou interpretado à luz da realidade e dos sentimentos do povo brasileiro.

E, por fim, para não me alongar mais, o caso mais escabroso, que clama aos céus, que revolta a sensibilidade e a dignidade humana.

É esta da ofensa às esposas de alguns presos, principalmente dos sargentos, que estão sendo obrigadas a ouvir as sabujices babosas de certos tipos, que corrompem com a sua condição animalesca o próprio gênero humano, verdadeiras excrescências fétidas em que se transformaram.

Espero que V. Sa; Sr. Almirante, como presidente da C.G.I., que tem família, tem dignidade e tem moral, mande instaurar um rigoroso inquérito e determinar a vinda de uma pessoa de sua confiança a este navio para comprovar as barbaridades cometidas, e apurar principalmente este último caso, para o qual estarei pronto a fornecer os elementos comprobatórios de minha denúncia, e para que

esses desclassificados morais não continuem a manchar e emporcalhar as fardas que vestem.

É o caso, Sr. Almirante, de se supor, numa inversão de posições, a prisão, por exemplo, do Sr. Diniz e imaginar que sua esposa estaria sendo afrontada e ofendida como estão sendo as esposas dos sargentos presos. Qual a sua revolta? — Qual o seu pensamento? — Qual o seu sentimento pela aviltante ofensa? — E a revolta, o sentimento de seu ilustre sogro, o marechal Castelo Branco? — E de seu cunhado, brilhante oficial de nossa Marinha de Guerra?

Pois, Sr. Almirante, as esposas dos sargentos também têm marido, têm pais, têm irmãos, têm filhos.

Os prisioneiros neste navio, Sr. Almirante, na sua quase totalidade, gente humilde, sem ter pai marechal, sem ter a possibilidade de obter Habeas corpus, estão encarcerados, alguns desde 1.º de abril, mas quase todos com mais de 50 dias de prisão, e ainda mantidos em cárcere, em absurda incomunicabilidade. em flagrante desrespeito, não digo à lei dos homens, que pouco está valendo nos dias atuais, mas às próprias determinações do C.G.I.

Vamos pois ser humanos, cristãos, e sobretudo, brasileiros.

Apesar de tudo, Sr. Almirante, eu creio em Deus, creio no Brasil e creio nos homens de minha pátria. E por ter tanta fé, acredito que Ele fará passar depressa esta noite pesada de silêncio, que se abate sobre o nosso Brasil, mas, enquanto isso não ocorrer, espero que V. Sa. dê a sua contribuição para fazer cessar o ódio, imperante no Raul Soares e outros locais, que está separando irmãos, tiranizando e oprimindo gente humilde e simples de nossa terra, que também acredita na proteção divina, mas crê ainda também na justiça dos homens.

Receba esta carta-libelo, Sr. Almirante, como uma contribuição aos assuntos de sua responsabilidade. Estou preso, é verdade, mas não guardo ódios ou ressentimentos. Quem os tiver, que se alimente com eles.

Do seu patricio, respeitosamente.

(a) ORPHEU SANTOS SALLES.

De Porto Alegre chegou um depoimento, datado de 15 de maio de 1965, que demonstra não estarem ainda abolidas no Sul as torturas. Diz o Sr. Jorge Fischer Nunes, residente à rua Vidal de Negreiros 734:

Prezado Senhor:

A 28 de março, domingo, meu escritório (rua Oswaldo Aranha 788) foi invadido por quatro desconhecidos. Fui preso e mantido incomunicável em uma dependência, da P.E.: uma pequena sala de visitas no quartel da 6ª Cia. de Polícia do Exército, que o comandante capitão Raul José Ribeiro, havia transformado em ante sala da câmara de torturas. Fui algemado a uma escada de ferro que liga a sala ao alojamento dos praças e ali fiquei sem comer durante dois dias, como um objeto exposto à curiosidade dos que vinham em visita a militares, alvo de gracejos gratuitos de alguns sargentos.

Ao raiar do terceiro dia, dão-me café pela manhã. Depois recebo a visita do sargento Teobaldo. Alto, forte, de um ruivo enferrujado, sua voz é rascante como que contaminada pela ferrugem do rosto. Ele quer que eu me confesse culpado da autoria de panfletos condenando o bombardeio, por parte de forças norte-americanas, de uma escola no Vietnã, durante o qual 50 crianças vietnamistas foram massacradas.

As perguntas entremeadas de ameaças duram alguns minutos. Depois Teobaldo retira-se, não sem antes lançar no pequeno espaço sua última ameaça: “quando a pauleira cantar, tu canta também”.

Mais dois dias sem comer. Ao fim do quinto dia levam-me, algemado, até o ginásio de esportes da P.E. Sobre o tatami, os mesmos homens que invadiram o meu escritório: o primeiro tenente Jorge Andrade, ocultando sua magreza atrás de um bureau; Teobaldo, segundo sargento, empunhando uma palmatória envolta em pano; o corpulento cabo Milton, do rancho: de suas mãos pendem dois fios, ligados à máquina semi-oculta no vão da porta; de todos, o que mais

me impressiona é o cabo Pedroso: tem um brilho morto nos olhos, o rosto ossudo engela-se em esgares de psicopata, a boca de um cão ensandecido a gozar a própria loucura.

O áspero crocitar de Teobaldo:

— Tira a roupa, seu comunista! “Vamos ver se o Brizola te salva agora!

Recuso-me e as pancadas chovem sobre minha cabeça. As algemas tolem os gestos de defesa, os golpes deixam-me atordoado, Caio no chão.

Um fio é colocado em meu pulso. Repentinamente encostam-me o outro pólo no braço: sinto um impacto ondulante, uma dor até então desconhecida, como milhões de pedras a triturar-me os ossos, percutindo, friccionando, tiritando. O impacto joga-me no chão. Os choques repetem-se pela cabeça, peito, pernas, por todas as partes do corpo, enfim.

No dia seguinte, tornam a levar-me ao tatami. Os torturadores são os mesmos, as mesmas as torturas. Arquitectam uma história e querem que eu a confirme. Confirmo até os maiores absurdos, pois sempre que hesito recebo novas descargas de choques. Após as torturas jogam-me em uma cela solitária. Antes de chegar a ela atravesso o xadrez geral, onde distingo, entre outros, meu amigo Luís Gomes Moreira, Djalma de Oliveira e Sérgio Monteiro. Fico 25 dias na solitária...

Após 45 dias de prisão e torturas, sou posto em liberdade. Responderei ao IPM fora da prisão, mas não creio que seja a justiça quem irá decidir. Pelo que pude observar, somente o ódio e a crueldade decidirão.”

Acredito que a documentação que neste trabalho apresento seja suficiente para comprovar o sistema de torturas montado após o dia 1.º de abril de 1964 nas prisões de todo o Brasil e, mais dramaticamente, na Guanabara, em Pernambuco e em Goiás. Para terminar, como uma homenagem a todos os humildes, operários e camponeses anônimos, que foram torturados e mortos sem que seus nomes marcassem mais a memória de seus contemporâneos que um sulco arado no mar, transcrevo a mais comovente carta que recebi ao longo deste ano de pesquisas sinistras. É a carta de uma mu-

lher da Paraíba, Maria Júlia de Araújo, casada com o líder camponês Pedro Fazendeiro. Seu desaparecimento é, em meados de 1966, a quase certeza de sua morte.

“João Pessoa, 7 de outubro de 1964.

Exmo. Sr. redator do *Correio da Manhã*, Saúde (etc.).

Peço a V. Excelência que se digne a publicar neste conceituado jornal o que segue:

O meu esposo, Pedro Inacio de Araujo, conhecido por Pedro Fazendeiro, como delegado das ligas camponesas da Paraíba nunca foi comunista somente porque lutava em benefício dos camponeses sofrendores nas Usinas nus engenhos e latifúndios. Porque somos agricultores também, por isso dr. redator meu esposo foi preso no dia 8 de maio pelo Exercito. O Grupamento de Engenharia libertou ele no dia 16 de junho por não curpa formada não houve prisão preventiva, porém os inqueritos a esta altura passou a responsabilidade do major Cordeiro do 15 R. I. e este prorrogou a detensão dele por mais 20 dias e depois mais 20; e assim sucedeu até 7 de setembro. Quando fui visitar ele no dia 10 do mesmo mês de setembro fui informada no quartel que ele avia sido sorto a 3 dias e o resultado é que procurei ele em todos os quartéis: de Natal, Recife, João Pessoa, não tendo noticia de espécie nem uma toda apreensiva com o desaparecimento de misterioso. Passo muita fome com meus cinco filhos menores que choram o desaparecimento do pai o comentário do povo é que ele foi assassinado. Confiu em Deus nas autoridades superiores e em V. Excia. e no dinamismo deste grande e combativo jornal que o desaparecimento de meu esposo chegará até aos ouvidos do sr. Presidente da República e do Ministro da Guerra.

Antecipadamente agradeço a Vossa Excia. com meu protesto estímulo de considerações, subscrevo-me MARIA JÚLIA DE ARAÚJO, rua José Bonifácio 445, Oitizeiro, João Pessoa”

É desesperador que o máximo que podemos fazer pelas incontáveis Marias Júlias espalhadas pelo Brasil é publicar suas cartas.

O último documento, em ordem cronológica, deste livro é, talvez, o mais dramático — a morte do sargento cassado Manuel Raimundo Soares, ocorrida entre 13 e 20 de agosto de 1966, em Porto Alegre. Seu corpo foi encontrado no Rio Jacuí, nu e com as mãos atadas às costas. O assassinato, revelado pela imprensa, é objeto de uma comissão de inquérito na Assembléia do Rio Grande do Sul e, segundo o depoimento do fiscal-chefe da ilha-presídio do Guaíba, Manuel Raimundo deixara aquela prisão a 13 de agosto sendo entregue a agentes do DOPS no ancoradouro da Vila Assunção. Deste momento em diante não mais dele se tem notícias vivo. No entanto, deixou uma carta, publicada a 4 de setembro de 1966 pelo *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, e outros órgãos da imprensa. É a seguinte a denúncia deste morto:

“A quem interessar possa -, Eu, abaixo assinado, brasileiro com 30 anos de idade, residente na rua Coelho Lisboa nº 30, ap .102, Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro, casado com a Sra. Elizabeth Chalupp Soares, conhecida afetivamente por Betinha, ex-sargento do Exército, de cujas fileiras fui expurgado (para honra minha) após o golpe de estado ocorrido a 1.º de Abril de 1964 declaro”:

1 — Paradoxalmente, recuperei a saúde nesta Ilha-Presídio onde me encontro hoje, depois de ter sido selvagemmente seviciado e massacrado durante oito dias no Quartel da 6ª Companhia de Polícia do Exército e nas salas da DOPS no “Palácio da Polícia Civil”, à Avenida João Pessoa. Minha vista esquerda, porém, infelizmente creio tê-la perdido parcialmente, após uma borrachada no supercílio correspondente, aplicada pelo 1.º tenente Nunes, da PE.

2 — Moralmente encontro-me no mesmo estado de sempre, apesar de tudo. As pessoas que me conhecem bem, sabem qual é. Na verdade, amargura-me somente o fato de haver sido entregue às autoridades pelo indivíduo Elu Rodrigues, no qual, por recomendação de um outro chamado Leony Lopes, depusitei alguma confiança que liquidou minha liberdade.

3 — Desconheço totalmente as nomes e apelidos referidos por escrito. Não sei de quem se trata e muito menos das atividades destas pessoas, se é que elas existem mesmo, Minha condição de preso e a verdade obrigam-me a desconfiar de tudo e de todos. Meus companheiros, como já declarei nos interrogatórios, perfazem 75 milhões de brasileiros. Deles não sei os nomes e morrerei por eles se preciso for.

4 — Estou ainda no pleno gozo da saúde mental, não perdi a calma nem a razão, que meu temperamento determina.

5 — Ouvi dizer no DOPS que eu fui o detido mais “tratado” até hoje, dos que por lá passaram. Que mais posso temer? Temor servil, pois, não tenho. Ainda não foi necessário demonstrar que não temo nem a morte. Talvez, em breve, isto venha a acontecer. O tempo dirá.

6 — Não fui ouvida em nenhum IPM. Mandaram-me para esta ilha presídio na manhã do dia 19 de março e não mais me ouviram até hoje, apesar de estarem as autoridades, sempre e sempre tentando obter informações que não tenho, por meio dos mais sutis insidiosos artifícios.

7 — Estou preso e incomunicável em meio de delinqüentes comuns (ladrões, criminosos, viciados em tóxico, etc). Negam-me o direito de ter contato com minha família, bem como o de ser visitado por um oculista ou advogado.

8 — Mais uma, vez repito aqui, agora, as linhas gerais das respostas que dei nos interrogatórios, bem como as circunstâncias de minha prisão.

9 — Fui preso às 17.35 h. do dia 11 de março de 1966, sexta-feira, em frente ao Auditório Araujo Viana, depois de ter tido contato pessoal com o indivíduo Edu Rodrigues. Eu portava, na ocasião, uma bolsa preta de vulcouro e fêcho éclair, a qual continha cerca de 2.000 recortes de jornais com inscrições de caráter político. Dois policiais à paisana seguraram o meu braço, enfiaram-me em um táxi DKW verde com tampa creme e conduziram-me para o quartel da 6ª Cia. de Polícia do Exército. Ali, debaixo de cruel massacre na qual se destacaram o 1º tenente Nunes e o 2º Sargento Pedroso,

iniciaram o interrogatório cujas respostas mantenho agora, novamente:

— Eu estava em Porto Alegre a fim de conseguir emprego e normalizar a vida destruída pela revolução a 1.º de abril; cheguei a Porto Alegre no dia 21 de janeiro de 1965 e regresssei ao Rio de Janeiro no dia 6 de março; no dia 29 de setembro de 1965 fui procurado em minha residência na Guanabara pelo colega Leony Lopes, que me conduziu até Porto Alegre com promessa de trabalho. Desde então, até dezembro, residi à Avenida Berlim nº 400. A partir de janeiro de 1966 até o dia da prisão eu pernoitava em hotéis e pensões da Capital; passava os dias na rua.

— Que além das recortes de jornais nada mais havia que eu tivesse conhecimento; que o que foi dito é tudo.

8 — Fiquei na PE durante duas horas e depois fui conduzido para o DOPS, onde fiquei até a dia 19, quando trouxeram-me para a ilha. Até hoje, desde então, não me ouviram mais.

9 — Estou em paz com minha consciência e ainda mantenho o desejo de merecer a confiança dos brasileiros que por uma ou outra maneira depositem em mim.

10 — Qualquer pessoa que quiser me prestar alguma ajuda deve tomar as seguintes providências:

a) — Impetrar um pedido de *habeas corpus* no supremo Tribunal Militar a meu favor.

b) — Confortar moralmente e materialmente a minha esposa. (Eu ficaria imensamente grato se pudesse receber uma carta dela. Já remeti oito para ela. Não sei se chegaram).

c) — Mandar-me algum dinheiro, um par de sapatos nº 38 (estou descalço) e coisas de comer; e os livros *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos, ou *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, ou ainda o *Governo Invisível*, da Civilização. Entre as utilidades que agora fazem falta: um espelho de bolso, creme de barbear (sabão serve), lâminas de barbear.

11 — Aqui nestes escritos está a expressão de tudo o que já declarei ou tinha a declarar.

12 — Espero poder algum dia agradecer pessoalmente aquilo que meus anônimos amigos fizeram por mim hoje. Só me resta agora repetir as palavras que direi enquanto tiver vida:

Abaixo a Ditadura.
Viva a Liberdade.
O povo vencerá.

Ilha do Presídio, 25 de junho de 1966, Manuel Raimundo Soares, cela nº 10”.

O advogado carioca Marcelo Alencar impetrou *habeas corpus* a favor do sargento Manoel Raimundo junto ao Superior Tribunal Militar. As autoridades militares do Rio Grande do Sul informaram à mais alta corte de justiça militar do País que o referido cidadão não se encontrava preso e que dele não tinham notícias.

Só vieram a ter notícia do Sargento Manoel Raimundo quando seu corpo foi pescado do rio Jacui. As possibilidades de seu assassinato jamais vir a ser desvendado são ínfimas, enquanto no controle da polícia e das informações estiverem aqueles que o assassinaram.

Apêndice

O SARGENTO MORTO

Soube da morte do sargento por uma fonte inesperada — Edmundo Moniz, redator chefe do *Correio da Manhã*, que geralmente tem informações mais minuciosas sobre o que acontece nos meios teatrais que no fundo das prisões. Veio ele à minha mesa com seu jeito de monge timidamente endemoninhado e brandiu um pedaço de papel.

— Sabe o que é isto? perguntou. É um furo. Tome aí e trate de apurar, para deixar de fazer pouco caso das minhas informações secretas.

Tratei de apurar e nunca mais acusei o Edmundo de viver no mundo da lua. Foi graças a seu faro de repórter que pudemos desencadear a campanha de humanização das prisões políticas no País.

A ficha que Edmundo trazia era simples mas completa: Manuel Alves de Oliveira, sargento, inscrição nº 6.630, matrícula nº 6.525, estava servindo no 1º G. Can. 90 Ae. Nasceu em Sergipe, a 21 de outubro de 1934. Identidade 6G-83-373,

Admitido em 9-3-1960. Endereço: rua 19, quadra 9, casa 1, Guadalupe. Faleceu a 8 de maio de 1964, no Hospital Central do Exército, em Triagem. Dependente: Norma Conceição Martinelli de Oliveira (8-4-1940), Manuel Alves de Oliveira Filho (15-11-1956), Carlos Alves de Oliveira (2-5-1958) e Zilar Alves de Oliveira, (15-5-1959).

A reportagem do *Correio da Manhã*, apurou rapidamente a veracidade do fato principal: a morte do sargento, na data referida. As causas não poderíamos saber ao certo, mas, no clima de violência desenfreada em que vivíamos, o simples fato de haver ocorrido, já justificava a denúncia. O artigo de domingo, 13 de setembro, data que no meu calendário particular marcava o sétimo aniversário do tiroteio na Assembléia de Alagoas, onde fui metralhado, terminava com um apelo:

É imprescindível que se acabe com a tortura no Brasil. Isso não podemos esperar da polícia do Sr. Carlos Lacerda, que oficializou a Invernada de Olaria, nem da iniciativa do coronel Gustavo Borges, responsável pelos assassinatos do rio da Guarda, marcado para sempre com o estigma que separa os vis do resto dos homens. Não podemos esperar do mudo marechal Castelo Branco, nem dos civis de seu ministério, que não têm poder real e se acumpliciam no medo. Talvez até mesmo o senhor, general Costa e Silva, já esteja por demais prisioneiro de seus preconceitos e insensibilidade para fazer alguma coisa, mas representa ainda a esperança final.

É imprescindível que se nomeie já — logo, agora, hoje — uma comissão isenta, na qual figure pelo menos um médico, que entre nos quartéis com plenos poderes para investigar a verdade. Que dessas investigações resulte um relatório sobre o qual se basearão as medidas administrativas necessárias para a um tempo acabar com as torturas e punir os torturadores. É esse basta, é essa punição que a consciência nacional e a honra das Forças Armadas exigem”.

O pedido era amplo. Foi atendido em parte. Até hoje os

torturadores, de todo o Brasil e, especialmente do Recife e da Guanabara, continuam impunes. Alguns foram mesmo promovidos, por “serviços à Revolução”.

A morte do sargento Manuel Alves de Oliveira foi, desde o início, considerada suspeita pelas autoridades militares mais zelosas pela preservação da dignidade de suas fardas. A 3 de junho de 1964, portanto, antes de transcorrido um mês do fato, o general Ururai Terra, sabedor dos rumores em torno do caso, pediu informações a respeito ao general-comandante do Grupamento de Unidades Escola, informações estas prestadas de forma sucinta e acompanhadas de um ofício, assinado pelo Dr. João Maliceski Júnior, no seguinte teor: *“Em face da solicitação constante do ofício de referência, esta diretoria (Hospital Central do Exército) informa que o diagnóstico descrito no atestado de óbito do 2.º sargento Manoel Alves de Oliveira foi causa indeterminada (o resultado do exame histopatológico realizado nas peças enviadas foi congestão e edema pulmonar”*.

Aberto o inquérito policial-militar, em virtude da denúncia, já a 17 de setembro depunha a primeira testemunha, major Aridio Fernandes Martins Júnior, que servia no Regimento Andrade Neves. Apenas informou *“ter sido o sargento preso no mesmo Regimento por determinação do Grupamento de Unidades Escola por responder a um IPM do qual era encarregado, ao que constava, o tenente-coronel Irwal Figueiredo Teixeira. Que o sargento foi ouvido pelo oficial S/2 do Regimento, à época o major Ursino Luna, auxiliado pelo capitão Miron Cardoso, aluno da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, e por outro oficial paraquedista que não se recorda no momento do nome, também aluno da EAO”*.

Seguiu-se, durante muitos dias, o desfilar das testemunhas, inclusive a própria mulher do sargento Manoel. Nenhum esclarecimento maior foi colhido sobre o caso até que chegassem aos médicos do Hospital Central do Exército. O depoimento desses médicos é imprescindível à compreensão do caso e por isto reproduzo-os na íntegra:

Servindo no HCE, como chefe do Serviço de Neuro-Psiquiatria, tomou conhecimento e verificou a baixa do sargento que na ocasião se encontrava totalmente sob estado confusional agitada, quando então foi recolhido à 13ª Enfermaria e onde permaneceu sob os cuidados médicos do Dr. Studart. Que a esse tempo foi-lhe aplicada a medicação neuro-plégica contensiva e convulsoterápica elétrica. Que durante os oito primeiros dias, agravou-se progressivamente o seu estado, quando se mostrou excessivamente agressivo em atitudes destrutivas, sendo, então, transferido para o Pavilhão de Neuro-Psiquiatria, para uma assistência contínua por parte do declarante e dos seus imediatos auxiliares médicos e enfermeiros.

Perguntado qual o diagnóstico atribuído ao sargento pela Dr. Studart, seu auxiliar e que o atendeu, respondeu que o quadro observado na entrada, na momento da baixa, era de uma síndrome confusional agitada, caracterizando-se posteriormente, a síndrome de psicose carcerária que evoluiu progressivamente com reflexos somáticos, resultando finalmente, em grande desequilíbrio metabólico, caquexia e morte. Perguntado se durante a permanência do sargento neste Serviço o mesmo foi ouvido por alguma autoridade respondeu que nenhuma solicitação teve das autoridades para este fim, bem como não foi o paciente interrogado por nenhuma pessoa estranha ao Serviço. Perguntado se recebera de alguma autoridade qualquer recomendação para qualquer tratamento especial para o sargento, respondeu que não. Perguntado se, tecnicamente, pode precisar ou atribuir a qualquer fator estranho ao agravamento do paciente com o diagnóstico de psicose carcerária, respondeu que a evolução fatal do caso clínico do sargento se verificou desse modo exclusivamente por conta da profunda desorganização do equilíbrio psicossomático em face do impacto emocional decorrente dos motivos por que foi preso em sua Unidade.

Perguntada se um paciente portador deste diagnóstico, normalmente é levado à morte, respondeu que tudo está na dependência de condições premonitórias e predisponentes, que facultem a instalação do quadro que lhe dá características próprias na dependência primordial da condição constitucional e caracterológica ao sargento Manuel, infelizmente possuidor negativamente, pais que era paciente já registrada nesta clínica ande possuía caderneta anterior sob nº 2.284, de 1955.

Tenente Coronel Médico HUGO KAMMSETZER

Servindo no HCE. Chefe das enfermarias C e G dos sargentos do Pavilhão de Neuro-Psiquiatria do mesmo Hospital. Disse que atendeu o sargento pela primeira vez depois de 28 de abril, quando ele veio transferido da 13ª enfermaria para a PNP, que o relatório clínico referente ao caso consta da papeleta 4458/64, estando registrado o diagnóstico Psicose Carcerária. Que a evolução clínica do caso foi muito má, uma vez que o paciente apresentou sintomas de insuficiência aguda das supra-renais com baixa de pressão arterial, não correspondendo satisfatoriamente à medicação empregada. Que seu óbito ocorreu na madrugada de 8-5-64 e nesta mesma data foi solicitada a autópsia. Perguntado se conhecia algum diagnóstico sobre o sargento, respondeu que sim e acrescentou o diagnóstico 318.3 lançado na caderneta 2284 datada de 4-3-55 (reação astênica). Perguntada se poderia descrever o histórico existente, é: fulano, etc... baixa a este serviço por ter neurastenia, tremores, irritabilidade fácil. Não sente insônia nem inapetência. Diz que sempre foi muito retraído, não gostando de se divertir nem de passear. Seu círculo de relações é muito restrito. É solteiro, residindo com a família, para a qual contribui com elevada soma para manutenção da mesma. Diz que há algum tempo que vem

se sentindo mal com alternativas de melhor e pior. Quando esteve em tratamento de uma fibrose pulmonar, ficou pior, pois soubera que dificilmente se curaria dessa condição patológica, pois sabia-se sujeito a recaídas. Passou a ter rai-va de qualquer ruído mais intenso, tendo mesmo ímpetos de agredir no Quartel os companheiros que falavam mais alto ou discutiam. Quanto ao trabalho na caserna, realizava-o satisfatoriamente, tendo mesmo, bom comportamento, nunca tendo sido punido.

ANTECEDENTES HEREDITÁRIOS — *Diz que seu pai é vivo mas está separado da sua mãe. Teve oito irmãos, estando alguns no Norte, em Sergipe. No Rio, estão em sua companhia apenas quatro irmãos. Diz que seu avô de linha materna é nervoso, mas não tendo sido, no entanto, internado em nenhuma casa de saúde.*

ANTECEDENTES PESSOAIS — *Infância sadia, apenas com intercorrências mórbidas comuns. Há quase um ano teve fibrose pulmonar, após um resfriado forte. Esteve baixado no HCE e depois, melhorando, passou uma temporada no I. M. Itatiaia. Diz que sua vida sexual é muito reduzida, depois que contraiu blenorragia. Tornou-se receoso de novas contaminações. Quando no entanto faz, procede normalmente.*

Perguntado o que, tecnicamente, parece tenha provocado essa psicose carcerária que foi atribuída em diagnóstico ao sargento quando baixado em abril, respondeu que ao choque emocional e à sua condição de preso, Perguntado qual o tratamento ministrado ao sargento nessa oportunidade, respondeu que foi eletrochoqueterapia, medicação tranqüilizante, reidratante, antitóxica e vitaminada.

Perguntado se esse tratamento pode ter agravado, por algum fator desconhecido, as condições do sargento, respondeu que não. Perguntado se o tratamento acima é normalmente indicado aos doentes desta natureza, respondeu que sim. Perguntado em resumo a que atribui a morte do sargento, respondeu ser a insuficiência aguda das supra-renais com desequilíbrio hidrossalino. Perguntado se acredita ou teve conhecimento de que o sargento te-

nha sido maltratado ou seviciado antes de sua chegada ao hospital, respondeu que nenhum indicio leva a admitir semelhante hipótese.

Segundo Tenente MAURICIO VASCONCELOS

Segundo Tenente, servindo no HCE, disse que serve neste Nosocômio desde 1945 e que atualmente desempenha as funções de Enfermeiro Chefe do pavilhão de Neuro-Psiquiatria. Disse que no dia 18 se encontrava no PNP quando foi solicitado pelo médico de dia ao HCE, para resolver o caso da baixa do segundo sargento Manuel, vindo do Regimento Andrade Neves, em virtude do mesmo se encontrar agitado e ter vindo com um ofício determinando a sua situação de incommunicabilidade. Que chegando na 13ª enfermaria viu o sargento deitado sobre o colchão ainda, dentro da viatura que o trouxe algemado, muito agitado e pronunciando palavras que não eram compreendidas. Que depois de entendimento com o Sr. diretor do Hospital, por telefone, foi autorizado a colocar o sargento numa dependência gradeada da 13ª Enfermaria, o que foi feito. Ato contínuo, aplicou uma injeção de amplexil (venosa) e que depois observou que o sargento se acalmara. Que no dia seguinte por volta das oito horas o subdiretor do HCE chamou o depoente e disse: “Mande urgente um médico psiquiatra à 13ª Enfermaria ver um homem que deu alterações na madrugada e está agitado.” Que o depoente veio ao PNP e comunicou a ordem. Que levou o Dr. Studart à enfermaria, quando verificou que se tratava do sargento, Que passados alguns dias o Dr. Studart pediu a presença do Dr. Samuel e que após ser medicado pelo Dr. Samuel, o sargento foi transferido para o PNP no dia seguinte, piorando gradativamente, a seu ver. Que no PNP o sargento tinha assistência constante. Que o sargento sempre recusava alimentos, tendo mesmo que ser tentado dar-lhe alimentos por meio de sondas, mas que não dando resultado, passaram a alimentá-lo com soro, via endovenosa, nos três últimos dias

de vida do sargento. Perguntado se durante sua permanência no PNP o sargento foi maltratado fisicamente alguma vez, respondeu que não. Perguntado se o sargento preso na cela, fazia algum movimento ou se atirava de encontro às grades, respondeu que não.

Perguntado se após as aplicações de eletrochoques apresentava o sargento algumas equimoses devido às aplicações, respondeu que não. Perguntado se assistiu à morte do sargento, respondeu que não e quem assistiu e ministrou-lhe na hora injeção de cardiotônico, foi o sargento Ernando Teles Barreto.

O auto de autópsia lavrado no Hospital Central do Exército é o seguinte:

AUTO DE AUTÓPSIA

Aos 8-5-1964, no HCE, presente o major médico Júlio do Nascimento Brandão, chefe do serviço médico-legal por delegação do coronel médico Dr. João Maliceski Júnior, diretor do referido Hospital, comigo Jorge Barreto, assistente de enfermeiro, servindo de escrivão, os peritos nomeados, Dr. Samuel dos Santos Freitas, coronel médico, e Guilherme Achilles de Faria Mello, capitão médico, ambos com exercício profissional neste estabelecimento e as testemunhas Maurício Vasconcellos — segundo-tenente e Jorge Vieira Lessa, servente.

INSPEÇÃO — A boca, as narinas e os ouvidos não dão saída a líquido insólito. Ao exame constatamos na região deltoideana à esquerda, quatro perfurações conseqüentes a injeções aplicadas. Ferida cicatrizada na face externa do

terço médio da perna direita. Pequenas lesões punctiformes, provavelmente resultante das aplicações anteriores de eletrochoques nas regiões temporais e quatro pequenas escoreiações na região lombar, ao nível das apófises espinhosas, já cicatrizadas.

IMPRESSÃO INTERNA — *Aberta. a calota craniana, as meninges, bem como o cérebro e o cerebelo apresentam-se de aspecto normal. Aberta a cavidade toraco-abdominal, foram as vísceras ali contidas examinadas, apresentando aderências pleurais no lobo superior do pulmão direito; congestão e edema do lobo inferior de ambos os pulmões; as demais vísceras mostram-se de aspecto anatômico normal. Explicada suficientemente a causa da morte, dão por finda a perícia realizada e respondem os peritos aos quesitos da forma seguinte: ao primeiro, sim; ao segundo, indeterminada; ao 3.º, 4.º e 5.º, não; ao 6.º, sim, ao 7.º, não e ao 8.º, ignora-se”.*

Reza a certidão de óbito, passada no registro por José Alves Linhares, que a *causa mortis*, é indeterminada e que o corpo foi enterrado no cemitério do Murundu.

O inquérito, face a estas declarações, concluiu pela im procedência da denúncia, o que permitiu ao coronel responsável, Caiado de Castro, lavrar uma bela página de literatura revolucionária, acusando os denunciantes de suspeitas intenções agitadoras. Mas, infelizmente, não fiquei tão convencido na naturalidade da morte do sargento Manuel como o ardoroso coronel inquisidor. Talvez pelo vício da desconfiança que o exercício diário da reportagem política impregna nos que a praticam, tive sérias dúvidas sobre a correção científica do diagnóstico.

Peguei a papelada e fui consultar alguns dos mais experientes psiquiatras do Rio de Janeiro, tendo inclusive o cuidado de procurar os que têm contato com doentes mais pobres, geralmente encaminhados aos hospícios em precário estado de saúde. Uma das respostas típicas que recolhi

dizia que o relato dos médicos inquiridos apresentava, como denominador comum linguagem *acantiflinada*, aparentemente visando a obscurecer a realidade dos fatos ocorridos com relação à morte do sargento Manuel Alves de Oliveira. E explicava que a psicose carcerária situa-se no capítulo das psicoses reacionais e situacionais, a sua instalação relacionando-se à privação da liberdade por tempo indeterminado, às condições inerentes à prisão e à personalidade pré-mórbida do indivíduo. Constitui noção clássica a minoração ou desaparecimento do quadro psíquico que compõe a psicose carcerária por ocasião da transferência do doente para um hospital. Esta transferência implicaria em uma transformação radical de ambiente quando se compara a estrutura de um hospital com a do cárcere E a modificação das inter-relações humanas com o doente, de vez que uma atitude correccional de carcereiro é substituída pela médico-terapêutica.

Outro dos médicos com que conversei lembrou que o grande problema social gerado pela loucura é exatamente tratar-se de uma doença que não mata. Nas anotações que guardo de seu depoimento há a seguinte explicação:

“As enfermidades psicogênicas raramente conduzem à fatalidade, particularmente as de evolução aguda. Quando isto sucede, na medicina moderna, vincula-se a morte à inépcia médica em não corrigir distúrbios hidro-eletrolíticos ou inanição associada à recusa do paciente em ingerir alimentos. A insuficiência supra-renal aguda assinalada por um dos inquiridos como *causa mortis*, embora não tenha sido comprovada pela autópsia, excepcionalmente pode ser induzida por estado de mal epilético e, quando reconhecida, tem sua reversibilidade assegurada pelo uso de esteróides e soluções salinas”.

Mas o parecer mais detalhado que recolhi oficialmente foi o do professor José Leme Lopes, catedrático de clínica psiquiátrica do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil. Disse ele o seguinte:

Incluso encontrará um texto que procura atender ao apelo que de público fez e sua carta concretizou, no sentido do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil responder aos quesitos formulados pelo Correio da Manhã, acerca de “Morte violenta do sargento” na publicação da 14ª página da edição de 15 de novembro.

Tomei a responsabilidade pessoal da resposta como Diretor do Instituto de Psiquiatria. Procurei evitar uma linguagem muito técnica, de modo a tornar as respostas compreensíveis pelo leitor habitual. Na verdade, não é fácil levantar um parecer médico psiquiátrico baseado em dados de segunda mão. Tive, no entanto, o interesse de estudar o relatório copiado no jornal e ao confrontá-lo com os quesitos, procurei atingir os objetivos da diligência do tradicional periódico carioca.

Com os agradecimentos pela confiança em nossa instituição universitária, os cumprimentos cordiais de

(a) JOSÉ LEME LOPES

1) *As doenças mentais ditas psicogênicas de regra não apresentam um decurso grave no sentido de risco de morte. No entanto, na dependência de fatores pessoais (deficiências viscerais congênitas ou adquiridas, carências alimentares) ou de condições supervenientes (infecções, intoxicações, traumatismo, estafa) podem evoluir com riscos graves e inclusive terminar em morte.*

2) *Não possuo dados que permitam fixar a incidência de distúrbios hidroeletrólíticos nas reações psicóticas e particularmente na chamada psicose carcerária. Devo esclarecer, no entanto, que essas alterações do equilíbrio hidro-salino são facilitadas por sintomas psicóticos, entre os quais so-*

bressaem: a grande agitação psicomotora, a recusa de alimentos, especialmente de ingestão de líquidos, o emprego de neuroléticos em doses elevadas necessárias para a sedação, a conservação do paciente imobilizado no leito, para segurança própria e dos circunstantes. A psiquiatria tem registrado desde há muito um quadro gravíssimo e freqüentemente letal: o delírio agudo, em que se instala um estado de agitação psicomotora confusional e graves distúrbios metabólicos, entre os quais o desequilíbrio hidroeletrólítico.

3) Como toda psicose reativa, i, é, surgida em consequência de uma experiência vital estressante, a psicose carcerária depende da personalidade (predisposições genéticas, constitucionais, caracterológicas e condições pessoais de vida desde a primeira infância e do fator externo situativo, a retenção e o isolamento na prisão, Não há nunca um só fator, uma só causa. Cumpre em cada caso clínico, submetê-lo a uma análise pluridimensional, O encarceramento, por si só, em condições humanas, não determina reação psicótica.

4) A psicose carcerária terá o tratamento que o quadro clínico sintomatológico indicar. Se depressivo, terapêutico anti-depressivo. Em caso de agitação psicomotora, de confusão mental, de estado delirante e alucinatório, a conduta médica será ditada pela apreciação de todos os achados psicopatológicos, clínicos e laboratoriais.

5) A insuficiência supra-renal aguda pode surgir no curso das agitações psicomotoras intensas, não dominadas pelos recursos habituais. Assim nas psicoses carcerárias em que a agitação domina poderá ocorrer. Não posso fixar a incidência. O êxito do tratamento está mais na dependência da evolução da psicose, que no emprego dos medicamentos específicos substitutivos da insuficiência supra-renal.

6) A evolução e o prognóstico estão na dependência de vários fatores, personalidade pré-mórbida, constelação etiológica, quadro psicopatológico; dados de laboratório. Há ainda a considerar a situação desencadeante, as emoções mobilizadas, as condições do encarceramento, o regime da prisão, o isolamento, as perspectivas de uma próxima ou re-

mota terminaçãõ do cárcere. A atuação médica apropriada é também decisiva.

7) Não é também possível responder no sentido positivo ou negativo este quesito. O ponto de vista dominante na moderna psiquiatria considera a psicose sempre como uma forma total de comportamento, nunca determinada por um ou poucos fatores. A estruturar da conduta se desintegra na doença mental e a resposta à atitude terapêutica depende tanto da forma de manifestação clínica como da personalidade em sofrimento. Há sempre que ter em mente o caso individual concreto.

8) Na dependência da sua intensidade, de tempo de instalação, da integridade dos sistemas viscerais, da idade, da possibilidade de levar a boa execução o esquema terapêutico, se equaciona o prognóstico das desordens hidro-eletrolíticas adequadamente tratadas. Uma agitação psicomotora com sitiofobia (recusa de alimentos) pode torpedear o melhor esquema de assistência a um quadro de desordem hidro-salina.

9) Os dados apurados e transmitidos na reportagem não são suficientes para uma apreciação do caso em tela.

A necropsia foi na verdade uma simples inspeção macroscópica e não trouxe esclarecimentos. O perito disse da causa mortis: indeterminada. Não é possível dizer do acerto ou da deficiência da assistência que recebeu Manuel Alves de Oliveira, pelos elementos expostos e comunicados.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1964.

(a) JOSÉ LEME LOPES

O professor Leme Lopes, é um cientista. Em suas respostas deixou sempre a possibilidade da dúvida, de vez que os dados de que dispunha, ou seja, os depoimentos dos médicos do Hospital Central do Exército, eram insuficientes, usa-

vam linguagem imprecisa e procuravam sempre lançar sobre o caso um lençol de mistério. Sua carta deve, portanto, ser analisada tendo-se em vista o caso concreto, ou seja, a morte do sargento Manuel, que ocorreu muito pouco tempo depois de seu internamento no Hospital.

A primeira pergunta era sobre quais as enfermidades psicogênicas que conduzem à morte, excluindo-se as tentativas de suicídio. O professor Leme Lopes, declara, na primeira frase, que, de regra, essas diferenças não apresentam risco grave de morte. Parte, em seguida, a estabelecer condicionantes. É evidente que, sem medicação, a evolução dos fatores expostos pelo professor podem evoluir com riscos graves, inclusive de morte. Mas estamos diante de um caso concreto, de cuja história só consta a carência alimentar por recusa de alimentos, o que é perfeitamente contornável, mesmo em um hospital deficiente na parte de enfermagem. Hoje em dia, com os recursos farmacológicos modernos é facilímo fazer com que um agitado durma e, dormindo, receba alimentação por meio de sondas.

Na segunda resposta, esclarecendo a incidência de distúrbios hidroeletrólíticos na chamada psicose carcerária, o professor Leme Lopes, também preferiu ficar no campo teórico. Não tinha dados que permitissem fixar a incidência destes distúrbios provavelmente por ser a psicose carcerária extremamente rara, ao ponto de não constar da classificação oficial das doenças mentais. No entanto, desenvolvendo seu raciocínio, diz que essas alterações são facilitadas, entre outras coisas, pelo emprego de neuroléticos em doses elevadas e a conservação do paciente imobilizado no leito. Talvez tenha aí vislumbrado a verdadeira causa da morte do sargento, de vez que a congestão e edema do lobo inferior de ambos os pulmões comumente aparece em doentes mantidos de cama por muito tempo. Caso isto tenha ocorrido com o sargento, a desculpa de que não se alimentava por apresentar extrema agitação cai por terra.

Definindo as condições necessárias à instalação da psicose carcerária, o professor Leme Lopes, declara que “o en-

carceramento, por si só, em condições humanas, não determina reação psicótica”. Em condições humanas...

A resposta sobre o tratamento da psicose carcerária é bastante crítica. A medicação dada ao sargento não corresponde aos dados clínicos, escassos, que os psiquiatras disseram, em depoimento, terem encontrado. E não mencionaram achados laboratoriais. Sobre a insuficiência supra-renal aguda, o professor Leme Lopes, deixou de mencionar uma das causas mais viáveis do seu aparecimento no caso do sargento, que seria a aplicação de doses excessivas de neuroléticos.

Na resposta sobre a receptividade ao tratamento, recomenda ter sempre em mente o caso concreto, o que deixa de fazer, por escassez de dados. Finalmente, o professor Leme Lopes, declara que os dados apurados não são suficientes para uma apreciação definitiva do caso do sargento Manuel. Estes dados, no entanto, são os que constam do IPM, e foram considerados, pelo I Exército, como perfeitamente esclarecedores. Com base neles é que o coronel Caiado de Castro, decidiu arquivar o caso e se permitiu críticas, acusando de propósitos dúbios os que haviam denunciado a morte de Manuel Alves de Oliveira.

A verdade é que esta morte provavelmente jamais será esclarecida em definitivo. As condições em que ocorreu, no entanto, permanecem suspeitíssimas. A alegação de que o sargento havia baixado ao Hospital Central do Exército, nove anos antes de sua morte, a 4 de março de 1955, com *reação astênica*, não melhora a posição dos médicos que o atenderam. Durante nove anos permaneceu são e apto para o trabalho. De repente, com pouco mais de quinze dias de prisão, desenvolve uma psicose agudíssima e, internado em um hospital, morre, antes de decorridas outras duas semanas.

As opiniões dos demais médicos que procurei coincidem com a opinião final do professor Leme Lopes. Os dados fornecidos não são suficientes para uma apreciação clínica, como seriam se fosse exposta a papeleta com os exames

complementares, observação clínica diária e principalmente, a microscopia da autópsia.

Não tendo isso ocorrido, é lícito especular sobre fatos que parecem insólitos. Mesmo não ficando adstrito aos depoimentos, não menos verdade é que para refutá-las, seria necessário fazê-la fundamentalmente e com base em elementos técnicos da natureza dos sintomas apresentados e medicação aplicada.

Os depoimentos médicos, após a internação, são todos acordes em atribuir essa psicose carcerária ao choque emocional e à condição de preso.

Não há enfermidades mentais das quais possa considerar-se exclusivamente responsável o encarceramento. Há psicoses que ocorrem no cárcere e há as chamadas psicoses carcerárias. A enfermidade do sargento resultou, em tese, de interação das estruturas da personalidade do preso e dos impactos emocionais de causas externas, o que permite estabelecer o nexo causal entre a doença e o que teria acontecido durante o encarceramento, sendo a prisão mera concausa.

O diagnóstico inicial foi *síndrome confusional agitada*, caracterizando-se posteriormente *síndrome de psicose carcerária*, de evolução rápida e com reflexos resultando finalmente, em grande desequilíbrio metabólico, caquexia e morte. Novamente faltam dados que, provavelmente, constam da papeleta médica e que teriam grande valor elucidativo. Há um sentido e um conteúdo nos sintomas, refletindo a atitude distintiva com que o sujeito enfrenta as situações e mostrando a elaboração da experiência individual, assimilada ou não. Assim, há referências a ter estado o sargento completamente alucinado e no dia seguinte ter sido outra crise de alucinação. Que tipo de alucinação? Qual o conteúdo?

No caso do sargento, há um diagnóstico psiquiátrico anterior à prisão: *reação astênica*, (neurastenia, tremores, irritabilidade fácil). Bem como um somático: *fibrose pulmonar*;

não tendo sido esclarecido qual o pulmão atingido nem a natureza da lesão. Aliás, os depoimentos primam pelos diagnósticos imprecisos, indefinidos.

Com esse diagnóstico psiquiátrico de *reação astênica*, podemos pressupor uma constituição histérica. O que explicaria a eclosão da fase psicótica poucos dias após o encerramento. Mas não esclareceria o agravamento progressivo e a morte.

Assim teríamos, no caso do sargento, uma única entidade nosológica: a doença histérica, que se teria apresentado sob a forma de *uma síndrome de psicose carcerária e de insuficiência aguda das supra-renais*.

E qual teria sido a causa de origem fisiopatológica?

A insuficiência supra-renal aguda é, pela sua sintomatologia variável e pela rapidez de sua evolução, de diagnóstico muitas vezes difícil. Os psiquiatras do Pavilhão de Neuro-Psiquiatria do HCE, foram bastante capazes ao diagnosticá-la, apesar, ao que parece dos depoimentos, de terem sido poucos os sintomas. Um único dado é referido “... com baixa pressão arterial” — qual teria sido ela? Como surgiu?

No depoimento do primeiro médico que o atendeu, não há referência ao estado físico. Nos demais, não se sabe como foi a evolução, quais os exames laboratoriais. Mais ainda, é formal a contra-indicação de convulsoterapia elétrica em tais casos, bem como a neuroléptica, atarácica ou de tranquilizantes. A medicação aplicada foi a “... eletrochoquerapia, medicação tranquilizante, reidratante, antitóxica e vitamínada”. De duas, uma: ou o diagnóstico de insuficiência aguda das supra-renais foi posterior à medicação mencionada, ou esta foi contra-indicada. Daí o sargento não ter respondido satisfatoriamente a ela. Não há indicação de ter sido aplicada medicação substitutiva (esteróides, mineralóides). O paciente recusava alimentos, “... tendo mesmo que ser tentado dar-lhe alimentos por meio de sonda, mas que, não dando resultado (por quê?) passaram a alimentá-lo com soro (qual?), via endovenosa, nos três últimos dias de vida do sargento”. A esta

altura, o sargento não poderia estar agitado, pois estava com pressão baixa e a autópsia constatou congestão e *edema do lobo inferior de ambos os pulmões*. Seria a estase dos acamados, de vez que não foi considerada como causa sequer para um diagnóstico especulativo.

A autópsia, que foi uma “mera inspeção macroscópica” — no dizer do eminente professor Leme Lopes — nada esclarece sobre a origem. Porém o patologista exclui a possibilidade de uma disseminação tuberculosa, conseqüente da pneumopatia anterior. Pois consta do laudo de autópsia apenas a já mencionada congestão e edema do lobo inferior de ambos os pulmões. As demais vísceras se mostraram de aspecto normal, daí o perito dispensar a descrição macroscópica e detalhar no depoimento a microscopia, que é referida de passagem como “... nada tendo encontrado microscopicamente que justificasse suficientemente a morte do sargento...” Não teria o psiquiatra, no pedido de autópsia, referido à insuficiência aguda das supra-renais, que, embora não sendo rara, é pouco freqüente? Estariam as supra-renais com aspecto anatômico normal? Então não houve a tal insuficiência? Mas a contradição maior se encontra no período final: “Explicada suficientemente a causa da morte, dão por finda a perícia realizada e respondem aos quesitos...” Quais quesitos? O próprio perito depois de firmar tal período, assina um atestado de óbito com *Causa mortis*: — Indeterminada” ? !

Mas voltando à insuficiência aguda das suprarenais, excluída a hipótese de infecção, resta-nos outra alternativa para explicar a causa. Rezam os livros que a insuficiência aguda das supra-renais é consecutiva à aplicação *excessiva* de radiações, intervenções cirúrgicas, ao uso de certos fármacos (narcóticos, hipnóticos, neuroplégicos, atarácicos, tranqüilizantes, gases de guerra, germanina, Neo-Salvarsan, bismuto). Teria sido ministrada ao sargento dose excessiva? Em caso positivo, será que o foi para dele arrancar informações usando narcoanálise? E as lesões pontictiformes nas têmporas, “provavelmente resultantes das aplicações anteriores de eletrochoques”? Em um inquérito que fiz nos estabelecimentos

psiquiátricos do Rio de Janeiro, apurei que em nenhum deles há notícia de feridas ou cicatrizes resultantes da aplicação de eletrochoques, o que só seria explicável se a corrente elétrica fosse aplicada com fios descobertos, por leigos, tal como aconteceria se a eletricidade servisse não a fins de terapêutica, mas a fim de suplício.

Portanto, ao fim desta já cansativa análise, perdura a indagação: o sargento Manuel Alves de Oliveira, morreu meramente em consequência de tratamento inadequado e ineficiente, em consequência de narco-análise mal feita ou por causa de torturas por eletricidade?

composto e impresso nas oficinas
da Empresa Jornalística PN, S.A.
Rua Luiz de Camões, 74 - Rio - GB